**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

ALINA SILVA SOUSA

**A FAMÍLIA NA REPÚBLICA:
IMPrensa E CASAMENTO CIVIL EM SÃO LUÍS NA DÉCADA DE 1890**

São Paulo
2007

ALINA SILVA SOUSA

A FAMÍLIA NA REPÚBLICA:
IMPrensa E CASAMENTO CIVIL EM SÃO LUÍS NA DÉCADA DE 1890

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar

São Paulo
2007

À imensidão e aconchego da floresta, Wandêilson Miranda.

À pequena rocha que me levou a ela, Carla Sílvia.

Àquilo e àqueles que encontrei desde então.

À minha família, pelo amor contínuo.

AGRADECIMENTOS

Diante da folha em branco desta seção um turbilhão de acontecimentos invade minha memória e me vejo diante da incompetência de narrá-los. Talvez falte mesmo a linguagem para suportar tanto fluxo, tanto riso e tantas saudades que agora sinto. Saí da pequena São Luís há três anos e nunca deixei de sentir o cheiro daquela cidade, o calor de minha casa, nunca deixei de escutar a voz de minha mãe ou o motor do carro de meu pai chegando do trabalho às vezes bem tarde. O cheiro da comida, o telefone que tocava trazendo uma voz amiga: a querida Carla. A companhia das minhas irmãs em casa, casa cheia. Devo agradecer a todos que cruzaram meu caminho, mas não menos a essas lembranças que sempre aqueceram meu coração por todo este tempo.

E neste fluxo, sem nenhuma linearidade, recordo-me com carinho da Prof. Glória, das primeiras leituras de meu projeto, da atenção e carinho dispensado quando o mestrado ainda era um plano se projetando. Da Prof. Regina, querida mãe postiça que encontrei pelos arquivos. Do querido Josenildo, pelo riso e companhia nesta ponte aérea São Luís-São Paulo. Da querida Marina, tão próxima do paraíso carioca, sempre disposta a aproveitar o espírito lúdico do Rio e conversar sobre o invertido ímã amoroso. Da Gabi e do Jackson, os encontros e as refeições em conjunto que sempre traziam a alegria e o conforto de se ter amigos na cidade estrangeira. Da querida Helen, cuja distância nunca apaga a sensação de tê-la visto e sorrido muito no último encontro. Dos queridíssimos Yelon e Rej pela amizade que também não diminui com a distância. Das minhas vizinhas, Renata Roberta e Dona Mary, sempre tão bom reencontrá-las de algum jeito. Da Carol e do Fred, assistindo o filme da traça depois de comer pizza. Da Leudjane, da Aline que guardo no coração a amizade.

Neste espaço também quero agradecer ao Prof. Carlos Bacellar pelo apoio, incentivo e disponibilidade constantes. À CAPES pelos dois anos de bolsa de estudos. Aos funcionários da USP, da secretaria de História e da Administração, sempre ajudando com competência.

Quero agradecer aos meus pais, Luís e Esmeralda, e irmãs Thaís e Érika, pelo amor de sempre. E a Wandêilson Miranda, em nome de uma história a dois, farta de cumplicidade e de mistérios.

Não há nenhuma poética universal: universal é a poesia, a vida mesma. Universal é Bizuza, cuja voz se apagou com sua garganta desfeita há anos no fundo da terra. Universal é o quintal da casa, cheio de plantas, explodindo verde no dia maranhense, longe de Paris, de Londres, de Moscou. O frango que nasce e morre ali, entre as cercas de varas. O cheiro do galinheiro, a noite que passa arrastando bilhões de astros sobre nossa vida de pouca duração. Universal porque Bizuza, amassando pimenta-do-reino numa cozinha de São Luís, pertence à vida-Láctea. E a história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogo, nos prostíbulos, nos colégios, nas ruínas, nos namoros de esquina. Disso eu quis fazer a minha poesia, dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não têm voz.

Ferreira Gullar

RESUMO

A proposta desta pesquisa foi investigar os debates acerca da família ocorridos na imprensa ludovicense na primeira década republicana. Partimos da idéia de que era possível acessar, por meio da imprensa e desses debates, o fluxo de mudanças ocorrido em fins da Monarquia e início da República; e, sobretudo, perceber o uso que o Estado e a Igreja faz da imprensa para defender modelos de família como propostas modernizadoras ou conservadoras da sociedade. A cidade de São Luís é nosso palco para perceber este fluxo de mudanças e os debates que envolvem o casamento civil o foco escolhido para compreender as forças e as contradições deste momento.

Palavras-chaves: Família; Imprensa; Casamento; República; Igreja Católica.

ABSTRACT

The objective of this research was to investigate the discussion about the family on printing during the first republican decade in São Luís. The starting point was the belief that it's possible to access through the printing and their discussion, the flowing of changes occurred at the beginning of the Republic in Brazil; and, especially, pointing the printing use by the State and the Catholic Church to defend your family models like modern or conservative proposal to organize the society. São Luís is the local to realize these changes and the discussions about the civil marriage the focus to understand the power and the contradiction of this moment.

Key-words: Family, Printing, Marriage, Republic, Catholic Church

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. A FAMÍLIA NO SÉCULO XIX E OS JORNAIS: CASAMENTO E UNIÕES CONSENSUAIS.....	26
2.1. TRAJETÓRIA E CAMINHOS DE PESQUISAS SOBRE A FAMÍLIA NO BRASIL.....	26
2.2. OS JORNAIS E A FAMÍLIA: ELEMENTOS PARA UMA PESQUISA.....	47
3. O ALGODÃO E O PROGRESSO CULTURAL EM SÃO LUÍS.....	62
3.1. DA MONTAGEM DA AGRO-EXPORTAÇÃO À <i>DÉBÂCLE</i> ECONÔMICA.....	66
3.2. O PROGRESSO CULTURAL E O DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA LUDOVICENSE: TEMAS EM QUESTÃO.....	79
4. A REPÚBLICA E A CIDADE DE SÃO LUÍS: PROJETOS E REFORMAS	90
4.1. SÃO LUÍS NA DÉCADA DE 1890: A QUESTÃO DA DESORDEM.....	99
5. A RENOVAÇÃO DA MENTALIDADE CLERICAL E A REAÇÃO DA IGREJA.....	114
5.1. AS BASES DO MOVIMENTO DE ROMANIZAÇÃO NO BRASIL.....	114
5.2. A ROMANIZAÇÃO NO BRASIL.....	124

5.3. O CASAMENTO COMO SACRAMENTO: ELEMENTOS HISTÓRICOS.....	128
6. JUÍZES DE PAZ E PADRES: DEBATES JORNALÍSTICOS NA DÉCADA DE 1890 ACERCA DO CASAMENTO CIVIL.....	142
6.1. SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA.....	162
6.2. ESTADO E IGREJA: UM LITÍGIO SOBRE A FAMÍLIA.....	170
7. CONCLUSÃO.....	180
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	185

1. INTRODUÇÃO

Nas páginas de jornais maranhenses do final do século XIX está fartamente impresso o entrechoque entre o *moderno* e a *tradição* que ocorre com o decreto do casamento civil. Uma propaganda intensa de conscientização da população – tanto para iniciar a vivência dos ideais civilizadores sem hesitação, quanto para rejeitá-los firmemente – é custeada pelos adeptos das várias doutrinas que invadem o Brasil em meados desse século. Paulatinamente o que se constata é a transposição do complexo e entranhado *modos vivendi* católico por uma sociedade cada vez mais laicizada e consumidora das inovações, teóricas e práticas, próprias da chegada da modernização. Porém, não se deve pensar que tal acontecimento não repercute mais em nossas vidas, somos resultados desse choque, das potências que motivaram suas idéias e paixões. E por sermos produtos desse cruzamento de forças, ocorrido há pouco mais de um século, a tensão deste momento deve ser recuperada e compreendida em suas linhas mestras.

A percepção de que o decreto do casamento civil guarda esta tensão e pode nos informar algo deste processo veio através da imprensa. De início, a forma como foi narrada a recepção do decreto por parte da sociedade civil em um jornal da época nos chamou a atenção. No intervalo dos quatro meses entre o dia em que foi promulgado (24 de janeiro de 1890) e a data efetiva para começar a vigorar, os padres das paróquias de São Luís tiveram que “dar à língua múltiplas voltas” para as inúmeras e solenes pronunciações do latim casamenteiro. As lojas da cidade que vendiam artigos para as festas de casamento, neste intervalo, ficaram “desguarnecidas de véus e grinaldas” com o corre-corre da população para fugir dos trâmites da lei. “Todas as flores de laranjeira foram varridas das vitrines como se por elas houvesse passado um furacão implacável, tremendo”. É assim que um jornalista relata no

jornal *Pacotilha* em 25 de maio de 1890, como foi recebida por alguns a notícia de que o casamento, a partir de então, passado o *vacation legis*, só teria validade legal se efetivado não mais pelo padre, mas sim pelo Juiz de Paz.

Essa narrativa nos chamou atenção para um acontecimento curioso e aparentemente ingênuo: o que deveria ser tratado como uma simples substituição do “mestre de cerimônias” causou tumulto geral, reverberado em prolongados debates que envolveram a população da cidade, católicos e republicanos. A confusão narrada nas páginas dos jornais era tanta que não faltavam explicações para o “furação implacável e tremendo” que ocorrera em virtude deste decreto. Se fizermos um esforço de nos reportarmos à época e nos perguntarmos o que significava o casamento para a população de então e qual a importância dele ser realizado pela figura do pároco na ambientação da igreja, este trecho do artigo publicado no jornal *O Nacional*, em cinco de julho de 1890, poderia servir como uma resposta adequada:

Tinha a legislação que herdamos da metrópole deixado à igreja e ao direito canônico o contrato matrimonial [...]. Por tal modo penetrara no nosso organismo a certeza de ser o casamento um ato religioso, que raríssimo são os que ainda hoje aceitam e o compreendem sem a investidura da santidade que lhe dá o pároco revestido dos parâmetros sagrados, sob as abóbadas do templo, em face do altar e como que à vista imediata de Deus. [...] Aos olhos dos céticos e indiferentes, há casamento desde que há uma promessa aceita, seja quem for que a testemunhe, seja qual for o lugar que lhe sirva de teatro. Mas a verdade é que a solenidade com que pratica a igreja os atos que lhe incumbem, produz uma impressão duradoura; e a promessa que sela a união dos esposos, pronunciada no recinto sagrado em face de Deus e em presença do povo reunido, recolhida e registrada pelo pároco que é o confidente e amigo dos que a fazem, grava-se profundamente e acorde a cada momento à memória durante a existência inteira [...].

Também nos chamou atenção o fato dos jornais registrarem não só a pressa e os numerosos casamentos realizados neste intervalo, como também nos deixarem entrever a crítica elaborada à maleabilidade da Igreja em realizá-los sem muito rigor. “Só não casou quem não quis”. “A Igreja não quis de toda a cristandade indígena deixar um par sequer exposto a comprometer as almas amantes na formalidade legal do casamento civil; e toca a casar”. Era querer e a “estola do padre apertava o nó”, “todas as dispensas facilitadas”, “todos os impedimentos removidos” e “obviada aquela massada de banhos, tudo se limpava e ficava em

família”. O autor do artigo que contém estes trechos deixa a sugestão de ser ele mesmo um religioso, quando escreve no seu artigo a 25 de maio de 1890, no jornal *Pacotilha*:

Houve quem resistisse à correnteza? Escapou algum do contágio da influenza? As múltiplas voltas que os padres tiveram de dar à língua para a solene pronúncia dos latins casamenteiros, esse prurido de apertar o doce nó, que foi a preocupação da semana e a que poucos, bem poucos comigo souberam se conservar insensíveis, guardando os seus votos de castidade [...] Tudo se foi na voragem. De modo que, se um de nós tentasse desertar às fileiras do celibato, achando beleza que se compadecesse da aridez e do isolamento das nossas noites em que não conseguimos noivar se não na tediosa vigília da fadiga, do desalento e da inveja, sabe Deus se ainda seríamos tão felizes que encontrássemos véu e grinalda e as flores simbólicas do noivado! Pois que estão todos casadinhos da Silva, agora não casemos nós outros. Com favor de Deus assim pretendo.

Outro ponto interessante foi o fato de que, se alguns se apressaram em casar, vindo certo perigo nesta nova lei, encontramos vários artigos nos jornais da época que também registravam a voz daqueles que aplaudiam o decreto, que investiam no esforço de desmistificar “mal fundadas apreensões” e conscientizar a população sobre a chegada do progresso e da civilização na sociedade. Em 24 de maio de 1890, o jornal *Pacotilha* publica um artigo a respeito disso, cujo trecho segue abaixo:

O nosso povo que pela afluência enorme de casamentos ultimamente celebrados, manifestou-se tacitamente apreensivo com a instituição que hoje principia a ser executada, deve procurá-la compreender, estudá-la e despir-se das prevenções que alimente sobre ela. A sua liberdade não sofrerá coação nenhuma, os seus sentimentos religiosos não encontrarão o menor obstáculo do Dec. de 24 de janeiro: apenas a lei que dava todos os efeitos civis aos casamentos realizados perante os sacerdotes das religiões dos contraentes, passou esses efeitos exclusivamente para os efetuados pelo funcionário civil. Respeitando os casamentos até hoje celebrados, porque a lei não retroage, d’ora em diante só o que tiver a autoridade do juiz encarregado deste mister é que produz as salutares conseqüências que se derivarão do casamento religioso. Medite bem o povo sobre as disposições da lei e não se deixe tomar de mal fundadas apreensões. O casamento civil é uma conquista do progresso, um avanço da civilização, e não se deve ter medo nem de uma nem de outra, porque é à civilização e ao progresso que a humanidade deve os benefícios que hoje goza.

A leitura que continuamos a fazer, após encontrar estas curiosas narrações, de dois jornais maranhenses na década de 1890, nos fez notar, pois, a frequência e o destaque, em maior ou menor grau, conferidos aos temas do casamento e da família, postos em debate devido a transição política brasileira e os conflitos entre as idéias que respaldam tal mudança. Os jornais que acessamos rigorosamente entre os anos de 1890 e 1906 são a *Pacotilha* e o

Federalista. Ambos são jornais voltados para os problemas da cidade e engajados em nobilitantes campanhas de “conscientização” da população da capital maranhense para seguir os caminhos traçados pela chegada do progresso e da civilização. Dentro deles, porém, encontramos vários artigos, às vezes totalmente transcritos, às vezes exaustivamente comentados, de outros jornais que também pareciam se interessar pela questão específica do casamento civil, bem como por todos os desdobramentos que dela decorrem ou mesmo a envolvem; porém, nem sempre compartilhavam das mesmas opiniões. Diante disso, percebemos que um diálogo intenso entre os vários periódicos publicados em São Luís no final do século XIX ocorria e, como nem sempre concordavam, surgia daí uma intensa disputa, na qual todos procuravam justificar suas escolhas e, sobretudo, desqualificar as demais, ressaltando uma característica da imprensa da época: o debate.

Na leitura desses dois jornais pesquisados, também visualizamos uma verdadeira campanha em prol da limpeza, do ordenamento e da moralização da cidade e da população em geral, com claro destaque para a preservação da instituição da família. Estas campanhas deixavam patente a preocupação com o modelo adequado que a sociedade deveria seguir para alinhar-se com os ideais de civilização próprios do final do século XIX.

Dentre todos os temas debatidos na imprensa à época, nos interessou, então, aqueles relativos à República e seus desdobramentos, especialmente, a separação da Igreja e do Estado e o casamento civil. Interessou-nos também a chegada de elementos de modernização em um contexto de crise econômica na cidade de São Luís, provocando uma necessidade de prepará-la para recebê-los. Diante da desordem, do lixo e da imoralidade nos quadros da cidade, os jornais deixam visualizar os esforços para controlar a população, ordenar e limpar a cidade, etc., o que era claramente uma exigência do advento da ordem republicana.

A implantação da República é um momento emblemático não apenas pela mudança de forma de governo, mas também porque quando ela ocorre, em fins de 1889, vive-se uma

conjuntura de instabilidade social, cultural e econômica. A mudança política é forjada dentro desse fluxo de instabilidades, quando várias propostas são pensadas para reorganizar a sociedade. Nesse ínterim, a Monarquia parecia já não mais representar os interesses da sociedade: nem de realizar o bem comum e defender a coisa pública, nem de garantir as liberdades fundamentais dos cidadãos brasileiros, muito menos de garantir o imperativo da época: encaminhar-se para o progresso em que já vivia o mundo civilizado europeu. A proposta era então apagar a herança ibérica, escravista e colonial e pregar as grandes reformas redentoras: a Abolição, a República e a Democracia. Reformar foi a palavra de ordem da elite europeizada que esteve envolvida e foi diretamente responsável pelos fatos que mudaram o cenário político: a chamada “geração modernista de 1870”.

Nesse sentido, diversos projetos de reordenação e moralização da sociedade aparecem com o aumento populacional, o incremento da urbanização, a industrialização, a abolição; e, instalado o novo regime, o Estado parece incorporar a tarefa de ordenar os comportamentos e os espaços. Por serem de cunho republicano, nossos dois jornais estavam alinhados a estes projetos e publicavam exaustivamente notícias denunciando a situação muitas vezes calamitosa da cidade, a despeito dos elementos de modernização que pouco a pouco chegavam. É dentro deste contexto de imposição de comportamentos que vemos a instituição da família ocupar cada vez mais espaço nas preocupações do Estado. E quando deste esforço de controlar o comportamento da população em geral a intenção parece ser sempre preservar esta instituição.

Diante disso, pode-se dizer que, com a República, o Estado aumenta sua esfera de atuação e este alargamento de poder vai fatalmente encontrar os espaços de poder de outras instituições, muitas vezes promovendo a substituição destes. Nesse sentido, percebemos que a imposição do casamento civil, decretado logo após o ato de 15 de novembro de 1889, relança aos projetos de moralização e modernização da sociedade; tendo como consequência o

encontro com o domínio exercido milenarmente pela Igreja Católica sobre a família: que é o da sua regulação, o de seu cerimonial. E dado os projetos de moralização e modernização que o Estado sustenta serem baseados em ideologias contrárias e desejosas de superar o “atraso” que representava o catolicismo na aurora do século XX, o casamento civil não só transferirá a tutela dos casamentos para o Estado, como promoverá um novo tipo de relação entre os membros da família. Assim, o confronto que ocorrerá entre o Estado e a Igreja é, na verdade, um confronto entre uma ordem tradicional e uma ordem emergente.

Dentro deste debate encontrado nos jornais sobre o casamento civil, pois, duas vertentes se delineavam nitidamente. De um lado os jornais que defendiam as mudanças estabelecidas com o advento da República no Brasil; de outro, aqueles que defendiam taxativamente os interesses da Igreja Católica e o descaminho que a sociedade incorria ao tentar eliminá-la do seu espaço há muito conquistado. Nesse sentido, identificamos duas propagandas em torno do decreto do casamento civil que invadiram a imprensa.

De acordo com a propaganda política liberal e republicana, o decreto do casamento civil fazia a democracia brasileira “dar um passo avantajado em seu desenvolvimento político”; uma vez que compelia ao recém instaurado governo civil regular, por meio do contrato do matrimônio, as bases que deveriam assentar a organização das famílias, estabelecendo, em consequência, as relações civis que deveriam existir entre seus membros e, portanto, da sociedade. Considerando que este assunto era para muita gente enfadonho, o jornal republicano *Pacotilha* escrevia, em 23 de maio de 1890, que era “oportuno e de um grande alcance prático, convindo até que todo o cidadão esteja perfeitamente informado do que há a respeito desse contrato, necessário em toda sociedade moralizada”.

Porém, um dos problemas que esta propaganda vai enfrentar é a opinião de que “em todos os países e em todos os tempos”, o casamento “sempre se colocou sob a égide da fé e pediu a Deus a garantia de sua indissolubilidade”. A idéia de que o casamento foi criado pelo

Direito Canônico e que a união do homem e da mulher “depura-se no fogo da graça, pela assistência do espírito divino, eleva-se até o céu pela dignidade do sacramento”¹ resistia de todas as formas. A Igreja Católica não aceitava que as cerimônias de casamento passassem a ser reguladas pelo Estado, pois isso consolidava a perda ou o enfraquecimento de seu controle sobre a organização das famílias e refletia na sua intenção de alcançar toda a sociedade com seu modelo cristão.

Da leitura desses jornais ficou, então, uma impressão forte. O casamento civil provoca um confronto entre propostas modernizadoras e tradicionais, o qual ocorre entre a Igreja Católica e o Estado republicano, e tem como um dos instrumentos argumentativos o discurso sobre a família. Ora, sabe-se que em meados do século XIX, duas doutrinas divergentes informavam estes dois poderes. O Estado recém-instaurado se articulava com as “idéias novas” transportadas para o Brasil pelo impulso das transformações ocorridas na Europa a partir da Revolução Industrial; a Igreja iniciava uma fase de alinhamento mais estreito com Roma como forma de reação às mesmas transformações provocadas por estas “idéias novas”, no esforço de resgatar a força do catolicismo. Ou seja, o liberalismo e o ultramontanismo em choque significativo por desejarem modelos divergentes para a sociedade brasileira no final do século XIX.

Este confronto está com riqueza impresso nas páginas dos jornais e nos lançam a pensar para além das divergências de pensamento entre estes dois poderes. A questão é que o casamento e a família se encontram dentro de uma rede de ritos e interditos que se estabelecem para a reprodução social, na medida em que ambos possuem um código de publicação, socialização e legalização. Ou seja, ambos traçam a fronteira entre a norma e a marginalidade, o lícito e o ilícito, o puro e o impuro e determinam uma reprodução desejável da sociedade. Esta observação nos leva à idéia de que, para uma reprodução estável e

¹ Trechos do artigo *O Casamento Civil*, publicado no jornal *O Nacional* em 5 de julho de 1890.

permanente da sociedade, um conjunto de medidas de regulação, oficialização, controle e codificação deve ser posto em prática para o comportamento coletivo, conjunto de regras este que aspiram ser inquebrantáveis e que pretendem definir o estatuto, as funções e as relações entre os indivíduos, homens e mulheres. A disputa pelo controle desta reprodução entre as doutrinas díspares do liberalismo e ultramontanismo, que no Brasil também é conhecido como o processo de *romanização*, é que se perceberá nos jornais.

Fundamentalmente a questão é que, no final do século XIX, dois códigos reguladores concorrerão para regular o casamento e a família advindos de dois poderes distintos que até então estavam parcialmente conjugados e em consonância. Porém, enquanto concorrentes, um e outro pretende aprisionar fortemente o casamento e a família no direito e no cerimonial. A partir desta constatação e a despeito de tantos momentos de união e colaboração entre o natural e o sobrenatural, fica claro que o final do século XIX é um momento chave de entrechoque entre estes dois poderes. Pareceu-nos importante, pois, compreendê-lo tendo como eixo de observação o decreto do casamento civil e o uso do discurso em torno da família na imprensa para defender e implementar propostas políticas de projetos modernizadores ou não para a sociedade.

Diante desta proposta de pesquisa de entrecruzar família e casamento civil a partir dos debates de jornal no período republicano deparamo-nos com uma dificuldade de ordem historiográfica: quase nada especificamente foi discutido. A historiografia sobre a República ou sobre a situação da Igreja no final do século XIX pouco privilegia como foco central o debate na imprensa decorrente do entrechoque das doutrinas, quase nada sobre o casamento civil como fonte de interesse. O que normalmente se encontra são simples referências ao decreto como uma das leis constitucionais ou referências sobre a campanha contra o casamento civil levada a efeito pela Igreja como parte do programa de reação desta instituição informado pelo ultramontanismo. Pouco é o destaque dado a esta campanha frente às

tentativas de compreender o processo de reestruturação eclesiástica ou as novas articulações e alianças do catolicismo na nova conjuntura política. A historiografia sobre a família também tem dedicado pouca atenção para a situação desta instituição no período republicano, como também ao decreto do casamento civil.

Alguns aspectos desta dificuldade bibliográfica, porém, também nos influenciou na delimitação do tema e na periodização da pesquisa. A vasta historiografia que reflete a situação da Igreja após os acontecimentos de 15 de novembro nos deixou claro, por exemplo, a intenção de preservar este momento do entrechoque. Porque independente do comportamento e das estratégias de alianças que a Igreja tenha estabelecido após ruptura entre a Igreja e o Estado é inegável que ocorreu um rompimento significativo de seu controle e dominação dentro da sociedade. Por mais que a sociedade tenha se mostrado apreensiva com os projetos contrários à Igreja; por mais que o casamento religioso ainda tenha um significado importante para a sociedade brasileira; o fato é que a separação da Igreja do Estado republicano, unida à aceitação e à entrada cada vez maior de outros cultos religiosos, a um contexto de efervescência intelectual e de inovações tecnológicas provocou uma mudança na sociedade que, cada vez mais consumidora destes elementos, foi transformando o papel de influência da Igreja Católica no âmbito político, cultural e social.

A historiografia que reflete sobre o retorno da Igreja aos aparelhos de hegemonia; sobre sua utilização pelo próprio Estado, por seu caráter domesticador, para legitimar o novo regime após este período marcado por protestos; sobre a “estadualização do poder eclesiástico”², etc, divergem na forma como compreendem este processo, e afirmam que a Igreja conseguiu se reestruturar junto ao Estado, especialmente no período Vargas. Mas é

² Conceito utilizado por Sérgio Miceli em, *A elite eclesiástica brasileira* (ver bibliografia), para explicar a aliança entre Igreja e Estado que resultou no apoio mútuo com a formação de dioceses em cada capital estadual com a “política dos governadores”, que concretizaria a federação sempre defendida pelo setor republicano da oligarquia cafeeira e formalmente estabelecida na Constituição de 1891. Para Miceli, esta “estadualização eclesiástica” objetivava aproximar o bispo das autoridades locais, o que era mais difícil em relação à Presidência da República. Cf. em especial as páginas 12-67.

inegável que ela não conseguiu eliminar as transformações impostas pela República, não conseguiu eliminar, por exemplo, o casamento civil.³

Dentre a historiografia sobre a família, com poucas pesquisas sobre a família no período republicano que envolva ou não o decreto do casamento civil, o livro de Rosa Maria Barboza de Araújo (1993) influenciou juntamente aos jornais pesquisados na delimitação desta pesquisa à década de 1890. Nesta leitura visualizamos as transformações progressivamente ocorridas na família ao longo do período republicano, em associação com as mudanças ocorridas na cidade, nos hábitos da população com a chegada de elementos de modernização e com o decreto do casamento civil. Tendo como palco a cidade do Rio de Janeiro, onde certamente as mudanças se deram com maior ênfase, este livro nos ajudou a delimitar nosso objetivo de pesquisa. Percebemos como o decreto do casamento civil, enquanto efeito de um contexto rico em mudanças sócio-econômicas respaldado em idéias modernizadoras, é significativo para a transformação das sentimentalidades, da estrutura e das relações entre os membros da família. Essa percepção nos deixou claro que, à medida que nos aproximávamos do ano de 1905 nos jornais, era necessário uma dedicação maior a essas transformações. Logo, precisamos nosso objetivo nos debates que ocorreram de forma intensa durante a década de 1890, e que foram arrefecendo após os anos de 1900. Porém, sem esquecer que desde a década de 1870 eles já invadiam as páginas dos jornais em decorrência das repercussões do Concílio Vaticano I, da Questão Religiosa no Brasil e dos primeiros projetos sobre o casamento civil e a separação da Igreja do Estado.

Podemos citar como exemplos de pesquisas que de alguma forma tocam mais demoradamente no confronto entre Estado e Igreja e utilizam a imprensa como fonte, o trabalho de Evandro Faustino (1991) na qual o autor insere o casamento civil como um dos

³ Citamos aqui alguns livros que trabalham com estas questões: Pedro Ribeiro de Oliveira, em *Religião e dominação de classe*, Roberto Romano em, *Brasil: Igreja contra Estado* e Sérgio Miceli, *A elite eclesiástica brasileira*, José Carlos Araújo, em *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade*, Scott Mainwaring, em

problemas advindos com a modernidade. Embora o decreto seja apenas um dos aspectos, o autor se preocupa em pensar a condenação da Igreja Católica sobre o progresso, o liberalismo e a civilização moderna, pelo viés do dilema dos católicos em viverem o confronto do mundo moderno com a tradição veiculada na figura do papa; e com isso se propõe a pensar a polêmica que atravessou o Império e pode ser acompanhada pelas páginas dos jornais da época pelas duas tendências contrárias.

Lúcia de Fátima Ferreira (1994) também trabalha especificamente o confronto entre Estado e Igreja a partir de jornais paraibanos, porém tem como objetivo perceber, dentro do projeto de romanização, a criação da Diocese da Paraíba, estando preocupada, pois, com os estudos sobre a Igreja Católica e a religião. De qualquer forma, a narrativa sobre o confronto pela vertente da Igreja é fartamente documentada nesta pesquisa e nos permitiu ver este momento um pouco da perspectiva conservadora.

Diante desta lacuna, para esta dissertação alinhavamos três tipos de leitura. Aquelas referentes ao período que se estende do final do XIX ao início do XX, especialmente as que tendem a levar em consideração as diferentes experiências e valores dos grupos sociais que convivem no espaço urbano, matizando os efeitos modernizadores nas capitais brasileiras, nos informando sobre as propostas e práticas da normatização e controle dos grupos populares nos anos iniciais após a proclamação⁴. As que versavam sobre o movimento de romanização, suas bases e sua chegada no Brasil, pois que esta doutrina irá respaldar a reação católica nos anos

A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1996) e Luiz Gonzaga de Souza Lima, em *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*, são exemplos de pesquisas que trabalham estes temas. Ver bibliografia.

⁴ Dentre estas pesquisas estão: Sidney Chalhoub em *Trabalho, lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro*; Maria Odila Leite da Silva, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*; Martha Abreu Esteves, em *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*; José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* e em *Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*; Nicolau Sevcenko em *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República* e *A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio*, Maria Inez Machado Borges, em *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914* e Maria Tereza Mello, *A República Consentida*. Ver bibliografia. Sobre a questão da desordem e do policiamento neste período destaca-se Marcos Luiz Bretas, *A guerra das ruas: povo e polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Ver bibliografia.

de agudo protesto⁵. Sobre a historiografia da família⁶, tentando inserir nossa pesquisa na economia dos debates que esta linha de pesquisa vem promovendo sobre a história do Brasil. E sobre a História do Maranhão, pois foi preciso conhecer a trajetória que levou São Luís a uma grave crise econômica no final do século XIX, mas ainda assim ela participar ativamente dos debates das “idéias novas” trazidas pelos seus filhos que iam estudar fora da cidade, desenvolver uma economia jornalística e até exportar sua inteligência para a capital carioca, muitos participando da “Geração de 70”.⁷ Naturalmente acessamos alguns trabalhos que constatarem a importância, o papel e a função da imprensa no final do século XIX como fonte de pesquisa em história.⁸ Pontualmente com essas leituras quisemos perceber o solo que propiciará uma mudança crucial na organização da família brasileira ocorrida no início do período republicano e, certamente, com alguma influência do decreto do casamento civil. Pelos jornais ficou claro que este insere elementos que transformarão paulatinamente a relação entre seus membros.

⁵ No livro *Igreja e Estado em Tensão e Crise*, Thales de Azevedo estuda os antecedentes das mudanças políticas na Igreja e a atuação dela na sociedade brasileira, deixando pistas de confrontos entre o poder secular e a instituição eclesiástica, e aponta as novas idéias que invadem a Igreja. Deixa inclusive expresso o interesse de um estudo que se debruce na utilização dos jornais como meio de doutrinação desta instituição. Em *O Protestantismo, A Maçonaria e A Questão Religiosa no Brasil*, David Gueiros Vieira dá pistas dos problemas de relacionamento entre a Igreja e o Estado no Brasil, contribuindo para o entendimento dos elementos que os provocam. Apesar de essas obras trabalharem o ultramontanismo, acessamos algumas obras mais específicas sobre o movimento ultramontano brasileiro. Destacamos a contribuição da tese de doutoramento de Vitor Otávio Fernandes Biasoli, *O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria da Boca do Monte – RS (1870-1920)*, porque remonta com cuidado as raízes do ultramontanismo na Europa e a forma como será aplicado no Brasil, tendo a realidade do Rio Grande do Sul como amostra. E o livro de Augustin Wernet, *A Igreja Paulista no século XIX*, que estuda o processo de reforma da Igreja Católica a partir da doutrina ultramontana. Com esta leitura, percebemos que a Igreja também está imersa no movimento de modernização inspirado na Europa que invade o Brasil e suas elites pelo século XIX. O ultramontanismo é decorrente desta situação. Além desses, destacamos a tese de doutoramento de Alceste Pinheiro de Almeida, *O cardeal Arcoverde e a reorganização eclesiástica*; bem como o livro de Riolando Azzi, *A cristandade colonial: mito e ideologia*; e Romualdo Dias, *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil, 1922-1933*. Ver bibliografia.

⁶ Dedicamos o capítulo segundo deste trabalho para a discussão bibliográfica sobre a família.

⁷ Dedicamos o capítulo terceiro deste trabalho para refletir sobre a cidade de São Luís e seu contexto na década de 1890.

⁸ Pesquisas que utilizaram o jornal atestam a fertilidade dele como fonte de pesquisa no século XIX. Dentre elas destacamos: Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão*; Maria Helena Rolim Capelato, *A Imprensa na história do Brasil*; Kátia Maria de Carvalho Silva, *O Diário da Bahia e o século XIX*; Gilberto Freyre, *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*; Lília Moritz Schwarcz, *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. Ver bibliografia.

Nosso interesse, pois, é centrar no confronto entre Estado e Igreja e perceber como o discurso sobre a família, motivado nesta época em grande parte pelo casamento civil, irá aparecer na imprensa como proposta de organização da sociedade adequada ou não ao contexto de modernização do final do século XIX. Este confronto se apresentará sob formas de polêmicas, cujas personagens são a “intelectualidade” católica e liberal e o espaço valorizado é aquele em que as polêmicas se deram à época: a imprensa.

A escolha da imprensa como fonte essencial para esta pesquisa se explica pelo próprio papel e espaço que ela ocupa à época em questão. Muito mais que meio de informação, a imprensa desta época era por excelência, local de debates, de denúncia, de discussão. A força do jornal estava em seu editorial. Havia uma atitude política por parte dos jornalistas e intelectuais ligados à imprensa, bem como da população, em discutir o que ocorria na sociedade, fazendo do jornal uma tribuna, um espaço de conversa bastante representativo de idéias que circulavam na sociedade. A polêmica requintava esta imprensa, indo a todos os problemas, levando ao público, além de notícias e informação, a doutrina e a opinião. (CAPELATO, 1994). Nesse sentido, o jornal se torna uma complexa fonte de conhecimento, guardando sua própria história e das idéias que transpassam a sociedade.⁹ E para além disso, os trechos de fontes citados nesta introdução já deixam entrever o privilégio do tema família nesses jornais, embora ele não fosse o único assunto da imprensa.

Diante disso, para a pesquisa foram selecionados dois jornais publicados diariamente na década de 1890, na cidade de São Luís, capital do Maranhão. São ambos jornais republicanos, porém, divergem quanto a proximidade da Igreja Católica nas decisões da vida político e social. Por conta desta diferença, no desenrolar da pesquisa o jornal *Pacotilha* será

⁹ Em *História da Imprensa no Brasil*, Maria H. Capelato avalia o local de destaque que o jornal ocupava no centro dos principais debates políticos. “A leitura dos discursos expressos nos jornais permite acompanhar o movimento das idéias que circulam na época. A análise do ideário e da prática política dos representantes da imprensa revela a complexidade da luta social. Grupos se aproximam e se distanciam segundo conveniências do momento; seus projetos se interpenetram, se mesclam e são matizados. Os conflitos desencadeados para a efetivação dos diferentes projetos se inserem numa luta mais ampla que perpassa a sociedade por inteiro. O

muito mais aproveitado que o *Federalista*, pois guarda em suas páginas um debate mais diário e contundente contra os prelados católicos que este último. Mas mesmo não tão exposto na narrativa aqui construída, a leitura do *Federalista* foi fundamental para compreender melhor a economia jornalística de então, as diferenças, as aproximações e as eventuais interpenetrações entre as idéias e doutrinas de então: o positivismo, o liberalismo, o republicanismo e o catolicismo ultramontano, especialmente.

À época, a cidade de São Luís tentava se enquadrar nas exigências impostas pelo advento da República mesmo sob um contexto de grave crise econômica provocada pela desestruturação da lavoura agro-exportadora – fonte de riqueza por todo o século XIX – e pelo fracasso do esforço de emplacar a industrialização como alternativa para a crise. Ao mesmo tempo em que as páginas dos jornais dedicam espaço para o inflamado debate em torno no casamento civil, muitas notícias permitem vislumbrar o curto alcance da própria idéia de casamento, especialmente em relação às camadas populares, agravadas com a situação de crise e de aumento populacional. O esforço desta pesquisa é, assim, estabelecer uma percepção do enquadramento da sociedade ludovicense na dinâmica brasileira no período em questão e ao mesmo tempo ressaltar alguns traços que a singularizam na formação histórica do país. Para cumprir com esta proposta de pesquisa, dividimos a dissertação em seis momentos.

O primeiro é este, a introdução, onde tentamos dar um panorama geral da pesquisa e inserir o leitor no quadro dos acontecimentos e onde nos situamos para refletir sobre ele. O segundo que procura discutir a historiografia sobre a família e inserir esta pesquisa no debate historiográfico, ressaltando o uso dos jornais como fonte e o local privilegiado que a imprensa representa para pensar esta instituição. Procurando dialogar com pesquisas que trabalham a dicotomia casamento/uniões consensuais aliada à realidade ludovicense de experiências

confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos”. (1994, p. 34).

amorosas, quisemos mostrar que apesar do intenso debate ocorrido nos jornais, o alcance do próprio discurso de casamento, civil ou religioso, sofria uma falha abissal. O debate entre as doutrinas que deveriam formar e regular a instituição familiar não alcançava todo o corpo social; e a preocupação com a desordem, com o desregramento das camadas populares, percebidas como perigosas e imorais, visualizadas em notícias que pedem ajuda à polícia para o controle delas, ocupam tanto as páginas dos jornais quanto o debate em torno do casamento.

O terceiro se preocupou com o contexto sócio-econômico ludovicense anterior à década de 90, com o objetivo de esclarecer elementos de sua formação histórica que permitam compreender dois processos. Um, o progresso cultural advindo do progresso material promovido pelo algodão, promovendo o desenvolvimento da imprensa e a formação de intelectuais que irão participar ativamente nos debates dos jornais ludovicenses e nacionais ainda na década de 70, vinte anos antes, pois, do advento republicano, quando estes já lidavam com temas como o casamento civil e a família a partir das idéias novas importadas da Europa e dos Estados Unidos. Dois, a conjuntura desordenada da cidade no final do século XIX. Quisemos também apresentar a forma como a crise econômica e social vai se formando até o período da proclamação da República, procurando ligar esta trajetória com a dificuldade mesma de implementar as exigências republicanas de ordenamento, moralização, limpeza e desodorização da cidade e da população, assuntos melhor trabalhados no quarto capítulo. Neste, exporemos três campos de pesquisas historiográficas sobre a República – a questão das idéias, a do trabalho e a da desordem – e a partir delas iremos costurando o papel da família nesta primeira década republicana tão exigente em reformas e tão desejosa de viver, enfim, a civilização em que já estava imersa a Europa. Pensando a partir da realidade da cidade de São Luís, trazemos à luz a experiência de uma cidade distante do Rio de Janeiro, mas que se esforçou para seguir o seu ritmo. O incremento populacional trouxe problemas urbanos e sociais ao poder público e às elites, que tiveram que se preocupar em regular, tal como

ocorreu na capital carioca, a vida e os comportamentos dessa população “desqualificada para viver o progresso”. Partindo da idéia de que estas propostas revelam uma preocupação com o bem-estar das famílias, mas devido ao contexto de crise as dificuldades encontradas para implementá-las foram muitas, veio-nos um questionamento sobre a eficácia desses discursos. São duas realidades que aparecem nos jornais, uma São Luís culta e moralizada, outra desregrada e desprestigiada. Ambas compõem o cenário marcado pelo atraso e pela crise econômica e esta segunda parece desdenhar das propostas de regulamentação, seja do Estado, seja da Igreja.

O quinto capítulo é dedicado ao ultramontanismo, que irá informar a reação católica quando do decreto do casamento civil. As bases deste movimento, sua aplicação no Brasil, como ele sustenta um processo de reforma da Igreja e reação às “idéias novas” são pensados. A função deste espaço é também para compreender os debates ocorridos na imprensa, a defesa de um projeto conservador, regulado por ele, de organização das famílias e inserir elementos da própria história do sacramento do casamento, mostrando que não é a primeira vez que a Igreja enfrenta querelas que envolvem esta instituição. Este resgate dos problemas em torno da família já superados pela Igreja Católica ajudará a pensar, no próximo momento, numa resposta para a apreensão da população ao casamento civil. Também iluminará a compreensão de sua atuação e de seus argumentos no confronto com o Estado, que será discutido no próximo capítulo. O sexto capítulo, então, retoma a imprensa maranhense com o objetivo de mostrar, a partir do debate nos jornais utilizados como fonte de pesquisa, como o decreto do casamento civil é um caminho bastante interessante, e inovador, de se conhecer um pouco da história do Brasil.

Por fim, resta-nos dizer nesta introdução, que optamos por atualizar o português das notícias dos jornais para melhor leitura e compreensão.

2. A FAMÍLIA NO SÉCULO XIX E OS JORNAIS: CASAMENTO E UNIÕES CONSENSUAIS

2.1. TRAJETÓRIA E CAMINHOS DE PESQUISAS SOBRE A FAMÍLIA NO BRASIL

Pesquisar a família tendo como instrumento fundamental de pesquisa os jornais de época é algo relativamente novo, pois as pesquisas neste tema têm se debruçado sobre outros materiais, majoritariamente. Listas nominativas, documentação eclesiástica (Devassas, confissões do Santo ofício, Denúncias, batismo, casamento, óbito e os banhos matrimoniais) e documentos judiciais (testamentos, inquéritos e processos) são algumas delas. Este uso restrito da imprensa, entre outros motivos, pode ser explicado a partir da própria forma pela qual os estudos desta linha se desenvolveram, e nas respostas que eles buscaram para os questionamentos que foram feitos a esta instituição com o objetivo de elucidar uma parte da história do Brasil.

O lugar singular que a família ocupa nas sociedades ocidentais, somado à importância que esta instituição exerceu no funcionamento da sociedade brasileira desde o início, explica o interesse pela família como objeto de estudo. No período colonial, era na família que se buscava *status* e classificação social e por isso esta instituição determinava o movimento ou não da sociedade. (SAMARA, 1989). Voltar-se para seu modo de organização e seus valores pode dar pistas sobre a vida e o destino do grupo social; analisar as metamorfoses que a afetam, o afrouxamento ou o alargamento do alcance de seu discurso moral dentro do corpo social pode permitir entrever a sobrevivência da própria sociedade. (DONZELOT, 1986)

Na descrição de Rosa Maria Barboza de Araújo (1993, p. 23) encontramos a medida das palavras que “datam” o nascimento da História da Família no Brasil:

Até os anos 1970 a história da família no Brasil foi principalmente analisada por sociólogos e antropólogos. Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Luís Aguiar da Costa Pinto foram pioneiros na análise das relações de parentesco e do perfil da família para entenderem a evolução social do Brasil colonial e imperial. Antonio Cândido de Mello e Souza, Emílio Willems, Donald Pierson, Thales de Azevedo, Charles Wagley, dentre outros estudiosos, escreveram sobre a estrutura e a organização da família em diferentes períodos. *Gilberto Freyre inaugura o estudo da história da família em 1933 com a tese do patriarcalismo publicada em Casa Grande & Senzala e continuada em Sobrados e Mocambos, argumentando que o meio ambiente, a nutrição e fatores culturais determinaram o caráter paternalista nacional desenvolvido através do sistema familiar.* Oliveira Vianna explica a formação da população brasileira em termos étnicos, combinando fatores raciais com ambientais, sem deixar de lado o monopólio de poder da família patriarcal na formação social do Brasil. (grifo nosso)

O estímulo das pesquisas nesta área se dará a partir desta afirmação. Nasce, pois, a problemática da família no Brasil, paralela à problematização do conceito de família patriarcal desenvolvido por Freyre. As pesquisas que se seguiram o interrogaram, concordando ou reinterpretando a visão patriarcalista. Buscando respostas junto à historiografia européia – a tradição de pesquisa realizada na França e na Inglaterra, pioneiros nos estudos de família – as pesquisas formularam temas e métodos e se voltaram para as especificidades brasileiras.¹⁰ Os trabalhos publicados a partir de então definiram a estabilidade do tema como nova área de conhecimento histórico.¹¹ (SAMARA, 1989)

¹⁰ Antes de 1950, estudos de família como os que se conhece hoje praticamente não existiam. O que se fazia eram análises genealógicas, quase sempre de grupos de elite, e baseados em fontes subjetivas. O Grupo de Cambridge (1960) é fruto do fértil período de nascimento da demografia histórica, bem como da popularização de estudos sobre vida familiar, iniciados na França com base na análise de documentação paroquial. Este grupo inglês de estudos de população e estrutura social desenvolveu uma metodologia específica, basicamente quantitativa e abrangendo um número maior de regiões, com o intuito de estandardizar as informações e torná-las comparáveis entre si, contemplando largos períodos de tempo e lugares diferentes. A exploração das listas nominativas, abundantes e completas na Inglaterra, mas também existentes em várias partes do mundo, permitiu que as principais questões levantadas dissessem respeito ao estudo demográfico do agrupamento doméstico. As mesmas listas traziam informações sobre a composição das unidades domésticas e mais alguns dados variáveis, de acordo com a região, com a profissão, idade, estado matrimonial, produção, etc. (BERKNER, 1972)

¹¹ É certo também que o interesse por este objeto vem à tona com a visibilidade que a História das Mulheres adquire na historiografia. Os primeiros estudos no ramo da História das Mulheres, por sua vez, tinham como característica a sua vinculação ao movimento feminista e, por isso, identificavam a família como uma instituição central de opressão. Sheila de Castro Faria (1997) critica o que denomina de imprecisão quanto à delimitação das áreas e objetos de estudos, apontando que, no Brasil, há uma interpenetração da história da família nos campos específicos da sexualidade e da história das mulheres. Para ela, essas interligações resultam numa confusão entre os limites dessas linhas de pesquisa, pois para estudar a família tem sido necessário o cruzamento com a história

Esta problematização do conceito de patriarcalismo decorrente da obra de Freyre ocorreu a partir da percepção de que ele generalizaria o conceito de família patriarcal como o tipo de família existente no Brasil no período colonial e oitocentista. Generalização esta que construiu mitos que geraram o desconhecimento de nossa história. Segundo Mariza Corrêa (1982, p. 15-18):

A história das formas de organização familiar no Brasil tem-se contentado em ser a História de um tipo de organização familiar e doméstica – a família patriarcal –, um tipo fixo, onde os personagens, uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais. [...] a família patriarcal é o retrato que temos da família brasileira através do tempo, é a história da família brasileira, todos os outros modos de organização familiar aparecendo como subsidiários dela ou de tal forma inexpressivos que não merecem atenção. [...] este olhar achata todas as possibilidades [...] Escamoteando as alternativas, tornando-as invisíveis, este olhar alinha-se ao lado do modelo dominante (dominante?), ignorando que foi através de uma luta suja, de infinitos pequenos conflitos e manipulações, e da violência, que este modelo, afinal, se impôs. [...] penso sobre as formas de organização familiar no Brasil colonial. É possível reduzir a imensa gama de possibilidades inscritas num espaço natural e social aberto, muito lentamente ocupado e organizado, a *uma* história na qual, mudando os personagens, permanece uma fala central idêntica a si mesma, preenchida a cada geração por novas palavras, sempre com o mesmo sentido? [...] como se dá historicamente a produção concreta das formas de organização familiar? A chamada família patriarcal era o modo cotidiano de viver a organização familiar na Colônia, compartilhado pela maioria da população ou é o modelo ideal dominante, vencedor sobre as várias alternativas concretas no decorrer da história?

Motivados então pelo questionamento sobre uma possível homogeneização da família, sobre a possibilidade de outras organizações familiares conviverem com o tipo patriarcal, a proposta dos estudos de família foi verificar as diversas realidades e áreas do país. O ponto de partida era refletir e eventualmente comprovar que a família do engenho de açúcar pernambucana dos séc. XVI e XVII havia se transformado em matriz e substrato comum válido para a sociedade colonial inteira, do XVI ao XIX.

Junto à desconfiança de que este modelo patriarcal – ou seja, família numerosa, composta não só pelo núcleo conjugal e de seus filhos, mas incluindo um grande número de parentes, criados, agregados e escravos, todos submetidos ao poder absoluto do patriarca, pai,

das mulheres, das crianças, da sexualidade, etc. Assim como estudar qualquer um desses outros objetos requer um diálogo com a História da Família.

marido – não é o único modelo de família existente no Brasil entre os séculos XVI e XIX; a ênfase na submissão feminina também sugeriu pesquisas que comprovassem que isto talvez só fosse característica das elites agrárias.¹²

Acreditando que uma revisão de nossa história poderia fazer a complexidade da ocupação do espaço social brasileiro sair de dentro do engenho articulou-se um esforço revisionista sobre a família, preocupado com suas formas, sua dimensão, seus tipos, seus valores, etc.

Este movimento revisionista foi levado a efeito por historiadores com o uso de fontes que permitissem vislumbrar qualquer pequena fresta por onde escapassem sinais de relações insuspeitas na sociedade; que revelassem, com isso, as diversas e heterogêneas realidades e as formas de organização de domicílio que pudessem comprovar o mascaramento do social que a imposição do conceito freyriano provocou. Afinal, o retrato que se tinha da família no Brasil através do tempo, atribuído à família patriarcal, não era a história da família brasileira. (CORRÊA, 1982)

Críticas foram feitas, porém: tanto a essa tentativa de relativização da imagem dominante da família patriarcal; quanto à concepção de que a família patriarcal não existiu sozinha na formação familiar e social brasileira; bem como à idéia de que vista desse modo, a história da família torna-se um objeto particularizado que pouco diz das experiências da população real. Destacaram-se os limites desse método revisionista, o qual foi acusado de confundir o conceito de patriarcalismo com o de família extensa e de investir no desmonte por um viés e por uma fonte problemática. Com estudos sobre a estrutura de domicílio, baseados nos censos e nas listas nominativas que constatavam variações na realidade dos domicílios,

¹² Este questionamento revela a proximidade entre a História da Família e a História das Mulheres que apontamos na nota anterior, bem como a influência que os estudos de gênero exerceram sobre a primeira. A argumentação é no sentido de amenizar a impressão de que a mulher era totalmente submissa frente à dominação masculina presente na sociedade, utilizando para isso o exemplo de rebeldia e resistência de algumas mulheres, especialmente dos grupos populares. Eni de Mesquita Samara frisa ainda ser perigoso separar a história das mulheres da história da família, “sob pena de enfatizarmos apenas estereótipos e arquétipos que não contemplam

parecia fácil desmontar o argumento atribuído a Freyre demonstrando que as organizações de domicílio não eram tão extensas assim.¹³

A primeira acusação era sobre a incompreensão do conceito de família patriarcal por parte desta literatura revisionista. Isto é, a família patriarcal seria *uma* representação do modelo de família, fortemente identificado com as características autoritárias e desiguais do nosso período colonial. Servindo de núcleo e de base para a estruturação das relações sociais, acumulou potência ideológica a ponto de atingir ou influenciar ou impor, seu código de conduta mesmo aos núcleos que não eram organizados segundo os traços básicos de seu modelo. Assim sendo, a família patriarcal serviria sim de referência ideológica para a organização das diversas relações afetivas, sexuais, de solidariedade e de hostilidade, não sendo, portanto, uma realidade que se pudesse demonstrar com pesquisas empíricas sobre modos de organização familiar. O que se podia interrogar a partir do seu conceito estava estreitamente ligado com a mentalidade que rege a vida familiar na esfera privada e a vida social, na esfera pública. Para quem questionasse o caráter de influência que a família patriarcal exercia, esta vertente crítica retrucava que este modelo se legitima mesmo em condições adversas a ele, negativizando as experiências que não se adequam às suas características. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003; ALMEIDA, 1997)

Na medida em que estes estudos da literatura revisionista foram influenciados pelo método quantitativo desenvolvido pelo Grupo Cambrigde, a crítica de Lutz Berkner (1972) aos trabalhos deste grupo ressoa nas pesquisas brasileiras. Além de acusar os conceitos usados por Peter Laslett por serem elaboradas sem explicações claras, o próprio conceito de

os diferentes modos de vida de mulheres dos mais variados segmentos étnicos e sociais”. (SAMARA, 2003, p.58).

¹³ Para maiores detalhes sobre esse tema e sobre a escassez das listas nominativas no Nordeste, ver Barickman, *E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835*. Ver bibliografia.

“household”, seria equívoco.¹⁴ Também Barickman (1998) estende a crítica aos demais usuários das fontes, alertando para o problema do uso das listas nominativas e censos populacionais como se eles tivessem sido elaborados para a contagem de domicílio e reforça que o critério utilizado para a marcação dos chamados “fogos” é absolutamente duvidoso, quando não, desconhecido. Ele aponta ainda que os censos e as listas nominativas são mais próprios do Sudeste brasileiro. Há uma quase inexistente produção historiográfica que contempla o Nordeste Brasileiro, muito por conta da escassez desse tipo de fonte nesta região. Para o autor, essa falta constitui não só uma lacuna, mas denota a impossibilidade das pesquisas revisionistas desconstruírem, a não ser de modo indireto, a visão tradicional da casa-grande patriarcal associada a Freyre.

Deste questionamento inicial sobre o alcance da família patriarcal, outros se desdobrarão. Conseguindo ou não demonstrar que o conceito de família patriarcal exercia um domínio, apagando as demais formas de organizações familiares, o fato era que, diante desse questionamento, era necessário conhecer estas outras realidades, saber como se organizavam e se recebiam ou não influência daquele.

Teorias de mudança social formulam hipóteses explicativas genéricas sobre transformações do comportamento familiar, usualmente atribuindo as inovações à influência da industrialização ou à urbanização, sem estabelecer um ponto preciso de mudança. Historiadores demógrafos, apesar de fornecerem alicerces para os avanços teóricos no entendimento do papel da família, superdimensionam os dados censitários para definir tipologias e identificar modificações na vida familiar a longo prazo. Relegando para segundo plano a ordem política, a historiografia sobre família muitas vezes deixa de lado estruturas históricas específicas. (ARAÚJO, 1993, p. 46)

Um dos caminhos foi procurar compreender as organizações familiares ou conjugalidades amorosas que não estavam legitimadas pelo casamento, mas faziam parte do

¹⁴ Para ele, Laslett encara os censos como simples blocos de indivíduos que ele não sabe o que significa, mas que estão definidos nos censos. Berkner critica, pois, a passividade de Laslett diante de tais fontes, já que o mesmo “não desconfia” que os censos dependem de quem os elabora, sendo o critério de divisão totalmente desconhecido e por isso eles são, no mínimo, suspeitos. Censos que, na verdade, nem sempre são censos, alguns são listas feitas para fins econômicos e militares. Berkner também critica o descarte feito por Laslett das demais fontes que tratam dos “ideais familiares”, uma vez que a organização de domicílio depende do contexto da

cotidiano da população, especialmente das camadas populares. Como funcionava a “desordem” dos comportamentos? Qual sua visão e como ele se relacionava com este elemento de ordem? Foram feitas algumas perguntas.

Por que se decidir então pela família patriarcal, pelo elemento da “ordem” como foco de análise em meio a uma “desordem” tão gritante, em que as “uniões irregulares” eram de fato a ordem dominante? O que assegurava, naquele momento, a futura prevalência (ao menos simbólica) daquela “ordem”? Qual seria a visão dos que viviam a “desordem”, se a maneira pela qual se movia a sociedade colonial levou até alguns viajantes a prever, atemorizados, um Brasil futuro onde predominaria a raça negra, em face da frequência com que os escravos se revoltavam e constituíam formas de organização alternativas às que lhe eram impostas? Decidir-se por acompanhar a trajetória daquele pequeno grupo que, retrospectivamente, impôs-se aos outros, aliado a outras parcelas da sociedade igualmente excluída do quadro, e apresentá-lo como um grupo não só coeso mas imune às batalhas do momento, é outra vez assumir a sua visão da sociedade colonial. [...] O conceito de família não só é destinado a uma minoria branca, como parece provir da descrição de sua forma de organização. (CORRÊA, 1982, p. 28)

Partindo da idéia, como coloca a autora, de que o papel social da organização familiar não deve ser reservado somente às classes dominantes; percebendo que assumir este comportamento como elemento de sustentação da sociedade era assumir o ponto de vista desses agentes; bem como constatando que, permanecer nesse caminho, era reproduzir os mesmos argumentos que a classe dominante lança mão para manter a população sobre seu controle e manter-se no poder, algumas pesquisas desenvolveram e ampliaram os questionamentos da História da Família, centradas na fronteira entre a “ordem” e a “desordem” e nos intercâmbios que ocorre entre estas duas esferas do social.

Abandonando a esfera do “dever ser” que orienta a teoria e a prática na direção da normatização e do estabelecimento de controles sociais, procurou-se de fato entender o real significado da diversidade e da especificidade das diferentes estruturas familiares num determinado contexto social. Como escreve Carmem Macedo (1979, p. 146), sobre a possibilidade de se iluminar o significado da família operária só poder acontecer fazendo referência às condições de vida da classe trabalhadora:

[...] a análise da família deve visar a identificação da prática real das várias classes e, ao reconstituí-las por referência ao todo, retirar daí a compreensão do sentido particular que a vida familiar assume em cada caso. A análise da família não pode ser desvinculada da estrutura de classes e deve visar à reconstrução do modo pelo qual ela representa um modo possível de viver concretamente a inserção numa estrutura de classes.

É este espaço, dentre os diversos campos que a pesquisa sobre família se encaminhou, que importa comentar, com o objetivo de, através do diálogo e do entrecruzamento com os autores, construir o lugar que, dentro da historiografia, esta pesquisa se insere. Iremos aqui privilegiar algumas pesquisas referentes à colônia e ao final do século XIX que se preocupam com a tênue fronteira entre a “ordem” e a “desordem”, visando compreender melhor a efervescência, o alcance e a função dos debates entre Estado e Igreja pela família no alvorecer da República.

O objetivo é também acentuar a percepção de que, pela própria posição e pelos papéis que assumem o casamento e a família são fatores de regulação, oficialização, controle, reprodução e codificação dentro da sociedade e se articulam com a necessidade de perpetuação de determinadas estruturas estáveis que existem nesta última. Mas, ainda que se pretenda amplo, o desejo de alcance e reprodução fica comprometido em função do cotidiano das pessoas, que desliza por entre as falhas próprias de todo discurso impositivo e recriam formas de convivência e de conjugalidade. Estabelecidos a partir da articulação da natureza com a cultura, os mecanismos de regulação pelo casamento e pela família objetivam instituir um casal, organizando, para além da confluência de duas pessoas, a de células sociais capazes de se reproduzir de forma semelhante. Sobre isso, George Duby (1989, p.11) afirma:

Aos preceitos do código genético individual acrescentam-se, portanto, os de um código de comportamento coletivo, de um conjunto de regras que aspiram a ser igualmente inquebrantáveis e que pretendem definir antes de tudo o estatuto respectivo do masculino e do feminino, repartir entre os dois sexos o poder e as funções, controlar em seguida esses eventos fortuitos que são o nascimento [...], indicar finalmente, entre todas as uniões possíveis, as uniões legítimas, ou seja, as únicas consideradas suscetíveis de garantir convenientemente a reprodução do grupo.

Neste sentido, o casamento e a família estão articulados a uma firme estrutura de ritos e interditos, decorrente seja do profano seja do religioso, e incluem a legalização de um ato privado que traça uma fronteira entre a norma e a marginalidade: o lícito e o ilícito, o puro e o impuro.

Porém, como todo preceito de lei ou de moral, eles constituem apenas um elemento entre tantos outros de uma construção ideológica edificada para justificar certas ações e para, numa certa medida, mascará-las. Não há determinismo nem linearidade definitiva sobre o edifício social que se constrói sob a ordem desses discursos, ainda que estes sejam arranjos para produzir ordem ou aparentá-la. Toda regra é mais ou menos transgredida e entre a teoria e a prática existe um espaço que não está determinado pela primeira. As fórmulas e tratados válidos para organizar a sociedade não podem nos enganar diante de sua aparente uniformidade. Além disso, se estão associados a uma produção, reprodução e sobrevivência de um modelo de sociedade, ambos tendem a agrupar outros aspectos que estabelecem comportamentos e práticas variantes não apenas em função da sociedade e da época, mas também em virtude das especificidades dos diferentes grupos sociais.¹⁵

Segundo Norberto Bobbio, *norma* é algo que pode modificar ou influenciar comportamentos, embora nem todas as mudanças de comportamentos seja efeito de uma norma.

Para que se possa dizer que existe uma norma, [...] não basta que cada indivíduo se comporte como outros se comportam, é preciso que, se não forem todos, pelo menos parte daqueles que se comportam da mesma maneira o façam por considerarem esse comportamento como um critério geral de conduta, um modelo de comportamento de todo o grupo e, ao mesmo tempo, como um ponto de referência para criticarem o comportamento daqueles que se desviam. (BOBBIO, 1989, p. 107)

O discurso normativo, tanto no que se refere a normas positivas ou proibições, se expressa segundo a fórmula básica do “dever ser/não dever ser”. E não se pode estabelecer sobre uma

norma se ela é verdadeira ou falsa. O critério que se utiliza para estabelecer se uma prescrição é aproveitada ou rejeitada é a sua validade. Um discurso normativo é válido quando formulado por uma autoridade reconhecida ou legítima, ou quando está de acordo com um determinado valor socialmente aceito.

Um exemplo desse discurso normativo é o discurso católico sobre a família amparado pelo sacramento do casamento. Apresentando-se como núcleo estabilizador num universo caótico, logo estabelece a necessidade e o bem de divulgar e impor seu modelo. Porém, ele nem sempre consegue alcançar a todos, e as pesquisas têm desvelado este desencontro entre o discurso moral cristão e a prática da população.

Tendo em vista estes parâmetros de regulação viabilizados pelo discurso de casamento de família legítima e o escape que resulta disso, Raimundo José de Sousa Gaioso, fazendeiro do algodão maranhense, escreveu em seu livro escrito em 1818, *Compêndio Histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*, que alguns brancos preferiam a “amizade ilícita com uma mulata, negra ou índia ao mais ajustado casamento.” (GAIOSO, 1970, p. 122). Isso nos dá um indício bastante interessante, mas não inovador, dos vários tipos – tanto em relação aos pares quanto em relação à legitimidade – de relações amorosas que ocorreram na província do Maranhão desde os tempos coloniais, ainda que houvesse fiscalização e regulamentação, feita principalmente pela Igreja Católica, de uma forma legítima e lícita da população se organizar pelo ato casamento para constituir família.

Esta pista que destacamos nesta leitura, a despeito de tantas outras, nos aproxima da discussão válida para todo o Brasil. Mantendo a atenção nela – à qual engloba a citação propriamente dita, o autor dela e o lugar/contexto em que ela é dita – retiraremos os elementos essenciais para uma reflexão junto à historiografia, tencionando-a até aproximá-la de nosso objeto de pesquisa mais central, a saber: pensar uso do discurso sobre a família, exposto na

¹⁵ Sobre o significado do casamento acessamos a leitura de Alan Macfarlane, *História do casamento e do amor: Inglaterra, 1300-184*; André Burguière, *História da Família: o choque das modernidades*; Jean Luis Flandrin,

imprensa na última década do século XIX, dentro do contexto de confronto de idéias provocado pela laicização da sociedade com o advento da República, no qual se enfrentavam a Igreja Católica e os jornalistas liberais, tendo como amostra a cidade de São Luís.

Nesse sentido, ainda segundo Raimundo Gaioso, na província de São Luís no início do século XIX, havia uma média de trinta mil habitantes, estando divididos em várias classes. A mais poderosa seria a dos “filhos do reino”; a segunda seria a dos nacionais ou descendentes dos europeus estabelecidos no Maranhão; a terceira, os misturados, provenientes de um europeu com uma negra ou índia; a quarta, os negros afro-descendentes e a quinta classe, os índios. E no que diz respeito aos costumes entre estas três últimas classes, ele diz, são “sumamente corrompidos em ambos os sexos”, diz Raimundo Gaioso (1970, p. 122):

A religião não tem podido pôr-lhe um freio contra a incontinência, pois que esta paixão é superior a eles, em um clima tão cálido, a todos os preceitos evangélicos. A maior parte dessas três espécies vive uma mancebia continuada, e o mais é que há brancos que preferem esta amizade ilícita com uma mulata, negra ou Índia, ao mais ajustado casamento. Outros há que já ligados ao estado matrimonial, abandonam uma mulher formosa, e que muitas vezes fez a sua fortuna, por uma negra, ou mestiça (...)

O que interessa nesta descrição não são os motivos que levaram ao entrecruzamento dos diversos grupos, a despeito de todo o esforço de manutenção de suas purezas, mas do fato de que eles ocorreram de forma quantitativamente e qualitativamente significativa, ainda que a Igreja Católica, através da veiculação do modelo de família, de casamento e de amor legítimo tentasse evitar estas uniões. A forma pela qual São Luís se formou historicamente possibilitou um convívio freqüente, amistoso ou conflituoso, nas ruas entre essa população variada; convívio provocado, principalmente, pelas diversas formas de vidas que levavam, seja na lavoura, no comércio ou na rotina dos homens livres e escravos. E ainda que a política de casamentos fosse montada para “cada qual com seu igual”, prática própria das elites que evitavam corromper sua família e sua fortuna, alianças que deram origem ao que Raimundo Gaioso denomina de “terceira classe” ocorreram. Isso nos deixa perceber, de antemão, certo

fracasso do modelo de família católica legítima que vigorará como discurso para a organização das famílias em São Luís.

Sobre a política de casamentos entre iguais, Macfarlane¹⁶, pesquisando a Inglaterra do final do século XVII, já afirmava que o ideal de casamento seria um par do mesmo porte que fosse proporcional em posição social, nascimento, idade, educação. Este equilíbrio refletia a idéia de que os casamentos deveriam se aliar à necessidade prática e econômica, como também ao interesse individual. No Brasil, muitos trabalhos já demonstraram que, no casamento entre membros da elite, prevalecem as uniões legítimas e os arranjos matrimoniais pautados na tentativa de equilibrar os interesses familiares às expectativas dos pares, levando-se em conta a manutenção e ampliação do patrimônio, bem como a tradição, a influência e o prestígio social e político da rede de parentesco. Eni de Mesquita Samara¹⁷, ao analisar o casamento em São Paulo, no século XIX, afirma que eles se realizam em círculos limitados, sujeito a padrões e normas que ligam indivíduos socialmente em função da origem sócio-econômica. Carlos de Almeida Prado Bacellar¹⁸ procura mostrar que o casamento entre a elite tinha como parâmetro a endogamia social, que também levava em conta a semelhança de meio social entre os cônjuges, daí a recorrência de casamentos consangüíneos em meio às famílias proprietárias. Porém, pesquisas como as de Eliana Goldschmidt¹⁹ e Eliane Lopes²⁰ respaldadas em processos-crime, testamentos, inventários, legislação coeva, mostram que o “pecado” na sociedade paulista marcou também a vida familiar: adultérios, mancebias, ilegitimidade. Se o modelo de família legítima veiculado pela Igreja reverberava em uma prática elitista que tinha como marca, em muitos casos, a endogamia social, ao mesmo tempo, sofria falha dentro da própria elite.

¹⁶ Cf., *op.cit.* p. 172. Ver bibliografia.

¹⁷ Cf., Eni Samara, *Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX*. Ver bibliografia.

¹⁸ Cf., Carlos Bacellar, em *Os senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista*. Ver bibliografia

¹⁹ Cf., Eliana Goldschmidt, *Convivendo com o pecado: os delitos da carne na sociedade colonial paulista, 1719-1822*. Ver bibliografia.

Se a regra da legitimidade não era cumprida uniformemente por todos dentro dessa camada social elitista, entre os populares sua existência era ainda menor. Minando este discurso regulador, uma relativa frouxidão concorria com relação aos amores e à conjugalidade das camadas populares, as quais tomavam caminhos outros que não os respaldados pelo discurso regulador. Kátia Mattoso²¹ chega a afirmar, para a realidade de Salvador, que a família consensual entre as camadas populares ultrapassava o percentual de 50% do total das famílias. Apoiada em recenseamentos e em inventários, a autora mostra que essas uniões ilegítimas ocorrem em graus diversos e em toda a sociedade baiana, sejam os casais brancos ou negros, ricos ou pobres. A razão que ela aponta é a relativa dificuldade de realização das cerimônias pelo custo elevado dela, bem como a boa aceitação de uniões ilegítimas entre a sociedade.

Sobre a existência e a relativa regularidade das uniões ilegítimas, outros autores afirmam que em função da própria ausência de patrimônio, da dinâmica da conjugalidade e das redes de sociabilidade e alianças acionada por alguns indivíduos, o rompimento e os rearranjos familiares eram facilitados. Ronaldo Vainfas²², por exemplo, argumenta que por viverem em um mundo instável, sem bens ou ofício, os segmentos pobres deixavam de se casar no Brasil, porque esta situação precária os impedia de viver uma vida alicerçada na moral católica e nas tradições familiares portuguesas.

Para a realidade de São Paulo, ao longo do século XIX, Eni Samara²³ também afirma que os padrões de moralidade eram mais flexíveis e havendo pouco o que dividir ou oferecer em uma vida simples, o carinho e o amor eram aspectos relevantes nos casamentos entre os pobres e os libertos. A flexibilidade do padrão moral destes se refletia, por exemplo, na

²⁰ Cf., Eliane Cristina Lopes. *O Revelar do Pecado – Os filhos ilegítimos na São Paulo do Século XVIII*. Ver bibliografia.

²¹ Cf., Kátia Mattoso, *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Ver bibliografia.

²² Cf., Ronaldo Vainfas, *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Ver bibliografia.

²³ Cf., Eni Samara, *As mulheres, o poder e a família*. Ver bibliografia.

percepção de que a separação ou um novo concubinato não teriam graves repercussões sociais.

Maria Odila da Silva²⁴ reforça o argumento de que a instabilidade das uniões podia ter como causa a pobreza ao analisar a realidade das famílias de mulheres solitárias. Nesta mesma direção, Elizabeth Kuznesof²⁵ evidencia que as famílias chefiadas por mulheres decorriam de uniões consensuais rompidas em virtude da busca por trabalho em outras áreas, da migração urbana, etc.

Se a pobreza era um obstáculo, Luciano Figueiredo, a partir da realidade das Minas Gerais, acrescenta a própria dificuldade institucional que a Igreja enfrentava para cooptar todas as almas:

As limitações institucionais para disseminar o casamento iriam contribuir decisivamente para o estabelecimento de uniões consensuais nas comunidades mineiras. Mais que isso, a ação da Igreja não foi capaz de aprofundar, na maioria da população, sentimento religioso sólido o suficiente para mantê-la afastada dos relacionamentos consensuais. De fato, a necessidade do afeto e o estabelecimento de relações de solidariedade pareceram bem mais importantes que o respeito às exigências cristãs. Colocado dessa forma, o cotidiano superava, com sua força avassaladora, as fraquezas institucionais. (FIGUEIREDO, 1997, p. 146)

É válida para a cidade de São Luís esta afirmação. Ainda que a atuação da Igreja Católica se esforçasse para estabelecer a família legítima e disseminar a prática do casamento, percebe-se a dificuldade deste discurso de família cristã alcançar alguns segmentos da sociedade desde os tempos coloniais, como informava Gaioso. Embora o sacramento religioso tenha sido durante muito tempo a única forma de união considerada legítima, e a pressão da Igreja para que ela assim continuasse foi bastante imperativa, boa parte da população vivia em uniões ilegítimas.

Devemos lembrar também que apesar da marca de indisciplina, promiscuidade e desregramento moral e sexual com que o discurso dominante procurou enquadrar este modo

²⁴ Cf., Maria Odila da Silva, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. Ver bibliografia.

²⁵ Cf., Elizabeth Kuznesof, *Household, family and community studies, 1976-1986: a bibliographic essay*. Ver bibliografia.

de vida da camada popular, ela estabeleceu relativos padrões de uma moral comunitária e coletiva e, muitas vezes, sofria influência ou desejava reproduzir o modelo divulgado como ideal. Recuperando o cotidiano que ficou anotado em livros de devassas e em processos-crimes, Fernando Londoño²⁶ investiga a ilicitude das relações amorosas mineiras, percebendo que as famílias geradas pelo concubinato surgiam à sombra do casamento como resultado de adultérios, ou se organizavam segundo o modelo do matrimônio a partir de arranjos consentidos ou resultantes de raptos e violências. Os envolvidos comportavam-se como marido e mulher, identificando-se também relações filiais, de avós e netos, chegando mesmo a se manifestar em redes de solidariedade similares às surgidas ao redor da família estruturada a partir do casamento. A sua tese é, portanto, que esse regime de concubinato permitiu a constituição de “outra família”.

Se o casamento legítimo também era encontrado nas camadas populares, se as uniões ilegítimas podiam guardar semelhanças com as uniões legitimadas pelo matrimônio, não se deve esquecer que o convívio amoroso nas uniões ilegítimas poderia apresentar traços diferentes, os quais muitas vezes o afastavam desse modelo ideal ao mesmo tempo em que construíam uma moral própria. Por exemplo, Luciano Figueiredo aponta o fato das relações amorosas nas camadas populares oscilarem entre dois extremos, com uma relativa publicidade, misturando muitas vezes excessiva violência com o excessivo amor. Estes são aspectos que singularizavam estes relacionamentos, facilitando sua compreensão pelos grupos dominantes como desregrados e promíscuos. Acerca disso, ele comenta:

Dessa vez são atitudes públicas nas quais transparecem, não só a existência de um relacionamento amoroso, mas os conflitos, a paixão e o afeto que lhe são subjacentes. Aos olhos da Igreja um desafio ao seu poder e uma ameaça pela publicidade com que ocorre; para a população mineira, relacionamentos do cotidiano com manifestações sinceras. Assim a preocupação da Igreja com os conflitos nesse relacionamento consensual tem uma raiz diferente daquela com relação aos cônjuges legítimos. Se nesta era a estabilidade da relação que era temida, naquela era condenável qualquer forma de sentimento mais perene entre um casal, pois ocorria fora da ordem conjugal. (FIGUEIREDO, 1997, p. 107)

²⁶ Fernando T. Londoño, *A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na Colônia*. Ver bibliografia.

Nesse sentido, revelar-se-ia uma ordem familiar com conflitos às vezes bem violentos, mulheres pouco passivas em seus papéis, atitudes de estabilidade contrárias à ordem escravista e comprovações extremadas de afeto. Além disso, essa ordem familiar envolvia ritos em diferentes esferas da vida familiar quer houvesse ou não coabitação.

As pesquisas que procuram entender a realidade dessas uniões consensuais no final do século XIX e início do XX se destacam mais para ajudar a pensar nossa pesquisa pela proximidade cronológica. Elas seguem a tendência de mostrar os limites incontornáveis do modelo de família válido para a época, que passa a ser o modelo burguês, encontrando resultados parecidos aos das pesquisas no período colonial. Por exemplo, que as uniões consensuais se estabeleciam com mais facilidade entre as camadas populares, porém o casamento legítimo podia ser encontrado nesses meios; que o casamento entre essa população no final do século também encerra certas proximidades e certas divergências entre a vivência e a representação de papéis e comportamentos socialmente legitimados; que os comportamentos da população remetiam à criação de uma moral própria vivida por essa população.

Nessa conjuntura do final do século, de consolidação do regime republicano e da “ordem burguesa” no Brasil se enfatiza a importância da construção de um espaço urbano ordenado e moralizado. Uma das preocupações era transformar o novo trabalhador assalariado em homem de bem, ou seja, moralmente constituído para viver o progresso. Isso exigia um controle sobre sua vida fora do espaço do trabalho, pois um indivíduo integrado à sociedade se define também por certos padrões de conduta amorosa, familiar e social. Diante dessa necessidade, caberia traçar planos e modelos para regular seu comportamento.

No estudo de Jurandir Freire Costa²⁷, está retratada a emergência dos valores burgueses no Brasil, sob o argumento de que os preceitos de uma educação higiênica presente

²⁷ Cf., Jurandir Freire Costa, *Ordem médica e norma familiar*. Ver bibliografia.

no discurso médico e científico da época constroem o modelo de feminino, de masculino e da família constituída da relação entre os dois, a partir das diferenças anatômicas e biológicas entre ambos. Noções como a de que a fragilidade moral ou a delicadeza da mulher provinham da fragilidade física eram correntes. Por ser fraca, as principais virtudes femininas eram a passividade, a submissão e a sensibilidade. Com essa lógica, o lugar da mulher era sob a proteção masculina, cuidando do lar e dos filhos. Esta proteção era possível para o homem em virtude de seu vigor físico, moral, sua dureza e racionalidade. Com relação à constituição da família a partir desses dois modelos a resposta dada pelos médicos higienistas era fácil de deduzir: a mulher deveria cuidar dos filhos no seu papel de mãe e esposa, o homem deveria se dedicar ao trabalho e proteger sua mulher e filhos. Essa “proteção” guardava um caráter profundamente assimétrico entre os dois sexos, pois dela derivava a dominação do homem sobre a mulher. A partir desta lógica, o que Costa ressalta é uma submissão das famílias de elite brasileiras à tutela médica através desta política higiênica. Mais que isso: sua análise deixa transparecer a conversão dos caracteres físicos, psíquicos e morais em elementos de diferenciação de classe social e instrumentos políticos de dominação. Aliado ao discurso jurídico, este saber médico se alastrou por todo o corpo social, submetendo progressivamente os comportamentos populares aos seus parâmetros.

Martha Abreu Esteves²⁸ reflete sobre como o início dos tempos republicanos foi propício para organizar uma política mais voltada para a sexualidade, difundindo papéis sociais e sexuais a serem valorizados ou não pela sociedade; criando ao mesmo tempo elementos para ordenar a nação através do controle social mais direto.

O aparelho judiciário tornou-se, assim, mais uma instituição (como a medicina, a fábrica e a polícia) a tentar introduzir ao trabalhador nos valores fundamentais do trabalho, dentro da ótica burguesa. As reformulações introduzidas no novo Código Penal Republicano, em 1890, constituíram um dos primeiros indícios desse tipo de atuação do Poder Judiciário. (ESTEVES, p. 30)

²⁸ Cf., Martha Abreu Esteves, *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Ver bibliografia.

Na década de 1890, a polícia é uma instituição privilegiada para a observação dos projetos e práticas de ordenação e moralização do espaço público e dos comportamentos.²⁹

A generalidade deste estereótipo de família e dos respectivos gêneros estava posta nessa literatura especializada e não deixava de estar no universo mental da população urbana. Restou às pesquisas saber se a norma e os padrões eram realmente cumpridos ou válidos pelos diferentes segmentos da sociedade. Porém, não se pode esquecer dos limites que esta implantação de uma “ordem burguesa” significou no Brasil. Estudando o Rio de Janeiro, Rosa Maria Araújo (1993, p. 200) afirma:

A inter-relação da família com a cidade entre aos anos de 1890 a 1920 mostra que este foi um período de transição entre os padrões de comportamento tradicional e moderno, sendo os últimos somente solidificados a partir dos anos 20. A revolução sentimental que define a família moderna, na visão conceitual de Edward Shorter, onde os compromissos com os laços de sangue ou com a comunidade são substituídos por interesses individuais, não é de todo vitoriosa no Rio nesta época. Os traços de modernização da família defrontam-se com o caráter tradicional do patriarcalismo impresso na cultura brasileira, abrindo espaço para a convivência simultânea de formas novas e antigas de comportamento social.

Na perspectiva da discrepância entre normas e práticas, Joana Pedro³⁰ aponta para o fato de que, mesmo com condições materiais e valores adequados para vivenciar os preceitos da cultura dominante, reforçá-los e até mesmo fazer parte dos mecanismos que os mantêm atualizados, nada determina que esses preceitos sejam vividos homogeneamente pelos indivíduos que compõem o grupo, seja da elite, seja da camada popular.

Da preocupação em saber se a camada popular estava adequada ao modelo ideal, resultaram pesquisas afirmando que, muitas vezes, esta população tinha o modelo ideal veiculado como referência. No estudo de Sandra Grahlan, sobre as criadas e seus patrões no Rio de Janeiro do século XIX, percebe-se uma pista interessante sobre as dificuldades de reprodução dos ideais de família e de casamento, mas igualmente o desejo de reproduzi-los. Ao comentar a formação de família por estas mulheres, ela diz:

²⁹ Marcos Luiz Bretas, *A guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Ver bibliografia.

Embora desejassem reproduzir os modelos da vida familiar aprovados pela cultura, a pobreza restringia sua capacidade de fazê-lo ou moderava suas razões de tentar. Em vez disso, essas mulheres ajustavam os padrões tradicionais às circunstâncias da pobreza e do serviço doméstico. (GRAHAN, 1992, p. 86).

Joana Pedro³¹ evidencia, a partir de Florianópolis, que a necessidade de circular na rua para criar estratégias de sobrevivência dificultava a conformação do comportamento dessas mulheres nos padrões ideais de mãe e esposa, o que por sua vez, dificultava a possibilidade e estabelecer uniões formais. Rachel Soieht, pesquisando também as mulheres pobres e a violência na capital carioca no final do XIX, concorda que estas tentavam reproduzir os valores que giravam em torno do casamento formal. Nas suas palavras:

Mantinham entre elas a aspiração ao casamento formal, sentindo-se inferiorizadas quando não se casavam. [...] o fato é que no seio dos populares o casamento formal não preponderava. Isso se explica não só pelo desinteresse decorrente da ausência de propriedades, mas pelos entraves burocráticos. A dificuldade do homem pobre em assumir o papel de mantenedor, típico das relações burguesas, é outro fator, ao que se soma, em alguns casos, a propensão de algumas mulheres de garantir sua autonomia. (SOIEHT, R. 2004, p. 367-368)

Entretanto, embora o casamento legítimo estivesse presente nos valores e, muitas vezes, na prática desses segmentos sociais; ou a forma que esta população efetivava suas uniões estivesse determinada pelas condições particulares de sobrevivência, não se pode resumir seu comportamento a esses fatores.

Nesse sentido, Esteves³², analisando a dificuldade das moças pobres em se adequar aos valores burgueses veiculados pelo Estado republicano no período da *belle époque*, chama atenção para o fato de que estes comportamentos são também resultados de opções culturais, estratégias e escolhas feitas para viver o casamento e a conjugalidade, o que reflete, pois, concepções que indicam uma “cultura popular”. Para ela, os populares criaram uma cultura diferente da ordem burguesa, sem deixar de sofrer influências dos valores dominantes, aos

³⁰ Joana Pedro, *Mulheres faladas, mulheres honestas: uma questão de classe*. A pesquisa aponta para o não seguimento dos ideais de mãe e esposa até pelas mulheres de classe média e elite. Ver bibliografia.

³¹ Cf., *op.cit.* p. 22.

³² Cf., *op.cit.* p. 124.

quais, contudo, impunham limites a partir de sua prática cotidiana própria. O que resulta disso, segundo a autora, são as tensões e os conflitos entre os grupos sociais nas formas de viver e conviver na sociedade.

Assim, as concepções e práticas oficiais pautadas em uma moral burguesa interferem e tentam impor comportamentos e formas de pensar aos grupos populares, mas a necessidade prática desses indivíduos recria estratégias que, embora possam dialogar com estas imposições e normas da cultura dominante, remetem às experiências e valores próprios. Com o conceito de circularidade utilizado por Carlo Ginzburg³³, que define uma cultura popular em oposição a uma cultura letrada ou oficial das classes dominantes, onde ambas mantêm relações de influências recíprocas, compondo um jogo circular que se move de baixo para cima e vice-versa, podemos compreender melhor esta questão.

Porém, não nos propomos identificar ou reconhecer elementos que marquem a formação de uma família ilegítima entre a população, mas apenas destacar, com os resultados destas pesquisas, o limite de atuação do discurso dominante da família ideal – legítima e católica – à vista dos comportamentos que este mesmo discurso caracteriza como imoral. E com isso pensar que, ainda que não atingisse uniformemente a população, não diminuirá a corrida bélica que se evidencia com a efervescência dos debates quando este modelo veiculado como ideal dominante, o católico, passou a concorrer com o ideal de família liberal que os liberais republicanos encarnavam.

Ao contrário, a Igreja Católica, sentindo-se ameaçada, articulará meios diversos para convencer a população da validade e da universalidade da família cristã, destacando-se entre eles o uso da imprensa para disseminar, por exemplo, a idéia de que o casamento civil era mancebia ou concubinato legal. Esta reação estará informada pela doutrina do ultramontanismo que tentará frear os reveses ocorridos na sociedade no final do século XIX.

³³ Cf., Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, especialmente* p. 13-25. Ver bibliografia.

A consolidação dos sacramentos será uma estratégia importante neste espaço de perda de espaço pela Igreja, daí a necessidade de fazer chegar os preceitos e rituais religiosos a um maior número de pessoas, bem como a certa maleabilidade da Igreja em realizá-los quando do decreto do casamento civil.

Como a Igreja, e para não perder o controle das condições de manutenção de poder e de hierarquia, as elites irão investir também em uma tentativa de domínio que passava pela imposição de uma normalização da sociedade e dos indivíduos, onde as instituições atuavam no sentido de criar regras de comportamentos morais e sexuais. Disciplinar a família, intensificar e estimular esta instituição foram uma das táticas utilizadas. Para garantir este controle, normas e preceitos foram estabelecidos e a polícia foi acionada para garantir a ordem e a moralidade pública. Esta preocupação com o comportamento desregrado das camadas populares não é algo que possa ser observado somente no final do XIX. O que é novo é o grau de periculosidade que é atribuído a ela, ligada à sua cultura e modo de vida diferente e que, diante da conjuntura de modernização e chegada da civilização, passam a ser obstáculos ao progresso.

Com o Estado Republicano e suas instituições, ocorre, pois, a tentativa de conservar e reformular modelos de comportamento. Os papéis sociais de marido, esposa e filhos foram definidos em tratados médicos e jurídicos. Os comportamentos se tornaram objeto de controle público e institucional com o alargamento do poder exercido pelo Estado. Para o pensamento republicano, a família ganhava um novo sentido, pois ela é a criadora da cidadania e da civilidade. Afirma Michelle Perrot (1991, p. 105):

A 'boa família' é o fundamento do Estado e, principalmente para os republicanos existe uma continuidade entre o amor, a família e a pátria, instâncias maternas que se confundem, e o sentimento de humanidade. Daí o interesse crescente do Estado pela família, em primeiro lugar pelas famílias pobres, elo fraco do sistema, e a seguir por todas as outras.

Na cidade de São Luís, pela leitura dos jornais percebemos a preocupação com este comportamento desregrado das camadas populares em meio aos debates em torno do modelo de família sustentados pela Igreja e pelo Estado no final do século XIX. Como dissemos, a forma pela qual São Luís se formou historicamente possibilitou um convívio freqüente, amistoso ou conflituoso, nas ruas entre essa população variada; convívio provocado, principalmente, pelas diversas formas de vida que levavam, seja na lavoura, no comércio ou na rotina dos homens livres e escravos. Este convívio impôs limites à adaptação do modelo de família legítima veiculado pela Igreja. Não será diferente com o discurso do Estado. Como se percebe nos jornais ao longo da década de 1890, um enorme contingente populacional vive à margem da família a despeito das tentativas de controle e regulamentação daqueles que não se adequavam aos ideais almejados.

2.2. OS JORNAIS E A FAMÍLIA: ELEMENTOS PARA UMA PESQUISA

A trajetória inicial dos estudos de família, tal como a descrevemos, revela o uso restrito do jornal como fonte de pesquisa. Parte do período colonial ainda não contava com a arte tipográfica, a chegada da imprensa no Brasil data de 1808. Inicialmente no Rio de Janeiro, sua difusão não foi imediata. Em São Luís, a quarta capital brasileira a receber a tipografia, ela só se instalou por volta de 1815.³⁴

³⁴ A imprensa chegou ao Brasil somente em 1808, logo após a chegada de Dom João VI. Em seguida, a Bahia, as Minas Gerais e o Maranhão receberam as primeiras tipografias. Segundo José Marques de Melo (1973, p. 112-130) os fatores costumeiramente apontados como responsáveis pelo atraso da chegada da imprensa no Brasil não se aplicam por uma única causa (política ou econômica), mas por um conjunto de circunstâncias causais, que se inter-relacionam e se influenciam mutuamente, denominada por ele de causas socioculturais. Tais fatores seriam: a natureza feitorial da colonização, atraso das populações indígenas, predominância do analfabetismo, ausência de urbanização, precariedade da burocracia estatal, insipiência das atividades comerciais e industriais e o reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos. Acerca deste último fator, Juarez Bahia (1990, p. 9-15), ao pensar o atraso da imprensa no Brasil colônia, refere-se a esta censura empreendida de forma acentuada a partir do

Mas mesmo as pesquisas que se debruçam sobre o século XIX, após a implantação e com a imprensa cada vez mais consolidada e valorizada, os jornais são pouco ou quase nada utilizados nas pesquisas; ou quando utilizados, aparecem como subsidiários ou como apêndices para iluminar um quadro histórico ou reforçar análises extraídas de outras fontes.

Para este desprestígio dos jornais podemos lançar uma resposta articulada à própria trajetória inicial dos estudos de família. Dada a preocupação em “repensar” a história da família brasileira, ou seja, reconhecer a necessidade de apreender o significado, a diversidade e a especificidade das diferentes estruturas familiares no espaço e no tempo, o interesse pareceu voltar-se para fontes que permitissem acessar, e quanto mais profundamente melhor, o cotidiano da população. A intenção era abandonar as abordagens ancoradas no plano do “dever ser” e privilegiar o real comportamento da população. (CORRÊA, 1982)

Ora, pela própria natureza do jornal, que em relação a esses primeiros questionamentos postos pelos historiadores da família, guarda bem menos detalhes do cotidiano individualizado que um inquérito inquisitorial ou policial, por exemplo, seu uso pode ter sido afastado. Sendo um espaço de letrados, divididos em uma composição morfológica que se assemelharia a um mosaico e que se divide em espaço publicitário e

século XVI, conforme interesses dos detentores do poder e da Igreja Católica. As idéias nocivas ao poderio português eram barradas pelos censores. Nenhum livro ou publicação circularia no Reino ou na colônia sem a autorização das instâncias encarregadas da censura prévia. Nesse sentido, o autor frisa as causas políticas para a chegada tardia da imprensa no Brasil, que se condensariam neste embargo efetivado pelo domínio português, emperrando a vinda dos livros, os primeiros prelos e a liberdade de expressão. O autor entende as iniciativas do Governo português como uma política sistemática de asfixia, contra o desenvolvimento da imprensa e manifestação de livre pensamento. Somente com a transferência da Família Real e as necessidades advindas desse momento político é que se formaria uma conjuntura favorável aos prelos. Seriam, pois, para ele, as causas políticas, determinantes para a instalação da imprensa no Brasil. Aliado a esta censura, estaria a própria ocupação do território brasileiro, cujo objetivo não era necessariamente instalar na colônia cidades ou estruturar melhores condições de vida. A exploração econômica, comandada por particulares, aconteceu por meio de um povoamento lento e com poucas incursões pelo interior. Quanto à administração portuguesa, a ausência da Coroa refletiu-se no marasmo do funcionalismo, coordenado à distância pelo Conselho Ultramarino, que não exigia serviços tipográficos para viabilizar a máquina burocrática. Nelson Werneck Sodré (1990, p. 33), pensando em termos econômicos, afirma que o não desenvolvimento do capitalismo, nem da burguesia atrasou o progresso da imprensa. A falta de urbanização e a vida predominantemente rural não favorecem o desenvolvimento da imprensa, que é um tipo de atividade citadina e a vida na colônia resumia-se às fazendas de engenho, com insipiente comércio interno. Além disso, o analfabetismo da maioria da população da colônia firmou-se como outro entrave ao desenvolvimento, especialmente porque a cultura oral predominava em detrimento das letras. Os poucos letrados que existiam em núcleos urbanos eram servidos com gazetas portuguesas que chegavam pelo mar. Divergindo, pois, quanto à hierarquia, os fatores são os mesmos.

espaço de redação, o jornal do século XIX compartilha neste espaço vários fragmentos de natureza muitas vezes díspar, o que reduz a possibilidade de enxergar as micro-realidades a partir de dados mais específicos.³⁵ O que o jornal oferece é um quadro das contradições na sociedade, mas pouco permite dizer da vida particular de um indivíduo ou família.

Além dessa composição morfológica, o aparecimento e a valorização das notícias nas páginas dos jornais são produtos uma de seleção feita sob critérios de vinculação política do mesmo. Por isso mesmo seu uso exige uma crítica documental que deve partir de sua propriedade, de seu objetivo e de seu recurso.

[...] Para compreender a participação de um jornal na história, o pesquisador faz, de início, algumas indagações: quem são seus proprietários? A quem se dirige? Com que objetivos e quais os recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e mentes? [...] A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social. [...] o jornal, no caso, não pode ser estudado isoladamente, mas em relação com outras fontes que ampliem sua compreensão. Além disso, é preciso considerar suas significações explícitas e implícitas. Cabe, pois, trabalhar dentro e fora dele. (CAPELATO, 1994, p. 14-21)

Tal como as demais fontes, o que se acessa pelos textos jornalísticos não são os conflitos “tal como realmente aconteceram”, mas sim versões sobre algo, tão legítimas quanto quaisquer outras; mas, certamente, por ser elaborado sob o caráter da opinião e por ser agente da história tanto quanto repositório dela, sua elaboração o singulariza no aspecto da “natureza construída” de qualquer fonte histórica; bem como no aspecto do material que pode oferecer ao pesquisador. Se a história é feita a partir das perguntas que fazemos às fontes, cada uma delas guarda uma possibilidade peculiar de resposta. Nesse sentido, os jornais não respondiam

³⁵ Um grave soneto poderia vir ao lado do anúncio de tratamento de moléstias venéreas; uma crônica literária em francês ao lado de uma lista de livros “só para homens”, um comentário sobre um processo criminal envolvendo atentado ao pudor ao lado de um discurso do Presidente da República. Publicações a pedido, provocações para briga, cartas abertas, testemunhos sobre remédios milagrosos, bilhetes amorosos: a variedade era enorme e a disparidade também. Sobre a costumeira composição do jornal, ver, por exemplo, Walnice Nogueira Galvão, *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais* e J. Kayser, *El periódico: Estudios de morfología, de metología y prensa comparada*. Ver bibliografia.

às expectativas iniciais da história da família, na medida em que eles articulam o máximo de vinculação política somadas às pretensões de homogeneização de comportamentos. Essa reflexão é válida para as pesquisas do século XIX, visto que procuram por questionamentos que repensem o conceito da família patriarcal e da família burguesa. Como vimos acima, quando da instauração da “ordem burguesa” no país, boa parte das perguntas continuaram sendo voltadas para o universo das práticas desviantes da população.

Lilia Schwarcz ajuda a compreender a questão da natureza da fonte jornalística. Para ela, o jornal é um espaço socialmente reconhecido de criação de verdades e conceitos universais, e neste reconhecimento se baseia a sua eficácia. O jornal é eficaz porque “trabalha com e cria consensos”, repetindo e reiterando idéias e imagens que acabam por se transformar em pressupostos de uma época. Em suas palavras: “[...] o jornal cria e recria consensos que a cada repetição necessitam de menos explicações. São verdades, verdades de um espaço inquestionável, páginas e páginas escritas com um poder talvez igualável ao de um xamã”. (SCHWARCZ, 1987, p. 248).

O jornal ao mesmo tempo lida com significados socialmente estabelecidos, e ainda que não se possa dizer que todos os significados com que o jornal trabalha são comuns para toda a sociedade, ele manipula com símbolos e imagens que poderão ou não ser incorporados como novos significados. É a partir dessa reflexão que inferimos seu aproveitamento restrito frente à necessidade de reavaliação das organizações familiares até então, que valorizava a descrição da experiência da população [e não o discurso que a informava ou deveria informar], bem como fontes que privilegiassem mais diretamente a vida familiar. O interesse era, pois, justamente desmistificar esse tipo de homogeneização feita pelo discurso jornalístico.³⁶

³⁶ Trabalhar com textos jornalísticos significa trabalhar com as representações sobre a sociedade vigentes na época. Parte-se do pressuposto que as representações do mundo social são elas mesmas constituintes da realidade social. Assim, notícias como fonte histórica por um lado expressam como os contemporâneos interpretavam alguns fatos e práticas da época e, por outro, como eles pretendiam interferir na sociedade construindo e

Dessa reflexão desdobra-se uma outra. Não é sempre que a família preenche as páginas dos jornais e, quando presente, muitas vezes ocorre de forma indireta, disfarçada por outros interesses e ligações no contexto social. Como exemplo, podemos citar a preocupação dos discursos dos jornais pesquisados com o comportamento desregrado da população, que demonstra uma preocupação com a família, e cujo objetivo não é senão, a sua preservação³⁷, mas nem sempre este objetivo aparece claro. Os jornais voltam seu discurso para a necessidade de controlar e moldar a vida da população, na medida em que estavam dentro de um contexto em que muitos projetos são elaborados para moldar a sociedade e prepará-la para a chegada da civilização. O que se nota é exatamente uma intenção de regeneração do espaço público através de propostas de saneamento moral que tem como base a família.

Através de algumas notícias dos jornais conseguimos visualizar esta afirmação mais claramente. Com o deslumbramento frente às possibilidades da vida urbana “civilizada”, novidade para os ludovicenses do fim do século, a exigência desta regeneração se fazia mais urgente, pois os cafés, o teatro e principalmente os passeios de família eram prejudicados pela presença de indivíduos considerados desregrados e imorais, não preparados para a vida pública.

As notícias sobre a desordem pública guardam, pois, ao fundo uma preocupação com a família. Algumas notícias retratam a dificuldade para regular a população e discipliná-la, bem como mostram claramente que a necessidade desta atitude é para “o bem das famílias”, pois

reelaborando imagens. Nas suas palavras: “Economic and social relations are not prior to or determining of cultural ones; they are themselves fields of cultural practice and cultural production – which cannot be explained deductively by reference to an extracultural dimension of experience”. (HUNT, 1989, p. 7)

³⁷ Certamente não é característica só dos dois jornais que pesquisamos, nem somente da década de 1890, pois ao longo do século XIX as elites brasileiras demonstraram preocupação com o controle da população pobre e trabalhadora. Laura de Mello e Souza (1986, p. 51-66) aponta o processo de valorização do trabalho, desde o início do século XIX, como resultado da preocupação das elites com “a falta de braços” provocada pelo fim do tráfico, pois queriam evitar a “tendência” à vadiagem e à imoralidade do trabalhador “nacional”. Aponta também o reforço da desclassificação social dos vadios, bem como as primeiras leis contra a vadiagem. Para Célia Azevedo (1987, p. 47) os diversos caminhos pensados pelos reformadores da elite para assimilar e incorporar o negro a uma sociedade mais homogênea traduzem não só uma vontade de exercer um melhor controle sobre a população em geral como sobretudo a necessidade de produzir a própria subjetividade do trabalhador livre. Ademir Gebara (1986, p. 184-193) também afirma a preocupação das elites com as estratégias de extinção da

preservar esta instituição é essencial para implantar e preservar a moralidade pública e social. A situação de incômodo é expressa na imprensa e mostra que a imoralidade ocorre mesmo às sombras das casas, que escutam de suas janelas a confusão nas ruas, atrapalhando o pequeno sarau da família após o repasto do dia ou da noite. O espaço do jornal é utilizado para pedir que se resolvam os abusos. Em 13 de maio de 1892, no jornal *Pacotilha*, lê-se:

Pede-se ao capitão delegado de polícia que lance sua vista para a rua do Pespontão, canto com a do Sol, onde todas as noites reúne-se um bando de mulheres sem ocupação, promovendo barulho e dizendo obscenidades sem respeito às famílias vizinhas, prevalecendo-se para este fim não ser essa parte da rua iluminada, o que pede-se a quem competir a remoção do lampião que fica próximo para o referido canto. - Um vizinho.

Em 17 de março de 1896, no mesmo jornal, uma notícia intitulada *Um respeitável chefe de família*..., também deixa claro o uso dos jornais pela população. Mostrando como os projetos de moralização eram desejos urgentes delas e como entendem que a polícia deveria ajudar no assunto, embora não fizesse. Acreditamos que esta crítica sobre a atuação da polícia no Estado seja mais do desejo do jornalista do que do pedido deste chefe de família. Pois este jornal permeia suas páginas com notícias sobre a desastrosa e incompetente atuação desta instituição.

Um respeitável chefe de família veio pedir-nos que chamássemos a atenção para o procedimento que tem um homem todos os dias na Rua das Creolas, que gritando furiosamente profere um rosário de palavras imorais e indecentes e pois que é impossível a sua continuação. O sr. dr. Chefe de Polícia mora nessa rua e sem dúvida há de ter ouvido por muitas vezes essas indecências, e respeitador de famílias não deve consentir que este homem, bêbado ou doido, continue com tais despropósitos. É facilímo fazer acabar com essa imoralidade, recolha-se o homem a lugar próprio ou retempere-se-lhe a espinha para privar-lhe a desenvoltura da língua.

O que era considerado “obscenidade”, “imoralidade”, “desregramento” para as famílias pode-se entrever na notícia do dia 28 de junho de 1890, na *Pacotilha*,

Agostinha Benedita de Oliveira Valle, 48 anos de idade, carafuza. Foi presa em dias deste mês por ter, ao passar em frente a casa do celeberrimo subdelegado Torres, dado um espirro, partindo-se-lhe o cordão da saia e esta ter caído. A mulher do subdelegado ficou muito insultada, disse ao marido e imediatamente duas praças conduziram Agostinha à cadeia. Este fato deu-se na Rua dos Remédios. Levou presa na cadeia 9 dias.

escravidão e criação de mercado de trabalho livre tendo por objetivo manter seu poder de mando sob os subalternos.

Pelo posicionamento deste jornal, como dissemos, esta notícia guardava certa ironia aos atos da polícia, que estava, segundo sua leitura, sempre tropeçando em suas funções. O tom de suas críticas à polícia e a própria atuação do Estado na administração, quase sempre aliado à Igreja Católica, ficam assinaladas em vários momentos nas páginas dos jornais. Porém, não deixa de dar uma medida para se entender a forma como os comportamentos da classe popular eram estigmatizados, associados sempre à desordem, sempre um incômodo em tempos de moralidade social.

As famílias que então sonham com a mudança na “aurora da civilização”, sofrem de muito perto a tamanha “indisciplina” e “imoralidade” das classes populares, não se livrando dos problemas nem aquelas que moravam próximas à Igreja. Em certo tom de ironia, foi mandado o seguinte pedido para o jornal *Pacotilha*, publicado em 12 de fevereiro de 1890:

As famílias moradoras à Rua de São Pantaleão, já próximo à Igreja, estão impossibilitadas de chegar às janelas por causa da língua *tyranna* de uma Tomázia, uma mulherzinha *legalista* que diariamente abre seu grosso *volume* de obscenidades sem perguntar quem está de vigia. Se a polícia quisesse prestar um favor às famílias da vizinhança, transportaria aquela *heroína* para o *hotel universal*.

Em outro jornal, *Federalista*, já em 1897, ainda se verifica estas perturbações. Em 13 de dezembro está publicado:

Na Rua do Norte, perto da curva da linha dos bondes que vai para a Rua de São Pantaleão, mora um indivíduo que todas as vezes que se embriaga não respeita as famílias da vizinhança, tantas obscenidades dirige às mesmas famílias que vêm se obrigando a ter suas casas fechadas. Pedimos providências às autoridades policiais.

O que os jornais mostram é a intolerância com certas atividades que são postas ao olhar público. Mas, mais grave que isso, é pô-las ao olhar das famílias. Daí a necessidade de sanear os becos e as espeluncas e impedir que indivíduos imorais conspurcassem locais freqüentados por elas.

As mesmas características que apontamos acima como fatores de distanciamento do uso dos jornais pelos estudos de família já realizados, serão fatores de aproximação destes

com esta pesquisa. À natureza dessa fonte, ao espaço paulatinamente conquistado pela imprensa ao longo do XIX, à sua vinculação partidária, à sua disposição de criar e recriar consensos, soma-se o destaque que é dado à família na década de 1890, nosso corte cronológico, devido ao confronto entre o Estado e a Igreja deflagrado pelo regime republicano e pelo decreto do casamento civil. A família está impressa exaustivamente nos jornais do final do século XIX, pois ela é motivo de disputa entre estes dois poderes, além de alvo de projetos de moralização e higienização. Disputa que reflete na sociedade como um todo, pois independente do grupo social a que pertencia, da religião que professava ou da política que se defendesse, as transformações pelas quais passa a instituição familiar neste período vão atingir toda a população. Nesse sentido, se o jornal não respondia aos questionamentos inicialmente feitos pela história da família, ele se apresenta como fonte farta e rica para esta pesquisa.

Cabe destacar também neste espaço como a leitura e as reflexões feitas a partir da bibliografia sobre a família, especialmente aquelas preocupadas com o binômio casamento/uniões consensuais ajudou a perceber melhor a realidade apresentada nos jornais, pois as notícias sobre o comportamento *desviante* permeiam suas páginas, embora nem sempre com muitos detalhes, muitas todas as vezes tratada como *natural* em locais taxados de imorais e anti-higiênicos. Os jornais falam da população desregrada povo como um *outro* e hostilizam os comportamentos e as expressões culturais da parcela por ele dita como “não civilizada”.

A despeito da opinião dos jornalistas e dos preconceitos formulados socialmente em relação a esta população, percebemos que os arranjos amorosos nas ruas eram ou podiam sugerir não uma imoralidade ou uma predisposição dos populares para o desregramento, mas padrões diferentes ou mesmo próprios de uma “cultura popular”, construídos com apelos ou não ao modelo dominante. A proximidade entre violência e amor nas relações amorosas entre

essa população, como constatou Luciano Figueiredo, é fartamente expressa nos jornais. Em 2 de junho de 1890, encontra-se publicado na *Pacotilha*:

Raymundo Cachicharra, herói muitíssimo relacionado com a polícia, com quem sempre anda às voltas, exibiu ontem uma de suas costumadas façanhas. Encontrando-se com Satyra, uma deidade lá dos bairros do Matadouro, por quem anda pelos beijos, Cachicharra chegou à fala e quis efetuar com a fermentida uns ajustes de conta de ciúmadadas velhas. E tão sério entendeu nosso homem de levar a cena espetaculosa que tinha de fazer de Otelo, que achou mais acertado munir-se de um cacete e, *res non verba*, despencou lenha velha no lombo de Satyra, que a deixou com os costados bem miudinhos da Silva. Farto de espancar sua vítima Cachicharra deu às de Vila Diogo, porém hoje foi preso no Portinho.

Em 9 de abril de 1890, no jornal *Pacotilha* publica-se uma notícia que relançou à idéia da relativa facilidade com que esses arranjos amorosos eram feitos, mantidos e desfeitos. Mesmo tendo findado o relacionamento, os pares ainda se encontram e se dispõem a ações próprias e um casal amante, legalizado ou não.

João Trajano de Araújo, por alcunha *tabereo*, entendeu de fazer missa de almoço nas bitaculas de Anísia Anna Meirelles. Foi o caso que no domingo, pelas 11h do dia, João Trajano, lá nos baixos d'um sobrado na Praia de Santo Antônio convidou Anísia para deitar-lhe o almoço. Anísia, que fora concubina de João Trajano acedeu ao pedido do seu passado Dom Juan. Quando estava n'esta tarefa, João Trajano, a pretexto de estar o assado sem molho, passou-lhe com os pratos na cara, retalhando-a toda. Vimos hoje Anísia que está com as bitaculas cheias de pontos falsos e suficientemente inchadas. O delegado de polícia já anda metido nesta alhada.

Elementos de estabilidade dessas relações amorosas apareciam dispersos e nas entrelinhas das notícias, como podemos vislumbrar na notícia de 20 de maio de 1890, na *Pacotilha*:

Ontem foi um dia barulhento aqui pelo Beco do Quebra Costa, que o povo com as suas liberdades já vai querendo crismar de beco da Pacotilha. Alto dia... (envergonhai-vos, calças!) uma filha de Eva assoou com o merinó do seu guarda chuva as rentas dum filho de Adão... corajoso numas fricções de chapeladas pela fuça e uns epítetos de fazerem as calças envergonharem-se mais ainda. Mais tarde, pelas seis horas, um filho de Adão passeava pelo costado duma filha de Eva, desafiando no mesmo beco os brios das calças ofendidas e vingando o sexo forte. Mais infeliz que o outro Adão, a quem se deixou livre o caminho, atirando-se-lhe uns olhares de expressão pouco lisonjeira, o verdadeiro Adão, o Adão da tarde, lá foi-se à frente da patrulha do Largo do Carmo que por causa das dúvidas levou também consigo a Eva queixosa. A garotagem que não perde bocadinhos destes, *lá foi acompanhando o ditoso par... porque era par, um casal, vivendo sob o mesmo teto, num quarto embaixo da casa do Sr. Secretário da Polícia*, que atroava o espaço com a matinada. (grifo nosso)

Estas percepções, a despeito de tantas outras, nos permitiram compreender melhor o debate entre os jornais e o alcance deles. Os dois jornais pesquisados tinham à época uma tiragem relativamente grande: *A Pacotilha* tinha uma média de 2,000 exemplares diários e o *Federalista*, 1,000. Com relação aos índices de analfabetismo, os dados que dispomos são um pouco imprecisos, mas parecem estar dentro dos padrões nacionais de um quadro baixo de escolaridade. Tem-se notícia de que nos anos de 1860, uma média de 2 mil rapazes e 400 moças estariam matriculados no curso primário e 180 no secundário, isto em uma população calculada em 360 mil pessoas, 35 mil em média viviam em São Luís do Maranhão. No que diz respeito aos 90 mil escravos, estes não tinham nenhum acesso ao ensino oficial. Na década posterior, um censo realizado em 1872 aponta que 290.397 pessoas não sabiam ler, de uma população total da província que aparecia na casa dos 349.040 habitantes. (MÉRIAN, 1988, p. 14)

Diante desta realidade a pergunta é: com uma população majoritariamente analfabeta, quantos liam o jornal? A leitura de Maria Tereza Chaves de Mello, no livro em que ela trabalha a partir da imprensa a derrocada do Império e a chegada da República elucida um pouco esta questão quando diz que “o público foi conquistado para a literatura através dos folhetins, os maiores atrativos dos jornais. Chegou a ser hábito nacional reunir membros da família para ouvir a leitura deles e de romances, haja vista o analfabetismo da maioria da população brasileira de então”. (MELLO, 2007, p. 119). Jean-Yves Mérian (1988, p. 75) também comenta este destaque dos jornais na leitura das famílias maranhenses. Poucos sabiam ler e, no entanto, em 1876, nove jornais eram regularmente publicados. Na década de 1880, eram 30 jornais de diferentes perfis que circulavam pela cidade de São Luís:

[...] eles representaram um papel importantíssimo não só para a divulgação das idéias novas, mas para a penetração de um determinado gênero literário nas famílias mais abastadas de São Luís: o folhetim. Para um grande número de leitores que não freqüentava nenhuma das duas bibliotecas da cidade, nem comprava livros, era a única literatura acessível.³⁸

³⁸ O jornal *O País* era o mais antigo e o mais prestigioso. Fundado em 1863, dirigido por Temístocles Aranha (pai de Graça Aranha), dominaria a vida da imprensa durante vinte anos. Em 1867, Joaquim Serra fundou o *Semanário Maranhense* que acolheu os melhores escritores durante seus dois anos de existência. E em 3 de

Assim, a imprensa desempenhou um papel de primeiro plano, trazendo em suas páginas as idéias novas ou velhas, liberais ou conservadoras que penetravam no Brasil. Os jornais funcionaram como uma janela aberta para o movimento das idéias que agitavam a Europa e eram, por excelência, os locais de debates dos mais variados temas que interessavam à província.

Como bem salienta Nicolau Sevcenko (2003, p. 126), os jornais no período do final do século XIX, ganham uma formidável dinamização e tornam-se os veículos de assimilação de novas idéias, sustentados pela efervescência de escritores que se insurgiam contra as idéias conservadoras, tornando-os assim em porta-vozes dos processos de alteração da estrutura social. E o que ele assevera e contata na cidade do Rio de Janeiro como fenômeno, podemos também trazer para a realidade da cidade de São Luís:

A nova grande força que absorveu quase toda a atividade intelectual nesse período foi sem dúvida o jornalismo. Crescendo emparelhado com o processo de mercantilização na cidade, o jornalismo invadiu impassível territórios até então intocados e isoladamente defendidos. Os jornalistas, ditadores das novas modas e dos novos hábitos, chegavam a desafiar e a vencer a própria Igreja na disputa pelo controle das consciências. As cartas e consultas às redações acabaram monopolizando todas as preocupações que anteriormente se restringiam à intimidade dos confessionários. [...]

Este comentário sobre os espaços que o jornal conseguia chegar deixa entrever as preocupações da Igreja Católica com sua força e influência. Com a leitura de Lúcia Ferreira³⁹ fomos alertados para a preocupação desta instituição com o perigo do que ela considerava ser a “má imprensa” na sociedade e no seio da família, pois o jornal invadia as ruas e as casas e levavam para dentro desses espaços a ‘desordem’ e a ‘imoralidade’, que era como a Igreja julgava as idéias modernas que circulavam então. A utilização da imprensa pelo órgão do catolicismo era também uma reação a essa invasão danosa. Trabalhando também com jornais, a autora destaca um editorial de A IMPRENSA (2301/1898), fonte de sua pesquisa, no qual

agosto de 1873, José Maria Correia de Frias fundou o *Diário do Maranhão*, que em poucos meses, ganharia um número de leitores comparável ao de *O País*.

se diz claramente que um dos objetivos principais do periodismo era a instrução das classes dirigentes, segundo os princípios católicos:

Entre as mais elevadas manifestações do espírito humano, capazes de guiar todas as gerações ao alto escopo onde luz o sublime e resplandece o bem, a imprensa, instruindo as classes dirigentes e formando-lhes o coração, como propagadora da ordem nas múltiplas relações da sociedade e particularmente em todo meio nacional; tem sempre um caráter de superioridade; é a portadora da opinião que nasce da crença profunda ou da convicção sincera.

A missão da imprensa católica, ela demonstra, era considerada uma cruzada para combater sistematicamente as tendências maléficas do século XIX. Seus compromissos também se vinculavam à regeneração da sociedade neste momento em que a ciência propunha uma descristianização social. A imprensa, nesse contexto, tal como para os intelectuais liberais, foi vista como a grande arma da Igreja. Com estes comentários, cremos que a importância da imprensa no século XIX e seu destaque para nossa pesquisa ficam claros aqui.

Com a leitura de Sidney Chalhoub⁴⁰, elementos da natureza e do tratamento das fontes jornalísticas se formaram. Reconhecemos “as ficções” das matérias dos jornais, sem invalidá-las por isso. Reconhecemos que trabalhar com os textos jornalísticos significa trabalhar com as representações sobre as sociedades vigentes na época e estes expressam como os contemporâneos interpretavam alguns fatos e práticas da época; e por outro lado, como eles pretendiam interferir na sociedade construindo e reelaborando imagens. Percebemos também que os jornais dão acesso àquilo que seus articuladores entendiam como significados coletivos, devendo, portanto, ser analisados como interpretações da realidade, dos valores, das normas da época, segundo a visão que os orienta para isso. A partir dessas interpretações os periódicos elaboram um discurso que pretende persuadir o leitor do que é certo ou errado, do que é bom ou mau para a sociedade como um todo, já que se colocam como porta-vozes da “opinião pública”.

³⁹ Cf., a sua tese de doutoramento, *Igreja e Romanização: a implantação da Diocese da Paraíba (1984-1910)*, p. 43. Ver bibliografia.

Com Roger Chartier⁴¹ atentamos para o universo da leitura como uma prática criativa, que inventa significados próprios que não podem ser reduzidos às intenções do fabricante dos textos. O que justifica o próprio discurso do jornal é a possibilidade de que o interlocutor seja portador de idéias diferentes daquelas postuladas pelos articulistas. Não sendo considerado como adversário, mas como possível aliado, o articulista busca capturar o leitor. Nos artigos sobre a propaganda republicana e a católica vemos isso à exaustão. Os artigos advertem da possível má fé de terceiros iludir a população desavisada e não economizam ataques para convencer o leitor de sua “verdade”. Os jornais pesquisados foram analisados tendo em vista estes parâmetros. Atentando para a diferença entre eles, as notícias dispostas em suas páginas e a própria diferença de tom na escrita, podem permitir elaborar um perfil de sua vinculação política e de seus públicos leitores. Enquanto o *Federalista* é mais comedido na linguagem, parabeniza sempre a atuação do governo e das instituições, publica menos notícias sobre o casamento civil ou sobre o desregramento social e quase não imprime notícias de outros jornais nem as discute, infere-se que seu público viu com algum comedimento os acontecimentos da época. Uma notícia de suas páginas, publicada em 5 de julho de 1890, pode dar a medida do que estamos dizendo e indicar uma inclinação para a necessidade das diretrizes da Igreja Católica na sociedade, apesar de ser republicano. O texto é longo, mas bastante elucidativo:

Reformada a legislação que regia o casamento, passou este a ser um fato puramente civil, entregue inteiramente à competência do magistrado, que o preside e recebe as promessas recíprocas dos esposos. Não é nosso intuito julgar a reforma, nem apreciar agora a influência que pode ela ter sobre os costumes, que infelizmente não se recomendam já pela austeridade e pureza. Queremos apenas lembrar aos menos refletidos os danos a que se expõem, contraindo o matrimônio com desprezo dos preceitos legais a que está ele hoje submetido. Não pode a igreja considerar legítima a união contraída sem a sua intervenção, e sem a observância das regras, criadas pelo seu direito. [...] Pode felizmente o católico obedecer à igreja sem resistir à lei, que deve ser respeitada. Permite a mesma lei que o casamento civil preceda ou seja celebrado depois do casamento religioso; e tão perigoso seria para o católico prescindir deste, como para o cidadão dispensar aquele. Sem o

⁴⁰ Cf., Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Ver bibliografia.

⁴¹ “The practices of appropriation always create uses or representations that are hardly reducible to the wills or intentions of those who produce discourse and norms”. (CHARTIER, 1989, p, 171)

casamento religioso, a união perde a sua santidade, não é um sacramento, é um concubinato. Sem o casamento civil, perde a união a sua legitimidade, a mulher os direitos e a dignidade de esposa, e descem os filhos a posição de naturais ou bastardos. [...] Sabemos que em alguns pontos do interior se tem contraído matrimônios puramente religiosos, presidindo-se das formalidades civis. Advertimos aos que assim tem procedido, que a lei não reconhece como legítimas essas uniões, não as registra em seus arquivos, nem lhes dá efeito algum. A mulher não é esposa, não terá direito ao respeito, que essa posição lhe assegura, nem o homem será marido, nem como pai exercerá o pátrio poder sobre os filhos, que não passarão de bastardos. Se falecer, intestado o pai dessa família, assim constituída, seus bens passarão aos parentes, talvez remotos, ou irão ao fisco, esquecidos a mulher e os filhos, em tanto amor gerados e nascidos. Reflitam pois nossos concidadãos, e se bem já não tenhamos César, demos a Deus o que é de Deus, e à lei, o que à lei pertence.

Inaugurado em setembro de 1892, parece nascer com uma proposta bastante clara: defender o Governo do Estado e combater os dois outros periódicos, acusados por ele, de serem oposicionistas do governo, a saber, *Pacotilha* e *O Nacional*, que denunciavam a inércia e a incompetência do mesmo e dos órgãos do Estado. Inicialmente ele é distribuído quinzenalmente, mas em alguns meses, dois ou três, ele se torna diário, com tiragem média de 1,000 exemplares. Notícias como esta abaixo, publicada no dia 20 de maio de 1899, louvando a ação competente do Estado e seus auxiliares, bem como demonstrando a intolerância com comportamentos que denotavam a existência de uma cultura alternativa à da Igreja Católica, permeiam todo o jornal:

Ontem pelas onze horas da noite, o senhor Delegado de Polícia em sua incansável atividade, auxiliado pelos inspetores de quarteirões Gastão Varella e Antonio Furtado e praças do piquete de cavalaria, deu um cerco em casa do conhecido pagé Manoel de tal, vulgo Teu Santo e encontrando-o em adorações ao seu ídolo, catrafilou-o bem com diversos utensílios de seu mister, sendo estes levados para a Chefatura e aquele, com seus sequazes, para a cadeia. Entre os objetos apreendidos destacam-se duas cartas, que dizem, vão ser publicadas em quantidade de rosários de contas esquisitas e de cores variadas. Esperamos que o digno e ativo Delegado, sempre auxiliado pelos sagazes inspetores, continue a perseguir estes embusteiros, verdadeiras pústulas da sociedade. Não podemos esquecer as praças do piquete que se destacaram pela sua astúcia, bravura e atividade sendo dignos de louvor.

Fundado em pleno contexto abolicionista e anticlerical, ainda na década de 1880, a *Pacotilha* abraçará as idéias liberais e depois republicanas. Com tiragem bastante representativa à época, suas páginas privilegiam o cotidiano da população, os amores e desamores que ocorriam pelas ruas e ladeiras da cidade, embora a representação seja quase

sempre negativizando ou ironizando estas experiências. Recheadas de denúncias contra toda inércia e incapacidade daqueles que governam o Estado, especialmente quando articulado à Igreja Católica, sua leitura nos deixa uma visão bastante significativa da vida de então. Por criticar o clericalismo, quando dos debates sobre a família motivados pelo decreto do casamento civil, publicará inúmeros artigos aplaudindo a chegada da modernidade e justificando, pois, a nova forma de legitimação da família, que se liberava do julgo católico. Já não fazendo mais sentido a validade somente de uma religião como religião do Estado, passava a ser necessário que o Estado interviesse neste processo para que fosse respeitada a liberdade dos cidadãos e a liberdade dos cultos. Ao publicar as diversas experiências, amorosas ou não, nas ruas, esquinas e becos e São Luís, deixa à mostra o privilégio dado ao cotidiano da cidade, seus conflitos e tensões. Pistas das vivências e das diversas experiências da população, bem como os discursos de ordem e moralização que eram veiculados, são encontradas em suas páginas com bastante frequência.

A leitura destes dois jornais irá, junto à bibliografia pesquisada, ajudar a recuperar a tensão própria do final do século XIX. Antes de discutir a República, a exigência da ordem e a preocupação com a família em seu discurso é preciso percorrer por um breve histórico da organização social e econômica do Maranhão; pois uma crise econômica vinha ocorrendo progressivamente antes da chegada da República e, agravada com a Abolição, irá se desdobrar em maior dificuldade de controle da população pelo Estado, reduzindo o alcance das reformas republicanas propostas então. Além do que, o contexto de progresso material vivido no início do século XIX vai permitir que a sociedade maranhense conheça relativamente cedo os progressos da imprensa e a formação de uma intelectualidade que sustentará a força e o requinte dos debates ocorridos nos jornais. Só depois de compreender essa trajetória, será possível iluminar o contexto do final do século XIX na cidade de São Luís, que guarda tantas

transformações e projetos de organização da sociedade frente ao novo estado das coisas e alguma especificidade em relação às demais cidades do Brasil.

3. O ALGODÃO E O PROGRESSO CULTURAL EM SÃO LUÍS

Cabe entender o decreto do casamento civil dentro do quadro amplo de transformações ocorridas na sociedade brasileira no período compreendido entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Culminando com a instalação da República no Brasil, este quadro relança às transformações sociais, econômicas, políticas e culturais provocadas pela passagem de uma sociedade senhorial-escravista para uma do tipo burguês-capitalista: mudanças estas que afetaram desde a ordem das hierarquias sociais, as concepções de vida, as noções de tempo e espaço, os modos de perceber os objetos, as reações aos estímulos luminosos até as formas de organizar as afeições. O decreto do casamento civil é produto deste dinamismo e por isso guarda em si parte da tensão do momento. A apreensão da população com a obrigatoriedade de casar diante do Juiz de Paz, a despeito da presença do padre, possivelmente se deve ao fato de estar vivendo no âmago do fluxo dessas mudanças que afetaram a sociedade sem, talvez, entender muito bem o que estava acontecendo.

Por ser produto desse novo dinamismo e guardar em si parte dele o casamento civil também age como elemento de transformação, como se verá ocorrer não só no aspecto da regulação da família, mas também no das expectativas e das sentimentalidades entre seus membros. Isto porque o casamento civil encarna o discurso do progresso próprio deste período, promovendo a substituição do conjunto de valores estabelecidos socialmente para a regulação dessa instituição até então ditados, sobretudo, pela Igreja Católica. Mais um

motivo para a apreensão entre a população da cidade, bem como o conflito entre Estado e Igreja impresso nas páginas dos jornais maranhenses do final do século XIX.

Nicolau Sevcenko analisa este fluxo de mudanças como tendo suas raízes vinculadas ao novo dinamismo da economia proporcionado pela Revolução Industrial, por volta de 1780, que logo se estenderá em escala mundial, integrando o mundo em uma ordem econômica comum. Isso se daria pela própria natureza da economia capitalista que é potencialmente universal.⁴² A semente dessa proposta de universalidade já estaria nas primeiras fábricas ainda voltadas, sobretudo, para produção de tecidos manufaturados de algodão e lã e de lá distribuídos para o mundo pelos navios a vapor. Mas é somente com o momento seguinte da expansão industrial que seu apogeu se daria, com o suporte dado a ela pela revolução científico-tecnológica. Esta representaria um salto em relação a esse momento da industrialização mecanizada, pois as descobertas científicas aliadas ao processo produtivo possibilitariam o aparecimento da chamada “vida moderna”, quando os equipamentos, os produtos e os processos fabricados a partir dessa aliança entrariam no cotidiano das pessoas, alterando seu ritmo, sua percepção, sua vida.

O objetivo deste comentário é mostrar a articulação trabalhada por Sevcenko entre a mudança provocada pela revolução técnico-científica nos padrões de vida e a formação do solo efervescente de idéias novas que surgiram com ela. Idéias que se infiltrarão no Brasil especialmente pela chamada “geração de 70” e que sustentarão o advento da República. Essas transformações na vida prática teriam feito entrar em cena uma nova elite de jovens intelectuais e artistas comprometida com

uma plataforma de modernização e atualização das estruturas ‘ossificadas’ do Império baseando-se nas diretrizes científicas e técnicas emanadas da Europa e dos Estados Unidos. As bases de inspiração dessas novas elites eram as correntes científicas, o darwinismo social do inglês Spencer, o monismo alemão e o positivismo francês de Auguste Comte. Sua base de apoio econômico e político

⁴² A partir da leitura de Hobsbawn, Sevcenko trabalha a idéia da economia capitalista não reconhecer fronteiras, invadindo com suas operações as regiões mais remotas do planeta. Cf. Sevcenko, *O prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso*. O desdobramento dessa questão está nas páginas 7-48. Ver bibliografia.

procedia da recente riqueza gerada pela expansão da cultura cafeeira no Sudeste do país, em decorrência das crescentes demandas de substâncias estimulantes por parte das sociedades que experimentavam a intensificação do ritmo de vida e da cadência do trabalho. (SEVCENKO, 1999, p, 14)

Segundo este autor, esta situação deixa claro como as propostas de modernização do país foram comandadas por uma “elite europeizada” vinda dos quadros da monarquia, mas cuja atuação, porém, se efetivava por meio do discurso cientificista e da competência técnica da geração dos republicanos positivistas. A ascensão dessa elite coincidiria também com a Abolição e com a forte imigração no Sudeste. O enorme contingente de escravos libertos e imigrantes recém-chegados provocaria uma alteração dos quadros de hierarquia e valores da sociedade brasileira ao mesmo tempo em que se consolidavam as práticas de trabalho assalariado e de um mercado interno mais dinâmico.⁴³

Esta reflexão de Sevcenko nos leva, portanto, a duas percepções. A primeira é relativa a um dos caminhos trabalhados pela historiografia sobre o processo de instauração da República no Brasil, que é a chegada de novas idéias suscitadas pelas transformações provocadas pela Revolução Industrial e o uso delas nas propostas de mudanças na sociedade. A segunda é a articulação entre o aparecimento de uma intelectualidade em virtude de progressos materiais.⁴⁴

O primeiro aspecto será analisado no próximo capítulo com mais dedicação. Neste, a intenção é perceber que o progresso material promovido pelo algodão em São Luís pôde

⁴³ Nicolau Sevcenko aponta que a Abolição e a imigração já nos dão a medida da profunda desestabilização que ocorreu na sociedade brasileira e da necessidade das propostas de remodelamento e regeneração que encarnavam essas elites.

⁴⁴ Em *Literatura como missão*, Sevcenko (2003, p.100) esclarece ainda mais esta relação entre desenvolvimento cultural e crescimento material. “Ficava desse modo por demais transparente a relação entre desenvolvimento cultural e crescimento material, no transcurso das transformações operadas em torno da década de 1870. O estabelecimento de uma vanguarda científica na área do conhecimento, centrada ao redor das ciências naturais, esteve por trás de toda uma série de fenômenos que revolucionaram a sociedade do Novo Mundo. Mais ainda, foi essa vanguarda que definiu os três saltos imensos que mudariam o destino de praticamente toda a humanidade nos anos que se seguiram”. Embora esteja falando da realidade do final do século XIX, especialmente a da relação entre os intelectuais e literatos e do contexto econômico de entrada de elementos de modernização partir de 1870, a reflexão é válida para a nossa pesquisa. Embora imerso em decadência econômica no final do século XIX, toda a “opulência” material vivida pela cidade de São Luís deixou recursos e comportamentos simbólicos e materiais para que aparecesse (mais uma) geração de intelectuais ao final do século, derivantes de práticas como o envio pelas famílias de seus filhos para estudar fora do Estado, nem que fosse como sinônimo de distinção.

financiar, entre outras coisas, o surgimento de intelectuais que também teriam acesso a essas idéias novas, o que reverberou sobremaneira em requintados debates na imprensa. A opulência criada pela exportação do algodão, inclusive, para fazer funcionar as máquinas inglesas, permitiu um hábito entre as elites de enviar seus filhos para estudarem na Europa ou nas demais capitais brasileiras, de onde voltavam “com um inferno na cabeça”⁴⁵ para a pequena São Luís. Este foi um dos caminhos da entrada do arsenal de idéias que se propagava pelo país ao longo do XIX. A fluência e o esmero do debate jornalístico são, em grande parte, produtos deste movimento dos filhos das elites que tiveram contato com as mais modernas teorias de desenvolvimento e modernização social em sua formação.

Somado a isso, a idéia também é perceber que mesmo com a decadência vivida no final do século, a “opulência econômica” criada pela agro-exportação do algodão promoveu a formação daqueles que encarnarão a necessidade da modernização da cidade de São Luís se articular à do país. Com essa percepção, nosso objetivo não é se prender a esses intelectuais, mas à ação deles nos jornais: desenvolvendo, consolidando e requintando a imprensa maranhense, lançando-a no debate nacional [alguns intelectuais fizeram parte inclusive da “geração de 70” devido a migração de muitos deles para a capital carioca].

Nesse sentido, atentos a este segundo caminho, o nosso interesse neste espaço é determinado pela necessidade de vislumbrar a combinação entre a montagem da agro-exportação maranhense com a melhoria dos padrões de vida da população, pois isso permitirá que se entreveja alguns desses elementos.⁴⁶

⁴⁵ Esta expressão é de Valentim Magalhães (1894, p. 51) e se refere a Raimundo Corrêa, escrita num ensaio de crítica literária sobre o livro de poesias deste, *Sinfonias*, onde narra a situação de quando conheceu o maranhense em uma casa de pensão em São Paulo onde ambos eram estudantes da Faculdade de Direito. Segundo Magalhães, devido a forte educação religiosa que recebera o poeta entrou em choque com a influência do meio estudantil em sua educação “teológico-metafísica”.

⁴⁶ Não é nossa intenção aqui fazer uma reflexão mais aprofundada sobre as relações entre o surgimento da imprensa e da intelectualidade com a economia da sociedade maranhense. Quer-se apenas deixar o leitor a par do contexto da cidade anterior à década de 1890, pois este histórico determina as relações que aqui nos interessam discutir, que é o discurso de família nos jornais, trespassados pelo requinte da imprensa e pela fluência dos jornalistas com as “idéias novas”, o que certamente potencializou o combate entre os jornais.

Mas é também objetivo neste espaço traçar um breve perfil da evolução sócio-econômica da sociedade ludovicense até o final do século XIX, que é o momento de implantação da República e da obrigatoriedade do casamento civil. Isso porque a cidade vai estar mergulhada por uma grave crise econômica, em parte pela queda dos preços do algodão, em parte pela conjuntura mesmo do final do século XIX que cada vez mais desenhava a necessidade da abolição da escravidão, sustento deste progresso material e cultural. A importância de percebermos esta decadência é devido a crise econômica agravar a situação de “desordem” entre a população e no ambiente da cidade, a despeito de todo o esforço de contê-la para enquadrar São Luís nos moldes exigidos pela civilização e pelo progresso.⁴⁷

3.1. DA MONTAGEM DA AGRO-EXPORTAÇÃO À *DÉBÂCLE* ECONÔMICA

Em 1870, pois, a capitania do Maranhão se articulava para exportar o algodão, matéria-prima para as fábricas inglesas produzirem não só tecidos, como tecerem a própria continuidade e desenvolvimento desse processo de modernização. Foi também essa produção de algodão, articulada ao mercado de exportação, que retirou o Maranhão da incipiência que vivia até a metade do século XVIII, o que se deu somente com a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755. Originária de proposta da Câmara de

⁴⁷ Algumas das vertentes que orientam a chegada da República no Brasil serão analisadas no próximo capítulo. Dentre elas destacaremos: a questão do trabalho, a questão das ideologias e a questão da desordem. Esta última vertente é particularmente interessante por se perceber o limite que todo o debate sobre o modelo de família ocorrido na imprensa esbarrava: a população tinha formas outras de viver a amorosidade e a organização do seu padrão de família, como vimos no capítulo anterior, se aproximando ou não do modelo veiculado como ideal.

São Luís, em 1752, com o objetivo de explorar o comércio da importação de escravos africanos articulado à lavoura de exportação esta capitania passou a render algum lucro.⁴⁸

Articulando o financiamento de capitais, equipamentos, ferramentas e mão-de-obra escrava para proprietários rurais, esta companhia estimulou a exploração econômica de produtos agrícolas voltada para a exportação. Articulação esta que fez o Maranhão ser, entre todos os principais centros econômicos do Brasil, o único conhecedor de prosperidade em fins do século XVIII; mas também o fez dependente do mercado externo e, portanto, sujeito às oscilações dele, conhecendo também, em ordem reversa, a oscilação de preços e produtos, logo, do seu padrão de renda e riqueza, em decorrência desta mesma articulação.

O sucesso da articulação da companhia com o momento externo favorável (em virtude da Declaração da Independência das Treze Colônias Inglesas, em 1776, o fornecimento do algodão norte-americano ficou prejudicado) pode ser percebido quando, entre 1760 e 1771, as exportações de algodão passaram de 651 para 25.473 arrobas e o movimento de navios no porto de São Luís, inicialmente de três, atingiu 26 em 1788.⁴⁹ No panorama econômico brasileiro, em 1780, o algodão maranhense respondia por 24% das exportações do Brasil Colônia, superado apenas pelo açúcar, que liderava com 34%.⁵⁰ Nessa ocasião, o PIB per capita do Brasil era de 61,2 dólares, o do Estado do Maranhão e Piauí 112 dólares.⁵¹ Esta situação favorecedora no Maranhão em oposição à crise que se dava na mineração e na cana-de-açúcar foi comentada por Celso Furtado (1991, p.23) da seguinte forma:

[...] A produção maranhense encontrou, assim, condições altamente propícias para desenvolver-se e capitalizar-se adequadamente. A pequena colônia, em cujo porto entrava um ou dois navios por ano e cujos habitantes dependiam do trabalho de

⁴⁸ A proposição foi acatada pelo governador-geral, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que a encaminhou ao seu irmão, o ministro do governo português, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. O governante metropolitano encampou a idéia, ampliou seus objetivos e deu o monopólio do comércio da Região Norte do Brasil a um grupo de comerciantes portugueses, diminuindo a dependência de Portugal em relação aos ingleses. A influência do Marquês de Pombal nessa montagem, associada a uma conjuntura favorável a novos produtos de exportação, constituiu, de forma decisiva, a forma de ocupação, organização social e exploração econômica da capitania, baseada na agricultura mercantil. (MEIRELES, 2001)

⁴⁹ Cf., estas informações em Gaioso, *op. cit.*, p.41

⁵⁰ Cf., estas informações em Pinazza e Alimandro, *Fibra resistente: da proibição da rainha à abertura do governo, a cotonicultura brasileira resiste e ensaia passos de recuperação*. Ver bibliografia.

⁵¹ Cf., estas informações em J. J. Arruda, *O Brasil no comércio colonial*. Ver bibliografia.

algum índio escravo para sobreviver, conheceu excepcional prosperidade no fim da época colonial, recebendo em seu porto de cem a cento e cinquenta navios por ano e chegando a exportar um milhão de libras.

A exportação do algodão colocou a economia maranhense à época entre as quatro maiores do Brasil. São Luís ganha nova dimensão como a quarta cidade brasileira em população, atrás do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. O Maranhão de então fornecia ao Tesouro Real mais tributos do que o resto do império português, excetuando-se as capitanias brasileiras.⁵²

Esta prosperidade da cotonicultura, além de expandir a economia, colocou o Maranhão, em alguns aspectos do negócio do algodão, como pioneiro no Brasil. Foi o primeiro grande produtor e exportador brasileiro de algodão, em fins do século 18.⁵³ De 1760 a 1877 as exportações de algodão pelo porto de São Luís atingiram 233.683 toneladas. Abrigou a primeira estação experimental de algodão, em Coroatá. O primeiro descaroçador foi instalado em 1826, na Fazenda Barbados, em Itapecuru, interior do Maranhão.⁵⁴

Uma vez montada a estrutura algodoeira, alguns fatores incrementaram os resultados já obtidos com as exportações maranhenses. A política de abertura dos portos em 1808, estabelecida com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, proporcionou a movimentação de 155 navios e as exportações chegavam a um valor de mais de um milhão de libras. Essa situação perdurou por mais de meio século, refletindo na melhoria das condições de vida da população, na sua formação social e no aparecimento de uma “elite” econômica e política no Maranhão⁵⁵ que ostentou seu status e sua riqueza, e tinha por base o braço escravo

⁵² Cf., esta informação em, J. P. G. Tribuzzi, *Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento*. Ver bibliografia.

⁵³ Cf., esta informação em, C. P. Albuquerque, *O mercado de algodão em pluma: subsídios à fixação de preços mínimos*. E Amaral, *História geral da agricultura brasileira*. Ver bibliografia.

⁵⁴ Porém, após um período próspero e de força econômica no Maranhão – ocorrido entre 1760-1820 – e promovido principalmente por esta cultura do algodão sob o comércio colonial, inviabilizar-se-á, como veremos, a continuidade do progresso econômico no Maranhão, fazendo-o, juntamente com outros fatores, a entrar em uma decadência econômica da qual só sairia com o extrativismo do babaçu, em 1920.

⁵⁵ O termo “elite” indicando um grupo superior a partir dos critérios de status, poder e riqueza foi retirado da obra de Peter Burke, *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVIII*. Ver bibliografia.

africano. Em média, ela contou com 20.339 escravos de diferentes lugares da África, transportados pela Companhia Geral de Comércio do Estado Grão-Pará e Maranhão, para os mercados de São Luís e Belém.⁵⁶

A abertura dos portos brasileiros também promoveu a instalação em São Luís, de diversos negociantes, lojistas e quitandeiros portugueses, ingleses e franceses. Sua própria condição geográfica favoreceu este desenvolvimento e movimento do porto, tornando-a um entreposto portuário e comercial, haja vista que é uma cidade situada na parte norte da ilha do Atlântico de mesmo nome. Esta localização privilegiada facilitou a articulação da província com o mercado internacional – comercializando algodão, arroz, açúcar, escravos, ferramentas, vestuário, mantimentos e vários outros artigos – além do acesso para a chegada e a saída de pessoal. Na condição de entreposto portuário, a cidade também estreitou os laços com a Europa, mais do que com o resto do Brasil, o que significava para a elite econômica uma outra distinção social fundamental. Sobre isso, Jean-Yves Mérian (1988, p.15) comenta:

Nessa sociedade relativamente fechada, a boa aparência substituía muitas vezes a moral, convinha agir conforme o status social. [...] O vestir era importante, indicava a que classe social cada um pertencia e era um símbolo de civilização da mesma forma que a linguagem. Obviamente, a roupa européia não era adaptada ao clima tropical do Maranhão, mas era imprescindível. Tudo em proveniência da Europa tido como superior numa cidade mais próxima de Lisboa que do Rio de Janeiro. Até os mantimentos vinham da Europa: vinho, cerveja, enlatados, manteiga, peixe seco... Aquela sociedade vivia na ilha de São Luís de costas para a província que originava a sua riqueza.

Com a montagem deste sistema agro-exportador e, conseqüentemente, as oportunidades que o mercado externo favorável trouxe para a cidade nas primeiras décadas do século XIX a prosperidade material ocorreu de forma irregular e concentrada. A população da cidade crescia marcada pelas extremas desigualdades de renda. Se seus vínculos com a Europa foram fortalecidos pelas viagens feitas pelos filhos dos aristocratas e que traziam de lá a cultura e os costumes, uma massa de população vivia à margem da riqueza.

⁵⁶ Cf., esta informação em, Antônio Carreira, *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. Ver bibliografia.

No início do século XIX, no espaço da cidade, a sociedade ludovicense se dividia em dois bairros: a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória ou Praia Grande e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição. No primeiro, embora menos extenso que o segundo, residia a maior parte dos trinta mil habitantes da cidade. Nele encontrava-se a Praça do Comércio e os edifícios públicos como o Palácio do Governo, a Contadoria da Fazenda, a Cadeia Pública, a Casa da Câmara e a Casa do Bispo. A topografia desta área era bastante acidentada devido às suas elevações e depressões, as quais exigiam que os construtores de ruas adotassem o sistema de degraus em algumas delas. O segundo bairro, a Freguesia Nova de Nossa Senhora da Conceição era mais extenso, mas com reduzido número de moradores e, por isso, com muito terreno ainda por povoar. Nele foi construído o quartel Militar, chamado Campo de Ourique e estavam localizados os vários sítios frutíferos, de recreio e descanso de ricos comerciantes, fazendeiros de algodão e de alguns altos funcionários públicos. (GAIOSO, 113-115)

Na leitura de Domingos Vieira Filho⁵⁷, percebemos que pouco mais de dez ruas configuravam esse núcleo urbano da cidade. Essas ruas eram, quase sempre, originárias de caminhos, e por isso, estreitas. Desse modo, só podiam transitar por elas os meios de transporte que dispensavam rodas e que eram conduzidos nos ombros de escravos. As pedras eram mal-calçadas, com pedras do tipo roxo-terra, chamadas de cabeça-de-negro. Mal iluminadas à noite ou sem nenhuma iluminação, as ruas de São Luís apresentavam os mesmos problemas, perigos e desconfortos que as outras partes da colônia. As casas de família dispostas nelas tentavam se proteger da rua, espaço de sociabilidade e conjugalidade por excelência da camada popular.

Mas apesar dos ares de vila colonial, a situação econômica favorecedora transformou um pouco o ambiente da cidade. Construiu-se um teatro em 1817. Formaram-se os gabinetes, as sociedades literárias. Os sobrados e casarões enriquecidos com os azulejos portugueses, a

⁵⁷ Cf., Domingos Vieira Filho, *Breve história das ruas e praças de São Luís*. Ver bibliografia.

construção do Liceu e da Biblioteca Pública foi feita nos moldes e com o refinamento da arquitetura local, com suas fachadas em azulejos e as calçadas em pedra de cantaria, vindas diretamente de Portugal. (MATOS, 2002). Importa ressaltar a chegada das tipografias, que se implantará relativamente cedo frente as demais províncias, ainda que o processo de implantação da imprensa no Brasil seja tardio. Como dissemos, a imprensa, por ser uma atividade citadina, exige uma estrutura de letrados, leitores e algum capital, pelos menos.⁵⁸

Depois, veio o melhoramento de suas ruas, as quais passaram a ser calçadas por determinação pela Câmara Municipal. Por volta de 1861, São Luís já possuía 36 negociantes com escritórios distribuídos por entre as ruas do Trapiche, do Egito, Formosa, dos Barbeiros, da Estrela, do Giz e no Largo do Carmo. Quatro armazéns de madeira de construção civil e naval; cinco moradores de lojas livres, três agentes de leilões; 158 quitandas, 59 armazéns de mantimentos secos de todas as qualidades, frutas e aves. Os segmentos médios e ricos da cidade ainda contavam com uma larga oferta de serviços de modistas, retratistas, relojoeiros, arquitetos, ourives e outros praticados por franceses, italianos ou portugueses. (MÉRIAN, 1988)

Até a construção do Cais da Sagração, em 1841, a cidade era banhada e servida por várias praias: do Caju, Pequena, Grande, Desterro e a Fonte do Ribeirão, território no qual se

⁵⁸ Tal como no resto do Brasil, as formas de ocupação e as invasões não foram incentivadoras da instalação da imprensa no Maranhão. As primeiras tentativas de ocupação da capitania ocorreram somente cento e doze anos após a chegada dos portugueses à colônia, sendo resultado das invasões de franceses e holandeses, atraídos pelas riquezas do território, e da tentativa da Coroa portuguesa de se retratar frente ao descaso com esta capitania. Diante de tal descaso, somente em meados do século XVIII, com a Companhia de Comércio Grão Pará e Maranhão (1775), como dissemos, e a Independência das Treze Colônias Inglesas, o Maranhão passou a ser representativo economicamente para o Brasil e viveu um surto de desenvolvimento econômico com melhorias para a cidade. A partir do incremento da ocupação do território e do investimento na lavoura de exportação, a economia despontou, trazendo consigo progresso material e cultural. Mas ainda que estes elementos de prosperidade tenham contribuído para a futura chegada antecipada da imprensa em relação às demais províncias, esta prosperidade não ocorreu sem uma grave concentração de renda e uma forte influência dos negociantes lusitanos na província. Isto vai desencadear instabilidades, motivadas pela insatisfação constante da aristocracia rural frente a essa situação de domínio português; além disso, a manutenção da escravidão e o espólio provocado por estes dois grupos irão provocar muitos conflitos no decorrer dos anos. Estas instabilidades atrasaram o andamento da cidade e entravaram a chegada, ainda que antecipada, das tipografias. Temos então, os mesmo elementos válidos para o resto do Brasil: natureza feitorial de ocupação, pouca urbanização, elevado analfabetismo, precariedade da burocracia estatal, insipiência das atividades comerciais e industriais, o reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos e, além disso, instabilidades na província.

encontrava o bairro comercial Praia Grande. Nele, moravam os segmentos dos grupos dominantes em seus sobrados e casarões e também os segmentos das classes trabalhadoras, isto é, escravos, forros e livres, em senzalas e cortiços. Era a Praia Grande o bairro onde se desenvolviam as atividades financeiras, comerciais e portuárias. Em meio à circulação de mercadorias, por muito tempo, perdurou a atividade de escravos carregando a vasa das casas para serem despejadas nas praias que circundavam a cidade. A partir de 1840, a Câmara Municipal e a Assembléia Legislativa elaboraram e votaram os Códigos de Postura de 1842 e de 1866, com o propósito de melhorar o perfil urbano da cidade e disciplinar as relações de seus habitantes com a cidade. Em particular, quanto a formatação de logradouros públicos, de calçadas e testadas, de edificações, de atividades comerciais, e do uso de ruas, largos e praças no que se referia ao lazer.⁵⁹

O progresso material também se traduzia nos costumes e promovia o desejo de se viver imerso em costumes europeus. Os armazéns com artigos portugueses e ingleses e a moda e a elegância francesa garantiam essa vivência por parte das famílias aristocráticas, cujo sustento de tanta riqueza era a massa de escravos que chegou a ser maior que a população branca. Dunshee de Abranches escreve um trecho em seu livro de memórias que dá a medida dessas transformações e da sensação de se estar muito próximo dos costumes da Europa:

Grandes costureiras famosas ali tinham se estabelecido. Madame Esmeralda, Madame Ory e a sua formosa filha, mantinham a fama de todos os requintes da moda parisiense. Fortunado e Luís Ory, cabeleireiros de senhoras, tinham todas as horas ocupadas. A “Notre Dame de Paris” era o empório das sedas mais caras e das mais finas perfumarias. Os irmãos Bluhm, filhos da Alemanha, mas educados na Inglaterra, fabricavam chapéus do mais alto estilo britânico para homens que se trajavam rigorosamente à moda inglesa. As joalherias Chevance, Ferdinand Fouque, Thouverez et Krause vendiam anualmente milhares de contos em jóias. O trabalho escravo dava para tudo isso; tornava o Maranhão uma das províncias mãos fartas do Império pela sua riqueza econômica e pela pujança intelectual de seus filhos. (ABRANCHES, 1992, p.125)

⁵⁹ Informações extraídas da tese de doutoramento de Josenildo Pereira de Jesus, *Representação da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880*. Ver bibliografia.

Mas de acordo com esta estrutura sócio-econômica, não é difícil perceber a contradição entre os grupos constituintes da sociedade escravista maranhense.⁶⁰ De acordo com Maria Lacroix:

[...] Ao lado dos solares, com suas sacadas de ferro, magníficos portais trabalhados em pedra de cantaria, maçanetas de cristal colorido em portas de madeira almofadadas, iluminados por lampiões ou candeeiros de porcelana, guarnecidos com mobílias austríacas ou francesas em dourado, ricas alfaías estrangeiras, tais como porcelana de limoge, baixelas de prata portuguesa, cristais da Baviera, decorados com cortinas em “voile” suíço, enfileiravam-se, em ruínas tortuosas, humildes casebres, alumiados por lamparinas, com seus bancos toscos, um jirau, algumas redes e utensílios de barro. Isto sem falar nas senzalas, moradias coletivas dos escravos sem o mínimo de conforto. (LACROIX, 1983, p. 65-66)

Tendo em vista essas contradições, apesar do desejo das elites de se manterem distantes, na área da cidade, o dinamismo das atividades econômicas fazia conviver, no bairro da Praia Grande, área de grande fluxo comercial, pessoas ricas e pobres, escravos e livres, brancos, mulatos e pretos. Essa convivência era permeada por múltiplas relações comerciais, afetivas ou amorosas, conflitantes ou não, ainda que a estrutura, o discurso regulador e o desejo dos grupos dominantes desejassem e forçassem um distanciamento. Foi por esta flexibilidade e não uniformização que o fazendeiro do algodão Raimundo Gaioso escreveu que brancos preferiam a amizade ilícita ao casamento. Pois, por mais que a desigualdade econômica afastasse o modo de vida entre as diversas camadas da população, os trâmites diários na rua acabavam por aproximá-las.

⁶⁰ Contradição esta que motivou várias revoltas no Maranhão ao longo do século XIX. No final dos anos de 1830, dada à precariedade das condições sociais e econômicas de boa parte da população livre e de escravos, foi deflagrado um amplo movimento social contra os grupos dominantes no Maranhão. E a própria edição dos códigos de postura, sobretudo o de 1842, foi feita na conjuntura constituída após o fim da Balaiada, ocorrida no período regencial entre 1838 e 1841. Considerando-se a ampla participação de escravos no cotidiano da cidade, infere-se que esses códigos tinham outros objetivos, cujo alcance se definia para além dos três recortes nele estabelecidos, quais sejam: regularidade e aformoseamento; cômodo e seguridade, e salubridade da cidade. Nesse sentido, por um lado, a proposição destes recortes refletia uma política de adequação da cidade às exigências estéticas dos grupos dominantes, ou seja, um estilo de morar correspondente à riqueza auferida na agricultura mercantil e escravista. Com esse propósito, não era conveniente manter os escravos e pessoas livres vivendo em desregramento dispersos pela cidade. O aformoseamento exigia, em contrapartida, a disciplina e o controle social de modo a afastar a possibilidade de eclosão social de um movimento de escravos com características comuns ao da Balaiada. Afinal, as contradições sociais eram visíveis e causavam o temor das classes dominantes quanto às eventuais ações desses trabalhadores. Cf., Josenildo Pereira, *op cit.*, p.46.

Naturalmente, essa convivência conjunta não significou harmonia nem igualdade. Ainda que as experiências sociais aproximassem os diferentes grupos no ambiente central da província, uma minoria branca, quase sempre de origem portuguesa, enriquecida no comércio e dona de sobrados construídos em pedras de cantaria formava uma casta que dominava a economia da província. Desenvolveu-se uma política de casamentos que deveria servir, antes de mais nada, para consolidar os interesses dos membros dessa sociedade. Numerosos eram também os colonos que não pretendiam enraizar-se e, uma vez enriquecidos, voltavam para Portugal. Esses portugueses também formavam a burguesia comerciante da cidade e compunham, junto com a classe média formada por todos os tipos de assalariados, a chamada “sociedade civilizada” de São Luís. Hábeis casamentos transformavam-na, às vezes, em aliada da oligarquia rural, cujos filhos viviam geralmente na capital para estudar ou simplesmente por gosto.

A expansão econômica vivida pelo Maranhão, entre 1760 e 1820 foi possível pelo ingresso de escravos, pela amplitude da fronteira agrícola e pelo aquecimento do mercado internacional do algodão. Todavia, esse estágio econômico se caracterizou por duas situações – monopólio externo e base produtiva escravista - e não estabeleceu as condições condizentes a uma acumulação de capital, não estabeleceu o mercado interno capaz de realizar a reprodução ampliada do capital, diversificada e apoiada em processos inovadores. Daí que, a partir de 1820, a cotonicultura maranhense perde o ímpeto das décadas anteriores.⁶¹ O retorno

⁶¹ Vários aspectos são apontados como contribuinte para o processo de decadência da *plantation* agro-exportadora do Maranhão. Um deles está relacionado com o escoamento da produção, que utilizava o transporte fluvial nos grandes rios - Itapecurú, Mearim, Pindaré - que cortam o Estado e deságuam no golfo maranhense, em São Luís. À medida que a fronteira agrícola crescia e se distanciava das margens desses rios, eram maiores as dificuldades operacionais e os custos para o deslocamento da produção. A falta de modernização destes transportes fluviais, de péssima estrutura, fazia perder-se a metade da safra. Além disso, a cotonicultura maranhense sofreu com a consequência do extrativismo da borracha amazônica que contribuiu para disputar a pouca força de trabalho ainda disponível no Maranhão. Quanto ao aspecto agrônomo, o solo maranhense apresentava queda da fertilidade natural com rapidez, devido ao manejo não apropriado às condições ecológicas dos trópicos úmidos, o que obrigava a busca de novas fronteiras agrícolas. As plantações de algodão eram transferidas a cada três anos para novas áreas de mata. Este sistema agravava a crise porque implicava na destruição do meio natural na medida em que os proprietários rurais achando matas brutas para cultivar não se esmeravam em aperfeiçoar o método de cultura, devastando novas matas sem atenderem ao futuro, espalhando a população e, assim, atrasando a prosperidade no Brasil, ao diminuir-lhe as forças. Além disso, por maior que

dos Estados Unidos ao mercado internacional do algodão é feito com produção tecnologicamente mais avançada, refletindo-se no aumento da produtividade e conseqüente queda dos preços, da ordem de 70% entre 1815 e 1820.⁶²

A partir de 1846, a expansão da cultura do algodão deu-se a custos crescentes.⁶³ Um dos aspectos importantes desse sistema de produção, a importação de escravos, começara a se tornar economicamente inviável. Com a expansão cafeeira no Sudeste brasileiro, o tráfico interno dessa força de trabalho passou a ser utilizado pela economia agroexportadora do café. Essa condição incentivou os maranhenses a participarem desse novo negócio mais lucrativo, tendo em vista que a economia algodoeira estava em decadência em virtude de não ter competitividade no mercado internacional.⁶⁴

Em vista dessa situação de decadência acelerada, ainda mais na segunda metade do século XIX com a concorrência norte-americana, a alternativa dos fazendeiros de se desfazer dos escravos, que constituíam renda, mas também a força de trabalho, causou um problema de falta de mão-de-obra. O êxodo desses escravos para o sul do Brasil incentivou uma tentativa das autoridades de contratar mão-de-obra européia e asiática. Os primeiros colonos chegaram

fosse a riqueza gerada pelo algodão, seu objetivo final era a acumulação primitiva do capital mercantil português. Mais que isso, os maus investimentos oriundos dessa acumulação tornavam insustentável sua reprodução, comprometendo o crescimento econômico da metrópole e da colônia. Também, pela própria condição de ser uma unidade produtiva de um sistema econômico cujo poder de acumulação e de investimento estava fora da área produtora, não permitiam que se estabelecesse um processo de desenvolvimento econômico sustentável em seus domínios. Não se pode esquecer que as políticas econômicas que afetavam a dinâmica da produção do algodão maranhense na sua fase de maior crescimento econômico (1760-1820) eram estabelecidas em Portugal e, apesar de essa atividade ter moldado a sociedade e a economia da época em terras maranhenses, elas não foram planejadas com o intuito de enriquecer o Brasil, mas, sim, a coroa portuguesa. Com a independência do Brasil em 1822, a acumulação do capital também passa a ocorrer com a burguesia nacional através da nova elite econômica: os grandes comerciantes e proprietários de terras. Cf., Josenildo Pereira, *op. cit.*, p. 99-123.

⁶² Cf., Alfredo W. B. A. Almeida, *op. cit.* p. 89

⁶³ Nesta situação de crise, os lucros esporádicos obtidos não foram aplicados nem na modernização da agricultura, do porto ou dos transportes fluviais. As más condições do esquema de transporte continuaram a dar muitos prejuízos, chegando a causar a perda da metade da safra. A falta de mão-de-obra crescia com a sangria de escravos para o sul e a dificuldade de adquirir novos africanos, bem como com o fracasso da implantação de europeus e asiáticos para trabalhar na lavoura. A antiga característica escravocrata e inativa da mentalidade dos fazendeiros não se mobilizava no sentido de uma modernização, muitos inclusive abandonando suas fazendas nas mãos de administradores para irem residir na cidade. Mas algumas mudanças positivas aconteciam. A cidade havia sido dotada, em 1861, de iluminação pública a gás e o teatro havia sido renovado em 1862, sendo considerado o melhor do Brasil.

⁶⁴ Cf., C. J Carvalho, *op. cit.*, p.150.

em 1853, mas além das colônias agrícolas fracassarem, surtos de febre amarela, varíola, disenteria e gripe atingiram o Maranhão matando ou adoecendo boa parte desses imigrantes e fazendo dos que sobreviveram mendigos pelas ruas de São Luís.⁶⁵

Em 1846, o governo brasileiro passou a incentivar a implantação de fábricas de tecidos de algodão, que começaram a ser montadas na década de 1850. O Maranhão foi pioneiro ao instalar sua primeira fábrica em 1855. No entanto, a Bahia liderou o setor até 1875, com 11 unidades instaladas, enquanto o Maranhão continuava com uma, num total de 30 existentes no País.⁶⁶

Durante a Guerra de Secessão americana, 1860-1865, o algodão maranhense teve sua demanda ampliada no mercado internacional. Contudo, os EUA, ao retomarem sua produção, após o conflito, reverteram esse quadro devido, entre outros fatores, a melhor produtividade dos seus cultivos, desbancando o Maranhão, que continuava a se debater com os problemas de mão-de-obra e produtividade agrícola, sem conseguir solucioná-los. Esse quadro manteve-se até a época da abolição da escravidão, quando, segundo Meireles⁶⁷, ocorreu uma loucura industrial, querendo transformar a economia escravocrata agrícola num parque industrial de trabalho livre. De modo que, no início da República, o estado contava com 17 fábricas, sendo uma em Codó, três em Caxias, e 13 em São Luís. Nessa ocasião o Estado de São Paulo liderava o parque têxtil nacional com 18 unidades instaladas, em virtude de apresentar mercado local em expansão devido à mão-de-obra assalariada do complexo cafeeiro do oeste paulista, e melhores condições agrônômicas de cultivo para o algodão.⁶⁸

⁶⁵ As elites políticas e econômicas promoveram a emigração e a colonização através da criação de um caixa especial para financiá-la; instituíram um regulamento para reger a vida nas colônias e mencionados critérios de seletividade de colonos. Em 1853, ocorreu a implantação de seis colônias com 887 imigrantes, sendo 847 portugueses e 40 chineses; dessas, quatro colônias não prosperaram. A conclusão a que chegaram os seus promotores foi que a província não estava em condições financeiras de estabelecer a colonização, não tendo condições de competir com a economia cafeeira em expansão no Sudeste do Brasil, e também com os EUA, a Austrália e a Argentina. Cf., J-Y, Mérian. *op. cit.*

⁶⁶ Cf., Amaral, *op. cit.*, e S. J. Stein, *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Ver bibliografia.

⁶⁷ Cf., Mário Meireles, *op. cit.*

⁶⁸ Cf., W. Cano, *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Ver bibliografia.

Assim, a partir da segunda metade do século XIX, a economia entra em uma crescente decadência, sem conseguir se reerguer. Apesar das investidas na industrialização a chegada das fábricas não trouxera a riqueza, a modernidade e o progresso que se esperava. Alguns elementos de modernização até vieram em seu rastro – estradas de ferro, bondes, iluminação pública a gás, telefone, telégrafo, máquina de costura, etc. – e a relativa atividade cultural continuava existindo – a cidade estava sempre recebendo peças de teatro, circos, artigos de última invenção como os cinematógrafos.⁶⁹ Mas nos jornais o momento de desilusão e de discussão sobre as causas e as soluções da decadência fica bastante registrado com as notícias sobre o cotidiano da ilha e sua recepção destes eventos.

Nas notícias de jornal se entrevê a rotina morna da cidade de São Luís. Era costume na imprensa, sempre que se iniciava um ano, fazer um balanço dos acontecimentos do ano que passou. Acerca do ano de 1893, lê-se no jornal *Pacotilha*, no dia 2 de janeiro de 1894:

Se fôssemos a proceder a uma balança do ano de 1893 no Maranhão, o nosso amor próprio teria de sofrer muito, por ser muito pouco ou quase nada o que encontraríamos digno de menção. A não ser o termo de trabalhos começados em 1892, como o da Fábrica Santa Izabel e a viação férrea, pouco mais resta sobre o que a atenção pública se possa demorar. O 1893 passou aproveitando o fruto da atividade e empreendimento dos anos anteriores, adicionando-lhe apenas a criação da empresa de fósforos, cujo estabelecimento se está montando. A crise financeira que avassala o país criou não pequenos empecilhos à marcha que íamos na exploração dos diferentes ramos na indústria, gerando em nosso Estado uma situação bastante desagradável. Não sabemos ao certo o que constatarem os algarismos da escrituração do Tesouro, para julgarmos mediante estes dados, da expansão ou do retraimento de nossa agricultura. É de crer, porém, que ainda por este lado não tenha sido lisonjeiro, entre nós, o movimento em 1893, pela afinidade que existe entre os fatores econômicos e que faz com que em cada um deles reflita a crise que pesa sobre o outro. [...]

De todo este processo fica a força das transformações vividas pela cidade provocadas pelo progresso material e cultural promovido pela agricultura do algodão. Este progresso determinou, inclusive, a demarcação tradicional da historiografia maranhense, que segue um modelo de interpretação da economia surgido no início do século XIX. Um pequeno grupo de

⁶⁹ Sobre esses elementos de modernidade, em especial o ciclo ambulante de cinema que passava por São Luís neste período, ver Marcos Fábio Belo Matos em, *E o cinema invadiu a Atenas: a história do cinema ambulante em São Luís*. Ver bibliografia.

intelectuais, ligados à grande lavoura ou à administração colonial, tentou refletir sobre os problemas que enfrentavam os lavradores naquela época, destacando-se Raimundo José de Sousa Gaioso. A visão era de que os lucros advindos com a agro-exportação indicavam o “período de opulência” e a partir dele se definia o antes e o depois. Esta discussão é denominada de “periodização ortodoxa” por Alfredo Wagner Almeida, na qual se sucedem três estágios: antiga barbaridade (o período anterior a 1756), a época de ouro da “prosperidade” [o período até a década de 1810], e a atualidade, caracterizada por diversos “males” que afligiam os lavradores.⁷⁰

Historiograficamente tem-se tratado o surto industrial em São Luís como uma tentativa apressada de remediar os problemas advindos com a decadência do movimento de exportação dos gêneros agrícolas que haviam dado à cidade um período tão rico e próspero.⁷¹ Esta tentativa de fazer do Maranhão agro-exportador um Maranhão industrial foi chamado de “loucura industrial” por Jerônimo de Viveiros⁷² e, visto como um acidente, desordenado e arcaico, que em vez de amenizar a crise provocada pela queda na exportação, ainda aumentara os problemas e a gravidade gerada por ela. Esta “euforia industrial” marca, na historiografia local, o período de estagnação econômica maranhense que se estende até quase a metade do século XX.

Mas se a historiografia denota isso, nos jornais percebemos que, para a população de então, esta iniciativa não deixa de ser um sopro de esperança de amenizar os estragos financeiros. Pelo jornal *Federalista*, de 19 de novembro de 1892, percebe-se esta expectativa. “Fez hoje a primeira experiência a máquina da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Anil, com

⁷⁰ Cf., a sua obra, *A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*, em especial as páginas 49-55. Ver bibliografia.

⁷¹ A situação privilegiada, que dava a cidade a sensação de prosperidade infinda, começou a se desestabilizar na segunda metade do XIX. Com o fim da Guerra de Secessão, os Estados Unidos voltaram a exportar algodão para a Inglaterra, causando prejuízos para o sistema agro-exportador maranhense. Estes fatores começavam a sinalizar uma inércia econômica pela crise da exportação algodoeira e rizícola, salopando a euforia de todos, pois gradativamente o movimento portuário da cidade diminuía seu ritmo. Além disso, a abolição da escravatura libertara uma massa imensa de população que ficara sem possibilidades de ser absorvida no ritmo da cidade, trazendo graves problemas de desordens.

resultado satisfatório. Saudamos a Companhia. Como só a última hora tivemos notícia do acontecimento, no próximo número daremos notícia circunstanciada a respeito”.

Mas ainda que certo entusiasmo se depreendesse, o fato real era que o fim do tráfico internacional de escravos, a concorrência estrangeira e a retração dos preços do algodão e, posteriormente do açúcar que o substituiu, no mercado externo agravaram a agricultura mercantil maranhense e, na mesma medida, a situação financeira dos proprietários rurais. Nem as fábricas, nem qualquer outra atividade, supriram as urgências econômicas. Em tal conjuntura, a noção de uma decadência econômica era o diagnóstico geral. Em vista disso, a necessidade de compreender e explicar o que estava acontecendo era um imperativo: o estado de decadência da agricultura mercantil de exportação foi explicado sob a forma de uma crise geral que promovia a desordem e o caos. É nesta situação de decadência que a cidade de São Luís vive no momento de chegada da República e os ares de renovação que esta procurará efetivar mediante as novas idéias européias, os quais encontrarão muitos entraves em sua aplicação.

3.2. O PROGRESSO CULTURAL E O DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA LUDOVICENSE: TEMAS EM QUESTÃO

Como dissemos no início do capítulo cabe integrar o decreto do casamento civil ao fluxo de transformações que coincidem com a chegada da República. A especificidade deste momento é a tensão provocada pelo encontro de transformações que ocorrem em todas as esferas da sociedade brasileira, a política, a social, a econômica e a cultural. Porém, não se pode esquecer que a conjuntura da proclamação é apenas a fase aguda e decisiva deste fluxo

⁷² Cf. Jerônimo de Viveiros. *História do comércio do Maranhão: 1612-1895*. Ver bibliografia.

de mudanças e que as idéias que a sustentam já vinham arando o solo do pensamento e fertilizando os debates na imprensa bem antes, especialmente com a “geração de 70”. Antes da chegada da República, pois, já se discutia nos jornais as idéias que determinariam sua direção.

A década de 70, vinte anos, pois, antes da República, viu se organizar um movimento para nortear a organização do país. Cabia a este “movimento ilustrado brasileiro” uma exigência do tempo: o esforço de integrar o país à cultura ocidental. Segundo Roque Spencer⁷³ este movimento estrutura-se a partir do confronto entre três matrizes de pensamento, considerada por ele como “mentalidades” específicas que marcaram a intelectualidade brasileira do final do século XIX e início do XX: a mentalidade católico-conservadora, a liberal e a cientificista.

A mentalidade conservadora tinha como representante a Igreja Católica e sua principal função era impedir que as idéias liberais e cientificistas renovassem a face do país. Fortalecida pelo processo de romanização, a Igreja estabeleceria uma reforma interna ao mesmo tempo em que se lançaria para fora de seus muros para estabelecer uma reforma na sociedade. Era preciso barrar, servir de entrave para a disseminação dessas idéias porque, ao eliminarem Deus e a visão de mundo cristã de todos os projetos, eram perniciosas para a sociedade. Como Vitor Biasoli ressalta em sua pesquisa sobre a influência do catolicismo ultramontano no Rio Grande do Sul:

A visão de mundo do liberalismo, fundada a partir dos Direitos Humanos, constituindo o poder livre de toda autoridade religiosa, opunha-se ao projeto da Igreja em todos os sentidos. Não a reconhecia como fundamento para a formação da sociedade e do Estado, combatia a monarquia de direito divino (historicamente vinculada ao poder da Igreja), e propunha um Estado baseado na soberania popular, laico e secularizado. (BIASOLI, 2005, p. 46).

Para a mentalidade conservadora do catolicismo, a sociedade deveria se organizar a partir do direito divino, do qual a Igreja seria a única intérprete legítima e autorizada. Isso naturalmente

se traduzia na negação da liberdade de consciência e de cultos, na defesa da Monarquia como a melhor forma de governo porque estruturada na hierarquia, na defesa da cidadania como privilégio dos católicos e na negação absoluta da sociedade laica.⁷⁴

Ainda na estruturação de Roque Spencer, a mentalidade liberal entraria no confronto defendendo o liberalismo, ou seja, a liberdade de consciência e a individualidade contra uma sociedade que postulava a predominância da sociedade sobre o indivíduo. Enquanto o liberalismo europeu se via diante do socialismo, combatendo-o ou harmonizando-se com ele, o liberalismo brasileiro via-se:

[...] diante de velhas instituições que não correspondiam mais às aspirações do século: o seu problema é remodelá-las, eliminá-las em certos casos, para substituí-las por outras. Sua tarefa é libertar o trabalho, a consciência e o voto: é “liberalizar” o país antes de qualquer outra medida. (SPENCER, 1986, p. 81)

Sob a égide da razão, a mentalidade cientificista da inteligência nacional buscou os caminhos para a reconstrução do Estado e da sociedade, expurgando toda e qualquer tradição de hierarquia fundada sobre o privilégio e a caduca união trono-altar, para construí-los sobre a ciência, a propulsora eficaz do progresso, geradora dos valores morais e políticos. Uma das expressões dessa mentalidade, segundo Spencer, foi o positivismo. Conforme a idéia de Comte, a evolução humana obedecia a leis rigorosas do mundo natural e obedecia a lei dos três estados: o teológico ou fictício, o metafísico ou abstrato e o científico ou positivo. Segundo o comentário de Maria Mello acerca desta questão,

No primeiro, predominou a imaginação na interrogação das causas primeiras, cujas respostas foram encontradas na intervenção arbitrária de forças divinas. Foi a fase do “Estado teológico-militar”, que vigorou até fins da Idade Média. Quando as explicações passaram a ser buscadas através de abstrações imanentes ao objeto – o que se daria a partir da Reforma –, o espírito humano montou “Estados metafísicos-jurídicos”. Nesta progressão, chegou-se ao “Estado científico-industrial”, no momento em que a inteligência, restrita agora a seu campo próprio, abandonou as investigações sobre os absolutos e as origens dos fenômenos. O Estado positivo, superando mesmo, no seu entender, a democracia parlamentar, ainda metafísica, seria uma sociocracia autoritária. (MELLO, 2007, p. 95)

⁷³ Cf., Roque S. M. de Barros, *A Ilustração brasileira e a idéia de universidade*. Ver bibliografia.

Essa visão das coisas fazia o positivismo se alinhar e se afastar do liberalismo. Ambos defendiam a liberdade de consciência, entretanto, se para os liberais ela é um valor absoluto e insubstituível, para os positivistas ela é uma condição provisória para o desenvolvimento espontâneo da humanidade e conseqüente estabelecimento final do estado positivo.

Dessa renovação intelectual da segunda metade do século XIX coube ao positivismo a introdução do cientificismo e da evolução escalonada da história, duas idéias mestras. Mas a intelectualidade brasileira não absorveu de forma integral todos os princípios de August Comte, poucos acompanhando o desvio religioso da construção de uma religião da humanidade não-teísta. Para a geração de 70, o cientificismo libertava das fantasias religiosas e abstrações inócuas para dar conta e imprimir velocidade ao progresso tecnológico capitalista. Importava ver através da luz da ciência em detrimento da obscuridade do catolicismo.

Essa descrição da “Ilustração Brasileira” denota que a chegada das idéias liberais e positivistas ocorreu antes mesmo da proclamação da República e já ameaçava de forma contundente a hegemonia da Igreja Católica e a validade de sua visão de mundo imposta por tanto tempo. Em particular no que diz respeito à família e ao casamento, a Igreja via-se cada vez mais ameaçada em seus poderes, tendo em vista a aprovação de leis que regulamentavam o registro civil do casamento ainda em 1870, durante o Segundo Império. Nesse sentido, é interessante dar um panorama geral desses debates antes da aprovação do Decreto n. 181, de 24 de janeiro de 1890, que instituiu o casamento civil, confirmado pela Constituição Republicana de 1891, e inserir nossos jornais nessa economia de debates que utilizaram o arsenal de idéias acima comentado.⁷⁵

⁷⁴ Esta mentalidade ultramontana católica, suas bases doutrinárias européias e sua entrada no Brasil estarão melhor trabalhados no quinto capítulo desta dissertação.

⁷⁵ Sobre o liberalismo e o positivismo e a forma como penetraram no Brasil, cf., também Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Ver bibliografia.

Esta descrição das “mentalidades” recorrentes a partir de 1870 tem o objetivo de respaldar o alinhamento dos jornais que pesquisamos e ressaltar a relativa pluralidade do significado de liberalismo. A defesa irrevogável da liberdade de consciência fazia do jornal *Pacotilha* adepto do liberalismo. O *Federalista*, se comparado à *Pacotilha* não deixava também de ser liberal, o que diferenciava os dois era o grau de anticlericalismo que ambos professavam. Roque Spencer já advertia que a “ilustração brasileira” não possuía um substrato teórico único:

[...] há LIBERAIS e LIBERAIS, que, embora FREQUENTEMENTE concordando nas medidas práticas a tomar, buscam a inspiração de seus atos e de seus pensamentos em fontes completamente diversas. [...] É exatamente o que se verifica na “Ilustração Brasileira”: LIBERAIS CLÁSSICOS, formados na escola de direito natural, como um Lafayette Rodrigues Pereira, LIBERAIS “CIENTIFICISTAS”, como um Silvio Romero, liberais semiindecisos, entre as duas direções, como até certo ponto foi o Rui – e mesmo “cientificistas” antiliberais, como os positivistas ortodoxos e até alguns heterodoxos em múltiplos aspectos conjugam seus esforços e lutam pelos mesmos fins. (SPENCER, 1986, p, 58-59) (grifos do autor)

Nesse sentido, se a disputa se dava, nos jornais pesquisados, entre a Igreja Católica e as idéias liberais, a diferença parecia ser no grau de simpatia dessas correntes com o anticlericalismo. Se o entusiasmo dos dois jornais liberais pelo republicanismo era comum, não se podia dizer o mesmo em relação ao papel da Igreja na sociedade.

Com relação ao positivismo, os jornais compartilhavam da crença na ciência e na razão, mas não é possível afirmar que a liberdade de consciência fosse apenas uma “passagem”. Ambos os jornais defendiam a liberdade de consciência acima dos demais princípios, sendo mais liberais que qualquer outra coisa. Como na historiografia se tem relativizado a absorção da ortodoxia de Comte, pode-se afirmar o alinhamento ao positivismo dos intelectuais deste jornal. Sobre isso, Maria Tereza de Mello afirma:

Não estou falando de adesão integral aos princípios de Comte, mas de uma disposição mental aos seus métodos de análise do real: um positivismo heterodoxo. Da renovação intelectual da segunda metade do século XIX brasileiro, coube ao positivismo a introdução de pelo menos duas idéias mestras: a evolução escalonada da história e o cientificismo. [...] Comte propôs a criação da religião da humanidade, religião não-teísta que substituiu os santos pelo culto dos grandes vultos da história. Pouco de seus adeptos, no entanto, acompanharam esse seu desvio religioso. Enquanto, por exemplo, seu discípulo Pierre Lafitte manteve-se

fiel à ortodoxia, a maioria se separou, só aceitando sua filosofia “científica”, como Littré e John Stuart Mill. (MELLO, 2007, p. 97)

Desta forma, entendendo que muitos positivistas não seguiam o “desvio religioso” de Comte, os jornais podem ser considerados positivistas. Quando nos referimos à propaganda liberal, está subtendido que ela partilhava da crença em elementos como a Razão e a Ciência. Assim, quanto ao jornal *Pacotilha* era indubitavelmente anticlerical, liberal e republicana, possivelmente positivista heterodoxa, pois parecia creditar à razão e ao cientificismo muito valor, mas é indubitável na leitura de suas páginas que a liberdade de consciência é um valor absoluto e insubstituível. Já o *Federalista* se comportava de modo mais reticente com relação a essa expurgação da religião católica, sendo menos anticlerical, mas ainda assim republicano.⁷⁶ Daí a diferença de notícias que ambos privilegiavam e que eram bem diferentes, bem como o destaque para os debates do casamento civil ser mais divulgado no primeiro.

Alinhados a essa tentativa de reformular as bases nas quais se assentava o país, uma geração de intelectuais maranhenses fertilizou a atmosfera da cidade com o desejo de inserir o Maranhão no caminho do progresso, deixando para trás as marcas indeléveis do passado. Sua

⁷⁶ No Maranhão, ser republicano não significava pertencer ao Partido Republicano, porque o movimento republicano foi bastante tardio, se comparado a São Paulo e Rio de Janeiro. Convém, porém, fazer a diferença entre partido republicano e idéia republicana, defendida nos jornais *O País*, *Diário do Maranhão*, *A Flecha*, *O Pensador*, *Pacotilha*, *O Futuro*, *O Federalista*. A ausência de um verdadeiro partido republicano foi substituída por um militância, que discutia a escravidão, a economia, as relações entre Estado e Igreja, a democracia e a República nos jornais. Segundo Luís Alberto Ferreira (p. 2-3), “os clubes republicanos começaram a ser formados a partir do final de 1887, explodindo em 1888, após a Lei Áurea. O movimento republicano maranhense ainda teria se dividido em dois diretórios que pouco se comunicavam. O diretório com sede na capital, São Luís, era chefiado por Paula Duarte, político de origem liberal, como a maioria dos republicanos da província. Além de Paula Duarte, fazia parte do Clube e diretório republicano da capital o escritor Souza Andrade e muitos jornalistas e professores. Para divulgar suas idéias liberais e positivistas fundaram o jornal *O Novo Brasil*. O outro Diretório foi fundado em Barra do Corda – cidade limite entre as frentes de povoamento do Maranhão: a frente agro-exportadora, que povoou a província a partir do litoral e expandiu-se para a baixada graças à cultura do algodão e da cana-de-açúcar, e a frente pecuarista que foi introduzida ao sul, na região de Pastos Bons e de origem baiana e pernambucana. Como o diretório da capital, era composta por profissionais liberais e pequenos comerciantes. A maior parte desses profissionais eram bacharéis de Direito, formados pela Faculdade de Direito de Olinda. A maioria dos republicanos sertanejos, liderados por Izaac Martins, eram também dissidentes liberais, mas com um radicalismo maior que os da capital em função das condições materiais em que se encontravam a região de Pastos Bons”. Dunshee de Abranches chega a dizer que no Maranhão não existiam republicanos antes de 1887, apenas abolicionistas convictos. Cf., *A Revolta dos libertos: massacre republicano aos libertos de 13 de maio no Maranhão (1889)*, Luís Alberto Ferreira. (Texto cedido pelo autor).

atuação é por volta de 1870 e a província já estava sofrendo com a crise de decadência econômica. Porém, ainda que não pudesse contar com a prosperidade econômica anteriormente usufruída, esta havia deixado condições para o florescimento intelectual maranhense. Uma primeira geração de intelectuais já havia lançado o Maranhão nos quadros da intelectualidade nacional.⁷⁷ Influenciados por estas idéias científicas, liberais e positivistas, a segunda geração diferia das preocupações da primeira. O subjetivismo romântico desta era substituído progressivamente pelo interesse no coletivo daquela, em que se desenvolviam estudos sociológicos baseados nos ideais de evolução, progresso e desenvolvimento. Alguns integrantes dos grupos afortunados da época, tentando reorganizar a escala de seus valores, passavam a dar lugar a um novo ideário no qual tiveram espaço o materialismo cientificista, o evolucionismo, o liberalismo, o determinismo, o positivismo, o contra espiritualismo, a laicização, o anticlericalismo, o livre pensamento, o naturalismo etc. No contexto nacional, a direção da geração de 70 também era esta:

Clamores foram levantados contra o subjetivismo excessivo, as idealizações descoladas da realidade, a pieguice lacrimosa, o indianismo. Proclamou-se, em oposição, a superioridade do retrato fiel da realidade – prevalentemente, urbana –, dos costumes, das situações, das vivências humanas, descritas com verdade e imparcialidade. Tão diferentes quando ao valor literário e ao alcance de suas inovações, as duas grandes obras de 1881 – *Brás Cubas* e *O mulato* – têm ‘um traço comum: em ambas triunfava a observação’. (MELLO, 2007, p. 106)

Os destaques desta segunda geração maranhense são Celso da Cunha Magalhães, Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo, Raimundo da Mota de Azevedo Correia, Arthur Nabantino Gonçalves de Azevedo, Teófilo Dias de Mesquita, Adelino Fontoura Chaves, Henrique Maximiniano Coelho Neto, José Pereira da Graça Aranha, Raimundo Nina

⁷⁷ Forma-se no período da “opulência” algodoeira um movimento intelectual pautado no Arcadismo e na introdução do pensamento pré-romântico no Brasil. Um primeiro grupo de poetas e literatos lança a participação do Maranhão na literatura brasileira e deixam o apelido para a cidade de São Luís de “Atenas Brasileira”, pela suposta semelhança de sua atmosfera cultural, política e artística com a cidade grega. Para citar alguns, Odorico Mendes, Sotero dos Reis, Gonçalves Dias, entre outros, são alguns dos que, pelo talento da boa escrita, deixaram esta marca na cidade que os inspirou também a escrever seus versos. O mito da “Atenas Brasileira” faz referência ao imaginário do retorno ao período áureo da cultura maranhense, especialmente na dimensão literária, que ganhou força no contexto posterior à sua existência com a decadência da agricultura de exportação. Sobre isso ver Rossini Corrêa, *Atenas Brasileira: a cultura maranhense na civilização nacional*. Ver bibliografia

Rodrigues, Raimundo Teixeira Mendes, Antonio Barbosa de Godois, Jose Ribeiro do Amaral, João Dunshee de Moura e outros. Muitos deles migraram para o Rio de Janeiro, atuando na imprensa carioca.

Em São Luís, a rivalidade entre a Igreja e estes intelectuais será a tônica das constantes discussões na imprensa maranhense. Criticada e criticando, a Igreja Católica e os intelectuais da segunda geração trocavam farpas e acusações sobre a decadência que se abatia sobre a cidade. A disputa seguia nestes termos. Lemos no jornal *O Pensador*, em 10 de março de 1881:

[...] E V.rev. é inteiramente desta opinião, com a diferença, porém que v.rev. atribui a precoce decrepitude de nossos costumes e o nosso vergonhoso esfacelamento social, ao estabelecimento da maçonaria nesta cidade; e nós que não acreditamos tão poderosamente na influência da maçonaria, desdenhamos essa explicação e vamos descobrir em nossa educação religiosa a causa única e completa de nossa degradação física e moral.

Esta acusação recíproca da decadência atingirá a instituição da família. Porque se a educação religiosa é a causa da degradação física e moral, ela deve ser abolida no plano familiar, célula formadora da boa sociedade para os positivistas. É a Igreja que a controla, a legitima, dá seu sentido. Isso porque desde a estruturação econômica e social da província, a Igreja Católica havia se infiltrado nas redes de poder, exercendo controle sobre os comportamentos e os pensamentos da população, como ocorreu em todo o Brasil. Assim, participando desta organização e desfrutando daquilo que inseria o Maranhão em crise, a Igreja será acusada de entravar também, junto com seus dogmas e sua resistência às mudanças, o sucesso da província. Para os liberais, o problema da Igreja Católica era interno e externo. A forma como ela se administrava e atuava sobre o mundo, negando-lhe qualquer transformação, denotava sua intransigência com o progresso. Especialmente porque ela acusava o progresso de retirar a religião da preocupação central da vida dos homens.⁷⁸

⁷⁸ O quinto capítulo desta dissertação é dedicado a reflexão sobre a Igreja e o ultramontanismo.

Esta propaganda liberal repudia o modelo de família da Igreja, entendendo que a família católica prejudica o ideal liberal, a alma da nação. O liberalismo de antemão prega a liberdade de cultos, sem privilégio para nenhuma fé. O positivismo, mais do que simplesmente afastar, tem uma ideologia própria que se propõe mesmo a substituir a visão de mundo sustentada pelo catolicismo.⁷⁹ Uma notícia do jornal *Pacotilha*, publicada a 6 de julho de 1894, parece esclarecer mais a questão:

[...] Não há em toda a América do Norte uma só nação em que o Estado garanta ou pague alguma religião. No Canadá, nos Estados Unidos, no México a igreja não é senão uma associação religiosa, que de nenhum privilégio goza sobre as outras associações. Na maior parte de suas colônias, a Inglaterra ou se tem desprendido, ou procura desprender-se de toda a obrigação e todo o caráter religioso. Respeita todos os cultos, porém quer que todos eles vivam a expensas dos seus fiéis. Não pretende dirigi-los, não lhes cria embaraços nem limites de nenhum gênero, deixa-os autônomos, livres e entregues à sua sorte. A Inglaterra não só em suas colônias, também nas ilhas que a constituem, separou a Igreja do Estado. Gladstone fez essa revolução na Irlanda; Asquith hoje a propõe para o país de Gales; Rosebery comprometeu-se a realizá-la na Escócia. O fanatismo protestante não era ali menos que aqui o fanatismo católico: quase chegamos a dizer que o superava. Não obstou nem obsta a reforma. A razão prevaleceu por fim sobre o sentimento. A própria liberdade de cultos viu demonstrar que ali, como aqui, a religião é mero ato de consciência e devemos deixá-la, portanto, ao sentimento e a crença de cada indivíduo. Separada a igreja do Estado, que de conflitos não se evitariam! [...]

Percebe-se, assim, a forma pela qual as “idéias novas” compreendem a atuação da Igreja Católica na sociedade. Considerada “fanática” torna-se um obstáculo à reforma e era preciso eliminá-la de qualquer posto de controle, especialmente no que concerne à família. Isso equivaleria a deixar a razão prevalecer sobre o sentimento e consentir que cada homem seguisse a sua consciência. Estes debates já estavam presentes na imprensa da década de 70 e a comparação com os países da Europa revela o caráter europeizante da reforma proposta.

Foi no contexto destes debates da década de 1870, e não esquecer que a cidade andava na contramão do progresso e da industrialização que ocorria nas províncias do Sul que, em 8 de dezembro de 1864, o Papa Pio IX declara a encíclica *Quanta Cura*, acompanhada do *Sílabo*, uma proposição de 80 erros considerados lesivos aos dogmas católicos provocados

⁷⁹ O positivismo na crença exacerbada na ciência acreditava poder substituir as religiões tradicionais pelo culto à

pelas transformações ocorridas mundo afora. Dando caráter de heresia às questões que são tratadas como reprováveis no documento, o Papa condena a idéia de que a sociedade e o progresso civil se governe sem se preocupar com a religião. Para Pio IX, o afastamento da religião na sociedade civil significava o afastamento da justiça e do direito, onde então a força material teria lugar de destaque nas relações sociais. A opinião pública, traduzida pela vontade do povo, não poderia sobrepujar o direito divino, representado pela Igreja Católica. Este documento também condenou o liberalismo e o progresso, a imprensa, a velocidade, o absolutismo, as ferrovias, os progressos em todos os campos da ciência, a relativização da verdade, a democracia, o socialismo.⁸⁰ Mais tarde, pela bula *Aeterni Patris*, em 29 de junho de 1868, Pio IX convocou o Vaticano I, onde pela primeira vez bispos brasileiros participariam de um Concílio Ecumênico. Tratado como uma boa ocasião para a discussão dos problemas do catolicismo na Igreja brasileira e mesmo para apresentar as vicissitudes por que passavam, o Vaticano I atuou como força impulsionadora da vontade dos bispos em seus desejos reformadores, dos quais o mais destacado foi para nós D. Antônio de Macedo Costa. Após inúmeras discussões de caráter político e teológico, a centralização ultramontana irá atingir seu ponto alto com o decreto da infalibilidade papal, em 18 de julho de 1870.⁸¹

razão. Sobre isto tratam, por exemplo, Jorge Lagarrigue, *Positivisme e Catholicisme: l'assemblée catholique devant la vraie religion*; e Pierre Laffitte, *Le Catholicisme*. Ver bibliografia.

⁸⁰ Cf. Eugênio Vicente Dias, *O Syllabus justificado, ou explicação do Syllabus segundo a teologia, a razão e o bom senso*. Cabe destacar aqui que a condenação da imprensa diz respeito ao que a Igreja considera “má imprensa”.

⁸¹ Outros desgastes envolviam a Igreja no Brasil. O breve do Papa *Quamquam Doloris* de 29 de maio de 1873, que condenava a maçonaria, atizou o conflito que se estabeleceu no Brasil entre a Igreja Católica e a Maçonaria. Diante dessas atitudes, a Igreja entrou em confronto com o Imperador, tanto pelo regime do padroado, como pela perseguição aos maçons. Os dois focos principais de agitação se encontravam em Recife e Belém, onde os bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa haviam ordenado aos padres que se recusassem a administrar os sacramentos religiosos a todos os maçons que não houvessem abjurado da maçonaria. O Imperador tomou partido contra os bispos em nome da razão de Estado e chegou mesmo a ameaçar o Papa de colocar em votação uma lei sobre a separação da Igreja e do Estado. Fracassada as negociações com os bispos, os padres foram, inclusive, condenados pela justiça. O quinto capítulo desta dissertação guarda um espaço para a situação da Igreja Católica na República. Como veremos o ultramontanismo já vinha se espalhando pelo eclesiástico brasileiro desde meados do século XIX. Com a “Questão dos Bispos” ele se torna visível e com a República ele atuará com mais força devido o decreto de separação da Igreja do Estado. Com os olhos voltados mais para a Cúria Romana, a Igreja também estava imersa em um movimento de reforma a partir dos acontecimentos em solo europeu.

A propaganda anticlerical que resultou disto foi levada a efeito organizando-se em torno de idéias liberais e positivistas para atacar a Igreja, a escravidão, e tudo que representasse o atraso, o arcaico, o entrave para desenvolver o Maranhão. Era preciso diminuir, senão sanar a influência da Igreja na cidade, dentro das famílias, dentro dos corações. Nesses artigos, a má-fé e os exageros dos bispos, o fanatismo de alguns membros do clero responsáveis pelo obscurantismo em que era mantido o povo e a corrupção dos padres, eram denunciados nos jornais *O País* e o *Diário do Maranhão*. Em *O Domingo*, semanário fundado por Artur Azevedo em 1872, vários artigos foram consagrados à questão religiosa. Os jornais acompanhavam a evolução dos conflitos, reproduzindo matérias publicadas nos principais jornais do Rio de Janeiro, Recife e Belém.

A efervescência dos debates dinamizava a imprensa em São Luís. Com relação ao surgimento de novas folhas, entre 1878 e 1881, cinco outros jornais foram criados e serviram como tribuna por ocasião dos debates e das idéias que agitaram a opinião pública. São eles: *A Flecha*, lançado por João Afonso do Nascimento e Aluísio Azevedo, durou até 14 de março de 1879 a 25 de outubro de 1880. Era publicado à razão de três números por mês; *O Pensador*, publicado sobre a direção de uma associação de jovens “progressistas” – da qual fazia parte Aluísio Azevedo – apresentava-se como “órgão dos interesses da sociedade moderna”. Foi publicado três vezes por mês a partir de 10 de setembro de 1880; *O Futuro*, “órgão de propaganda progressista”, foi lançado por Manuel Bithencourt em 16 de junho de 1881. Este semanário defendia as teses positivistas; *Pacotilha*, após uma tímida experiência de 30 de outubro de 1880 a 23 de janeiro de 1881, à razão de 300 exemplares por dia, Aluísio Azevedo, Vítor Lobato e uma parte dos jornalistas que escreviam em *O Pensador* publicaram regularmente neste jornal vespertino a partir de 13 de abril de 1881; *Civilização*, semanário criado em 14 de agosto de 1880 pela diocese para a defesa dos interesses católicos, dirigiu

essencialmente seus ataques contra os quatros jornais que acabamos e citar. O *Federalista* só viria a ser fundado em 1892.⁸²

Essa dinamização da imprensa ocorria a despeito de toda a crise econômica da idade. Os debates entre jornais católicos e liberais da década de 70 e 80 conviviam com os debates sobre a crise na economia, que aumentara na década de 70, quando teve início o fim do ciclo do algodão; crise que chegaria ao auge em 1888, com o fim da escravidão, pois com isso o setor açucareiro perdeu a sua base.

4. A REPÚBLICA E A CIDADE DE SÃO LUÍS: PROJETOS E REFORMAS

No capítulo anterior tivemos por objetivo traçar a especificidade do contexto de São Luís antes da proclamação da República. O parêntese foi feito por considerar esta especificidade importante em dois aspectos relacionados à pesquisa. Primeiro a articulação entre seu progresso material vivido no início do século XIX com a produção cultural do final do século, formada a partir das novas idéias, como o liberalismo e o positivismo, que reverberarão em debates na imprensa ainda na década de 70 e 80, constituindo uma prévia dos debates sobre o casamento civil ocorrido quando este é decretado de fato. Segundo traçar a linha de sua trajetória sócio-econômica enfatizando a decadência vivida pela cidade quando do advento da República e, como veremos agora, a dificuldade de implantar as propostas de ordem e progresso que esta traz em seu bojo, dada a relativa “desordem” social, estrutural e econômica pela qual passava a cidade.

⁸² Sobre a publicação das folhas e estes debates na década de 70 e 80, a obra de Jean-Yves Mérian, *Aluísio Azevedo, Vida e Obra* é um ponto de referência. Ver bibliografia.

Cabe agora, porém, retomar a proposta de pensar o quadro de transformação ocorrido na virada do século XX, com o intuito de inserir o decreto do casamento civil neste fluxo. Este não ocorreu simplesmente porque o Estado resolveu tomar a regulação das famílias para si. Ocorreu em virtude de um impulso de renovar, motivado certamente pela conjuntura e efervescência internacional, os pilares que estruturavam a sociedade brasileira. Catolicismo, escravidão, regime de privilégios, prestígios das instituições – eis os aspectos a serem renovados. Torna-se necessário então uma reflexão sobre as linhas mestras que guiaram este impulso de renovação.

Historiograficamente o processo de implantação da República no Brasil tem sido tratado a partir dos diversos aspectos desse fluxo de transformações. Privilegiaremos aqui três deles: a questão das idéias, a questão do trabalho e a questão da desordem; tentando aproximar estes três caminhos de análises ao nosso objeto de pesquisa, a saber, o decreto do casamento civil e a família neste período republicano; as propostas elaboradas, as reformas lançadas e os modelos impostos.

Em todas estas pesquisas, as esferas do social, do econômico, do político e do institucional estão profundamente interligadas. Abolição da escravidão, imigração, capitalismo e República conjugam-se de tal forma que apenas se faz uma hierarquização, e um desmembramento de seus elementos, a partir de seus respectivos temas de estudo. Por exemplo, quem se preocupa com a questão do trabalho acaba tendo que comentar como as relações sociais externas a ele também precisavam ser reguladas porque afinal de contas um indivíduo “civilizado” se define por certos padrões de conduta amorosa, familiar e social. As pesquisas que se atêm às idéias que sustentam a República têm que analisar a especificidade dos desdobramentos sócio-econômicos no Brasil, porque as idéias europeizadas sofriam um reajuste em nossa sociedade em virtude da distinção entre a realidade européia e a brasileira. As pesquisas do ponto de vista social têm se questionado sobre as relações econômicas e de

trabalho que as pessoas se envolviam, posto que estas reconfiguram e especificam sua abordagem. Por exemplo, pensar o cotidiano das classes trabalhadoras exige saber algo de suas relações de trabalho na fábrica. Do ponto de vista institucional, se a pretensão foi pesquisar algo mais que a realidade abstrata dos projetos ou leis, há que vislumbrar as relações, conflituosas certamente, entre estas propostas e a prática social no início da República. Analisar o Judiciário ou a instituição policial em relação à sociedade exige reflexões sobre as relações sociais e econômicas dela, pois o trato certamente não é o mesmo.

A especificidade deste momento de transição entre o século XIX e XX, porém, não é somente a necessidade de se estabelecer uma mútua relação entre as várias esferas da sociedade, mas o encontro agudo e decisivo entre seus espaços. Preocupados com a família na década republicana – mais precisamente com os debates na imprensa que formularão um discurso a respeito desta instituição como meio para defender propostas políticas modernizadoras ou conservadoras para organizar a sociedade desta época – foi necessário alinhar a leitura destas pesquisas com nossos questionamentos e fontes. Isto porque, embora todas estas pesquisas entrecruzem o espaço familiar aos demais, nenhuma o faz diretamente. Foi preciso então pensar como que, mesmo falando indiretamente da família, estas pesquisas foram capazes de nos ajudar a compreender a disputa dos modelos de organização formulados para esta instituição a partir da perspectiva do ultramontanismo e do liberalismo que sustentavam estruturas de poder como a Igreja Católica e o Estado, respectivamente.

No capítulo anterior, antecipamos a questão das idéias e quais as diretrizes daquelas que serão as linhas mestras para a implantação da República, o liberalismo e o positivismo, principalmente, que são as que mais nos interessam para entender a filiação dos jornais e sua atuação nos debates. Porém, no jornal *Pacotilha*, está publicada uma série de artigos entre os dias dois e sete de dezembro de 1892, intitulados de *A República* que são comentários acerca

do fato da proclamação, ocorrido a mais ou menos dois anos, e neles se tem um esboço das idéias que circulam na imprensa desde então acerca deste evento. No dia 2 de dezembro, lê-se:

[...] A 15 de novembro de 1889, em todo o Brasil aonde vai o telégrafo, chegou, correu e espalhou-se, no meio do mais profundo estupor, esta notícia insólita, inesperada, súbita: - foi proclamada a república no Rio de Janeiro. E os pormenores que foram chegando informaram que aquilo se fizera como nas mágicas, em um abrir e fechar de olhos, por meia dúzia de batalhões revoltados, sem sangue, sem luta, sem resistência sequer; daí acabando a poucas horas, burocraticamente, por uns decretos de uma junta do governo que a si mesmo se elegeu e constituiu militarmente por um desfile dos batalhões, através de uma multidão heterogênea e heteroclita, pasma e embasbacada. A quinhentos metros do lugar em que tombaria uma instituição que, como o reino, era quase secular, não se lhe ouviu o ruído da queda e menos se sabia que havia caído tão mínimo e débil fora o derradeiro suspiro da monarquia agonizante. [...] Entretanto, o governo constituído, decreto sobre decreto, começa a sua obra de construção ou de reconstrução, se quiserem.

A leitura desta narrativa relança a elementos consagrados pela historiografia. São eles: o fato da proclamação da República ser resultado de um conluio de véspera, na qual foram aliadas as forças do Exército aos interesses dos demais republicanos representados por Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva. Conluio no qual, diante de algumas hesitações e tomadas de atitude, decidira-se acabar e derrubar a monarquia; idéia de que, nesta reunião, a decisão de proclamar a República teria sido efetivada com a nula participação popular, dado tão discutido na historiografia brasileira a partir da frase de Aristides Lobo, de que o povo assistiu a tudo “bestializado”, apenas seguindo curioso o acontecimento, perguntando-se sobre o que passava ao responder aos vivas e seguir a parada militar pelas ruas; a idéia de que estes vários grupos que apoiavam a proclamação tinham idéias diferentes em muitos aspectos sobre a República, do que se costuma deduzir uma falta de identidade republicana, pois os descontentes se uniam pelo entrave que a Monarquia representava para essas “idéias novas”, e diante da variedade das idéias, nem queriam se livrar da Monarquia pelo mesmo motivo. Os interesses de grupos personificados nas pessoas de Deodoro, Benjamin e Quintino Bocaiúva significam maneiras diversas com que cada grupo enfrentava a tarefa principal de substituir o velho governo brasileiro e construir uma nação.

José Murilo de Carvalho⁸³ aponta que caso brasileiro, os modelos de república disponíveis eram o norte-americano e o francês. Mas estes modelos foram apropriados pelos grupos de acordo com os seus interesses, daí a especificidade da República instalada no Brasil. O liberalismo para proprietários rurais, por exemplo, era interessante na medida em que era baseado no individualismo e na livre iniciativa: ninguém de fato poderia competir com eles. Desigual e fundada na concentração de renda, o liberalismo era, pois, ao contrário do que propõe no modelo americano, excludente. O federalismo também lhes era interessante, pois o surto do café lhes dava proeminência econômica para interferir nos negócios do Estado – o sistema bicameral é parte da solução federalista. Porém, este mesmo liberalismo não era interessante para outros grupos da população urbana que procuravam oportunidades de trabalho. Este liberalismo ortodoxo não lhes interessava porque não tinham condições de competir em um sistema de livre iniciativa. Um sistema liberal articulado ao poder do Estado era a solução. Neste ponto, se uniam aos jacobinos à brasileira que queriam soluções para o povo, mas viam de antemão o fracasso de uma república feita aos moldes da Revolução Francesa. A corrente positivista aparecia como solução para alguns, pois ela propunha uma ditadura republicana, fundada em um Estado forte e intervencionista, servia também para aqueles que queriam a inserção do proletariado na sociedade.

De acordo com os grupos da proclamação, poderíamos dizer que a República de Deodoro era movida pelo corporativismo das insatisfações dos militares, viam nesta forma de governo a salvação do Exército⁸⁴; a da vertente de Benjamin queria a salvação da pátria pelos

⁸³ Cf., José M. de Carvalho, *Formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, p. 24-29. Ver bibliografia.

⁸⁴ Os deodoristas são militares, a maioria oficiais superiores que tinham lutado na Guerra do Paraguai, desvinculados da propaganda republicana. Para este grupo a proclamação foi um ato estritamente militar, corporativo, executado sob a liderança insubstituível de Deodoro. Sobre o grupo, José Murilo de Carvalho (2006, p. 38-39) escreve: “A visão desses jovens oficiais não-positivistas coincidia com a do próprio Deodoro e dos oficiais superiores que participaram da Guerra do Paraguai, muitos dos quais se tinham envolvido na Questão Militar. A República, para este grupo, era o ato final da Questão Militar, uma solução definitiva pela eliminação de um regime que, segundo eles, era dominado por uma elite bacharelesca infensa aos interesses castrenses, desrespeitosa dos bríos militares”. Este grupo não teria visão elaborada de república. Apenas achavam que o Exército deveria ter mais prestígios e poder diante do esforço desferido na guerra. Eram resistentes à

preceitos positivistas⁸⁵; e a República de Quintino Bocaiúva era representativa, à maneira da norte-americana e queria uma nação liberal.

Na pessoa de Quintino Bocaiúva unificavam-se as propostas de cunho liberal via modelo norte-americano. Sua proposta enfrentava ideologicamente a República Sociocrática⁸⁶ dos positivistas, que viam na República Liberal uma ditadura parlamentar ou uma ‘burguesiocracia’. Porém, como vimos, na prática, à difusão do positivismo junto à intelectualidade brasileira tem-se associado um ecletismo, um “positivismo heterodoxo” pela reticência com que era vista por parte dos intelectuais o “desvio religioso” de Comte. Os positivistas brasileiros se destacaram pelo compromisso e engajamento das questões nacionais que procuravam resolver à luz da filosofia positiva. “Opinaram sobre todos os assuntos polêmicos do momento e, contrariamente aos ensinamentos do mestre, muitos deles participavam ativa e concretamente das lutas pela abolição e pela República”. (MELLO, 2007, p. 97).

participação dos civis na conspiração na medida em que eram estes mesmos os responsáveis por suas insatisfações e descrédito. Se eles não conseguiram o que desejavam após a guerra, era muito em função da elite política civil do Império sempre forçar seu afastamento, na tentativa de manter também o Brasil afastado da barbárie política predominante nas repúblicas vizinhas com o caudilhismo. A República para este grupo significava pouco mais que a salvação do Exército diante de tamanha opressão.

⁸⁵ Os defensores da preponderância de Benjamin Constant na proclamação representavam uma corrente política e ideológica diferente. Benjamin era positivista, não militarista. Porém, apesar de pacifista, manipulava o corporativismo dos militares, pois para ele o Exército era antes um instrumento que o fim de uma ação. Novamente, Carvalho (2006, p. 41): “Tal visão conflitava não só com o deodorismo mas também e, principalmente, com a posição de boa parte dos históricos. Falava-se na divisão entre as correntes democráticas e sociocráticas, entendendo-se por democrática a posição dos históricos não-positivistas, partidários de uma república representativa à maneira americana, ou talvez mesmo à maneira da Terceira República Francesa. Os sociocráticos, ou positivistas, eram inimigos abertos da democracia representativa, para eles característica do estado metafísico da humanidade. Em seu lugar deveria ser implantada a ditadura republicana, forma de governo inspirada tanto na tradição clássica romana, como na figura de Danton dos tempos do Comitê de Salvação Pública da Revolução Francesa. O Congresso, nesse modelo, cumpriria apenas o papel orçamentário. O ditador republicano governaria por toda a vida e escolheria seu sucessor. A finalidade de tal ditadura era promover a república social, isto é, garantir, de um lado, todas as liberdades espirituais e promover, de outro, a incorporação do proletariado à sociedade, mediante a eliminação dos privilégios da burguesia.

⁸⁶ Sobre a República Sociocrática, diz: “Ela absorvia do positivismo uma visão integrada da história, uma interpretação do passado, do presente e do futuro. Incorporava ainda uma tendência messiânica, a convicção do papel missionário que cabia aos positivistas, tanto militares quanto civis. A história tinha suas leis, seu movimento predeterminado em fases bem definidas, mas a ação humana, especialmente a dos grandes homens, poderia apressar a marcha evolutiva da humanidade. Essa marcha, no caso brasileiro, passava pelo estabelecimento de uma república que garantisse a ordem material, entendida como incorporação do proletariado à sociedade, e a liberdade espiritual, isto é, a quebra de monopólios da Igreja e do Estado sobre a educação, a religião, a ciência”. (CARVALHO, 2006, p. 42)

O modelo proposto por Quintino Bocaiúva, inspirado no modelo americano foi, em boa parte, vitorioso na Constituição de 1891. Porém, como dissemos, a sociedade brasileira estava imersa em problemas sociais, a abolição acontecera, mas a sociedade era marcada por desigualdades profundas e concentração de poder, o que faria o liberalismo adquirir um caráter excludente.⁸⁷ A vertente de Benjamin contribuiu para várias das medidas dos primeiros anos da República, sobretudo a separação entre a Igreja e o Estado, a introdução do casamento civil, a secularização dos cemitérios, o início do contato com o operariado, a reforma do ensino militar.

Porém, retornando à nossa notícia transcrita, um dado que poderia passar despercebido nos chamou a atenção. O artigo faz referência à queda silenciosa da monarquia, uma derrubada do regime “quase secular” sem que se ouvisse nem de perto “o derradeiro suspiro da monarquia agonizante”. Pareceu-nos importante procurar estabelecer uma relação entre a queda da Monarquia e uma difusão das idéias que invadiram o Brasil que, como vimos na análise de Sevcenko, deriva de uma conjuntura internacional e do desenvolvimento capitalista.

Maria Tereza Chavez de Mello, procurando compreender o porquê da desafeição ao regime superou a afeição ao monarca popular, nos fez atentar para este trecho da notícia e para esta questão da substituição do regime imperial. A tese desta autora é a de que a aceitação da República deve ser explicada por uma disposição mental criada para o novo regime, em decorrência da incorporação de uma nova cultura democrática e científica na década de 1880. Partindo da idéia de que a deslegitimação da Monarquia criou uma disponibilidade afetiva para aceitar o destino do Brasil, profundamente associado à instalação de uma sociedade democrática e capitalista, a autora afirma que a propaganda, a literatura e a imprensa souberam fazer derivar essa sociedade do regime republicano.

⁸⁷ Cf. sobre este aspecto do liberalismo excludente José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi* e o conjunto de artigos publicados sob a organização de Jorge Ferreira e Lucilia de

A crise no Império, é sem dúvida, o resultado da conjugação de diversos fatores. Satisfatoriamente conhecidos são aqueles de ordem social, econômica e política. Mas pouco se faz ainda conhecer o sistema simbólico que legitimava e emprestava sentido às instituições monárquicas, assim como é de valia a visualização de um quadro de disposição mental para o novo, socialmente difundida no Brasil no final dos Oitocentos. A palavra de ordem era, então, reforma. Reformas para acelerar o advento do *têlos* – de qualquer maneira inevitável, segundo entendiam – do progresso-civilização. (...) As ‘questões’ brasileiras foram pensadas através do arsenal das idéias novas. Por meio de outros conceitos e semântica, as formações discursivas foram renovadas para subverter o sentido romântico-liberal-hierárquico do Império. A linguagem cientificista por todos empregada modelou novos símbolos. Entretanto, os novos discursos só obtiveram êxito porque inovaram mais nas teses e na forma que nos temas, retirados do repertório liberal. O que quero dizer com isso é que a renovação simbólica colou na sociedade porque não foi construída sobre um vazio. Foi pela rearrumação da tradição liberal, por exemplo, que se montou uma outra narrativa da nação. (MELLO, 2007, p. 10-11)

Esta “cultura democrática e científica”, estas “idéias novas” difundidas no Brasil estão profundamente relacionadas com o decreto do casamento civil e a proposta de reformulação lançada sobre a instituição familiar de então. São elas que irão sustentar o modelo familiar desejado, como mostra os debates nos jornais. Respaldados principalmente no liberalismo, no racionalismo, no anticlericalismo e no positivismo o modelo modernizador encontrará, porém, uma revanche da Igreja, secularmente dominadora das relações no seio da família. Devidamente reformada, a Igreja reagirá a tamanha afronta.

Com relação à questão do trabalho, Sidney Chalhoub⁸⁸ acompanha o processo de instauração da ordem capitalista a partir da cidade de Rio de Janeiro. As mudanças evidentes pelas quais passa a cidade, com o significativo aumento populacional, incrementado com a imigração, a abolição e as propostas de renovação moral e material, são vistos como elementos dentro de um processo que, durante várias décadas forjaram o homem livre e o trabalhador assalariado. A formação adequada deste homem, fosse ele ex-escravo ou imigrante, constitui o projeto político mais importante do final do século XIX e é sobre este antagonismo entre trabalhador assalariado e capital que se erguerá o regime republicano de 1889.

Almeida Neves Salgado, *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Ver bibliografia.

⁸⁸ Cf., Sidney Chalhoub, *op.cit.*

A urgência dele no final do século XX com a Abolição não permite afirmar que só neste período ocorreram preocupações com esta questão. Desde a proibição do tráfico foi elaborada no sentido de limitar o acesso à terra e regulamentar a mão de obra, estabelecendo aquilo que Ademir Gebara⁸⁹ chama de “estratégia consensual e gradualista” de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Ou seja, a escassez da falta de braços foi encaminhada pelas elites brasileiras através da emancipação gradual dos escravos e, mais tarde, através da promoção estrangeira, visando organizar um mercado de trabalho livre sem a perda do controle sobre a mão-de-obra e sem desorganizar o sistema produtivo. Assim, à medida que os proprietários se adaptavam às transformações criavam mecanismos de controle sobre a população de libertos e trabalhadores brancos pobres.

Para Célia Azevedo⁹⁰, os diversos caminhos pensados pelos reformadores da elite para assimilar e incorporar o negro a uma sociedade mais homogênea traduzem não só a vontade de controlar melhor a população em geral, como sobretudo, produzir a subjetividade do trabalhador livre. Era preciso desenvolver um controle rigoroso do Estado sobre os trabalhadores livres, coagindo-os ao trabalho e implementando um “aprendizado moral” visando desenvolver ou acentuar o “amor ao trabalho”.

Para Sidney Chalhoub⁹¹, a necessidade de organizar essa transição para o trabalho livre tratava-se também de uma necessidade de implantar um projeto mais amplo de continuação de dominação social os proprietários do meio de produção. Daí a falta de braços não era um problema demográfico exclusivamente. A questão estava precisamente na dificuldade da elite proprietária em mobilizar libertos para o trabalho regular e, mais ainda para um modo de vida diferente.

Nesse sentido, a continuação do suprimento de mão-de-obra, para as elites, exigiria uma mudança radical do conceito de trabalho vigente na sociedade escravista colonial. Era

⁸⁹ Cf., Ademir Gebara, *op.cit.*

⁹⁰ Cf., Célia Azevedo, *op.cit.*

necessário que ele ganhasse uma valorização positiva, articulando-se à ordem e ao progresso necessário para impulsionar o país no sentido do novo e da civilização. E para transformar o homem livre e assalariado em homem de bem, era necessário empreender um controle sobre sua vida fora do espaço do trabalho, sua conduta amorosa, familiar e social. Fica visível a partir disso que este aspecto trabalhado pela historiografia no período da transição do século XIX para o XX, por mais que o foco central fosse o trabalho, a família estava sempre por traz do discurso, sendo considerada suporte para que ele se implementasse.

É também a leitura dos jornais que nos dá a pista para pensar a conjuntura da República sob o signo da “desordem”. As notícias sobre o comportamento desregrado da população e da calamidade da cidade evidenciam a preocupação que os dois jornais têm de transformar, no alvorecer deste regime, este quadro. O parâmetro para corrigir este desregramento ficou claro: a família deve ser respeitada.

Como dissemos no capítulo anterior, a preocupação com o comportamento desregrado das camadas populares não é algo que possa ser observado somente no final do XIX. O que é novo é o grau de periculosidade que é atribuído a ela, ligada à sua cultura e modo de vida diferente e que, diante da conjuntura de modernização e chegada da civilização, passam a ser obstáculos ao progresso. Abolida a escravidão e instalada a República, o Estado parece incorporar a tarefa de ordenar o espaço e o comportamento, seguindo os parâmetros que a chegada da República exigia. Julgamos interessante trabalhar esta perspectiva tendo em vista a realidade de São Luís.

4.1. SÃO LUÍS NA DÉCADA DE 1890: A QUESTÃO DA DESORDEM

⁹¹ Cf. Sidney Chalhoub, *op.cit.*

Ser vagabundo é tudo.

Sem ocupação, sempre disposto para o que der e vier, o vagabundo é um ser ambulante, digno de sérios estudos da ciência e da paternal solicitude da polícia. Sem pão, nem trabalho, com o bolso vazio, um homem honesto desespera; o vagabundo não, filosofa sempre, aceita tudo como vem e deita o coração à larga, quando não deita a mão na propriedade alheia. O tempo chega-lhe para tudo; até para ter paixões em época de prosaica realidade.

Esta notícia, publicada no jornal *Pacotilha*, em 28 de agosto de 1890, é escrita a propósito de narrar um *sarilho* [confusão] entre o “vagabundo emérito” Manoel Corujinha, “preso de amores por uma beldade do cortiço” e que vendo mal correspondido o seu amor, enciumou-se a ponto de “dar de Otelo”. A notícia segue assim:

Receosa dos amores de Corujinha, a sua deidade mudou de pouso, indo alojar-se em um cortiço à rua de Sant’Anna, próximo à Praça da Alegria. Aí mesmo a paixão de Corujinha a arrastou, colérico e sinistro. E seriam dez horas da noite, ontem, quando ele corria o cortiço, batendo na porta do quartos à procura de Balbina Rocha, a felizarda mortal que, mais poderosa que a polícia, dera ocupação aos seus pensamentos. Tanto bateu, tanto andou e mexeu que, entrando em um dos quartos, deparou-se com a fugitiva. Manoel Corujinha, desconhecedor, sem dúvida, da arte dos namorados, não pôs o joelho em terra, soluçante e tímido; mas pôs as unhas em sua Dulcinéia com tanta vontade, que só largou depois de tê-la secado bem de pescoções e murros e por ter acudido a gente do cortiço... à tempo. Livre dos gadanhos do seu terrível apaixonado, Balbina largou-se à correr e este seguiu-a, protestando não a largar, porque o tempo chega-lhe para tudo!

Esta narrativa pode dar a medida de como os jornalistas encaravam a desordem e o crime como desdobramentos do dia-a-dia de alguns indivíduos. Corujinha é um “vagabundo emérito” e anda pelos cortiços da cidade, comportamento que só pode resultar na criminalidade por conta do ambiente propício e da falta de trabalho. Esta notícia também nos apresenta a capacidade dos jornalistas tornarem a notícia mais assimilável para a população, de modo um tanto quanto midiático estampando notícias do cotidiano de forma a incitar a curiosidade do leitor, seja através de gracejos, da demonstração contumaz de erudição e, principalmente, tornando o jornal palco de suas rinhas políticas. Há um tanto de livresco, um outro tanto de dramatização, e principalmente uma ironia que torna a cena um verdadeiro melodrama, tornando Balbina mais digna do riso do leitor do que de sua compaixão. É por

esta e por outras que podemos perceber como se articula, através do poder do jornalista, o domínio e o exercício de inserção de uma determinada notícia no meio social. É por esse mesmo caminho que podemos ver com clareza a afirmação de Sevcenko quando declara que, pelos fins do século XIX, dá-se uma verdadeira “manifestação de um fenômeno de manipulação de consciência em massa no Brasil”⁹². Dessas notícias cotidianas, desdobra-se o movimento das idéias dos principais colunistas, que, cada um a seu modo, inflamam o debate, alijam desafetos com repreendas, fazem reivindicações, cobram do governo, tornam-se porta-vozes de interesses e questões que acometem o Brasil e a cidade de São Luís; mas, acima de tudo, convocam, mesmo de modo atenuado, a toda a população a participar dos acontecimentos da província, tornando o jornal uma espécie de Ágora pública. Alguns dos principais trechos do jornal tecem considerações sobre a vadiagem, os malandros e gatunos que assolam a cidade. Estes mesmos jornalistas utilizarão suas palavras contra aqueles que se esquivam da norma e dos ‘bons costumes’, tornam-se eles defensores dos princípios da boa convivência, da moralidade, da lei e da ordem. Em suma, daquilo que podemos considerar como os fundamentos modelares da constituição do que deva ser uma família⁹³.

Embora reforçada no final do século XIX por conta da Abolição, do significativo aumento populacional e da necessidade de controlar o trabalhador livre, a desclassificação social dos vadios existia desde os primeiros momentos da colonização. Segundo Laura de Mello e Souza (1986, p. 64):

A noção de trabalho vigente na colônia é importante para compreensão de outra peculiaridade nossa: a extensão que entre nós assume a expressão *vadiagem* e a categoria *vadio*. [...] o vadio é aqui o indivíduo que não se insere nos padrões de trabalho ditados pela obtenção de lucro imediato, a designação podendo abarcar uma enorme gama de indivíduos e atividades esporádicas, o que dificulta enormemente uma definição objetiva desta categoria social.

⁹² Cf., Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão*, p. 126. Ver bibliografia.

⁹³ Atentamos para a questão de que entre os positivistas esta regra especular entre família e sociedade, é considerada como um dos fundamentos para a constituição do Estado positivista. Porém, também devemos lembrar que a caracterização da família como modelo para o social, era um plano comum entre as principais

No caso dos nossos jornalistas, é possível afirmar que eles partiam da convicção de que o trabalho é um fator indispensável à moralização e à educação da população. O que essa população registrada nas páginas do jornal tem em comum é o fato de viver em espaços estigmatizados, sem uma ocupação regular, às vezes vivendo na pobreza. Daí serem denominadas “desordeiras”.

Quando a República acontece a preocupação com o trabalho está na ordem do dia, e a incompatibilidade entre ordem e ociosidade é reforçada. E ‘ordem’ era a palavra base da reforma que se pretendeu implantar com a chegada da República, a qual, segundo Nicolau Sevcenko (2003, p. 43), seguiu quatro princípios básicos na capital carioca.

Assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca, segundo padrões totalmente originais; e não havia quem pudesse se opor a ela. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose, conforme veremos adiante: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse afetar a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão da população dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das classes aburguesadas; e um cosmopolitismo exacerbado, profundamente identificado com a vida parisiense.

Da capital, esta proposta irradiou-se para todo o Brasil. A cidade de São Luís se esforçava para implementá-la. Mas em relação, por exemplo, ao não aniquilamento dos elementos que afetavam a imagem civilizada da sociedade que se queria impor, à política de expulsão da população dita desqualificada do centro da cidade, os esforços não garantiam muitos resultados. Tendo como ponto culminante a abolição da escravidão, a massa de população liberta por esta medida se tornou um empecilho para a transformação dos hábitos e dos costumes, para o “aniquilamento da imagem insalubre e insegura que permeava a cidade”, retardando, senão impedindo, São Luís de se tornar, enfim, “civilizada”.

Uma outra São Luís, distante deste modelo ideal, aparecia, então, nos jornais. Vestida não mais com o refinamento tão característico aos grupos abastados, uma multidão de abandonados, negros, índios e prostitutas, mendigos, desenganados de todos os tipos,

correntes, principalmente entre aquelas ditas moralizadoras, no final do século XIX. Retornaremos à essa

aparecem vivendo em seus casebres, nas ruas de lamas e fétidas, próximos aos logradouros públicos, onde se chocavam, por força do acaso, com a população “bem apessoada e corretamente bem vestida da sociedade elevada”. As notícias exibem a incompatibilidade entre aqueles que não tem “vestígios do pudor e da vergonha” e os que são “de boa origem”, “sempre exemplo aos conselhos e à educação da família no lar doméstico”.⁹⁴ Aqui já se pode deixar em suspenso o papel das famílias na educação das pessoas para retê-las no limite da ordem e a própria desqualificação das experiências daqueles que não seguiam o modelo de família legítima veiculado, quiçá se comportavam adequadamente. A amorosidade, conflituosa ou não, característica das formas de sociabilidade e conjugalidade das camadas populares continuavam, a despeito dos esforços, rivalizando com a família legítima.

É neste sentido que São Luís precisava se transformar para receber e se adequar às exigências da nova ordem política, que exigia uma transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade. Pelos jornais se percebe que havia esforços neste sentido, mas a situação era “bastante grave”. A composição da cidade agrupava, a despeito dos elementos de modernização que pouco a pouco chegavam, muito lixo, entulho, esgoto, imundície e promiscuidade, elementos indesejáveis que se espalhavam nas ruas, constrangendo a população e, principalmente, as famílias maranhenses. Vagabundos e malandros, além de inúmeros cortiços ainda provocavam vergonha, desordens, atentando à moralidade pública e ao desejo de bem viver dos maranhenses, enchendo a polícia de pedidos para fazer valer seu papel a todo instante. Estes problemas e a relevância dos jornais na denúncia desta situação ‘deplorável’ percebe-se em notícias como esta publicada a 3 de julho de 1894, no jornal *Pacotilha*:

Sr. Redator da Pacotilha,
Sexta-feira, 20 do mês último, foram vítimas no Caminho Grande, de uma imprudência dos srs. João José de Sá e Manoel José, encarregado dos carros de limpeza das ruas, uma senhora, irmã do sr. Ponciano José da Silva e uma menina de

questão no sexto capítulo.

⁹⁴ Todos os trechos acima foram retirados de uma notícia do jornal *Pacotilha*, publicada em 18 de julho de 1894.

3 anos, filha do sr. Tenente Raimundo Pedro Machado, como podem testemunhar os srs. alferes Vibino Cruz, José de Souza e Álvaro Moura, distinto negociante nesta praça; imprudência devida a terem aqueles senhores João José de Sá e Manoel José lançado, apesar de avisados que não o fizessem, alguns *buscapés* contra famílias que ali se achavam divertindo. Este fato constitui um crime que dá direito de queixa as ofendidas; mas como desse direito não querem fazer uso as ofendidas para evitar maiores incômodos, desejam, porém, que ele fique registrado na imprensa, para que os srs. João José de Sá e Manoel José não o reproduzam, pois podem saírem-se mal em uma nova empresa.

As vítimas que sofram...

Ponciano José da Silva

Nesta notícia se vê claramente um dos papéis que a imprensa desempenha. Mais que meramente informativa, a imprensa não só registra fatos, mas serve como meio de denúncia, de aviso a atitudes repreensíveis tomadas pela população, o que se sugere pela insistência da escrita dos nomes dos envolvidos na última notícia, atitude que possivelmente mostra o apelo à vergonha que é ter seu nome publicado no jornal. Se entrelaça deste modo a linha da norma com a palavra escrita, esta ganha o poder de repreenda, ou de punição imediata, exigindo a intervenção da lei, referente a cada crime que se lhe corresponde.⁹⁵ Reivindicar, propor, denunciar e exigir a participação efetiva das autoridades torna-se uma trama comum no tecido que se urde nessa atmosfera. De outro modo, também pode se perceber, através das notícias, que a cidade é caracterizada fortemente pelo fato de estar fora do padrão ‘civilizado’, isso em tempos de “plena irradiação do solo republicano”. Sobre o estado de São Luís neste estágio de preparação para seguir as exigências da República, lê-se no jornal *Federalista*, em 26 de julho de 1894 o seguinte:

A intendência já começa a capitular; seus melhores amigos declaram que a cidade de São Luís parece mais um cemitério abandonado, do que morada de vivos em plena irradiação do sol republicano. Se alguém vai ao Pará ou ao Ceará, de lá volta encantado, satisfeito com a administração municipal de Belém ou da Fortaleza; mas em compensação sente ferver-lhe o sangue nas veias, subir-lhe mesmo à cabeça, contemplando o mísero estado em que se acha a capital do nosso Estado. Coitada da intendência! Flagelada pela opinião pública, dirige em sua angústia ao dr. Rodrigues Fernandes esta súplica!

⁹⁵ Como afirmamos no primeiro capítulo, a norma, conceito de Bobbio ela pode se impor da seguinte forma: pode ser um discurso pode ser válido quando imposto por uma autoridade, reconhecida, ou quando se caracteriza pelo comportamento tido como aceitável pela maioria da população.

Em outra notícia publicada pelo mesmo jornal um ano antes (26 de abril de 1893), aparecem os mesmos problemas. Como se percebe pelo tom da escrita, este jornal é bastante diferente da *Pacotilha* nas avaliações do setor administrativo da cidade.

Ontem na rua do Passeio um bando de fiscais negros da Câmara Municipal limpou o cadáver de um infeliz gato. Mereciam os fiscais uma manifestação de gratidão e reconhecimento dos moradores da dita rua senão fosse o terrível fétido que exalava o animal da raça felina, que obrigava aos transeuntes a tapagem forçada do nariz. Não é para admirar que na cidade reinem febres perniciosas; pois é necessário confessar, para vergonha da nossa Câmara, que nunca a pacífica São Luís esteve tão imunda e porca.

Em 1895, a despeito das medidas urgentes de higienização e desodorização do espaço público, mais uma vez percebe-se que a cidade estava repleta de sujeiras. De forma quase tediosa, arrastam-se pelos jornais uma profusão de notícias dando conta de todas as ruas, becos e praças entupidas de lixo e entulhos de toda sorte que atrapalham os transeuntes; que infectam o cotidiano, que lembram o quanto a cidade está atolada em problemas administrativos; e que, por estar afogada nessa inércia, torna-se complacente com todo tipo de estultícia praticada pelos ‘vadios’, ‘prostitutas’ e outros ‘párias’. É inegável que a cidade é atravessa pelo clima morno de um cotidiano repetitivo e de poucos acontecimentos de relevância, afora as festas, casamentos, mortes de fulano e sicrano, a convivência e a frouxidão do governo na administração pública. O deslinde dos acontecimentos e dos principais fatos permaneciam sendo tratados de um mesmo modo, cá e lá eram noticiados com mais fervor ou com interesse político partidário mais afluído. Não é por acaso que um dos pontos mais convergentes é a acintosa crítica à atuação do Governo e da Intendência Policial. No entanto, essas notícias nos permitem visualizar esse aspecto lento e monótono, esses aspectos cotidianos, localizados, pontuais, instantâneos de uma fotografia de São Luís que representa seus moradores, seus ricos comerciantes, fazendeiros, políticos, estudantes, jornalistas, padres e a gente comum. Em 5 de fevereiro deste ano, o jornal *Pacotilha* publica:

Informaram-nos que a rua do Alecrim, está convertida em um verdadeiro montouro. Ainda hoje amanheceu em frente ao beco dos Craveiros um cão morto, inteiramente esmigalhado, de cujas entranhas espalhadas por diversos pontos da

rua, se desprendia um fétido tão insuportável, que os transeuntes, poucos dispostos a sorverem a maldita pitada, dobravam ligeiros a esquina e amolavam a canela com receio de que os mosquitos, que festejavam o animal, viessem pousar-lhes o corpo. Mais adiante, quase ao chegar na rua das Flores, uma ratazana descansava os restos mortais na calçada de uma casa e intimava energicamente os que não tinham o olfato estragado, a levarem o lenço ao nariz, sob pena de ficarem condenados a aspirar aquele perfume, nada agradável, (seja dito de passagem). E tudo isso, caros leitores, sem meter em conta, o lixo que ali existe em profusão... Quousque tandem, oh indetencia, abiteris pattentta populi!

Porém, a cidade, ao seu modo, vivencia as modificações que são recebidas, ora com euforia, ora com desdém, porém assimilando sempre os novos quadros que se formavam. A exigência da modernização exigia uma nova e surpreendente dinâmica para dentro da província, colocando na ordem do dia a discussão desse novo ideário que se formara no Rio de Janeiro e que enveredou pelas principais capitais do país, desembocando na pequena cidade de São Luís. O que encontrou foi uma população despreparada para o debate, pega de surpresa em meio ao fervor das tantas idéias que constituíam o movimento republicano, pelo ardor de como eram discutidas as propostas de um futuro que deveria ser pensado, imaginado, criado. Assim, as notícias que se preocupam diariamente com os problemas sanitários, a situação dos indigentes, dos vagabundos, dos prostíbulos e das brigas entre a classe popular visam, antes de tudo, fortalecer e manter em foco a necessidade de se alterar profundamente esses traços de comportamento ‘indisciplinado’, ‘indolente’ e ‘imoral’, que deve ser superado, substituído por outro que enalteça as luzes do tempo que alvorece.

No entanto, mesmo chegando as novas condições para uma “vida moderna”: indústria, iluminação à gás, cinematógrafo, bonde, estrada de ferro, telefone, máquina de costura, etc.; tudo isso se disseminava num solo no qual ainda vigorava os problemas costumeiros da falta de estrutura potencializadas pelo despreparo da população. A própria industrialização, como exemplo, frente ao despreparo da cidade para bem recebê-la, aumentava os problemas. A população pede que se resolvam os transtornos causados pelo esgoto de uma fábrica, como se lê nesta notícia do jornal *Pacotilha*, em 22 de agosto de 1894, transcrita abaixo:

Pedem-nos que chamemos atenção da municipalidade para a acumulação de águas pútridas que há na rua de São João, canto da Igreja, proveniente do escoamento que faz o cano de um sobradinho contíguo à taverna do Sr. João Benedito de Araújo, e de águas de um dos canos da fábrica Progresso que vão ali parar. A desobstrução das bocas de lobo da rua de São João, da fábrica até o largo da Fonte das Pedras, evitaria este inconveniente.

No mundo de desordem descrito pelos jornais, a promiscuidade era uma parte marcante. Acerca dessa depravação que tomava conta de uma parte da população, os jornais publicam inúmeras notícias, seja pedindo à polícia que aja, seja denunciando a sua ineficácia em conter estes indesejáveis da ordem pública. Vários eram os modos como essa vida de ilicitude amorosa ocorria: adultérios, brigas entre amantes e/ou entre mulheres por um mesmo homem, flagrantes, e mesmo a morte de uma das partes. Todas elas recebiam a pecha de amor fora da norma e que de algum modo contavam, segundo a afirmação dos jornalistas, com a conivência das autoridades. Tudo isso demarca como os jornais, por seu modo de atuação, construía uma teia de relações que articulava, no calor das suas páginas, os acontecimentos diários, o universo livresco dos folhetins e as discussões políticas mais importantes. Em 1890, em 11 de outubro, lê-se no jornal *Pacotilha*:

Ontem à noite lá pelos bairros altos de São Pantaleão, canto da ladeira da fonte do Bispo, Evarista e Germana, duas *flores de gerímu* que formam o fino bouquet das mulheres reles que habitam os cortiços desse lugar, infernaram-se de ciúmes e após espetaculoso tiroteio de palavrões foram *ao beque* uma da outra com vontade e valentia. Mas quando as duas estavam no cai de baixo, cai de cima, chegou a polícia e pôs termo a peleja.

No ano seguinte no mesmo jornal, muitas notícias do mesmo teor aparecem, mostrando pouca mudança e controle dos hábitos destas pessoas. Em 23 de junho de 1891, lê-se:

As *heroínas* Antônia de Limão, Severa e Mônica, levadas pelo ciúme que nutrem pelo vagabundo Benedito, fizeram hoje pela manhã um formidável rolo no histórico cortiço do Camões, no beco do *soco da cutia*. Mônica e Severa mordiam-se como feras enraivecidas quando, por caiporismo, apareceu um inspetor e deu-lhes voz de prisão. Severa e Antônia deram as de Vila Diogo e a infeliz Mônica está tomando fresco na popular casa do Lago da Justiça.

Em 1892, ainda neste mesmo jornal, elas ainda preenchem as páginas do jornal. Por mais que tentasse, os investimentos do discurso regulador da família não alcançavam a todos. Em 24 de maio:

A rua da Saúde transformou-se ontem em um verdadeiro Éden. Ângela – *meai-cabeleira*, Tereza, *vencedera*, Geralda- *tempestade* e Maria – *roxinha*, decantadas *heroínas* moradoras na Gruta dos Camões, cortiço bastante conhecido da gente *legalista*, entenderam de imitar Eva quando, seduzida pela serpente, e mais sem aquelas, puseram-se em completa nudez. E como não há Eva sem Adão, Raimundo *Micury*, rampeiro destabacado e da pá virada, fez o papel de nosso primeiro pai; e então, já se sabe, foi samba grosso a valer. A polícia deixou-as em completa paz, por estar impedida de sair à rua por causa do rigoroso *inverno*. E a vizinhança teve que aturar aquela *chuva*, até quando Morfeu arrebatou os habitantes do novo paraíso. Pobres moradores da rua da Saúde!

A dificuldade para regular a população e discipliná-la de acordo com as novas exigências é incômodo para as famílias que prezam pela moralidade pública. Esta situação ocorre mesmo às sombras das casas, que escutam de longe a confusão nas ruas, atrapalhando o pequeno sarau da família após o repasto do dia ou da noite. Estas, então, utilizam o jornal para pedir que se resolvam os abusos, a presença das autoridades, a resolução de casos e desavenças. O jornal é o meio pelo qual uma família, ou qualquer pessoa, pode expor sua opinião, pedir retratação por algum abuso ocorrido, difamar uma pessoa ou resolver alguma pendenga literária. Em 24 de maio de 1892, o jornal *Pacotilha*, lê-se:

Pela manhã bem cedo, à hora que o sol vem tingindo com tons rubros as fimbrias do horizonte, uns malandros transformam a fonte do Mamoin numa região paradisíaca, onde a gente está á vontade, em plena nudez, a refrescar a espinha com uma porção de água fria. Nereidas fazem ali um ruído alegre de risos, de gritos ligeiros soltados quando lhes cai água em cima da pele. Aquilo faz lembrar um pedaço da natureza no tempo da mitologia, dessa época em que Vênus sorridente surgia deslumbrante dentre as espumas oceânicas, ostentando toda a correção das linhas de seu corpo de deusa. Mas... nessas eras já tão remotas não havia o que nós hoje chamamos em linguagem vulgar: moralidade pública, inimiga acérrima da livre exibição da plástica. Eis porque pedem-nos que reclamemos contra esse abuso, que todos os dias se pratica na fonte do Mamoin, lugar de trânsito publico e onde moram famílias.

Em São Luís, a fonte do Mamoin ficava, e até hoje permanece, localizada no centro, constituindo-se de um parque público, arborizado, que era utilizado pelas famílias para o passeio público e para os encontros sociais. Por estar localizada neste espaço, estava

primordialmente condenada a passar por um processo de desodorização. Por ser um espaço privilegiado, do qual se utilizavam várias famílias abastardas nas suas tardes, era impossível aceitar a presença de pessoas que atentavam contra o modelo a ser seguido. Para as famílias e a elite já não era sem tempo de separar os espaços de convivência e retirar esta população ‘imoral’ das ruas e de suas vistas. Se a fábrica cria problemas também na cidade, como falamos a pouco dos esgotos, o possível progresso que ela poderia significar também sofre com a imoralidade desta população que atinge os operários que saem de casa para trabalhar, sendo reivindicado a atenção da polícia para a falta de decoro de certos indivíduos que atentam contra a moral pública. Em 3 de julho de 1890, *Pacotilha* publica:

Pedem-nos para chamar a atenção do polícia para o abuso que se pratica diariamente em uma fonte contígua à chácara do Sr. Comendador Miranda, no caminho da Fábrica da Fiação. Homens e mulheres de má vida lá vão tomar banho continuamente, às nove e dez horas do dia, fazendo gritaria na ocasião em que passam as moças que trabalham na fábrica. A fonte fica à vista dos transeuntes.

Enfim, o estado da pequena São Luís pelos idos de 1890 é representado nos jornais como sendo deplorável, especialmente para aqueles que prezam pela família e pelos bons costumes. O jornal mesmo pontua a permanência cotidiana das reclamações e não deixa de acusar o governo do Estado de negligência, chegando a exagerar nos apelos diante da falta de sensibilidade para os problemas. Mas a população também é responsável, sua falta de hábitos civilizados e de higiene potencializa a imundície e as febres. Jornal *Pacotilha*, em 29 de janeiro de 1895 dá publicidade ao fato:

Raro é o dia em que não temos a registrar uma notícia com relação ao estado deplorável em que se acha a cidade, e da qual é o único culpado o sr. Intendente Municipal. Ontem até dissemos, que um criado desse senhor, conhecido a demasiada importância que seu amo liga a limpeza pública, acudira duma das janelas da casa, em que reside, para a rua um animal morto, já em estado de putrefação, que inibia aos moradores da Travessa do Teatro chegarem às suas janelas. Nem de propósito. Hoje de manhã apareceu junto a uma das árvores do Largo do Carmo que ficam fronteiras ao prédio onde funciona a <<Pacotilha>> um frango morto, o qual, devido ao fétido horroroso que exalava obrigava os transeuntes a levarem o lenço ao nariz. E o sr. Intendente passa diariamente duas, três e quatro vezes pelo Largo do Carmo, vê com seus próprios olhos as imundícies que nele estão amontoadas e... nada de providências. Sofre a população! Mães de família, deixai morrer vossos filhos, vitimados pela colerina e influenza, porque assim o querem a Intendência e o Governo!!

A proporção das notas de jornal é um caminho interessante para se perceber as várias formas de representação do comportamento desses grupos populares, desdenhando de qualquer discurso uniformizador e repressivo da Igreja, do Estado ou dos demais setores da população. A própria idéia de um discurso uniformizador que legitima modos de experiências, invalidando outros, impede de perceber a vida dessa população pela lógica própria dos elementos de seu cotidiano. Mas ainda que se lhe atribua pouca moralidade, violência, instabilidade, etc. seu modo de vida pode ter outras representações e significados. Luciano Figueiredo, para as Minas Gerais do século XVIII, afirma algo que pode ser válido aqui:

Longe da suposta indisciplina, a família popular mineira traduziu-se no espaço por excelência de solidariedade, numa sociedade em que os poderes não fracassariam ao reprimir as possibilidades de encontros coletivos. Apesar da marca de indisciplina, promiscuidade e desregramento moral e sexual com que o discurso dominante procurou enquadrar seu modo de vida, ela estabeleceu padrões de uma moral comunitária e coletiva, para os quais convergiam elementos tanto da mais tradicional família cristã quanto traços específicos que derivaram das necessidades mais imediatas do cotidiano daquela sociedade. Vida familiar em que, para o arrepio das autoridades, a mulher dividia os papéis com os parceiros administrando vendas e o domicílio... em que os afetos eram exagerados, nas pancadas e no ardor, e onde, sob difíceis condições de vida, a prostituição pode conviver ao lado da estrutura familiar”. (FIGUEIREDO, 1997, p.166)

Esta imposição republicana de desodorizar o espaço público e evitar qualquer elemento que afetasse a imagem civilizada da sociedade que queria se impor, da política, talvez nem tão rigorosa de São Luís, de expulsão da população dita desqualificada do centro da cidade se cruzará com a necessidade de acabar com o estado de decadência pelo qual passava a cidade. Preocupações com a família vão estar no centro deste discurso, não só no que diz respeito à sua legitimação, mas também com seu modo de vida e o lugar que deve ocupar no espaço da cidade. O decreto do casamento civil e estas políticas empregadas são exemplos disso.

O difícil cumprimento das exigências republicanas também sofria empecilhos em outros aspectos em São Luís. A República, como diz Sevcenko, condena os hábitos e

costumes ligados pela memória à sociedade tradicional.⁹⁶ Este atrelamento não se romperá em São Luís em virtude também da *débacle* econômica provocada pela quebra do sistema agro-exportador que não fora sanado pela industrialização.

Com a rotina morna das fábricas, as imagens de desolação do presente se vivificam. Imagens que fazem o Maranhão ser pensado, especialmente por suas elites, de uma forma nostálgica. Forma que ficou caracterizada no conceito “ideologia da decadência” de Alfredo Wagner⁹⁷, conceito que faz referência à suposta noção de que o Maranhão vive imerso nas sombras de um passado para aplacar uma situação depreciável vivida no presente. Passado, não esquecer, que foi marcado por um período áureo, de riqueza econômica, material e cultural pelas benesses advindas com as exportações dos produtos agrícolas. Esta forma de associação entre o Maranhão de presente saudoso com seu passado glorioso teria nascido dentro de um grupo da intelectualidade maranhense do século XIX, que legitimou a “idade do ouro”, fins do século XVIII, como um marco do crescimento regional.⁹⁸

Esta questão também faz do contexto de São Luís, à época da proclamação da República, peculiar frente às demais cidades do país. Enquanto a exigência era o afastamento de seu passado, São Luís vivia e se nutria dele. A cidade não conseguia apagar suas referências com o passado, não podia alterar sua fisionomia colonial ainda que, cada vez mais, se exigisse uma valorização do que é novo e moderno, ocorrendo o abandono do que era velho e tradicional. E ainda que alguns elementos de modernização tenham sido inseridos no final do século XIX, a fisionomia da cidade estava marcada fortemente pela lembrança dos fragmentos de um outrora que se fincaram nos mirantes em frente ao mar, impedindo seu

⁹⁶ Cf. Sevcenko, *op. cit.*

⁹⁷ Cf. Alfredo Wagner B. de Almeida. *op. cit.*

⁹⁸ Na década de 1870, quando a crise se agravava, o cenário do Maranhão já demonstrava a decadência que viveria. A crise culminaria no ano de 1888, quando foi promulgada a Lei Áurea. Os senhores rurais – plantadores de algodão e cana-de-açúcar – entraram em desespero com a falência de suas fazendas. Os autores que analisam a economia maranhense começam a propalar uma crise e estabelecem uma comparação com o período do governo de Mello e Póvoas. Aparece um discurso decadentista e nostálgico em relação ao passado, pois aos poucos morriam ou migravam para a capital da República os integrantes da “Atenas Brasileira”, querendo

esquecimento. São Luís, perdida na crise que a assolou com a derrocada da agro-exportação, trabalhava para remontar sua história, sempre procurando arrancar sua fala do silêncio de um passado ainda recente, tornado um pretérito que ainda se apresenta, se tornando mesmo o fio tênue que liga o sentido de seus fragmentos. Estava marcada pela esperança de tentar encontrar através desse passado-presente o seu sentido.

Por não querer libertar-se de seu passado a cidade fez dele a vela condutora de seu futuro. Este exercício encontrou pontos de apoio na própria história da fundação da cidade. São Luís foi obra de franceses aventureiros, ávidos por riquezas e cheios de sonhos de poder, que atravessaram o Atlântico no desejo de construir a França Equinocial. Mas embora fundada pelos franceses, São Luís foi colonizada pelos portugueses, que reclamaram sua posse expulsando os primeiros, três anos após sua chegada, das terras que lhe pertenciam pelo tratado de Tordesilhas. Este fato da fundação, pois, foi usado pelas elites do século XIX para superar seu período de *débacle* econômica, na medida em que esta fundação francesa a fazia se distinguir e manter certo *status* diante das demais elites brasileiras em momento tão miserável de sua história.⁹⁹

O fato da cidade de São Luís ter estado mais próxima da Europa que propriamente da corte do Rio de Janeiro no seu “período de opulência” reforça os supostos “laços” com ela, em especial com a França, que era quem garantia a moda e regulava os comportamentos das classes abastadas neste período. Somado ao fato de uma suposta “fundação francesa”, a cidade estaria, neste ritmo, bem próxima da França e, portanto, dos ideais que a França representava no final do século XIX. Afinal, era singular ser a cidade fundada por estes

sobreviver escrevendo para os jornais além de produzirem peças teatrais, poemas e romances. Entre eles estão, por exemplo, Aluísio e Artur Azevedo, Coelho Neto, Graça Aranha e Raimundo Corrêa.

⁹⁹ Este fato é objeto de discussão historiográfica. A historiadora Maria de Lurdes Lauande Lacroix dedica um livro a esta questão intitulado *A fundação francesa de São Luís e seus mitos* (2002), no qual aponta para o fato da “invenção”, pelas elites do século XIX, da fundação francesa da cidade. Não que este fato não tenha se dado, mas ela percebe um aparecimento corrente desta idéia no período de estagnação econômica e, diante das poucas heranças francesas pela própria permanência curtíssima destes, apenas três anos, ela busca mostrar que esta reivindicação da fundação pelos franceses pode ter sido uma “invenção” das elites para manter relações de status e poder.

homens vindos de além-mar, vindos do país miraculoso, que no limiar do século XX, à época da chegada da República no Brasil, era o centro do mundo, considerado o berço do progresso, da civilização e da modernidade.¹⁰⁰ Progresso que instaura um mundo de automatismos, “em que tudo se move mecanicamente, obedecendo a impulsões regulares e combinadas”. Civilização que cria um mundo em que “até o espírito está educado por processos de filosofia”. Modernidade da qual emana o “espírito vivaz do francês”, este que “dá a todas as maravilhas da indústria e da arte, da civilização e do progresso o rótulo conceituoso de *fin de siècle*”.¹⁰¹

Nesse sentido, afastando-se das exigências republicanas por não conseguir a desodorização do espaço público – eliminando todo e qualquer elemento que afetasse a imagem civilizada da sociedade que se queria impor – ou por não liquidar as suas referências ao passado; a cidade de São Luís, em algum sentido, fictício ou real, se via atrelada ao ideal do presente, caracterizado pelas invenções modernas, pela civilidade e liberdade moderna.

Não faltavam, pois, políticas para acabar com a situação de decadência vivida pela cidade. O discurso dos positivistas, que irá se misturar mais tarde com o republicano, endossa a necessidade de mudar, olhar para frente, para o progresso, abandonando todo e qualquer elemento de atraso ou que gera atraso. As estratégias serão muitas, mas foi nosso objetivo aqui mostrar como a família, entendida como base para uma nação virtuosa, será atingida pelos discursos que desejam o progresso. Isto mostra a importância desta instituição na nova conjuntura política, ao mesmo tempo que mostra sua importância para manter a ordem sobre a vida e o controle sobre a reprodução da sociedade.

¹⁰⁰ A história desta cidade vai estar sempre com os olhos voltados para a França. Até a primeira metade do século XIX, época do período áureo da economia maranhense, a França era quem garantia a moda e a elegância das famílias aristocráticas. Após este período de opulência, garantido pelos lucros com a exportação de gêneros alimentícios, em especial o arroz, que a guerra nos Estados Unidos favorecera, a cidade entraria em uma grave crise econômica, a qual teria feito suas elites reavivarem os velhos laços com a França, inclusive pela via sua fundação. No final do século XIX, com a chegada dos ideais de modernidade, progresso e civilização foi mais uma vez este país que serviu de inspiração para a cidade, na medida em que Paris, mais do que nunca, foi, a esta época, o centro do mundo.

¹⁰¹ Todas estas citações são trechos de notícia do Jornal *Pacotilha* publicada em 25 de maio de 1890.

5. A RENOVAÇÃO DA MENTALIDADE CLERICAL E A REAÇÃO DA IGREJA

5.1. AS BASES DO MOVIMENTO DE ROMANIZAÇÃO NO BRASIL

A articulação da República no Brasil está inserida dentro de um contexto de transformações radicais que trazem em seu bojo a chegada da razão. Assim, quando dessa mudança de estrutura política, ocorrida em 15 de novembro de 1889, uma das características do Governo Provisório é sua razão própria, entendida no seu sentido positivo e pleno: o Estado é laico e se governa segundo as regras racionais que lhe são peculiares, não derivadas nem dependentes de nenhuma igreja. Razão própria que quer dizer, sem rodeios, neutralização

de instituições como a Igreja Católica, há muito enfronhada nos arranjos do poder. A promulgação definitiva do decreto do casamento civil veio a corroborar esta intenção.

Porém, coincidente com a chegada das idéias positivistas e liberais que sustentavam o movimento republicano e que pregavam a neutralização da influência católica no Estado, a Igreja passava por um processo de reestruturação que a aproximaria muito mais de Roma que propriamente do Estado Brasileiro, ao qual ela esteve ligada desde o período colonial pelo regime do Padroado. E se a República trazia em seu seio um rompimento, a Igreja também já o desejava, tecendo seu afastamento do Estado enquanto voltava-se para uma aproximação com o Papa, seguindo os preceitos do movimento ultramontano que se alastrava pelo mundo. Caminhando em sentidos opostos, o rompimento ainda assim não aconteceu como a Igreja planejava.

A consolidação das idéias ultramontanas exigia uma reorganização interna da Igreja brasileira, fortalecendo-a enquanto instituição e visando, entre outras coisas, liberar a Igreja do julgo constitucional do Império, realçado pelo dispositivo do beneplácito imperial. Internamente era preciso, segundo Bialosi (2004, p. 37):

purificar as práticas religiosas, eliminando concepções iluministas; aumentar o controle da Igreja sobre os fiéis, retirando os leigos da direção das irmandades e confrarias; aumentar o enquadramento disciplinar do clero e das ordens religiosas; e, fundamentalmente, independentizar a Igreja brasileira em relação ao trono e vinculá-la mais estreitamente aos princípios teológicos e políticos da Cúria Romana.

Nesse sentido, a intenção de reforma devia-se tanto pelas dificuldades organizacionais impostas pelo Estado, praticamente impedindo a sua expansão, como pelas dificuldades internas da própria Igreja.

Na verdade, todos os estudiosos da Questão Religiosa no Brasil concordam que a Igreja Católica nacional estava numa condição muito precária durante o Império. Esta precariedade pode ser encarada de três pontos de vista: espiritual, político e econômico. Do ponto de vista espiritual é afirmado que o clero católico brasileiro tendia a ser ou ignorante ou heterodoxo (jansenista), envolvido em política, negligente em seus deveres espirituais e flagrante violador das regras do celibato. Sobre o aspecto político, é destacado que estando sob o controle do Estado, o uso e o abuso do direito de padroado da Coroa enfraqueceu ainda mais a independência da Igreja. Esse enfraquecimento político é exemplificado pela subserviência da

maioria do clero ao Governo, em troca de cargos públicos. A fraca condição econômica da Igreja estava intimamente ligada à anterior. O clero todo, desde o Arcebispado da Bahia e Primaz do Brasil até o padre da paróquia mais pobre, era pago pelo Estado. As cômguas tendiam a ser mesquinhas e permaneceram as mesmas por diversas décadas, a despeito da inflação e de um aumento constante no custo de vida. (VIEIRA, 1980, p. 27)

Soma-se a isso a precariedade na educação formal para o exercício do sacerdócio, a maior vinculação do baixo clero com a elite agrária do que com a hierarquia eclesiástica, a dispersão dos padres no vasto território brasileiro, sem um controle maior pelos bispos e existência de sacerdotes com amásias e filhos. Toda esta situação tinha impactos profundos sobre a religiosidade da população, produzindo certa indiferença, certo distanciamento entre o “catolicismo das consciências” e o “catolicismo institucional”.¹⁰²

No Brasil, a implementação dessa reforma ultramontana ocorreu através de um processo lento e complexo, atingindo, pois, diversas áreas: na da formação intelectual e espiritual do clero, com a instituição de mais seminários fechados, diminuindo o contato familiar e social dos seminaristas; na área de atuação do clero, no combate ao relaxamento moral dos sacerdotes, aumentando o rigor disciplinar; na área pastoral junto aos fiéis, com o reforço à atividade de catequese, retomando o controle clerical sobre as irmandades e criando outras com novas devoções; na área de difusão da doutrina católica, com a ampliação da propaganda confessional, com a criação de jornais e outros periódicos católicos. (CÂMARA NETO, 2000, p. 24)

Essa introdução do ultramontanismo enquanto doutrina em voga na Europa colocou a Igreja no mesmo patamar das elites reformistas e ilustradas. José Oscar Beozzo (1986, p. 279) apresenta uma comparação entre a Igreja e as elites que emergiram com a República, nos seguintes termos:

¹⁰² “Era católico o maçom, católico se considerava o próprio anticlerical. Na realidade, quase todos muito longe do catolicismo, mais ciosos da autoridade do Império do que dos ensinamentos da Igreja, mais convictos da verdade de suas opiniões do que das doutrinas romanas, mesmo em assuntos exclusivamente religiosos”. (ROQUE, 1985, p. 323)

Do mesmo modo que as elites dirigentes do país se subordinam às ideologias dominantes na Europa e nos Estados Unidos, ao liberalismo, ao positivismo, a Igreja vai seguir um caminho paralelo na sua reforma. Se as elites tornaram-se “estrangeiras” na sua cultura, também a Igreja, fazendo vir da Europa uma centena e meia de congregações e ordens religiosas masculinas e femininas, num curto período de trinta anos, vai se europeizar e se romanizar, tornando-se estranha à religião luso-brasileira, até então praticada pelo povo e veiculada pela Igreja.

Nesse sentido, a Igreja conservadora acompanhou o processo de modernização e europeização ocorrido no final do Brasil Imperial, com o intuito de transformar o catolicismo tradicional, em catolicismo renovado. Augustin Wernet (1992, p. 55) aponta este fenômeno reformista do século XIX como “intimamente ligado à primeira fase de modernização do Brasil em nível econômico, social e tecnológico que, por sua vez, se enquadra no processo da nova expansão colonial da Europa”.

Este projeto reformista que a Igreja Católica brasileira desenvolveu estava, pois, vinculado aos acontecimentos na Europa. Ao longo do século XIX, o avanço do chamado mundo moderno à luz do ideário liberal e financiado pelo poder econômico da burguesia se consolidava e se expandia e o Brasil era um dos países atingidos por este processo de modernização européia. Ainda escravocrata e governado por monarcas constitucionais herdeiros do padroado e do regalismo lusitanos, este ideário liberal foi se impondo lentamente, principalmente a partir de meados do século XIX e orientava a criação e o funcionamento do Estado Nacional brasileiro. E se até então o Estado sempre esteve ao lado da Igreja, permitindo sua força e abrangência sobre a sociedade, com a “revolução das idéias” em processo na Europa e na América desestabilizando o ideário da sociedade cristã essa aliança não era mais interessante.

Paralelo a este movimento liberal que ocorria mundo afora [e provocado, inclusive, por ele], então, uma reação “bélico-espiritual” foi montada pela Igreja Católica para conter os rumos que tomava a sociedade. Foco de reação a essas transformações, o papado disseminou suas idéias pelo mundo e atingiu a Igreja brasileira.

O propósito era recristianizar a sociedade. Chamada de ultramontanismo¹⁰³, por jurarem fidelidade a Roma, localizada além dos Alpes, esta doutrina composta pela hierarquia católica e consolidada em torno da figura do papa procurava reestruturar e verticalizar o poder da Igreja, com o mesmo desejo de reforma e unificação ocorrido no século XVI¹⁰⁴, quando do estabelecimento da doutrina tridentina.¹⁰⁵ Segundo Bialosi (2005, p 19-20):

O Concílio determinou que a salvação da alma se dava pela fé, mas também implicava na prática regular e cotidiana determinada pelos valores da Igreja. A fé era alimentada pelos ensinamentos da *Bíblia* e também pelo que os doutores da Igreja ensinavam, estabelecidos nas encíclicas e bulas papais. Dessa maneira, a presença e a orientação da Igreja era indispensável para a salvação, tanto pelos ensinamentos quanto pela aplicação dos sacramentos. Estes ficaram estabelecidos e o culto, centrado na missa, tinha a eucaristia como o seu ponto culminante. Também ficavam consolidados o culto da Virgem Maria e dos santos, a existência do purgatório e o valor das indulgências. Esses pontos vão constituir o eixo doutrinário do que se passou a chamar de norma tridentina. (...) Ficaram também estabelecidos a doutrina da transubstanciação e os conceitos de perdão dos pecados por contrição, assim como novos critérios (mais rígido) para a formação do clero. O fundamental, no entanto, segundo nossa abordagem é que o Concílio visava construir a unidade da Igreja. É nesse sentido que a norma tridentina é atualizada no século XIX, num momento igualmente difícil para a Igreja Católica, quando ela se vê ameaçada por novos e poderosos inimigos.

A base desta doutrina ultramontana seria uma reação do pensamento e da ação dos católicos diante dos acontecimentos revolucionários ocasionados pela Revolução Francesa.

Segundo Riolando Azzi (1991, p. 227), a situação criada poderia ser resumida desta forma:

Quando, em 1789, a Assembléia Constituinte da França proclamou que os homens nasciam livres e iguais perante as leis, a Cúria Romana começou a ver em tais idéias um perigo para a ordem estabelecida nos Estados Pontifícios. (...) Com a explosão da Revolução Francesa e com suas manifestações anticlericais, a Santa Sé passou a considerar a proclamação das liberdades políticas e religiosas uma orientação incompatível com a ordem desejada por Deus.

¹⁰³ “É difícil estabelecer exatamente a data que entrou no Brasil o tipo de pensamento que, no século XIX, se chamou “ultramontanismo”. Ultramontanismo foi um termo usado desde o século XI para descrever cristãos que buscavam a liderança de Roma (“do outro lado da montanha”), ou que defendiam o ponto de vista dos papas, ou davam apoio à política dos mesmos. Pelos idos do século XV, o mesmo veio a ser utilizado como descrição daqueles que se opunham às pretensões da Igreja Galicana. No entanto, para o século XIX, o dito termo reapareceu, dessa vez descrevendo uma série de conceitos e atitudes do lado conservador da Igreja Católica e sua reação aos excessos da Revolução Francesa”. (VIEIRA, 1980, p. 32).

¹⁰⁴ Na historiografia da Igreja Católica, a Reforma religiosa do século XVI é o momento de ruptura da unidade proposta por Roma na Alta Idade Média. Os acontecimentos posteriores – o avanço dos liberais no século XIX e, inclusive, os socialistas que surgem logo depois – são vistos como decorrentes da Reforma. Cf. Giacomo Martina, *História da Igreja de Lutero aos nossos dias*. Ver bibliografia.

Nestes termos, o estabelecimento de uma hierarquia centrada em Roma se tornará a base desse pensamento ultramontano. A Igreja católica julgava necessário restabelecer o domínio católico e a ordem social desmantelada pelos liberais revolucionários através do reforço do poder papal. A série de medidas da Revolução Francesa que secularizaram os bens da Igreja e constrangeram o clero a juramentos de fidelidade a um poder laico, apartado dos fundamentos divinos, promoverá uma atitude de restauração da ordem social tradicional, baseada na monarquia, nos privilégios da aristocracia e no poder da Igreja. Na síntese de Riolando Azzi (1962, p, 237-238):

O espírito do filosofismo teve como consequência a catástrofe da Revolução Francesa. O racionalismo, o deísmo e a maçonaria tinham descristianizado o povo. A impiedade e a imoralidade tinham corrompido grande parte da sociedade francesa. Não é de admirar tamanha tempestade num povo católico. A França que gerou a Revolução já não era católica. Católica foi a França que se tornou sua vítima. A Revolução trouxe gravíssimas consequências para a vida cristã na França. Consequências que repercutiram logo nas outras nações da Europa e da América. A 4 de agosto de 1789 aboliu-se o regime do feudalismo, fundamento da ordem antiga. Unida estreitamente ao Antigo Regime, e gozando de seus privilégios, a Igreja Católica foi abalada profundamente por esse golpe. Três semanas depois foram proclamados os Direitos do Homem. Dos Deveres, a Revolução se olvidou. Como solução para a crise econômica nacional, o bispo perjúrio Talleyrand de Autun propôs a secularização geral dos bens da Igreja. Por decreto de 13 de fevereiro de 1790 foram supressas todas as ordens e congregações religiosas não consagradas ao ensino ou a obras de caridade. Foi o segundo passo anticristão. Seguiu-se um terceiro golpe, ainda mais fatal. Aos 12 de julho do mesmo ano foi votada a constituição civil do clero. Obra dos jansenistas e galicanos, estabelecia uma nova organização eclesiástica. As eleições eclesiásticas seriam feitas em forma popular. Os bispos, eleitos pelo departamento. Os párocos, pelos distritos. Reduziram-se os bispados de 134 a 83. A nova ordem transtornava radicalmente a constituição da Igreja. Negava o primado do papa e a instituição divina da hierarquia. Foi estabelecido para 4 de janeiro de 1791 o juramento da constituição civil por parte dos eclesiásticos. Quatro bispos e um terço do clero prestaram juramento. Negaram-se os outros 127 bispos e a grande maioria do clero. A assembléia legislativa, constituída desde 1 de outubro, ordenou o juramento cívico a todos os eclesiásticos sob pena de cárcere e deportação. Mais de 40 mil clérigos não juramentados foram expulsos da França. Desde princípios de 1792 foram supressas todas as ordens e congregações religiosas. De 2 a 7 de setembro foram massacrados mais de duzentos sacerdotes. Pio XI canonizou, em 1926, 191 destes mártires.

O ultramontanismo do século XIX colocar-se-ia não apenas numa posição a favor de uma maior concentração do poder da Igreja na figura do Papa, mas também contra todas as

¹⁰⁵ O Concílio de Trento (1545-1563) ocorreu pela necessidade de reforma diante da ameaça que representava as inovações do protestantismo, estabelecendo pontos cardeais para a reestruturação da Igreja e suas afirmações

coisas que eram consideradas por ela como erradas e perigosas para a sociedade.¹⁰⁶ Forma-se então um pensamento ultramontano que tomou conta do Vaticano e também do episcopado brasileiro a partir de meados do século XIX, dominando até as primeiras décadas do século XX.

No debate estabelecido no meio católico vemos a formação de uma mentalidade que vai da recusa absoluta dos princípios revolucionários ao julgamento do mundo moderno como aquele que rejeita a autoridade da Igreja. [...] O afastamento de Deus foi apontado como um dos mais graves males da sociedade moderna. As propostas restauradoras de uma ordem social, tendo como base os valores cristãos, alimentavam o mito do retorno à cristandade medieval. (DIAS, 1996, p. 30-31)¹⁰⁷

As transformações ocorridas na França, o lugar que a Igreja e seus aliados passaram a ocupar nas sociedades e os Estados reformulados pelo liberalismo, eram inadmissíveis. Idéias inspiradas em uma visão teocrática e providencialista do mundo, as quais pregavam que a sociedade deveria se basear em uma única religião – a católica, pois esta é a matriz da civilização européia, sendo a Igreja, portanto, a única instituição capaz de regular o funcionamento perfeito da sociedade – começaram a ser incorporadas e divulgadas pela Cúria Romana. A Revolução Francesa e seus desdobramentos para estes pensadores tradicionalistas e conservadores significava um rompimento com a ordem natural das coisas.¹⁰⁸

Apoiado nestes princípios, o papado tornou-se o centro de reação contra o avanço liberal, as inovações políticas, sociais e econômicas que ocorriam a toque de caixa. A modernidade burguesa e seu ideário liberal eram apontados como inimigos do papa, da Igreja

doutrinárias tornaram-se a bússola da Igreja romana.

¹⁰⁶ “Entre esses perigos estavam o galicanismo, o jansenismo, todos os tipos de liberalismo, o protestantismo, a maçonaria, o deísmo, o racionalismo, o socialismo e certas medidas liberais propostas pelo estado civil, tais como liberdade de religião, o casamento civil, a liberdade de imprensa e outras mais”. (VIEIRA, 1980, p. 32-33)

¹⁰⁷ O autor continua: “Daniel Menozzi comenta deste modo o paralelo estabelecido pelos católicos do século XIX entre os acontecimentos revolucionários e a Idade Média: as massas populares em revolta reproduziram na idade contemporânea o mesmo ataque a civilização que haviam desfechado as hordas dos bárbaros na Idade Média. A única diferença consistia no fato de que agora a agressão era desfechada do próprio interior da civilização, e não do exterior. Essa avaliação foi logo retomada por ambientes católicos, acentuando que a Igreja – e sobretudo o papado – deviam voltar a desempenhar na crise contemporânea o mesmo papel diretor e civilizador assumido na Idade Média. Dessa forma a concepção de que o mundo moderno se afastara da Igreja após a Reforma conjugava-se perfeitamente com a instância de uma superação dos erros modernos mediante uma volta à Idade Média”. (DIAS, 1996, p. 31)

e da civilização baseada em valores cristãos. Respondendo à conjuntura com encíclicas, bulas, o ultramontanismo foi transformado em doutrina oficial da Igreja.

Essa reação católica tinha se caracterizado pela reafirmação do escolasticismo, pelo restabelecimento da Sociedade de Jesus (1814) e por uma série de encíclicas, bulas, alocuções e constituições que foram fulminantemente lançadas contra o que a Igreja considerava serem elementos errôneos e tendências perigosas dentro da religião e da sociedade civil. Esses escritos culminaram em 1864 com a Encíclica *Quanta cura* e o “Sílabo dos Erros”, anexo à mesma. (VIEIRA, 1980, p.32-33)

Nesse sentido, interessante aqui é focalizar brevemente no papado de Pio IX, iniciado em 1846, sucessor de Gregório XVI, pois além de culminar o movimento, é ele quem primeiro vai convocar mais de perto o episcopado brasileiro a entrar efetivamente na reação ultramontana. Um pequeno esquema do contexto em que se iniciou este papado é relevante para compreendermos as atitudes tomadas por Pio IX que endossaram a reação ultramontana e, sobretudo, refletiram fortemente na Igreja brasileira. O que a historiografia brasileira denomina “Questão dos Bispos” relaciona-se com estas medidas efetivadas, deixando-nos entrever a ponta do movimento ultramontano e reformista posto em reação pela Igreja brasileira, e, principalmente, permitindo-nos vislumbrar os problemas que se configuravam entre o Estado e a Igreja no Brasil anteriormente e quando da proclamação da República no Brasil.

Quando Pio IX assumiu o papado, em 1846, na Itália se processava a luta pela unificação, pois as determinações do Congresso de Viena (1814-1815) assinalaram a divisão do território em sete Estados submetidos parcialmente à ocupação austríaca. Liberais e conservadores disputavam forças como se processava em toda a Europa, porém, com um acontecimento importante ocorrido em 1830, destacado por Hobsbawn, que foi o aparecimento da classe operária como força política autoconsciente, além da aristocracia perder definitivamente o poder para o burguês.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Cf. David G. Vieira, *op.cit.*; Romualdo Dias, *op.cit.*

¹⁰⁹ Cf. HOBBSAWN, A era das revoluções. Europa 1789-1848, p. 127-133. Ver bibliografia.

Na medida em que o Pio IX iniciou seu governo implementando melhorias materiais em Roma, os liberais apostaram em uma aliança com ele pelo ideário do *Risorgimento*. Porém, a encíclica *Qui pluribus* (Sobre os erros contemporâneos e os modos de combatê-los) logo denunciou seu alinhamento ao combate ao racionalismo, ao deísmo, às inovações do pensamento moderno. Dois anos mais tarde, nas Revoluções de 1848, os liberais ainda esperavam o auxílio do papado para enfrentar os austríacos, mas o resultado, na descrição breve feita por Biasoli (2003, p. 33):

Pio IX afirmou não poder combater uma nação católica. Condenou o projeto de unificação e concitou os italianos a permanecerem fiéis aos seus príncipes. Os liberais atacaram Roma, Mazzini e Garibaldi estabeleceram um regime republicano e o papa fugiu para o reino de Nápoles. Atos francamente anticlericais foram tomados – saques às igrejas e apropriação de bens eclesiásticos – e o papa só retornou à Roma apoiado pelas tropas francesas de Napoleão III, em 1850.

Os acontecimentos políticos da Itália não eram favoráveis aos Estados Pontifícios. O *Risorgimento* avançava sob o comando do reino piemontês e em 1860, parte dos Estados da Igreja no norte da Itália foram anexados. Pio IX decretou a excomunhão dos invasores e clamou por um apelo internacional. Mesmo apoiado pelas tropas francesas, não conseguiu vencer os liberais e, em 1861, somente Roma não fazia parte do novo reino italiano, assegurado por Vítor Emanuel.¹¹⁰

A estratégia para conter os acontecimentos julgados negativos era o combate entre dos liberais. Encabeçado pelo papa, a emissão de bulas e encíclicas ia conformando a doutrina oficial da Igreja. Em 1854, Pio IX proclamou o dogma da Imaculada Conceição de Maria e em 1856, o culto ao Sagrado Coração de Jesus. O estabelecimento de novas devoções, sob a direção e controle de Roma, também eram instrumentos de legitimação e centralização do controle dos fiéis pelo papa.¹¹¹

¹¹⁰ Cf. Karl Bihlmeyer e Hermann Tuechle, *História da Igreja*, p. 425-500.

¹¹¹ Sobre o papado de Pio IX e o Concílio do Vaticano I, cf., Karl Bihlmeyer e Hermann Tuechle, *História da Igreja*, p. 513-525.

Em 1864, a Cúria Romana emitiu nova encíclica que a reafirmava como pólo de resistência conservadora. A *Quanta Cura*, lançada em 4 de dezembro de 1864, continha um anexo especial, o *Syllabus*, o qual elencava oitenta erros do mundo moderno, dando estatuto de heresia a tudo que era contrário à religião. Segundo Paul Johnson, a *Syllabus* era um índice de diversos itens do mundo moderno “já condenados em discursos, cartas, palestras e encíclicas pontifícias”:

As seções 1 a 7 condenavam o panteísmo, o naturalismo e o racionalismo absoluto; as seções 8 a 14, o racionalismo moderado; a 15 a 18, o indiferentismo, latitudinarismo, socialismo, comunismo, as sociedades secretas, as sociedades bíblicas e grupos clericais liberais. As seções 19 a 76 estabeleciam direitos da Igreja, bem como do pontífice romano e seu Estado, da forma mais intransigente e triunfalista possível [...]. Na seção 79, a liberdade de discurso era condenada [...]. Por fim, a seção 80 sintetizava o documento, condenando a asserção de que “o pontífice romano pode e deve conciliar e harmonizar-se com o progresso, o liberalismo e a civilização recente”. (JOHNSON, 2001, p. 478).

Na seqüência dos acontecimentos, em junho de 1868, o papa convocou os bispos para um novo concílio que passou a se reunir no ano seguinte. O último concílio ocorrido datava do século XVI. Denominado Vaticano I, foi a primeira vez que bispos brasileiros participaram de um evento dessa envergadura. Foram onze bispos brasileiros e ao retornarem ao Brasil estavam convictos de que o cristianismo enfrentava terríveis adversários no mundo moderno, a sociedade estava laicizada e a situação exigia concentração em torno do papado. Nas palavras de Lustosa (1980, p. 276), os bispos brasileiros:

trouxeram da grande assembléia a convicção de que o cristianismo enfrentava, em todas as regiões do globo, os desafios de uma sociedade laicizada cujas afirmações, posições e comportamentos com relação à problemática religiosa exigiam uma concentração em torno do Sumo Pontífice. Por isso mesmo quando retornaram às suas dioceses, ao darem conhecimento aos fiéis dos trabalhos, resultados e definições do Vaticano I, o tom e os destaques são reservados especialmente à infalibilidade papal, à necessidade de fidelidade aos ensinamentos da Santa Sé, à postura de obediência intransigente às diretivas que perseguiram uma maior centralização a fim de arrostar as imensas ondas de laicização liberal que ameaçavam tragar a Igreja.

Em 18 de julho de 1870, com a decretação da infalibilidade papal, o concílio alcançava seu ponto máximo: o papa adquiria o estatuto de governante absoluto, ápice da

hierarquia da Igreja, cuja sua autoridade era inquestionável. Roberto Romano comenta sobre a proclamação deste dogma o seguinte:

Inicia-se a partir daí, oficialmente, a busca de todos os bispos no sentido de recuperar sua autoridade nas dioceses, a fim de tornar preponderante a Cúria Romana em relação ao todo da Igreja. A infalibilidade caracteriza-se, portanto, como um sinal de partida público, neste movimento disciplinador do clero e dos fiéis. Trata-se de conseguir, contra o Estado liberal e contra os últimos resquícios de regalismo em alguns países, entre eles, o Brasil, a autonomia da Instituição como um todo. Ou na linguagem pastoral e solícita dos bispos, trata-se de conseguir finalmente a “liberdade da igreja”. (ROMANO, 1979, p. 89).

Assim, a Igreja brasileira, inspirada no movimento da Cúria Romana, desejava a liberdade e processava um movimento em direção à Roma, também conhecido como romanização, colocado em prática lentamente no Brasil.

5.2. A ROMANIZAÇÃO NO BRASIL

Os ultramontanos brasileiros defendiam o fim do cerceamento da Igreja imposto pelo Padroado. Vinculada estreitamente ao Estado por este regime, a Igreja Católica no Brasil organizou-se mediante a subordinação direta à autoridade do Rei de Portugal e, em seguida, ao Imperador do Brasil, tanto em questões referentes à administração eclesiástica, à nomeação para os cargos religiosos, como à manutenção do clero e do culto. Trono e Altar estavam unidos e, nessa aliança, a Igreja tinha garantias para sua sobrevivência e funcionamento. Mas

ao longo do tempo, porém, o relacionamento da Igreja e do Estado foi se deteriorando, de modo que, parte da hierarquia eclesiástica encontrava-se cada vez mais insatisfeita com a situação. O Padroado passou a ser acusado de esvaziar a função episcopal.

Na verdade, o Padroado foi criado nas monarquias ibéricas a partir do século XVII; fora transplantado para o Brasil colonial e, posteriormente, assimilado pela Constituição Imperial de 1824. Com o objetivo de estabelecer alianças entre os reis e a Igreja, o padroado consistia na concessão de privilégios e direitos à Igreja, porém, colocando as missões eclesiásticas sob o controle da Coroa. Segundo Riolando Azzi (1987, p. 21):

O direito do Padroado só pode ser plenamente entendido dentro de um contexto de história medieval. Não se trata de usurpação de atribuições religiosas próprias da Igreja por parte da Coroa lusitana, mas de forma típica de compromisso entre a Santa Sé e o governo português. Consistia especificamente no direito de administração dos negócios eclesiásticos, concedido pelos papas aos soberanos portugueses.

Nesse sentido, por meio deste regime, a monarquia portuguesa promovia, transferia ou afastava clérigos, decidia e arbitrava conflitos nas respectivas jurisdições religiosas. No Brasil colonial e no período imperial, pois, o clero sempre esteve controlado pelo Estado.

Porém, como alerta Augustin Wernet (1987, p. 18) graças ao Padroado, existia em Portugal e nas suas colônias sempre o predomínio do Estado sobre a Igreja. Cristianização e evangelização das terras descobertas tornaram-se parte integrante da própria expansão colonial portuguesa. E se por Padroado entende-se o conjunto de privilégios com certas incumbências que, por concessão da Igreja Romana, correspondem aos fundadores de uma igreja, ele não é diretamente uma instituição regalista, mas através dele introduziam-se facilmente abusos regalistas.

O movimento ultramontano no Brasil foi encabeçado pelos bispos D. Romualdo Seixas, arcebispo da Bahia, D. Antônio Ferreira Viçoso, de Mariana, e D. Antônio Joaquim de Melo, de São Paulo. A operação ocorria subterraneamente ou “sob o manto do trono”, pois o catolicismo sabia do valor das conveniências políticas. Se a vinculação ao Estado era um

problema, o risco da independência deveria ser prolongado, pois a Igreja temia que com o rompimento ocorresse a descristianização da sociedade. Augustin Wernet (1987, p. 183) pondera muito bem a situação:

O princípio monárquico e a centralização seriam mais adequados do que as idéias republicanas e federalistas. O catolicismo ultramontano, portanto, não apenas correspondeu à orientação da Igreja Católica, oficialmente apresentada no centro da cristandade, mas também aos interessados na manutenção do *status quo* do país.

Essa cautela seguida pela reforma contrasta com a atitude dos bispos D. Vital e D. Macedo em 1872 e 73, conhecida como Questão Religiosa no Império. Na verdade, a eclosão desta questão é tratada por alguns autores como sendo a ponta de um movimento que vinha paulatinamente ocorrendo com cuidado. D. Vital não teria atentado para a moderação das atitudes da Igreja e com seu “excesso” declarou o projeto de reforma da Igreja.

A divulgação e as conseqüências deste ato repercutiram a ponto de apagar um acontecimento mais importante que ele. Para Augustin Wernet (1987, p. 165), “a suplantação do catolicismo iluminista e regalista foi o grande acontecimento da vida religiosa brasileira no século XIX”. Este era o objetivo proposto pela reforma, como acena Biasoli (2003, p. 40), a atitude de enfrentamento de D. Vital foi “a exceção, não a regra, no modo de fazer política dos prelados brasileiros”.

De qualquer forma, este episódio pode dar o tom e a força deste movimento, além de deixar clara a existência de uma reforma na Igreja Católica. Quando em 1872 e 1873 os dois bispos Dom Vital e Dom Macedo enfrentaram o Governo Imperial afrontando as determinações da Constituição Eclesiástica do Império que deliberavam a submissão dos atos eclesiásticos ao poder do Estado, pode-se ter a medida da força das idéias ultramontanas.

Por tomarem medidas eclesiásticas sem a autorização do Imperador, afrontaram as determinações da Constituição Eclesiástica do Império que determinava a submissão dos atos eclesiásticos ao poder do Estado e se rebelaram contra o sistema do Padroado. A rebeldia consistiu em punir os maçons que freqüentavam as igrejas de suas dioceses, atitude que

demonstrava o alinhamento ao novo ideário teológico e político recém-consolidado em Roma, e indicava novas possibilidades para a Igreja Católica no Brasil: uma igreja independente do Estado. Os maçons condenados eram a encarnação do ideário liberal que o ultramontanismo entendia como um dos piores males do mundo moderno.¹¹²

Ocorrida na década de 1870, a Questão Religiosa teve como protagonista inicial o frei Dom Vital, participante do Vaticano I, que certamente assumiu o bispado de Olinda respirando fortemente a atmosfera vivida em Roma, tendo o papa como autoridade infalível e suas bulas e encíclicas como orientação. Seguido por D. Macedo, as atitudes tomadas por estes dois bispos, entretanto, são aquelas que revelaram para o Brasil a existência de um movimento de reforma silencioso na Igreja. As relações entre Igreja e Estado eram insatisfatórias do ponto de vista do episcopado brasileiro que se romanizava.

Agindo dessa maneira, o jovem bispo estava afinado com as determinações papais de combate à Maçonaria assim como concretizava a intenção de reforma nas irmandades e, a partir daí, da Igreja em geral. A bula papal, no entanto, que condenava os maçons, precisava – por determinação constitucional – passar pelo crivo do imperador, e isto não ocorrera. Os maçons recorreram ao Governo e o Conselho de Estado se reuniu em fevereiro do ano seguinte e várias reuniões se realizaram a partir daí para tratar exclusivamente deste assunto.¹¹³

Esta situação também dá conta das dificuldades que se apresentavam ao episcopado brasileiro, na medida em que se alinhava ao ideário ultramontano, no momento em que era

¹¹² Deve-se ter em mente, porém, que esta doutrina alinhada a Roma não encontrou no começo do século XIX um clima muito favorável no Brasil. David Vieira (1980, p. 33) alerta para o fato de que: “Desde os dias de Pombal e da expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias (1759), como já foi mencionado, os seminários portugueses e brasileiros haviam caído em mãos de jansenistas. Além disso, apesar de todas as preocupações por parte das autoridades portuguesas, grandes quantidades de literatura revolucionária da França e dos Estados Unidos da América haviam entrado na colônia. O escolasticismo quase que desaparecera do currículo das escolas brasileiras. O cartesianismo e ecletismo tinham tomado o seu lugar”. Se no campo da religião católica o processo dominante na Europa era o ultramontanismo, refratário ao mundo moderno e francamente contrário à modernização burguesa; o catolicismo iluminista era derrotado pelas novas hostes romanas e a Igreja romana se reestruturava a partir de uma defesa intransigente das verdades reveladas, de uma visão teocrática da sociedade e do Estado, e de uma hierarquia centrada na figura do papa infalível. Este movimento conservador disseminado pelo mundo cristão e chegou ao Brasil Imperial.

¹¹³ As reuniões do Conselho de Estado são narradas por Joaquim Nabuco em *Um estadista no Império*, ao biografar a vida de seu pai, membro desse Conselho e responsável pelo primeiro parecer do caso do bispo.

estabelecido o dogma da infalibilidade papal, no Concílio Vaticano I. A Igreja estava afrontando as leis do Estado. A aproximação do episcopado com a nova orientação do Vaticano requeria um enfrentamento das leis do Estado. A Igreja brasileira estava subordinada ao trono, os bispos eram quadros burocráticos do Estado brasileiro e suas ações deviam conformar-se às normas constitucionais e legislativas do Estado. E este Estado tinha a marca ideológica do seu tempo: a hegemonia do ideário liberal e moderno presente na elite dirigente da nação.

Com a instalação do regime republicano no Brasil e a conseqüente separação entre a Igreja e o Estado o processo de romanização de intensificou. Um dos problemas é que o afastamento não se deu da forma como a Igreja desejara. Ao ser proclamada a República, o decreto de 9 de janeiro que separava a Igreja do Estado desenhou um local pouco lisonjeiro na sociedade para esta Igreja que sempre conduzia e solidamente se enraizara na vida do país. Naturalmente que esta ação provocará uma reação. Aqui destacaremos, especialmente, o uso da imprensa pela Igreja Católica. E o tópico escolhido é o casamento civil e a família.

A importância de dedicar algum espaço para o movimento ultramontano nesta parte da pesquisa se deveu ao nosso objetivo de pesquisar, através dos jornais maranhenses, as discussões sobre o casamento civil que estão impressas nos jornais. Estas discussões envolviam os clérigos adeptos do ultramontanismo e os intelectuais liberais e positivistas que apoiavam a recém instaurada República brasileira.

As pesquisas que se preocupam com esta questão ainda são poucas. Há ainda um vasto campo descoberto pela historiografia que precisa estabelecer conexões entre a chegada da República no Brasil, a situação da Igreja Católica e os reflexos deste encontro na família brasileira. Nossa proposta, neste sentido, é perceber este momento orientando-se pelas idéias que propagavam o rompimento entre ambas, descolando-se daí os eventuais modelos de família que serão defendidos como ideais para sustentar o progresso da sociedade, o qual não

se dava, para ambas as partes, sem esta instituição. O discurso em torno da família através da imprensa poderá esclarecer as divergências entre os modelos de sociedade propostos pela Igreja e pelo Estado republicano.

5.3. O CASAMENTO COMO SACRAMENTO: ELEMENTOS HISTÓRICOS

Para compreender o modelo de família veiculado pela Igreja Católica, é preciso entender o papel que o casamento desempenhou ao longo da história do catolicismo. A dificuldade de aceitação deste em seus quadros e a posterior sacramentalização, tornando o casamento suporte da fé cristã pode dar a medida da importância para a Igreja manter seu monopólio sobre o casamento.

Segundo a maioria dos autores, o medo do sexo ou a reprovação da conjugalidade amorosa, aceita somente com o fim de regular a necessidade dos instintivos, penetrará no cristianismo através do apóstolo Paulo.¹¹⁴ Com ele a ascese, tal como será tratada na

¹¹⁴ “O medo do sexo só penetrará no cristianismo com Paulo. É ele o verdadeiro pai da ascese cristã. Ela encontrará sua declaração de princípios no capítulo VII da primeira carta a Coríntios. ‘É bom que o homem não toque mulher’. Temos, aí, uma atmosfera totalmente diferente dos evangelhos. Não é mais a cândida simplicidade de Jesus, sua generosa aceitação da vida, mas a rejeição do erotismo – por medo do sexo. Para Paulo, seria melhor que a sexualidade não existisse, ela é apenas um mal necessário. Por ser má em si, ele trata de combatê-la. Assim, a sua ética sexual chega a um triste compromisso: ‘E assim quem casa a sua filha virgem faz bem, quem não a casa faz melhor’ (Coríntios, VII, 38). ‘Mas, por causa da impureza, cada um tenha a sua própria esposa e cada uma o seu próprio marido.’ (VII, 2)... ‘é melhor casar do que viver abrasado’ - *προϋσθαί* (VII, 9). A sexualidade não merece mais que a fuga, mas a natureza requer que delimitemos cuidadosamente certos setores da sexualidade e que abandonemos-os ao instinto. Esse setor bem circunscrito, guarnecido de parapeitos e de placas de sinalização, para uso dos curiosos: eis o casamento segundo Paulo! Cio permitido, instinto legalizado, pecado concedido à fraqueza humana, nada mais! Além das fronteiras estritamente delimitadas e escrupulosamente vigiadas cai-se na abjeção primeira da sexualidade. Em tal concepção do casamento não há, evidentemente, lugar para o motivo da redenção. O conselho prudente que ele dá aos esposos nem precisa de comentários: ‘Não vos priveis um do outro, salvo talvez por mútuo consentimento, por algum tempo, para vos dedicardes à oração e novamente vos ajuntardes, para que Satanás não vos tente por causa da incontinência.’ (VII, 5). Paulo não confia nos sentidos, por isso vale pecar com maior freqüência no casamento para não pecar fora dele!’ (SCHUBART, 1975, p. 165-166). Também se deve levar em conta a hostilidade de Santo Agostinho com relação ao ato sexual. Se Paulo foi quem introduziu a questão da misoginia e do ascetismo, no entanto foi Santo Agostinho que foi mais longe nessa questão, segundo ainda Schurbat: “Foi ele (Santo Agostinho) que marcou o amor sexual com um estigma indelével. Foi ele que dele fez a mácula que exclui do

concepção ortodoxa da Igreja, adentra a doutrina cristã. E é por aceitar de início a prescrição ou o conselho de Paulo¹¹⁵ a se manterem castos e fora da união conjugal, que a Igreja Cristã Católica vai manter uma relação ambígua com o casamento.

O tema do casamento será tão problemático justamente por concentrar em seu seio bem mais que a questão de uma moral sexual rígida, mas por colocar em relevância todo o arcabouço constitutivo da Igreja. Nele, se não se assenta os princípios dos dogmas da formação católica, da Verdade Revelada, da Encarnação e da Santíssima Trindade, é certo que a ele está enredado muitos dos princípios norteadores da sua atuação histórica. Por conter dentro de si o germe da desavença, o tema do casamento tornar-se-á, na história da religião Católica, âmbito de litígio e de ambigüidades que resultaram nas mais diversas e imbricadas contendas.

Philippe Ariès (1987a), em *São Paulo e a carne*, torna patente que o centro da modificação do posicionamento da Igreja frente à sexualidade, diagnosticada por Foucault¹¹⁶ e por Paul Veyne, é datada no limiar do século II, a partir de três pontos centrais: a homossexualidade, o casamento e da *mollities*¹¹⁷; serão eles imprescindível para se entender a herança cultural que se estabelecerá no Ocidente, servindo como solo para os diferentes modos e comportamentos frente a sexualidade, bem como esteio para as nossas representações de cunho valorativo.

templo. Ele só admitia a relação sexual (conjugal) com a condição de que a ‘intenção interior’ fosse a procriação. Agostinho só levava em consideração o instinto sexual para atribuir-lhe o dever da procriação. Foi essa sua única tentativa de justificação da sexualidade. Toda idéia de uma ligação qualquer entre o sexo e a aspiração do homem à salvação permaneceu inteiramente estranha a esse grande pensador cristão.”(Id., p.169). Por tais princípios a ética cristã se consumará numa moral sexual, onde o casamento se torna o inimigo, o mal contrário à castidade. Tanto que no Concílio de Trento (1545-1563) se declarará anátema quem quer ouse colocar a maternidade e o casamento acima da virgindade.

¹¹⁵ Segundo P. Áries (1987b. p.158), São Clemente assegura que a despeito de tudo que dizia, São Paulo era casado.

¹¹⁶ Cf. *História da Sexualidade*. Ver bibliografia.

¹¹⁷ Sobre a *mollities* P. Ariès, no mesmo texto (1987a, p. 53) esclarece: “Sob a palavra *mollities*, equívoca e que não é, não mais que as outras, de natureza sexual (existe uma outra lassidão além da sexual), ocultava-se o erotismo, isto é, um conjunto de práticas que retardam o coito, quando não o evitam, com a finalidade de gozar melhor e por mais tempo: exclusivamente o prazer. É evidente, São Paulo não admite tal coisa, e vê aí o pecado contra o corpo: *in corpus suum peccat*. Talvez a *mollities* seja uma grande invenção da época estóico-cristã”.

A questão do casamento originará as contendas entre a interpretação ortodoxa e aqueles que não aceitam os ditames da Igreja, caso dos movimentos gnósticos. Durante esses primeiros séculos se pode avaliar como se encontram divididas e amorfas as articulações centrais que constituirão o cristianismo católico futuro. O casamento será vítima de vários anátemas e injúrias, aceitável apenas por ser um mal menor, um modo de refrear os instintos animais e a concupiscência inerente ao homem. Porém, na realidade essa hesitação em assumir ou não o casamento dentro da doutrina só revela a fragilidade interna, o processo de aperfeiçoamento e ajuste pelo qual a doutrina cristã passava. Somente nos séculos III e IV a cristandade abandona a sua titubeação frente a certos dogmas para constituir-se como sistema dogmático e doutrinal.¹¹⁸

Durante todo o período da Patrística o casamento foi apenas tolerado como um mal menor, ou pelo menos como algo que mesmo levado a sério não constava no centro das discussões da Igreja emergente, descaso tão profundo que nem ao menos se estabelecia uma liturgia para a consagração do casamento. Durante esse período as considerações ao ascetismo e à castidade ou o domínio dos impulsos sexuais concentrará as principais reflexões, enquanto o casamento permanecerá num segundo plano e sempre a reboque do que até então era considerado pela Igreja de maior relevância.

Justino, no século II afirma que os cristãos casam-se apenas para procriar. Mesmo argumento utilizado por Santo Agostinho, na passagem do século III para o IV; é essa admissão hesitante, mais conivente com a natureza sexual e instintiva do homem, do que verdadeiramente compreensiva, que lenta e pacientemente será responsável pela ascensão do casamento dentro do *corpus* cristão. Mais ainda se está longe de estabelecer uma dignidade ao casamento.

¹¹⁸ Cf. especialmente Etienne Gilson, *Filosofia na Idade Média*. Ver bibliografia.

Destarte, o casamento para a Igreja permanecerá inferior e desprezível, durante praticamente toda a Idade Média, pois está vinculado diretamente ao prazer, logo contrário às idéias de castidade e austeridade sexual que prevalece desde os seus primeiros tempos. Prevalece o princípio da refutação da carne e de seus prazeres; o orgulho espiritual que se sobrepõe ao corpo e o admoesta com severidade a aquiescer às regras da pureza física, a abandonar seus vícios, entre eles a conjunção carnal (*carnalis commixtio*), a *fornicatio*, a *immunditia* que se dá sem o contato com uma mulher e se deve a um espírito lasso e indolente.¹¹⁹

No mundo profano de Roma, o casamento já estava difundido e se encontrava em sua elaboração certas prescrições morais que faziam dele uma instituição aceita e estável dentro do Império. Em boa parte, o estoicismo foi o verdadeiro responsável por esse estabelecimento, por sua difusão na aristocracia, e nas instituições do Estado Imperial.¹²⁰ O cristianismo, herdeiro direto do que restou do Império romano, acomodou também em seu corpo algumas de suas prerrogativas institucionais e jurisprudenciais. A dificuldade está em tentar encontrar uma concórdia entre as normas estoicas e cristãs: de um lado a necessidade de encontrar justificativas para acomodar dentro da doutrina aqueles que queriam o casamento e, logicamente não abraçavam a castidade; do outro lado se via obrigada a dar explicações plausíveis para aqueles que entravam na vida religiosa e ascética a não contraírem

¹¹⁹ Para aprofundamento no assunto sugerimos o trabalho de M. Foucault, *O combate da castidade*. Ver bibliografia.

¹²⁰ Sobre isso esclarece Philippe Ariès (1987b, p. 156-157): “É certo que a ideologia moral expressa pelos estoicos durante os primeiros séculos da nossa era, antes da expansão do cristianismo, favorecia a procriação, a propagação da espécie como finalidade e justificação do casamento – por oposição, sem dúvida, à união livre, comumente praticada e nem sempre muito claramente separada do casamento. Os cristãos se apropriaram da moral estoica a tal ponto que certos textos chegaram ao nosso conhecimento por meio de citações dos Padres da Igreja, como este, de Sêneca, extraído por São Jerônimo de um tratado sobre o casamento, que se perdeu (Contra Joviniano), I, 49): ‘Todo amor pela mulher de um outro é escandaloso é o que consta sobre adultério). Também é escandaloso amor demasiado pela sua própria mulher (amor demasiado é justamente o amor sem reserva, a paixão que os amantes experimentam fora do casamento). Um homem sábio deve amar a sua mulher com discernimento e não com paixão, e, conseqüentemente, controlar seus desejos e não se deixar levar à copulação. Nada é mais imundo do que amar a sua mulher como uma amante...Que se apresentem às suas esposas não como amantes e sim como maridos’. O tom é categórico, um tom de mandamento. A velhíssima e banalíssima distinção entre amor-reserva, no casamento, e o amor-paixão, fora do casamento, é aqui formulada por Sêneca, não mais como um costume, mas como a regra de um código moral.”. (grifos do autor)

matrimônio. Assim, a Igreja nascente, como um funâmbulo, tentava manter-se na fina corda entre a contradição e o ofício de evangelização.

O casamento até então consistia numa prerrogativa consuetudinária, que não exigia a participação efetiva do clero. Mas ao tempo em que a Igreja recebe heranças das instituições de Roma, ela também terá que lidar com os costumes e práticas dos romanos. Isso gerará um conflito na medida em que a Igreja já tem em seu seio a problemática da união conjugal. Porém, resistindo às correntes sensualistas e às correntes ascéticas, o casamento foi mantido. Por essas indicações pode-se perceber como é dual e conflitivo toda as disposições que versam sobre o tema do casamento nesse período:

No interior da igreja existiram, efetivamente, duas corrente opostas, cada vez mais opostas. Uma, ascética, apelava para o testemunho de São Jerônimo: hostilidade ao casamento, considerado como um estado inferior, dificilmente tolerável. Essa corrente conheceu altos e baixos, eclipses e retornos. Parece ser vencedora no século XII, entre os clérigos que queriam dissuadir a Igreja de intervir no casamento e de controlá-lo: que ela fique à distância, pensavam eles, pois nada tem a ver com essas coisas vulgares e baixas. Poder-se-ia distinguir no catarismo do Languedoc a mesma tendência, que teria ultrapassado os limites da ortodoxia. Triunfou a outra tendência, que se liga a Santo Agostinho, e além, a São Paulo, e que vê no casamento o *remedium animae*. No século XII, respondendo sem dúvidas aos excessos dos adversários do casamento, São Bernardo se explica: “Atacar o casamento é abrir as portas aos desregramentos dos concubinos, dos incestuosos, dos *siminflues* dos *masculorum concubitores*”. São Bernardo teme que a desvalorização do casamento acarrete o progresso da masturbação e da homossexualidade (masculina). (ARIÈS, 1987b, p. 168)

Durante o século V, o casamento se apresentará como prática que mereceria mais atenção por parte da Igreja, quando da influência da cultura germana que traz consigo a relação de posse e herança atribuída e distribuída através dos enlaces conjugais. A partir daí a Igreja passa a desenvolver uma literatura própria sobre o tema do casamento, estipulando suas obrigações, meios e fins. Pode-se afirmar que a Igreja estimulará tribunais e juristas preocupados com a forma, com os atos que prescrevem o casamento. Assim, mesmo que por motivos patrimoniais, o casamento ganhava relevância como prática e conduta entre os aristocratas, se difundindo entre os nobres. Para a Igreja tal ação moldava uma espécie de controle social, pois na base da constituição familiar, dominava as normas e preceitos

prescritos por seu poder. No entanto, nesse período o próprio Estado ampliava a sua atuação dentro desse processo.¹²¹

Na continuidade do século VI até o século IX a Igreja, apesar de estipular as suas regras, ainda guardava distância no ritual do casamento. Preocupada mais com os atos da vida conjugal, elaborava uma série de regras e normas a ser seguida dentro do casamento, considerado ainda desprezível. A Igreja apenas vigiava e controlava o casamento para que esse não se perdesse em ações viciosas e libertinas. A concupiscência ainda era o maior crime do casamento. Este continuava sendo considerado como remédio para controlar a impudência, os excessos da vida na alcova.¹²²

O interessante de se percorrer este caminho controverso é a percepção de que o casamento tem uma história conflituosa até ser elevado à categoria de sacramento e, como tal, decorrente do divino e da autorização dele dada somente aos padres para realizá-lo. Além disso, a percepção de que a Igreja se apropriará do casamento como forma de controle e poder dentro da sociedade, na busca de fazer perpetuar um modelo de reprodução desse social de seu interesse. Quando dos debates por ocasião do decreto do casamento civil, a força discursiva desempenhada nos jornais pela Igreja Católica será exatamente a de ocultar este processo, dando a entender que sempre possuíra o monopólio das cerimônias de casamento. E esta força discursiva será usada também com o desejo de se manter no controle da organização, reprodução e legitimação da sociedade.¹²³

Data, pois, do século IX a guinada que resultará na proximidade entre a Igreja e o casamento, pois ela vê aí a possibilidade do controle sobre a aristocracia. Esse século também é considerado como aquele no qual a Igreja iniciará a sua marcha para o seu apogeu no século

¹²¹ Cf. Vainfas. *op. cit.*, 1992.

¹²² Havia de algum modo um calendário que regulava a vida conjugal, Flandrin, (1987, p.142) esclarece: “Eram impróprios para a cópula todos os dias de jejum e de festa; os dias de impureza da esposa, a saber, cada mês, o tempo de suas regras, e a quarentena de dias após o parto; finalmente, os períodos de gravidez e de aleitamento.”. Esse “calendário” não era fixo, pelo contrário, era modificado em acordo as estipulações que a Igreja inventariava.

XII e XIII. Um de seus princípios nessa marcha será o controle sobre os casamentos, o que resultará de imediato na sua própria responsabilidade com a sua publicidade, com os proclamas, pois era na publicidade que se amparava o reconhecimento do casamento. A única que tem direito de unir e separar é a Igreja.¹²⁴ Porém, neste período a prática do concubinato não havia arrefecido. Para contornar a situação a Igreja instituiu para controlar as relações entre os nobres o que se poderia chamar de “verdadeiro casamento”, o *Muntehe*, que estabelecia os laços entre as famílias da nobreza. O rito que consistia no pedido de casamento, na *desponsatio*, também chamado de *pactum conjugale*, o que seria talvez hoje o noivado. Tal cerimônia se realizava na casa da futura esposa, na qual os parentes do noivo se reuniam acompanhados de algumas testemunhas. Além do pai transferir a tutela da moça para a família do pretendente, este retribuía, num sinal de contrato, a *donatio puellae*. A partir daquele instante a mulher era patrimônio da família de seu futuro esposo, assim se selava a união entre as casas.¹²⁵

O ritual tinha a sua continuidade na casa do noivo após a efetiva *desponsatio*, consistindo de uma festa ao redor do leito do casal, as testemunhas e o pai se reuniam ao redor dela. Despídos, à vista de todos, eles provavam a sua intenção na união carnal, e na procriação. A mulher deveria permanecer fiel e submissa de modo que o adultério podia resultar na sua expulsão e mesmo na sua morte. A fertilidade era o ponto crucial dessa conjugalidade, pois caso a mulher se revelasse estéril também poderia ser abandonada ou repudiada. O casamento tinha como função a procriação, a continuidade de uma linhagem, de

¹²³ Estas questões serão desenvolvidas na segunda parte deste trabalho.

¹²⁴ Para maiores informações cf., o trabalho de Phillipe Áries (1987b), *op.cit.*

¹²⁵ G. Duby, informa que havia outro tipo de conjugalidade, este de outra categoria, diz ele: “Conhecemos mal o direito matrimonial franco. Sabemos pelo menos que ele reconhecia abaixo da *Muntehe*, equivalente do ‘casamento legítimo’ romano, e bastante acima da simples ligação, a *Friedlehe*. Utilizava-se esta conjugalidade de segunda classe para disciplinar a atividade sexual dos rapazes, sem não obstante hipotecar definitivamente o destino da ‘honra’. Com efeito, tais agregados nasciam herdeiros menos seguros que os rebentos dos casais legítimos; se acontecia ao pai deles contrair uma aliança de categoria superior, os filhos do segundo matrimônio despojavam os do primeiro. Menos firme, a união ajustada desta maneira era freqüentemente temporária. Oficial, no entanto, ritualmente concluída: o Morgengabe, preço da virgindade, liquidado na manhã da noite de núpcias,

uma estirpe ou da nobreza familiar. Porém, o casamento não era desejado para todos, os filhos mais novos, eram destinados a entrarem na vida monástica, enquanto o mais velho era normalmente beneficiado, pois herdava as posses e tinha ele a responsabilidade de dar continuidade à linhagem. Os clérigos tinham como função arquivar, estabelecer as genealogias, fixando-as para a posteridade, os parentescos e as casas que se uniam. O casamento passa a ser considerado pela consangüinidade. E a instituição matrimonial ganha fôlego, adquirindo um status que até então não se pensava poder adquirir. O casamento passa a organizar as relações de parentesco, as linhagens, antepassados, filhos, herdeiros, passa a fundar as relações da sociedade no seu todo:

Necessariamente ostensivo, público, cerimonioso, rodeado de um pululamento de gestos e de fórmulas, o casamento, no seio do sistema de valores, situa-se na junção do material e do espiritual. Através dele, a transmissão das riquezas de geração em geração acha-se regularizada; ele sustenta por conseguinte as “infra-estruturas”; não é dissociável delas – e isto leva a que o papel da instituição matrimonial varie consoante o lugar ocupado pela herança nas relações de produção, a que ele não seja tão-pouco o mesmo a todos os níveis da hierarquia das fortunas, a que, no extremo limite, ele já não exista para o escravo ou o proletário, os quais, não possuindo patrimônio, naturalmente se acasalam mas não se casam. No entanto, visto o casamento ordenar a atividade sexual – ou melhor, a parte procriativa da sexualidade –, ele inscreve-se também no domínio misterioso, tenebroso, das forças vitais, das pulsões, ou seja, do sagrado. A codificação que o rege depende por consequência de duas ordens, a profana e, digamos assim, a religiosa. Habitualmente, os dois sistemas de regulação ajustam-se um ao outro e apóiam-se mutuamente. Mas há momentos em que eles cessam de se acordar. Esta discordância temporária determina que as práticas matrimoniais se modifiquem, evoluam para um novo equilíbrio. (DUBY, 1988. p.19)

Segundo o próprio Duby, será o período carolíngio importante para se entender essa relação, pois a efervescência desse século, IX e X, reabilitará os textos da Patrística. A reorganização social estabelecida pelo vínculo entre o poder temporal e o poder espiritual favorecerá essas novas tentativas de se tentar reabilitar o casamento. Os padres continuam a ler e repetir seus textos antigos, porém abrem certas prerrogativas, acentuam outros trechos, procuram no casamento as suas qualidades. Não mais se apegando à sua aversão ao

constituía o seu sinal público. A rapariga fora mais emprestada do que dada. Mas a sua parentela emprestara-a solenemente, por contrato, por livre decisão, na paz.” (DUBY, 1988, p.33)

matrimônio, tentam e se “empenham em moralizar o casamento”, e nele fincar as novas diretrizes para a constituição da virtude.¹²⁶ Daí se originariam três preceitos reguladores do casamento: a monogamia, a exogamia e a repressão do prazer. Mesmo com todo o esforço, ainda se mantém o casamento atrelado à idéia de remédio, de cura, de prática “medicinal” contra a luxúria.

George Duby, em *O Cavaleiro, a mulher e o Padre* e Philippe Ariès, em *O casamento indissolúvel*, acentuam a importância de um texto do século IX de Hincmar, arcebispo de Reims, que denota bem como era feita a nova abordagem sobre o casamento, onde se estipula os caminhos a serem seguidos para a realização dele: o vínculo entre pessoas livres é legítimo (*est vera*); as núpcias devem ser públicas (*publiciis nuptiis*), assim como a fusão sexual de ambos deve ser honesta (*honestata sexuum commixtione*); deve ter o consentimento do pai e deve ser provido de dote. A partir de Hincmar se desenvolverá uns dos pontos mais caros à consagração do casamento, que o torna essencialmente religioso, espiritual, não pertencente ao mundo temporal:¹²⁷ o casamento passa a pertencer ao léxico do sagrado, a união dos sexos torna-se *mysterium*, sacramento do Cristo e da Igreja.¹²⁸

Porém, paradoxalmente, Hincmar acaba por não defender apenas a Igreja, pois quando diz que o casamento se estabelece segundo as “leis do mundo” e em ajuste com os costumes do homem, ele reforça também o poder temporal. Segundo Duby, o arcebispo entende o casamento como uma instituição social derivada da lei natural, uma associação onde os participantes são desiguais. Nessa relação Hincmar defende a supremacia do homem sobre a mulher - o homem comanda e submete a mulher, surgindo daí, segundo ele, o equilíbrio.

¹²⁶ Cf. Duby, *op.cit.*, p.25.

¹²⁷ O casamento civil, que se dará no século XIX, vai contrariar ou mesmo passar por cima dessa questão religiosa, o que com certeza inflamou ainda mais os debates entre a Igreja e o Estado nesse período.

¹²⁸ Cf., P. Ariès, *O casamento indissolúvel*, p. 169. Ver bibliografia.

Para Duby é essa argumentação “impregnada de reminiscências romanas” que colocou o casamento na alçada da “jurisdição civil”¹²⁹. Aí não se indica qualquer tipo de liturgia, qualquer rito que torne o casamento algo costurado pela fé cristã. Quando Hincmar avança para a questão do *mysterium*, ele pouco diz, pouco pode fazer frente ao imenso peso da tradição que ainda aloca ao casamento interdições. O que permanece é a ambivalência e a hesitação frente à sacralização do casamento, não permitindo a sua assimilação, destarte as necessidades do mundo temporal se imponham cada vez mais, obrigando a Igreja a enveredar por esse caminho sem volta:

Na França carolíngia, a instituição matrimonial mantinha-se de fato relegada para as margens da sacralidade. No entanto, como ela formava o esteio basilar da paz pública e como as estruturas do Estado associavam intimamente os bispos à manutenção desta paz, os dirigentes da igreja foram levados a preocupar-se mais com ela do que haviam se preocupado os seus predecessores, e a tratá-la melhor, com menos repugnância. Preparada pela sacralização da realeza, ou seja, do poder de ordenar a sociedade terrenal, a lenta, a mui progressiva sacralização do casamento teve neste momento o seu arranque. O invólucro ritual permanecia de todo em todo profano, mas começou a infiltrar-se nele uma moral. (DUBY, 1988, p, 29)

Essa ambivalência era de algum modo articulada e interpretada de acordo com a conveniência e a necessidade histórica. Duby analisa essa questão com grande apuro, apontando como a intromissão do poder temporal acabará por influenciar as decisões da Igreja acerca da prática do casamento. No decorrer dos séculos a Igreja interviu cada vez mais no casamento, tentando controlá-lo, aproximando-o do modelo sacramental que então estava sendo formulado. E para efetivar as suas sanções, não lograva deixar de usar a força e até a excomunhão.

Um dos principais pontos por ela defendido era a da indissolubilidade do casamento, bem como a da severa negação quando comprovado parentesco próximo. Áries, citando São Bernardo, demonstra o grau de refinamento que chegara as reflexões sobre o casamento, pois no traço da indissolubilidade se instaura a idéia de sagrado que tornará o casamento uma

¹²⁹ Cf., *op. cit.*, p. 28.

instituição por excelência pertencente à Igreja, e a nenhuma outra. Ariès (1987b, p. 170) diz: “São Bernardo declara, com sua maneira sem rodeios, que a consangüinidade é um problema humano, da carne e a indissolubilidade um problema de Deus. Desde que um casamento foi regulamente consentido (o *consensus* é obrigatório), torna-se único e indissolúvel”.

Segundo ele é, no Concílio de Latrão (1215), que se reduziu a proibição ao matrimônio por parentesco, e em contrapartida a *stabilitas* ganhou posição dentro do corpo doutrinal. A Igreja reservará a esta um cunho sagrado e especial e, por lógica, o próprio matrimônio, o que estaria em acordo com o argumento de Paulo: “*erunt duo in carne una*”. Porém isso não significa que o casamento, tal como prescrevia a Igreja, passou a ser aceito de qualquer modo. Ao contrário, a Igreja passou a exercer um forte poder, pois era ela agora que ministrava e sacralizava o casamento, unia ou podia separar as coroas e os reinos. Assim, se substituíu pouco a pouco o modelo leigo. E nenhum príncipe ousou enfrentá-la, isso num período onde ainda não se havia assentado de todo o que a Igreja entendia por casamento. Ainda que havendo essa mobilidade interpretativa dentro de seu discurso, a Igreja foi lenta, mas peremptoriamente, impondo a aceitação do casamento pelo traço de sua publicidade e indissolubilidade:

A sacramentalização do matrimônio triunfou nos séculos XII e XIII e, já o dissemos, com grande dificuldade. Dificuldade posta, antes de tudo, por setores do clero apegados à tradição hostil ao casamento e, por conseguinte, à intervenção sagrada em domínio tão profano. Além de combater os rigoristas do ascetismo que se opunham à sacramentalização do matrimônio, a Igreja teve de enfrentar a resistência dos “nicolaístas” – segmento do clero hostil ao celibato eclesiástico. E, se os adversários do casamento obstaculizavam a sujeição dos nobres ao poder pontifício, os “nicolaístas”, por sua vez, entravavam, notavelmente, a “purificação” do corpo eclesiástico. A reforma gregoriana, projeto de construção da supremacia eclesiástica no Ocidente (séculos XI – XIII), possuía, na estratégia matrimonial, um dos seus maiores pontos de apoio. E dela constava o reconhecimento e a benção do matrimônio *para os leigos* e a supressão absoluta do casamento de padres. Era esta uma fórmula de compromisso com a doutrina – particularmente com a moral apostólica e o seu ideal de castidade – e, também, um instrumento de poder, na medida em que transferia o matrimônio para a chancela da Igreja. Era esta, ainda, uma fórmula capaz de representar, no plano simbólico, a superioridade do clero no “mundo de Deus”. A moral cristã era também um discurso político que articulava valores opostos e complementares tais como espiritual-temporal, virgindade-casamento, homem-mulher, etc. O binômio clero/leigo, fundamental nessa cadeia discursiva, pois justificava o poder do corpo eclesiástico sobre o mundo cristão, não podia prescindir do celibato dos padres. Ao clero, homens do mundo espiritual,

deveria caber a castidade e o poder. Aos leigos, homens do mundo profano, caberia o matrimônio e a obediência. A rigor, a luta contra o concubinato, tentada em diversos concílios dos séculos XI ao XIII, visou nem tanto os leigos, mas sobretudo o casamento dos padres. O triunfo do celibato eclesiástico no século XIII foi assim, um capítulo essencial na construção do poder da Igreja no Ocidente medieval. (VAINFAS, 1992, p.34-35)

Essa é a grande consequência que irá fundamentar os séculos posteriores na prática da fé cristã. O casamento será legitimado, porém, vê-se que no seu entremeio o problema do desejo e da carne serão sempre retomados. O cânon, o peso da tradição golpeava cada tentativa de mudança, a obrigação ainda é repetir os velhos lemas, os antigos padres, os antigos princípios. Nas discussões acerca do casamento, a problemática variava entre a castidade em si ou a preocupação com os prazeres corporais que derivariam de uma aceitação do casamento. E depois, sobre o prazer no casamento e fora do casamento.

Esse percurso de rejeição e aceitação do casamento pela Igreja Católica será decisivo para o estabelecimento do modelo cristão de família veiculado. A moral católica, sem perder de vista o ascetismo, irá transferir este preceito para dentro do casamento e, portanto, para dentro das famílias. O casamento é um ato sagrado, indissolúvel e deve constituir famílias indissolúveis e ascéticas, com fins procriativos e pautadas na submissão feminina. Porém, este modelo de família será agressivamente posto em discussão quando da chegada das idéias liberais e positivistas e da República após a segunda metade do século XIX. Este momento veio como um torvelinho, pondo ao largo toda a tradição a partir do suporte na razão – razão que liberta, razão que ensina, que civiliza, que cria e revela um novo mundo.

O desmonte do poder da Igreja sobre o casamento lançará um choque sobre sua posição na organização das sociedades. Vale para o Maranhão esta afirmativa, onde a Igreja sempre exerceu muito domínio, estando entrelaçada com a estrutura econômico-social colonial e escravista, fato que intensificará ainda mais a oposição dos positivistas sobre ela, acusando-a de entravar o progresso no local. Assim, se a verdade válida para a maioria dos homens do limiar do século XX é que o casamento se realiza sob a custódia dos padres, com a

chegada da República e seus princípios ideológicos que resultam no decreto do casamento civil, se reanima as relações de forças que, quiçá, provocará um deslocamento dela. No Tomo III, o Brasil Republicano, do livro *História da Civilização Brasileira*, a situação da Igreja é narrada assim:

Com o advento da República, as oligarquias dependentes nascidas da nova articulação com o capitalismo tanto no campo, como nos setores financeiros e comerciais, impõem sua hegemonia. As antigas oligarquias perdem muito do seu poder e tornam-se subordinadas neste novo processo. [...] A Igreja perde por toda parte seu poder, baseado antes numa delegação implícita aos senhores de escravos que impunham à sua escravatura a religião católica fazendo-a batizar e participar, vez por outra, da missa e das festas religiosas. As elites afastam-se rapidamente da Igreja, encontrando no liberalismo, no protestantismo e no positivismo o substituto para a visão de mundo proposta pelo catolicismo. [...] A Igreja não é mais vista como fonte possível de legitimação de poder do Estado, mas <como força política contrária aos interesses do Estado e da sociedade... > [...] É neste contexto, enfraquecida ideologicamente e nos seus apoios tradicionais, que a Igreja no Brasil não tem condições de negociar uma posição de força, um novo pacto com o Estado Republicano que se instala a 15 de novembro de 1889. A iniciativa está com o Estado que impõe pelo decreto de 7 de janeiro de 1890 a separação entre a Igreja e o Estado. Para a Igreja, tratada durante quase quatrocentos anos como parte da estrutura do Estado e instância geradora de valores tanto do Estado como da sociedade, foi um tremendo choque a separação imposta pelo Estado e a sua exclusão da ordem pública e social. (FAUSTO, 1984, p. 277).

Esta situação enfraquecida da Igreja Católica também pode ser vista pela publicação da carta pastoral, em 1916, pelo recém-nomeado arcebispo de Recife e de Olinda, Dom Sebastião Leme, que segundo se diz, marcou um novo período na história da Igreja. Nela o arcebispo chamava atenção para a fragilidade da Igreja institucional, as deficiências das práticas religiosas populares, a falta de padres, o estado precário da educação religiosa, a ausência de intelectuais católicos, a limitada influência política da Igreja e sua depauperada situação financeira. Dom Sebastião argumentava que o Brasil era uma nação católica e que a Igreja deveria tirar proveito desse fato e marcar uma presença muito mais forte na sociedade. Segundo ele, a Igreja precisava cristianizar as principais instituições, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos

ortodoxos.¹³⁰ Nesse sentido, se há uma proposta de trabalho para reerguer as forças, podemos entender que se trata, de alguma forma, de um abalo, ainda que isso não signifique o total deslocamento do poder da Igreja.¹³¹ A resistência inicial da população, que incitada por ela, estava apreensiva com o casamento civil é um exemplo de que a Igreja, ainda tinha forças. Mas, pelo menos institucionalmente, este poder sofre um grande impacto.¹³²

6. JUÍZES DE PAZ E PADRES: DEBATES JORNALISTICOS NA DÉCADA DE 1890 ACERCA DO CASAMENTO CIVIL

As ações ultramontanas na década de 70 irão mobilizar a imprensa maranhense. O decreto da infalibilidade papal e a Questão religiosa fizeram estourar na imprensa debates que se estenderiam, com variação de temperatura, até a década de 90. A partir de então, o que ia acontecendo aquecia ou esfriava os debates.

¹³⁰ Leme, *Carta Pastoral a Olinda*. Sobre este assunto ver ainda os trabalhos que tratam da Igreja Católica no Brasil, como por exemplo, Scott Mmainwaring, *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. Ver bibliografia.

¹³¹ As medidas do governo provisório inspirados no liberalismo e no positivismo vão acabar inserindo elementos de relações modernas e burguesas entre os membros da família, o que provoca paulatinamente uma transformação dos sentimentos da população. Sobre isso a leitura de Gilberto Freyre em *Ordem e Progresso*. Ver bibliografia.

¹³² Mas ainda que chocada, a Igreja não vai deixar de procurar suas relações e até incorporar algumas exigências da nova ordem para inclusive, legitimar-se. O trabalho de Emanuela Sousa Ribeiro (ver bibliografia) é um dos que se preocupam com as relações de proximidade da Igreja com Modernidade no Maranhão. Embora ela constata que historiograficamente se costuma valorizar as relações contrárias entre ambas, ela desenha as manobras desta instituição para se adequar às exigências da nova ordem, encontrando na idéia de disciplinamento da sociedade civil seu ponto forte. Cf. *op.cit*, 2003.

A chegada de um novo bispo no Maranhão, em junho de 1878, foi um dos pontos que inflamou os debates pelas ações que ele movera de imediato, no sentido de moralizar a Igreja e devolver a credibilidade que lhe foi tirada pelas muitas acusações feitas ao seu desempenho na sociedade. Desde a sua chegada, Dom Antônio Cândido de Alvarenga atacara o relaxamento dos costumes do clero maranhense e mandou vir de Belém o cônego João Tolentino Guedelha Mourão a quem confiou o cargo de vigário geral e diretor do seminário. Mourão havia sido um dos padres mais ativos durante conflito religioso em Belém e iria tornar-se o alvo dos anticlericais de São Luís. O bispo sentia que era preciso tomar medidas enérgicas. Numerosos padres foram sancionados por sua vida dissoluta, outros foram transferidos. Estas medidas disciplinares foram consideradas pouco suficientes. Tornou-se necessário relançar a propaganda religiosa e elevar o nível de consciência dos padres e dos fiéis. Para isto, o bispo lançou um semanário chamado *Civilização – órgão de interesses católicos*, em 4 de agosto de 1880, que será um dos principais adversários do nosso jornal *Pacotilha*. Com a fundação deste jornal, São Luís viveu, então, sobre uma polêmica jornalística muito intensa a partir das oposições entre liberalismo e ultramontanismo.¹³³

A apresentação, em fevereiro de 1879, de um projeto de lei sobre o casamento civil, elaborado por Saldanha Marinho foi reproduzido em vários jornais e apoiado pelos positivistas e liberais maranhenses. Os problemas do divórcio, da separação da Igreja e do

¹³³ Os primeiros animadores do jornal católico foram os cônegos Mourão e Osório Ataíde Cruz, o padre Fonseca e o doutor Antônio Santos Jacinto. Numa primeira fase dedicaram-se a reanimar a fé, mas também a combater aqueles que questionavam o papel da Igreja no Brasil. Os defensores dos princípios do catolicismo e da Igreja tinham uma enorme tarefa a cumprir. Sua missão começou a complicar com a aparição a 10 de setembro do jornal *O Pensador*, redigido por um grupo de jovens positivistas e financiado em parte por lojas maçônicas. Tão importante nestes debates em virtude da colaboração que recebia, será o jornal *Pacotilha*. *O Pensador* era bastante agressivo e tinha como principais alvos o obscurantismo da Igreja, a ignorância, o dogmatismo e o fanatismo dos padres católicos. As crônicas desse periódico, em geral escritas por Aluísio Azevedo, mostravam a preocupação do autor com a influência da Igreja na vida da mulher maranhense e o seu impacto na organização da família. Aluísio sempre associava todos os defeitos da mulher maranhense a uma educação viciada, ignóbil e que não preparava a mulher para sua real função, que era de tutora dos filhos e administradora do lar. Desse modo, no momento que não educava bem os filhos, corroborava com o fracasso da sociedade. Em algumas crônicas ele descrevia de forma dura a mulher maranhense como um ser supersticioso, imbecil, feio e cheio de vícios. Este jornal era publicado por um grupo de jovens positivistas, dentre os quais faziam parte Artur Jansen Tavares, Artur Pereira, Eduardo Ribeiro, Paula Duarte e Antonio Machado, sob a direção de Manuel de Bettencourt. (MÉRIAN, 1988).

Estado, da secularização dos cemitérios, o estatuto da família e o papel da mulher também foram freqüentemente abordados. Além de elementos relativos às leis da Igreja, de seu papel na organização social do Brasil, seus próprios princípios fundamentais eram questionados constantemente pelos positivistas e liberais nos jornais. A tônica das rivalidades era a mesma válida para todo o país.

Convém destacar a preocupação que os positivistas e liberais mostraram com a família católica. Para estes, o casamento era considerado o alicerce da organização social, que intermediava a sociedade e o Estado. Os positivistas sugeriam a educação positivista baseada na preparação física e intelectual da mulher, principalmente, para desempenhar bem seu papel de mãe e gestora do lar, como único meio de purgar os males trazidos pela religião e tornar a sociedade melhor. Logo, a educação religiosa traz os males à sociedade e à família, especialmente pela dupla julgada excessivamente próxima e perniciosa: a relação mulher-Igreja.¹³⁴

Com a especificidade do contexto sócio-econômico de São Luís, que vivia um progressivo estágio de *débâcle* econômica a partir de meados do século XIX, os males da sociedade ludovicense passaram a ser atribuídos também à Igreja e a sua influência sobre a educação, em especial da mulher como organizadora do lar. Isso porque, no século XIX, a presença das mulheres da elite nos templos se tornou algo mais constante, principalmente pelo fato de que era uma forma destas escaparem do estado de clausura que o ambiente patriarcal as impelia, além do fato do ambiente urbano propiciar mais lugares de convívio e

¹³⁴ De acordo com essas concepções, a mulher deveria ficar restrita ao espaço privado e dedicar-se a sua função de administradora do lar e educadora dos filhos, enquanto que o sustento da família caberia ao marido. Para desenvolverem bem seus papéis, deveriam receber alguns conhecimentos básicos, sobretudo as chamadas prendas domésticas, tais como: costurar, bordar, fazer renda, tocar piano, violino, canto, dentre outras. As mulheres deveriam educar seus filhos nos princípios da moral e do civismo tendo por base a história. Nesse sentido, sendo o casamento para os liberais a base para uma sociedade sadia e virtuosa, era necessário que o Estado tomasse para si sua constituição, imprimindo a ideologia do progresso e do bem-estar dentro dele. Nada seria, então, mais grave que a atuação e a educação religiosa sobre este enlace fundamental. Estas afirmações serão levadas a efeito pelos positivistas maranhenses, que se lançaram na proposta de retirar a influência da Igreja Católica na sociedade. (ISMÉRIO, 1995).

possibilidades de sociabilidade. Assim, as idéias liberais e positivistas irão combater o modelo de família católica via, principalmente, a situação do feminino.

É por ser um elo entre a sociedade e o Estado que os positivistas irão se voltar para a instituição da família, pois uma nação são parte da saúde de sua célula base menor. Os partidários do liberalismo não compreendiam este escalonamento da mesma forma, mas devotavam a essa instituição um lugar de destaque para empreender as relações modernas exigidas pela nova atmosfera histórica e era preciso então livrar a família do obscurantismo católico para que isso se efetivasse, uma vez que a Igreja também será associada ao ‘atraso’ da civilização.

Naturalmente essas visões dos jornalistas maranhenses estavam associadas às várias idéias novas que comentamos ao longo do texto e reverberavam em propostas modernizadoras para organizar a sociedade, orientadas pelo binômio família/cidade quando da proclamação da República. E por ambas concordarem que era preciso reorganizar a nação para viver o progresso e a civilização, independente das diferenças que estes conceitos, a longo prazo, podiam representar, as duas doutrinas vão comungar do ideal de republicanismo vivido no Brasil, trazendo um como lastro de seus argumentos essas novas idéias européias. Positivistas ou liberais, ambos eram republicanos.¹³⁵ Segundo Rosa Araújo (1993, p. 15),

A filosofia republicana frustrou inicialmente as expectativas de liberdade e igualdade da população da capital, perceptíveis no plano de atitudes e sentimentos. A República pôs em prática um projeto político disposto a redefinir a ordem social com base nas idéias-chaves do progresso e disciplina. [...] O programa político republicano, dada a influência da doutrina positivista, concentrou suas atenções no binômio família/cidade, base da proposta de estruturação do Estado nacional onde o conceito de pátria se baseava na família, sendo a cidade vista como prolongamento desta.

Nesse sentido, uma aliança foi forjada a despeito das diferenças entre os ideais de liberalismo e positivismo em prol da República. E isto se traduz em nossa pesquisa na atuação dos

¹³⁵ Nas palavras de Nicolau Sevcenko (2003, p. 97): “Toda essa elite europeizada esteve envolvida e foi diretamente responsável pelos fatos que mudaram o cenário político, econômico e social brasileiro: eram todos abolicionistas, todos liberais democratas e praticamente todos republicanos”.

jornalistas. Liberais que partilhavam de valores científicos e positivistas que defendiam a liberdade de consciência como valor absoluto, liberais que não viam problemas em reprimir essa mesma liberdade para a construção de uma nação ideal. O que era comum a eles, então, era o republicanismo como forma de governo capaz de inserir a cidade e o Brasil no mundo moderno; e por isso estavam ligados, em maior ou menor grau por outro elo: o anticlericalismo, visto como entrave para se alcançar o progresso.

Os debates se davam então entre duas propostas para organização da sociedade distintas e extremas: uma *conservadora* representada pela Igreja e uma *modernizadora*, proposta pelos intelectuais republicanos, ambas atreladas à dicotomia atraso/progresso, e vendo na instituição da família a base para implementá-las. A partir disso também queremos esclarecer o uso dos termos positivistas, liberais e republicanos para qualificar os jornais ou os jornalistas como aparentemente equivalentes. Daqui em diante, procuraremos tratá-los como republicanos, para fazer referência à dupla modernizador/conservador. Também é preciso reforçar que trabalhamos com jornais republicanos e é a partir deles e do que publicam a respeito dos debates que percebemos a reação da Igreja.

Em contrapartida a esse cenário e buscando manter o monopólio sobre a instituição familiar, a Igreja Católica em São Luís empreende uma série de ações na tentativa de frear esses reveses, todas elas informadas pela doutrina do ultramontanismo, dentre elas: a preocupação com a formação de seus quadros; a abertura de prelazias a fim de aumentar o alcance das freguesias; a consolidação dos sacramentos; a campanha contra o casamento civil considerado como mancebia. Para esta campanha, a idéia foi criar jornais eclesiásticos e manter um debate contra aqueles que lhe dirigiam tal ameaça. Tal como a proposta modernizadora, estas atitudes têm que ser entendidas dentro do contexto da luta pela instituição da família para manutenção de seu controle frente às tentativas de secularização do Estado por parte desses setores liberais.

O casamento civil, e os debates que ele provocou, foi nosso foco para perceber estes elementos. Ironicamente, nestes debates, ver-se-á a retomada de elementos discutidos no período em que a Igreja Católica se organizava internamente dentro dos preceitos cristãos. Porém, se antes o objetivo era a afirmação interna da questão do matrimônio, agora é fora do catolicismo e para fora dele que se discute e se arrasta, não sem resistência, a legitimação do casamento. Quando dos debates nos jornais do final do século XIX, o modelo católico será reafirmado frente ao modelo de família liberal proposto pelos positivistas, liberais e republicanos, os quais a Igreja considera imoral. Pois o casamento civil insere um desregramento e, portanto, uma deterioração dos valores da sociedade como um todo, abrindo possibilidades de romper, por exemplo, com os laços de indissolubilidade tão caros à Igreja.

Nesse sentido, o casamento religioso carrega consigo a carga do poder da Igreja Católica e o casamento civil encarna o peso de todo este processo da chegada da Razão, envolto pelas idéias europeizadas. Se o primeiro é indicativo do mundo católico, pelo segundo se pode entrever todo esse processo histórico que reclama o abandono da construção do discurso feito pela Igreja acerca do casamento ao longo de sua história. O casamento civil encarna esta laicização ocorrida e apresenta a quebra de certos pontos em seu poder.

Após os debates na década de 70 e 80 entre a Igreja Católica e os republicanos nos jornais, o conflito que até então era sobre propostas e proposições, se torna um conflito por um acontecimento real, com vencedores. A República é proclamada em 15 de novembro de 1889 e a Igreja se vê colocada à margem do poder. No aspecto da família, ela perderá o monopólio da formação desta pelo casamento, pois é decretado o casamento civil. No entanto, ela não se dará por vencida e enfrentará uma propaganda junto à população para desmoralizar a República. Não só isso. O jornal católico que havia sido fundado no início dessa década servirá agora de ponto de debate para conseguir seus objetivos de recuperação do poder.

Estas estratégias de reação da Igreja estão respaldadas na doutrina do ultramontanismo, cujas propostas de ação para renovação da Igreja no Brasil, como vimos no capítulo anterior, envolvem a criação de jornais empenhados em defender os valores do catolicismo, sua atuação na sociedade, sua interferência, enfim, na formação da família. Até então, os casamentos religiosos tinham efeitos civis, mas quando se passou a admitir a liberdade de culto, este ato logo passou a ser regulado pelo Estado. Desta data do decreto em diante, passado o *vacation legis* só seriam considerados válidos os casamentos celebrados de acordo com suas disposições, e o casamento religioso perderia seus efeitos civis.

Ainda na série de artigos sobre *A República* do jornal *Pacotilha*, comentada no capítulo quarto, convém destacar, na folha do dia 5 de dezembro, o seguinte trecho publicado:

[...] O general vitorioso foi neste momento o verdadeiro <imperador> antigo. Cercou-se dos seus lugares tenentes e começou a faina governativa. O governo provisório era disparatadamente composto; havia de tudo, ligado apenas por um laço – a república, como se a república fosse por si mesmo uma organização. Bacharéis em direito, advogados, eruditos, professores, politicistas de profissão, militares, cada um com idéias, educação, costumes, princípios seus, próprios ou emprestados, mas diferentes uns dos outros [...]. Entretanto, trabalharam. Sim, trabalharam como nunca talvez se trabalhou no Brasil, ao menos em quantidade. Refundiram tudo, reformaram tudo, usaram-se de parte da segurança individual e de propriedade, abusaram do poder de que a revolução triunfante os investiu. Finanças, instrução pública, processo civil e processo criminal, legislação, jurisprudência, obras públicas, regime bancário e regime eleitoral, organização municipal e organização funerária, a bandeira, os selos, a moeda, o hino, o regime das terras, a colonização, os códigos, a organização militar, o funcionalismo público, a viação férrea, os telégrafos e os telefones, o enterro, o nascimento, o casamento, todos os atos da vida civil e da vida política do cidadão, o culto e a religião, as fórmulas dos ofícios e os sinetes das cartas, a arte, a caridade, os uniformes dos cargos militares, as fórmulas e tratamentos forenses, os passaportes, as justiças de paz, o juramento, tudo é por eles tocado, reformado, emendado, remendado, organizado, desorganizado, num afã colossal de trabalho, de refazer em poucos dias as instituições, as leis, os costumes, as praxes do país, num imoderado desejo da glória de reconstituir; nessas febres que alguns cézares sentiram de derrocar e incendiar cidades para reerguê-las de novo, segundo um plano ideal de eruditos, de neuróticos, de ambiciosos [...].

Ao ler esta notícia, a primeira impressão poderia ser relativa ao que se denomina “adesismo maciço que maculou a República” (SEVCENKO, 2003, p. 37), ocorrido nos dias imediatos à Proclamação. Ou então ao agrupamento de setores bastante diversos que impediam o movimento republicano de entrar em consenso quanto à natureza do novo regime.

Como vimos no capítulo quarto, à disposição dos brasileiros havia pelo menos três modelos de República agrupados em torno das figuras de Deodoro, Benjamim e Quintino Bocaiúva.

Mas independente da crítica que o escritor deste artigo no jornal possa ter pensado tecer; a despeito dos vários aspectos que muito se tem discutido sobre este período na historiografia brasileira acerca do embaçamento ou não do povo frente ao episódio, do caldeirão ideológico das idéias importadas quase todas na Europa e absorvidas aqui de modo bastante confuso, do enclausuramento das ideologias republicanas no círculo das elites; ainda que se diga de uma especificidade da “República” montada no Brasil e se queira desvendar seus pontos positivos e negativos; o que quer que as diferentes posições possam representar em opinião pessoal, grupal ou nacional, o fato é que a República nasceu. E nasceu, segundo este trecho, com o fôlego de tudo refazer. Se por um lado é discutível sua natureza e sua eficácia, por outro lado, diante desta leitura, é inegável que um caráter de ação ela assumiu. E se pensada na forma como interferiu na vida citadina, social e familiar do brasileiro, pode-se representá-la, sem exageros, como uma *avalanche* modernizadora. É deste fato ocorrido e da força das idéias que estavam sustentando o regime republicano que nos propomos a privilegiar agora uma de suas obras de construção: o decreto do casamento civil e o que dele vem a significar um novo modelo de família.

Proclamada, pois, a República no Brasil, logo se seguiu os projetos de separação entre a Igreja do Estado. O teor deste projeto era a completa “liberdade” que a recente República se baseava. Nos jornais republicanos esta separação aparece como “lei primordial da República” e deriva dela, como não podia deixar de ser, a lei do casamento civil, regulada pelo decreto 181 de 24 de janeiro de 1890, confirmado pela Constituição de 24 de fevereiro de 1891. No Brasil, a desenlace de toda igreja oficial apresentou-se como uma solução sistemática, baseada no princípio fundamental da separação dos dois poderes, temporal e espiritual. Tal

medida foi concebida como condição essencial da organização política peculiar às sociedades modernas e de aspiração liberal.

Nos jornais do período estava estampada a síntese do que se deveria fazer então para casar: o Juiz de Paz seria o responsável pelo enlace. Bastava ir até ele com alguns documentos, esperar a publicação de editais e, se nenhum impedimento aparecesse, casava-se. No jornal, em 16 de fevereiro de 1890 já estava publicado as exigências: além do juiz para presidir o ato, um oficial público concursado, se encarregaria do registro civil. Era necessária também a presença de testemunhas, ser o ato celebrado na casa das audiências, salvo casos excepcionais em que poderia ser na casa dos contraentes, a precedência de editais, convocando os interessados à oposição de impedimentos. Ocorreria a proibição do casamento entre pessoas ligadas por parentesco legítimo, natural ou a um ascendente ou descendente, até o 2º grau civil.

Dois dias antes desta publicação, no dia 14 de fevereiro, no jornal *Pacotilha*, aparece outra notícia publicada, intitulada *Lei sobre o casamento civil*, cuja primeira parte tratava das formalidades preliminares do casamento:

Art. 1º. As pessoas que pretenderem casar-se devem habilitar-se perante o oficial do registro civil, exibindo os seguintes documentos em forma que lhes dêem fé publica.

§1º. A certidão de idade de cada um dos contraentes ou prova que o substitua.

§2º. A declaração do estado e da residência de cada um deles, assim como a do estado e da residência de seus pais, ou do lugar em que morreram, se forem falecidos, ou a declaração de que não são conhecidos os mesmos pais, ou o seu estado e residência ou o lugar de seu falecimento.

§3º. A autorização das pessoas, de cujo consentimento dependerem os contraentes para casar-se se foram menores ou interditos.

§4º. A declaração de duas testemunhas maiores, parentes ou estranhos, que atestem conhecer ambos os contraentes e que não são parentes em grau proibido nem que os iniba de casar-se um com o outro.

§5º. A certidão de óbito do cônjuge falecido, se algum dos contraentes for viúvo.

Art. 2º. À vista dos documentos exigidos no artigo antecedente, exibido pelos contraentes, ou por seus procuradores, ou representantes legais, o oficial do registro redigirá um ato resumido em forma de edital, que será por ele publicado duas vezes, com o intervalo de sete dias de uma à outra e afixado em lugar ostensivo no edifício da repartição do registro, desde a primeira publicação até o quinto dia depois da segunda.

Art. 3º. Se, decorrido deste prazo, não tiver aparecido quem se oponha ao casamento dos contraentes e não lhe constar algum dos impedimentos que se pode declarar-se ex-officio, o oficial do registro certificará às partes que estão habilitadas para casar-se dentro dos dois meses seguintes àquele prazo.

Art. 4º. Se os contraentes residirem em circunscrições diversas, as formalidades prescritas pelos artigos anteriores deverão ser observadas em ambas, com a declaração da escolhida para a celebração do casamento, sempre que eles puderem fazer a escolha antes da designação do dia da mesma celebração.

Art. 5º. Além disso, se algum dos contraentes habitar há menos de um ano na circunscrição de sua residência atual, deverá justificar naquela, onde houver residido a maior parte do tempo deste último período que saiu dela sem impedimentos que o inibisse de casar-se ou, se tinha impedimentos, que este já deixou de existir.

Art. 6º. Os editais dos proclamas serão registrados no cartório do oficial que os tiver publicado e que deverá dar certidão deles a quem lhe pedir.

Na leitura desta notícia, um elemento parece se sobressair: a burocracia para a realização da cerimônia do casamento. Somando ao impacto da mudança radical na forma de se casar, parece ficar mais claro diante desta notícia a apreensão da população com a chegada do decreto, querendo a todo custo evitar os trâmites da lei, casando apressadamente antes que o decreto vigore de fato. A historiografia sobre família aponta a dificuldade do casamento religioso, o preço alto das cerimônias. Aponta também para um contingente significativo de pessoas que vivem à margem do casamento. Com o casamento civil, os mesmos problemas ocorrerão. Denúncias no jornal de que o oficial dos registros cobrava além da conta aparecem. Ou então notícias que devido essa burocracia, as pessoas acabam por casar só religiosamente. Quando casam.

Mas qual era a diferença nos efeitos sobre a família que este decreto impõe? Na realidade, o casamento civil introduz a interferência do Estado na regulamentação das famílias, inserindo nelas as relações civis entre seus membros. Antes, como dissemos, o casamento religioso era suficiente para isso. E ainda que o regime republicano inaugurado em 1889 só viesse a instituir um Código Civil em 1916, a lei do governo provisório alterou em alguns pontos o direito de família, mas não modificaram substancialmente os preceitos de origem canônica do Código Filipino de 1603. O homem era o representante legal da família, tendo tutela marital e o pátrio poder. A ele competia administrar os bens comuns e particulares da mulher, optar pela localização da moradia, autorizar o trabalho feminino, bem como consentir ou não que a mulher estabelecesse residência fora de casa. (ARAÚJO, 1993)

Estes efeitos da nova fórmula de casar estavam publicados no jornal *Pacotilha* em 23 de maio de 1890:

- a) constituir família legítima e legitimar os filhos anteriormente havidos de um dos contraentes com outro, salvo se um destes ao tempo do nascimento ou da concepção dos mesmos filhos, estiver casado com outra pessoa;
- b) investir o marido na representação legal da família e da administração dos bens comuns daqueles que, por contrato anti-nupcial, devem ser administrado por ele;
- c) investir o marido do direito de fixar domicílio da família, de autorizar a profissão da mulher e dirigir a educação dos filhos;
- d) conferir à mulher o direito de usar o nome da família do marido e gozar das suas honras e direitos, que pela legislação brasileira se possam comunicar com ela;
- e) obrigar o marido a sustentar e defender a mulher e os filhos;
- f) determinar os direitos e deveres recíprocos, na forma da legislação civil, entre o marido e a mulher e entre eles e os filhos. É o que dispõe o art. 56 desse importante decreto.

Tornando a união conjugal um contrato de modelo liberal burguês, uma das sensíveis mudanças é em relação aos filhos, que se tornam herdeiros naturais por lei, independente da vontade do pai. Aqui se pode vislumbrar o golpe que o casamento civil pode ter representado no poder discricionário dos patriarcas, visto que os filhos não dependeriam mais dos seus testamentos. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003; FREYRE, 2000b)

Os efeitos deste decreto também podem ser vistos quando não se casa civilmente e se quer reclamar direitos. No jornal *Pacotilha* aparece publicada, no dia 19 de julho de 1893, uma notícia extraída do *Diário de Santos*, sobre o caso de uma mulher que teve seus bens roubados pelo marido, não sendo ela casada civilmente:

[...] Ontem uma mulher apresentou-se à polícia queixando-se de que Antônio de tal, seu marido, com quem casara apenas religiosamente tinha se apoderado de uma certa quantia e comprara uma casa. Acontece agora que Antônio vendeu a casa e trata de preparar-se para ir passear à Europa, abandonando-a. Debaixo de copioso pranto ele dá a ouvir esta infeliz que diz estar disposta a matar o seu marido. O delegado aconselhou-a a tal não fazer e a procurar a autoridade competente para queixar-se, contra o furto somente, naturalmente.

Assim, não casar civilmente era perder todos os direitos que a lei válida, como também era viver em concubinato perante o Estado.

Na visão dos jornais republicanos, tratava-se de um importante decreto. Para eles era natural o Estado tomar para si a regulamentação das famílias por meio do contrato do

matrimônio, sendo esta instituição o vínculo social que impõe a moralidade. Assim, se o impacto do decreto poderia ser compreensível, logo se deveria deixar as mal fundadas apreensões e aplaudi-lo, pois este era um impacto necessário. No dia 24 de Maio de 1890, no jornal *Pacotilha*, encontramos um trecho de um artigo que reproduz o que os republicanos pensavam do casamento civil.

[...] Consectário da separação da Igreja e do Estado é ao mesmo tempo a nova instituição o reconhecimento da parte do poder civil da autoridade que lhe assiste para interferir na constituição da família, esse vínculo social de que emanam os mais acrisolados princípios de moralidade. Desfeita a união que fundia o Estado à Igreja e a Igreja ao Estado, urgia que o poder temporal que consentira na exclusiva competência do eclesiástico para regular e intervir nesta matéria, a chamasse a si e assumisse o papel que lhe compete, passando-a para a esfera civil. O que é o casamento em si, na sua substância, é questão já fartamente discutida, e si considerado tal como realmente é, entrava ou não na órbita secular decretá-lo, como se fez com o decreto de 24 de janeiro, é ponto sobre o qual não resta dúvida. O Governo Provisório cuja intuição política exata e correta cada dia mais se revela, deu ainda um testemunho de perfeita posse do reconhecimento do assinalado papel que incumbe o Estado nos governos livres, promulgando após a separação dos dois poderes, o decreto que hoje entra em execução e só é considerado válidos os casamentos feitos de acordo com este ato legislativo.

Porém, tanta mudança não fica sem controversas. Se a instituição do casamento civil foi uma das conseqüências dessa legislação que tomou conta do aparato político-jurídico republicano e o Estado fazia valer as novas medidas porque não exigi-la era afirmar a deficiência de uma legislação que ameaçava de destruição o direito em uma de suas origens mais fecundas e mais importantes, a Igreja não aceitou as novas medidas e provocou bastante barulho em protestos contra.

O clero maranhense recebeu muito mal a obrigação da cerimônia civil do casamento, sendo publicado no jornal *Pacotilha*, em 16 de março de 1890, uma notícia acerca da questão: “O órgão dos interesses católicos neste Estado deu publicidade ontem ao seguinte trecho de uma carta, que lhe foi dirigida por um vigário: ‘Os meus paroquianos recusam solenemente aceitar o casamento civil obrigatório e estão resolvidos a não cumprir o decreto’”.

Diante de tal posicionamento, os republicanos reagem. Para estes não somente era da alçada d Estado como era imprescindível que este decretasse o casamento civil. Não havia

mais religião oficial, não havia mais discriminação de crenças. Sendo o Estado liberal, cabia-lhe regular este ato tão importante que formava a família. Não só defendem o casamento civil, mas condenam a forma como a Igreja fala sobre a questão. Inaugura-se, então, com o decreto e com a não aceitação do clero, mais um longo período de discussões acaloradas, onde a Igreja clama a população para não abandoná-la diante de tal provação. Os sentimentos dos primeiros cristãos são postos nas páginas dos jornais e não são esquecidas as grandes dificuldades que este povo sofrido já passara nas mãos dos cézares romanos. Que liberdade é esta que lhes oprime, perguntam? Assim trata a Igreja as atitudes do Estado de tirar-lhe o lugar. Em 2 de julho de 1890, *Pacotilha* publica um artigo de defesa dos partidários católicos:

[...] Cassaram-lhes o direito, para que não possam falar em nome da lei; os abandonaram ou perseguiram, para que desanimem; aviltam-nos para que não tenham a justa ambição de reabilitar-se. E nem se pode opor o argumento da faculdade de votar: é uma burla verdadeira. Na verdade dizem: <Podeis votar, mas não podeis ser votados e serei eu quem fornecerei os candidatos!>. Chamar a isso liberdade é o cúmulo do sarcasmo cínico. É como o senhor que dissesse ao escravo: <És livre, mas farás somente o que eu mandar e o fruto de tua atividade será em meu proveito>. Perversidade vil, semelhante a do que à vista do faminto se deliciasse com os mais apetitosos manjares, e em presença de um homem em chamas se deitasse sorrindo em banho fresco. Esta não lembrou a perversidade dos cézares romanos? O eminente brasileiro, dr. Joaquim Nabuco, em seu recente manifesto aos pernambucanos, disse: < A liberdade uma vez confiscada não pode mais ser restituída íntegra, ainda mesmo que a aumentem.> É a palavra de um homem ilustrado, baseada no estudo criterioso dos fatos históricos, e a história do passado é o espelho do futuro. Unamo-nos, pois, todos os ameaçados, brandemos enquanto no-lo permitem; quando tentarem amordaçar-nos, reagamos; se não vencer-mos, ao cairmos esmagados exalaremos um gemido tão forte, tão profundo, que por sua vez esmagará os nossos algozes, como a avalanche desprendida dos Andes esmaga tudo que se lhe opor.

Naturalmente a Igreja Católica não poderia aceitar o decreto. Vimos anteriormente o esforço, as disputas, as concessões que a Igreja Católica passou para controlá-lo. Antes disso, a sua própria briga interna para aceitar o casamento como um dos importantes sacramentos. Transferi-lo para o poder do Estado era uma questão de difícil aceitação, cujo argumento mais comum era ser este ato divino, regulado e guardado por Deus, não sendo da alçada dos homens nenhuma interferência. Ao pronunciar a frase “*Ego conjugo vos*” (Sou eu que vos uno) não era na verdade o padre quem falava, mas o próprio Deus.

A atitude da Igreja de não aceitá-lo rende um longo debate nos jornais entre católicos e republicanos. Neles são discutidos o significado do decreto, que para o catolicismo, diferente de necessário e moderno, como diziam os republicanos, era intolerante, imoral e pernicioso.

Acusar de intolerância era devido ao fato de que, segundo os católicos, a sua consciência ficava reprimida, asfixiada. Até então a religião do Estado, a Igreja Católica agora seria obrigada a viver em igualdade com as demais religiões. Os republicanos defendem tal acusação e dizem não reprimir a consciência de ninguém. Sobre isso, no dia 05 de julho de 1891, no jornal *Pacotilha*, lê-se:

Não foi por caprichosa intolerância que a lei no Brasil, na França e em outros países estabeleceu a forma civil para casamento de seus súditos ou cidadãos que procurem fazer família, isto é, constituir um elemento da sociedade e da nacionalidade. A forma civil do casamento impor-se-ia aos países modernos pela sua própria organização, se não fosse obrigado pela necessidade de unificar a legislação em ato tão importante qual o da organização da família. É certo que em todos os povos e em todas as idades que precederam a nossa, o ato do casamento sempre se efetuou com cerimônias e com o rito da religião nacional, mas exatamente porque a religião era a nacionalidade e o sacerdote dos deuses acumulavam as funções de empregados civis. Ninguém então cogitava que uma mesma nação houvesse indivíduos de religiões diferentes. Pela mesma razão, o mesmo uso, ou antes, a mesma lei existiu nos povos cristãos medievais. Nessas agregações político-guerreiras e semi-bárbaras, nessas nacionalidades mal cimentadas pelo espírito civilizador do cristianismo, a Igreja era poder dominante na sua íntima aliança com que se chamava Estado e impunha soberana a unidade de sua fé e de seu rito a todos os atos da vida civil. Os povos, aliás, não fugiam dela e antes reforçavam as leis religiosas, fazendo-as suas, tornando-as legislação civil. Até a revolução francesa, fora da Igreja não havia nem salvação para a alma, nem segurança para o corpo. O herege e o infiel eram estrangeiros em sua própria pátria e para eles a desigualdade religiosa era a provocação das mais duras exceções da lei civil. Compreende-se que com tal organização só prevalecesse o casamento religioso e somente fossem aceitos os registros eclesiásticos para a legalidade do estado civil.

Neste mesmo artigo de jornal encontramos um argumento interessante sobre a inevitabilidade do decreto civil. Ao continuar a explicar o processo histórico, o autor deixará uma parcela de contribuição do próprio catolicismo para o advento deste processo de tolerância das diversas crenças. Pois, tendo após a Reforma Protestante ocorrido uma mútua aceitação das seitas do cristianismo, cada uma percebeu que as diferentes crenças não impediam que as virtudes cívicas fossem efetuadas. O artigo segue assim após falar da violenta quebra da unidade religiosa pela reforma:

[...] uns e outros não podendo se exterminar, resignaram-se a viver juntos e pouco a pouco foram conhecendo que as diferenças de comunhões religiosas não influíram nas aptidões cívicas e que podiam todos ser bons cidadãos e úteis a pátria comum. A liberdade religiosa moderna veio assim da tolerância e da vida comum das várias seitas do cristianismo, e não mais houve povo ou nação que pudesse ter como outrora uma religião verdadeiramente nacional, por ser a religião do Estado e de todos sem exceção. Conquistando a igualdade civil e política, sem as exceções odiosíssimas de crenças, as sociedades modernas que as tem diversas e antagônicas, não podiam deixar de variar com os ritos de cada grupo religioso a forma essencial da validade do casamento. Foi assim que a França Napoleônica, reconhecendo e subvencionando a três religiões, estabeleceu primeira o casamento civil.

Apelando ao próprio sentimento religioso dos católicos, e dando outro caráter ao princípio mesmo da Igreja de que só ela teria a tutela dos casamentos por ser a única religião, o artigo segue dizendo que o decreto do casamento civil é produto desta mesma lógica católica de soberania do poder em realizar as cerimônias:

O princípio era o mesmo que prevalecera em outras eras: uma só forma para a legalidade do casamento. Quando havia um Estado só e uma só Igreja, o casamento religioso bastava, mas tornando-se o Estado único e havendo muitas Igrejas, para conservar-se a antiga unidade do ato legal do casamento não havia outro meio que não fosse o casamento civil. Este, aliás, não ofende às consciências, desde que a lei não impede a nenhum cidadão de procurar para seu enlace as bênçãos de sua Igreja e as cerimônias de seu culto. A prevalecer somente o casamento religioso e não se podendo revogar a igualdade civil de todos os cidadãos, sem exceções de religião, iríamos até a aceitar como válida, a poligamia muçulmana, pois o islamismo é uma religião e a lei não veda que um muçulmano seja cidadão brasileiro nem o priva de direitos civis.

A acusação de que o decreto atinge a liberdade de consciência dos católicos é também comentada no jornal pelos republicanos. Dissemos antes que o decreto era sintoma da chegada da mudança de pensamento, do afastamento do modo de pensar proposto durante séculos pela Igreja. Dialogando com um jornal eclesiástico *Aurora Maranhense*, no dia 18 de março de 1890, lê-se no jornal *Pacotilha* algo que fala sobre isso:

A “Aurora Maranhense” discute o casamento civil que, segundo ele viola a liberdade individual e suprime a liberdade da consciência católica. Não lhe acho razão. Só lhe serviria de justificativa o sentimento religioso, que anima os seus redatores. A sociedade civil forma-se das famílias: estas se compõem de indivíduos, que não só tem relações jurídicas entre si, como também com a família e com o Estado ou a sociedade civil. No jogo dessas últimas relações tem muitas vezes o indivíduo necessidade indeclinável de alienar parte de sua liberdade em benefício da manutenção do mecanismo social. Ninguém convencidamente contestará que a organização regular da família quer em seu fundamento, quer em seus efeitos, incumbe necessariamente ao Estado. O matrimônio é a base dessa organização das famílias. Ao Estado, pois, a quem incumbe regular as relações jurídicas de seus membros, ocorre o dever de determinar quais as condições do contrato matrimonial

e as relações de direito que dele resultam. Decretando o casamento civil, o Estado não violou a liberdade individual; e sim adaptou-a à uma necessidade de ordem social, em prol do próprio indivíduo, fundado nos princípios jurídicos que presidem à organização das sociedades. Não duvido que a consciência católica se sinta coagida em sua liberdade com a decretação do casamento civil. A sociedade civil, porém, não tem em seu seio somente católicos; e não era justo que uma lei fundamental como essa, ferisse a igualdade, que é um dos elementos de toda lei boa. A religião é em minha opinião, uma necessidade limitada dentro do Estado, que não deve querer perturbar as determinações que este entende fazer vigorar em favor de seus cidadãos em todos os laços civis que os prendem. Em tais condições, desde que o decreto impugnado concede a cada crente, antes ou depois das formalidades exigidas para o casamento civil, a faculdade de cumprir os preceitos de sua religião; ou por outra, não lhe veda absolutamente essa satisfação, não vejo em que fique violada a liberdade de consciência católica, como também não estão a do maometano, do judeu, do protestante, dos positivistas, etc.

Imoral era especialmente porque se discutia à época a questão do divórcio. Para a Igreja o casamento era indissolúvel e jamais poderia pensar em uma união que pudesse ser desfeita por qualquer motivo. “Casamento civil, concubinato legal!” Diziam os católicos. Para os republicanos, o decreto de 7 de janeiro que tocava nesta questão não era suficiente, pois mantinha a indissolubilidade do casamento, apesar de separar os corpos e cessar o regime de bens. Os republicanos retrucam. Em 12 de março é publicado na *Pacotilha* um artigo recriminando essa manutenção do “cão matrimonial”. Segue assim:

É o divórcio o espantinho que faz com que os católicos, pela voz da Aurora exclamem petrificados de horror: Casamento civil! Concubinato legal! Para fazer sanar males que desgraçadamente surgem na sociedade conjugal, o remédio é incontestavelmente o divórcio; mas não do modo porque o quer o decreto de 7 de janeiro. Mantendo a indissolubilidade do vínculo conjugal, autoriza a separação indefinida dos corpos e faz cessar o regime dos bens. Não bastava esta disposição. O cônjuge que proceder corretamente na sociedade e que tiver sido a vítima no ato ocasional do divórcio, não deixará de receber, ainda que involuntariamente, o reflexo das ações censuráveis e menos reguladas praticadas pelo outro, por força de tal indissolubilidade do cão matrimonial. Rigorosamente apreciada esta disposição, em que difere ela da antiga separação do toro e coabitação? A lei civil, decretando o casamento civil do modo porque o fez, regulou este contrato bilateral não só com relação à sucessão dos filhos, como à dos bens. A ação do divórcio inutiliza, quando julgada por sentença, esse contrato em seus efeitos, e separa os contraentes indefinidamente sem que nada mais reste de comum entre eles. Para que, pois, fundi-los a essa corrente da indissolubilidade, que priva os divorciados da constituição de nova família, que poderia ser de proveito para a humanidade e para a pátria? Não será essa proibição um incentivo para o concubinato forçado? Complete-se esse decreto e do poder competente exija-se o mais acurado estado e muito escrúpulo na apreciação dos motivos que possam autorizar o divórcio, que tudo irá bem.

E defendendo, desdenhosamente, que o divórcio seria mesmo um benefício para esta moral católica. Continua ele:

[...] Em benefício da própria moral o divórcio deveria ser decretado. Bem apreciados os casos em que lhe é facultado, não se deixará de concordar comigo que é preferível a dissolução do contrato matrimonial ao sacrifício de conviver com um cônjuge que faltou à fidelidade prometida, de quem se recebeu sevícia ou grave injúria, por quem se está abandonado, ou finalmente que não faz gosto em continuar as relações amistosas, que são conseqüências naturais do (hymineu? himiseu?). Forçar o indivíduo a esse sacrifício, que o coloca em verdadeiro inferno, é expor muito a moralidade, que deve presidir de tais uniões. [...] Decididamente não podemos tentar um acordo. Parece que eu me aproximo mais da liberdade pregada por Cristo. Enfim... chacum à sa place!

É claro que a Igreja se incomodou muito com esta declaração, que já vinha sendo publicada em outros artigos. Brincando com a ambigüidade em que se sustenta a Igreja Católica frente o casamento ele diz que, negando contrair novo matrimônio, esta instituição estaria incentivando o concubinato que é uma prática que ela rejeita; e por outro lado, caso haja abstinência de ambos, estariam negando o conselho do Antigo Testamento, o republicano continua:

A “Aurora Maranhense” incomodou-se bastante com as considerações que desta seção fiz sobre o divórcio amplo, isto é, a separação dos cônjuges com plena liberdade de contrair novo matrimônio. Simples modo de encarar as cousas! Quando mesmo não pudessem prevalecer as razões por mim aduzidas sobre a teoria expedida, bastava uma consideração que parece irrisória, mas que, entretanto, tem seu cabimento. Separados os cônjuges, na impossibilidade de contrair novo laço conjugal, ou procurarão estes para satisfação dos instintos naturais despertando relações ilícitas e o concubinato, de que se arreceiam os inimigos do casamento civil, ou infringirão a ordem divina contida nas palavras – *crescite et multiplimise*.

O casamento civil era também pernicioso porque para a Igreja, sem a sua bênção nem o casamento existia, nem a família poderia funcionar. O casamento civil colocava o religioso na esfera do privado, quem quisesse poderia se casar religiosamente, mas não teria efeitos legais nenhum. Os republicanos não perdem uma zombaria e dizem mesmo que o decreto do casamento civil foi benéfico para a Igreja, em virtude de tantos casamentos acontecidos deste que ele foi decretado. No jornal *Pacotilha*, em 16 de junho de 1890, um trecho de uma notícia dizia assim: “[...] Não tenho lembrança de Santo Antônio nesta cidade como este ano. Seria

resultado da separação da Igreja e do Estado? Se foi bem razão tinha eu quando desta seção dizia que o espírito religioso só teria a lucrar com a grande reforma [...]”.

Outro ponto incitado pelo casamento civil foi a eleição de padres para o governo. Os padres queriam ser eleitos para interferir no curso dos eventos. Aproveitando-se de um dos pilares da República, que era a de governar de acordo com “suas vontades e suas crenças”, pensaram ter espaço para divulgar as suas idéias. No dia 01 de agosto de 1892, lê-se no jornal *Pacotilha*:

Disfarce clerical

Através de um princípio liberal, o clericalismo abriu brecha para dar ensejo ao juramento, na ocasião da posse dos representantes do Estado. É que assim que na Constituição <legalista> se lê muito arteiramente, no art. 12 que os <deputados por ocasião de tomar assento, contrairão o compromisso de bem cumprir seus deveres, conforme suas crenças e opiniões>. [...] O clericalismo não podendo aparecer francamente, banida a liberdade da promessa preliminar ao exercício do <mandatário> do povo, envolve-se na capa da liberdade de ação, fazendo escalada no art. 12 da Nova Constituição [...].

Os católicos propõem-se a fundar um partido para reconquistarem seu espaço institucional perdido. No jornal *Pacotilha* em 4 de julho de 1890, aparece uma notícia convocando a todos os católicos maranhenses para se juntarem a um movimento nacional de reação contra a ofensiva do Estado sobre a Igreja Católica. Dizendo que o povo católico é a maioria da nação, que eles que pagam os impostos, a notícia diz:

Pelas notícias que nos tem vindo do sul, vê-se que por todos os Estados tem-se fundado com extraordinária influência o partido católico. [...] Em vista disso, releve-nos o reverendíssimo clero maranhense perguntar-lhe o que pretende fazer? Cruzar os braços quando tem além de necessidade que se impõe, tem tantos exemplos a seguir? O nosso povo já tem provado à sociedade que é católico e que por amor da sua Igreja sabe e quer fazer sacrifícios. Só nas irmandades religiosas e no seio da grande classe operária encontrará o nosso clero crescidíssimo número de adeptos independentes e que estão dispostos a só apoiar, com os seus votos, candidatos católicos, que sejam capazes de defender a Igreja em qualquer emergência. Não haja, pois, desanimo. É verdade que as eleições para o congresso já estão muito próximas, mas não é só para ele que o partido se há de fundar, e o que não puder alcançar hoje, alcançá-lo-á amanhã. O que urge, o que é indeclinável, é que entre já o Maranhão na grande aliança que há de estender dentro em pouco por todo o vasto território brasileiro os soldados de Cristo, prontos a defesa do altar e da pátria, das crenças do povo e da honra do país. Que importa que os espíritos pequeninos ou interessados se oponham a grande obra? Não foi sempre luta o elemento em que viveu o Cristo e a sua Igreja? As dificuldades hão de aparecer e talvez mesmo as vexações e as injustiças; mas nesse mundo só é forte a

verdade e o bem e estes serão os vencedores. Na Alemanha começou com doze membros, na câmara, o partido católico tem hoje cerca de cem e é inegavelmente o mais seguro apoio do governo contra as invasões furiosas do socialismo. O mesmo há de acontecer aqui. Fale o clero; explique o fim do partido católico, faça ver que não tem em mira combater o governo nem perturbar a ordem, mas sim e unicamente reivindicar para a Igreja todas as suas perdidas prerrogativas e para o povo católico, o livre exercício de seu culto e a observância completa dos preceitos de sua confissão religiosa. O povo católico é quem paga os impostos com que se mantém o governo e é quem compõe a grande entidade que se chama a pátria; tem, pois, o direito de exigir do governo que se respeite suas crenças e de liberdade à sua Igreja. Este direito, que sob qualquer forma de governo, ninguém poderia tirar-lhe, deve hoje ser ainda mais respeitado, pois que estamos no regime da democracia, do governo pelo povo, e não é decente nem justo que o povo católico seja governado pelo ateísmo ou pela impiedade. [...] Resolva-se pois o clero e verá que dentro em pouco o partido católico será entre nós uma esplendorosa realidade. Lembre-se que é mal ficar escutando canto de sereias e que isto de dizer que a Igreja não deve se meter em política e que a cruz não deve servir de marco divisório entre os cidadãos da mesma pátria, equivale a dizer que à Igreja não é dado o direito de defender-se e que a cruz na deve ser a divisa dos católicos senão dentro do templo ou em suas casas. A Igreja tem obrigação estrita de defender-se em qualquer terreno onde for atacada; desdém pois, que a atacam no terreno político, é justamente n'este que deve defender-se. Assim, não servirá a cruz de marco divisório senão entre católicos e ímpios, e como aqueles formam a imensa maioria da nação, será ela antes de tudo uma divisa nacional. Mãos à obra, pois; nada de tergiversações.

Ainda que os católicos fossem a maioria da população, isso não significa dizer que as idéias republicanas tinham pouca representatividade na sociedade. Ou mesmo que alguns católicos não compartilhassem delas. Encontramos um exemplo de um católico que rejeita a idéia da elegibilidade dos padres. Pelo contrário, admite a diferença das funções e a preservação dessas diferenças, como fundo motor da estabilidade social: padre é padre, político é político. Extraída de do jornal *O Pais*, em 12 de setembro a notícia é publicada por a *Pacotilha*, em 2 de outubro de 1890.

A inelegibilidade dos sacerdotes já está julgada pela opinião nacional. Foi condenada unanimemente>. Unanimemente! Este pedacinho de sermão é do *Cruzeiro*, mas não fica sem protesto. Declaro que aprovo a exclusão do clero. Lá se foi a unanimidade! Sou católico, ouço missa aos domingos, confesso-me sempre que brigo com a Gira-sól (duas vezes por mês – no princípio de cada quinzena), não como carne às sextas-feiras, jejuo pela Páscoa e quando estou arrebetado, abomino as dançarinas, leio o *Cruzeiro*, dou de comer aos meus passarinhos, de beber aos meus gatinhos, visito os gatunos na casa de detenção (quando me roubam alguma coisa), ensino a fazer foguetes e mando dizer missas pelos parentes que me deixam alguma coisa nos seus testamentos. Não voto nos padres, no entanto, porque se o fizesse começaria pelo meu vigário; que tem todos os requisitos para isso; mas que antes de ser deputado já era meu vigário e tem muito que fazer. Havia de ser bonito – precisar um cristão dos últimos sacramentos e não poder ser atendido porque s. exc. tivesse interpellando o ministro e estivesse cansado – não podendo sair. Não senhor. Os padres vivem de subsídios. Querem tribunar? Lá está a sacre, e por sinal que com muito poucos oradores. Querem dinamar luz? Preguem o Evangelho. Querem governar? Dominem os espíritos pelas boas ações e encaminhem as almas

para o reino da glória. É mais nobre, humano e útil – rezar pelos mortos e confessar os pecadores do que votar orçamentos e decretar leis profanas. Nós outros, mortais de casaca, não vamos aos concílios, não temos colarinho de *crochet*, nem borlas [ilegível], sangue de boi que morreu de manqueira; não podemos subir ao púlpito, nem ouvir os segredos das moças, nem fazer encomendações. Cada um em seu lugar. O clero tem seu posto de honra, onde é e há de ser respeitado; que fique-se por lá. Querem ser eleitor? Está bem. Concorro; mas com uma condição – que é servirem, também, na guarda nacional, sujeitem-se ao alistamento do exercito e da armada. Não, meu *Cruzeirinho*; padre é padre, eu sou fogueteiro e como tal me assino.

As discussões se prolongam quando é decretado a precedência do casamento civil ao religioso. Os padres seriam até multados caso realizassem as cerimônias antes. Os próprios republicanos comentam esta notícia, dizendo de sua gratuidade, pois se o governo não reconhece o casamento religioso, porque se importar se ele for efetuado antes ou depois do civil? Alguns dos próprios republicanos não concordam com o decreto, pois violaria a liberdade individual. A *Pacotilha* publica em 29 de julho de 1890:

Rio, 24. A discussão de maior relevância que se tem travado ultimamente no Senado Federal concerne a um projeto do Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, ex-ministro da Justiça, estabelecendo que o casamento civil preceda o religioso. Os senadores Quintino Bocaiúva e Francisco Rangel pestana combatem esse projeto, no sentido de ser mantida aos nubentes a liberdade de escolha na prioridade daquelas cerimônias.

Mas é o próprio Campos Sales, responsável pelo projeto de lei, que diz o porquê desta atitude. Apesar de ter sido rejeitado pelos idos de junho, seu argumento chega a convencer temporariamente a votação positiva do projeto.

[...] Fazia questão da passagem do seu projeto para a solução de dúvidas extemporâneas e termo aos caprichos clericais que haviam dado em resultado várias uniões ilícitas de pessoas ignorantes que levadas pela má fé de alguns vigários, haviam obedecidos às prescrições, deixando de lado o ato civil, com prejuízo da sua descendência que, legítima perante a Igreja não o era, entretanto perante o Estado. Era uma razão de ordem pública por um paradeiro a essa vertigem do fanatismo e o projeto visava este alvo, regulando a matéria de maneira clara e precisa. Essa argumentação, ilustrada com exemplos dados em diferentes Estados, onde já se tinha feito sentir a inconveniência da propaganda clerical contra o casamento civil, calou o ânimo dos adversários.

A Igreja leva tão longe os debates que outros tópicos vão ser abordados por conta do decreto do casamento civil. A liberdade de imprensa é um deles. Para os republicanos os

jornais católicos iam longe demais na crítica, chegando a incitar a população contra o Estado.

A querela por hora se torna embates dos próprios jornais. Em 4 de maio, o jornal *Pacotilha* diz:

A circular do prelado diocesano sobre o casamento civil, publicada na *Civilização* de ontem, força-nos a escrever certas palavras como protesto à algumas proposições arrojadas que nelas se lêem. Nada mais natural que o Revm. Ordinário, representante de uma religião que considera um sacramento a união conjugal, não possa conformar-se com a instituição estabelecida de dec. 181 de 24 de janeiro desse ano. A sua adesão ao casamento civil importaria até uma falta perante a religião de que é o órgão mais proeminente neste Estado. Compre-lhe, porém, acatar as leis do país e, pugnando pela manutenção dos dogmas católicos, como é de seu dever, não referir-se de modo menos respeitoso às criações do poder temporal. A afirmativa na circular de que *as pessoas que coabitem, casadas só civilmente, estarão em estado habitual de pecado mortal porque viverão num torpe e pernicioso concubinato*, é ofensiva à autoridade do poder civil, que promulgou o decreto.

O jornal republicano continua pedindo que se defenda os dogmas sem ofender aos demais. E acusa a Igreja, que sempre se articulara ao poder temporal e sempre utilizara sua voz para sustentar seus dogmas, agora lhe nega o direito de fala porque discorda do seu:

Melhor do que nós sabe o virtuoso prelado que se pode defender um princípio, sustentar um dogma, estender uma propaganda, sem invectivar a doutrina contrária, nem atacar de modo acerbo as suas manifestações, quando lícitas. O casamento civil tem a seu favor a sanção do poder civil que o legislou, poder soberano, e a de países de moral superior em que se acha introduzido. Não é um *torpe e pernicioso concubinato*, nem deve ser esse *pecado mortal* de que fala a circular, que se torna contraditória, quando, profligando-o como instituição inútil, sem validade para a formação do laço conjugal, diz que os casados eclesiasticamente *poderão pedir dispensa dos impedimentos civis, contanto que por este ato não reconheçam no poder civil a faculdade ou o direito de estabelecer impedimentos matrimoniais*. Passamos por alto a doutrina subversiva, em extremo afouta e atentatória da legitimidade do poder que decretou a celebração do casamento por ato civil, para frisar apenas a incoerência da circular que, negando todo valimento à nova instituição para a formação da família, *faculta* todavia aos católicos que, depois de casados por um sacerdote, peçam ao poder temporal [para evitar injustos vexames] a dispensa dos impedimentos civis, sem contudo reconhecer-lhe o direito de estabelecer impedimentos matrimoniais... Admite que os [dispense], não admite que com legitimidade os pudesse estabelecer... e não admite hoje, depois da igreja por séculos haver aceito que o poder civil desse o caráter obrigatório aos impedimentos matrimoniais estatuídos no Concílio de Trento, que mandou por lei que fossem estabelecidos. A diversos outros reparos presta-se a circular do Revm. Prelado, mas julgamos conveniente limitar-nos ao que fica expendido, protestando a maneira pela qual foi tratada a instituição do casamento civil que, depois de 24 de maio, longe de ser a origem de um concubinato, será um ato legítimo, como é hoje o casamento religioso, e por si só, mesmo sem o recebimento do sacramento, depois ou antes do ato civil, produzirá todos os efeitos que hoje produz o laço espiritual. O mesmo não acontecerá com o casamento religioso, isoladamente: não poderá ter efeitos civis, nem um sequer, e sabe-se que eles são importantes, sem a celebração do ato pelo modo descrito no Decreto de 24 de janeiro deste ano.

6.1. SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA

Convém destacar neste espaço a dimensão das discussões sobre a liberdade de imprensa. Pensando a conquista espiritual durante a Catequese e as relações entre Estado e Igreja sob o Padroado Real, a partir do Arcebispado da Bahia. Entretanto, Thales de Azevedo faz um comentário que convém destacar sobre a importância que os jornais tiveram, no contexto do século XIX, para a doutrinação e a comunicação entre os membros da Igreja e os fiéis, em virtude da crise que a Igreja passava internamente e externamente no período do Segundo Reinado:

Da vida religiosa no século XIX e mesmo durante a Colônia sabe-se ou supõe-se, pelas crônicas da época, que era dominada pelo culto externo, pela pompa das cerimônias, pelas procissões, pelos sermões retóricos, pelas irmandades como grupos e canais das classes sociais, pela beneficência e misericórdia cristã, pela piedade e um pouco pela rotina da vida conventual. Porém pouco se sabe dos meios pelos quais a doutrina era veiculada, além a tradição familiar, e das “Santas Missões” populares, e de como as mentes ilustradas se formavam no pensamento católico. É verdade que alguns estudos revelam o papel das leituras de obras fundamentais, doutrinárias, encontradas nas bibliotecas dos padres, dos conventos dos profissionais e políticos, de como contribuía os seminários para a educação superior e a propagação de idéias mesmo entre os que não chegavam a receber as ordens sacras. Essa vivência, por assim dizer, cotidiana, da religião é, entretanto, muito pouco conhecida. Faltam investigações a respeito, para corrigir os estereótipos fixados na tradição e na historiografia. *No agitado tempo da Questão Religiosa e da criação de uma nova consciência católica, mais ou menos a contar de meados do século, por exemplo, deve ter tido um papel importante a imprensa religiosa: praticamente todos os bispos da época promovem a publicação de semanários de piedade e para informação sobre as posições, o pensamento, a doutrina da Igreja. Seria necessário investigar – entre muitos outros temas, que função o jornal teve nessa conjuntura tão movimentada e fértil em polêmicas, o mesmo fazendo-se necessário quanto às cartas pastorais, que parece ter sido o meio privilegiado de comunicação dos bispos com os fiéis.* (AZEVEDO, 1978, p, 87) (grifo nosso)

É aqui que percebemos a montagem da reação da Igreja contra a perda de espaço que a chegada da República provocou. Percebemos que uma das estratégias para combater as idéias contrárias e reafirmar a sua foi a criação de veículos de comunicação, os quais desempenharam um papel fundamental na circulação das idéias católicas, segundo os padrões romanizantes da época. A utilização dos jornais para a divulgação e defesa de seus interesses

e dos grupos sociais aliados, demonstram não só a perspicácia da hierarquia eclesiástica, bem como a formação de um grupo intelectual mais diretamente engajado e responsável pelo trabalho paciente e contínuo de elaboração literária e jornalística. A contradição disso é que a Igreja se utiliza de um instrumento que condena. A imprensa é obra desse mundo que elimina Deus da compreensão das coisas. A Igreja, no *Silabo* a condena como o faz com a maçonaria, com o liberalismo, com o positivismo, o socialismo, o cientificismo. Porém, percebe a influência que os jornais tem na vida das pessoas.

Sendo, pois, tão importante, um dos temas recorrentes que veio a tona como estes debates foi o princípio republicano da liberdade de imprensa, pois esta era considerada como uma das mais terríveis armas utilizada pelos liberais com incrível sucesso contra a Igreja. A perspicácia que anuncia Azevedo é a torsão feita pela Igreja, trazendo a seu favor um elemento considerado “vil”. A inversão é: a expansão deste tipo de imprensa, que é a utilizada pelos republicanos, é considerada má e vil, mas isso devia-se, sobretudo, à compreensão desvirtuada da liberdade de imprensa.

Para a Igreja, liberdade de imprensa era uma questão de boa e má imprensa, pois, uma vez educativa, a imprensa deveria sempre se ocupar do bem. Considerando-se que a sociedade encontrava-se em um período de incredulidade quanto aos princípios que tutelavam a moral, a justiça e o direito, cabia à imprensa, orientada e criteriosa, revitalizá-la através da educação. Para a Igreja, os efeitos dos jornais sobre a população eram considerados mais eficazes, pois ele exerceria maior influência na consciência humana, ditando-lhe os bons e os maus ensinamentos, entrando em casa todos os dias, deixando nitidamente no espírito a impressão de que são veículos. Nesse sentido, a discussão sobre o papel da imprensa na sociedade pela Igreja perpassava uma visão maniqueísta; a divisão entre a boa e a má imprensa estava sempre presente. (FERREIRA, 1994)

Os republicanos se apropriavam do maniqueísmo ao inverso: escuridão e luz era o recurso freqüente na oratória à época para designar a ciência e a razão como a luz que retira o mundo do obscurantismo da Igreja Católica. Nas palavras de Maria Tereza Chaves de Mello (2007, p. 100):

Ciência significava a compreensão positiva da sociedade e do estado, com a inovação do reconhecimento de sua historicidade. Isso no nível da experiência nacional, significava dizer, desde logo, que as explicações teológicas eram mistificações próprias da infância da humanidade, que as crenças religiosas haviam embotado o espírito, cegando a razão, que agora, livre dessas vendas, podia, enfim, ver claro. Àquela cegueira chamavam “fanatismo” ou “velho preconceito”, termos que enfatizavam a falta ou a obliteração da razão.

Assim, a má imprensa para os católicos era considerada a boa para os republicanos. Se fator da degenerescência social, destruidora das normas divinas, além de transgressora dos ditamos que marcaram a invenção da imprensa para a primeira, os republicanos entendiam tudo ao contrário. Essa torsão da visão da imprensa fará o jornalismo católico ser entendido como missão. Missão, resalte-se, cuja promessa é defender os princípios que concorrem para o bem da sociedade em geral e da família em particular, entendendo-se que o bem era o que estivesse de acordo com os ensinamentos da Igreja e promovesse a conciliação das classes sociais.

Nesse sentido, a compreensão entre boa e má imprensa resume a questão da liberdade de imprensa para a Igreja. Tratada como fator de corrupção social, a ‘má imprensa’ não deveria ter espaço, ou se tivesse que fosse restrito, nesta cara invenção de Gutemberg.

No Maranhão, os jornais debatiam sobre esta questão calorosamente. O comentário que o jornal *Pacotilha* tece sobre a postura do jornal católico *Civilização*, em 11 de maio de 1890, mostra o sentido de “missão” do jornalismo católico e seu entendimento de liberdade de imprensa irrestrita para divulgação de seus dogmas. A discussão neste artigo é sobre a acusação e o ‘pedido’ de punição para a Igreja que excede a linguagem em defesa dos seus dogmas.

A *Civilização* estranha que nos manifestemos contrários à circular do prelado diocesano sobre o casamento civil e empresta-nos o desígnio de invocar a aplicação do Dec. De 24 de março para proposições nelas contidas. O contemporâneo labora

em equívoco. Protestamos simplesmente contra as asserções arrojadas emitidas pelo chefe da igreja maranhense, sem contudo chamar para ele as penas consignadas na lei. Transcrevendo a parte que o revdm. Ordinário desconhece no poder civil a faculdade ou o direito de estabelecer impedimentos matrimoniais, escrevemos: “Passamos por alto a doutrina subversiva, em extremo afouta e atentatória da legitimidade do poder que decretou a celebração do casamento por ato civil, para frisar apenas a incoerência da circular, etc.” E mais adiante: “A diversos outros reparos presta-se a circular do Revm. Prelado, mas julgamos conveniente limitar-nos ao que fica expendido, etc”. Daí ao pedido de penalidade para o pastor maranhense é incomensuravelmente a distância. Achamos digno de nota que a *Civilização* que opinou pela restrição da liberdade de imprensa que é um consecrário da de pensamento, seja quem publique uma circular como a de que nos ocupamos e diga que <não discute se o Bispo do Maranhão incorreu ou não em sanção penal, porque a consciência católica não conhece capitulações quando se trata da defesa do dogma e da moral>.

O recurso de pedir pela restrição da liberdade de imprensa é, como dissemos, em virtude da Igreja perceber a influência do jornal na opinião pública; mas sobretudo porque, assim como ela entende o jornal como uma grande arma a favor do catolicismo, o uso da força da imprensa pelos liberais poderiam lhe causar constrangimentos.

Somado a este problema da liberdade da imprensa e sendo a base cristã considerada fundamental para a saúde da sociedade, na demonstração desse argumento, a imprensa católica não hesitava em utilizar-se do recurso da desqualificação dos periódicos contrários a ela. Mas não ficava sem resposta. Em 11 de maio, na *Pacotilha*, lê-se:

[...] a *Civilização* achava que a imprensa não deve ter liberdade ilimitada, quando pugnava-mos não pela liberdade ilimitada, mas pela liberdade dentro da esfera legal. Hoje... *quanto mutatis!* [...] O proceder dos outros bispos brasileiros não serve de escusa ao prelado maranhense: pode provar apenas que os outros chefes da igreja no país não têm a calma precisa para se conter na órbita que o dever lhes traça. Mostram que a sua qualidade de sacerdotes os faz esquecer de que estão num país, a cujas leis, si podemos criticar e pedir sua reforma, todos devemos obediência. O clero está no seu direito proclamado que o matrimônio é um sacramento, faz o seu dever pregando a sua excelência; mas não tem o direito de manifestar de modo acre e desrespeitoso contra uma instituição pátria e provocar-lhe desagradáveis resistências. Achamos sublime a devoção com que os representantes da igreja esforçam-se por congregar a população em torno dos dogmas de seu culto; só temos palavras de louvor para tão dedicado apostolado; mas não podemos calar-nos quando, transgredindo a ação que lhes é própria, deixando a propaganda da fé, pondo de lado a prédica dos dogmas da religião, atiram-se contra as instituições civis e desconhecem a legitimidade do poder que as decretou.

Para a Igreja, a imprensa pode e deve ser livre, mas a liberdade não consiste no mal. Esta má imprensa que perdeu toda noção do bem, do sério, da virtude, todo o escrúpulo pela

honestidade das famílias, toda a cortesia para com a verdade, não merecia usufruir dos espaços que a imprensa proporcionava. Em virtude disso, não era adepta da liberdade de imprensa. Mas a necessidade da censura, perceba-se, era invocada para conter a ação nefasta da má imprensa. O jornalismo católico lamentava que os governos sociais não empregassem maior vigilância e policiamento mesmo para extirpar este cancro que lhes causa tantas ruínas ao seu próprio bem, já que a “imprensa pornográfica” é a pior peste que penetra no seio da família. Para ela, não se podia esquecer que em muitos lares o jornal, o diário difamador entra como um assaltante ao poder das famílias. (FERREIRA, 1994).

Quanto a essa questão e sua não adesão ao princípio da liberdade de imprensa e acusação de serem os liberais os tiranos que querem prejudicá-la e emudecer a voz do catolicismo, lê-se logo abaixo do mesmo artigo citado antes:

Quanto à parte que a *Civilização* diz que, se fôssemos do governo, mandaríamos fabricar novas cadeias que pudessem conter todos os bispos, todos os padres e todos os católicos respondemos memorando os princípios liberais, que, coincidentemente, professamos desde que aparecemos na arena jornalística, e em cuja defesa não tivemos a honra de ser acompanhados pela *Civilização* quando as liberdades públicas estiveram em perigo este ano. Infelizmente estivemos nós isolados nesse transe amargo porque passamos e, se o isolamento entibiu-os o animo nessa luta contra um prepotente representante do poder, aí está a população para dizê-lo: a *Civilização* mesmo deve lembrar-se disso, ela que negou a sua adesão valiosa e declarou, à propósito, que não achava admissível a liberdade ilimitada de imprensa. A nossa atitude nessa ocasião critica eximi-nos da censura de cúmplices da *tyrannia* que nos imputa a fé católica. Poderíamos dizer ainda que a intolerância pode ter sido e é atributo de algumas classes, mas não o é certamente das dos que defendem os direitos conquistados pela civilização na gloriosa revolução de oitenta e nove, que a igreja não sabemos se aplaude.

Para a Igreja era uma necessidade enfrentar aqueles que escrevem contra ela pelos jornais. O remédio para isso, dada a força do jornal, era usar a própria imprensa para doutrinar e educar a população, destruindo os sofismas e mostrando ao público as inverdades que o sectarismo propala. A idéia era de que quanto mais fizesse neste sentido, mais iria decrescendo a torrente de erros e mentiras que se alastram pela sociedade. Daí a efusão de jornais católicos na cidade e no país, daí a importância e o destaque dado à imprensa nas campanhas contra os “males da sociedade” advindos com o liberalismo, daí Thales de

Azevedo alertar para se pensar o papel e a função da imprensa nesta reorganização eclesiástica promovida pelo ultramontanismo.

Porém, tentando distinguir doutrina de subversão e esclarecendo sobre a forma como entende a função da imprensa, o jornal *Pacotilha*, em 16 de maio de 1890 publicou mais um artigo comentando uma outra publicação do *Diário do Maranhão*:

Os padres de Santo Antônio, os inimigos da lei que decretou no Brasil o casamento civil, resumidos em um anônimo – Veritas – dirigem no <Diário> de 13 do corrente mês, que só ontem li, algumas *amabilidades* aos redatores deste jornal com aquela arrogância que lhes é característica. Egoístas que são eles. Enquanto não lhes tocou por casa eram partidários da limitação da liberdade de imprensa, a ponto de apoiarem o ato do governador deste Estado, que feriu o jornalismo maranhense. Hoje estão mudados. [...] Não pedimos o sangue dos padres, nem punição alguma para eles; porque não nos importa que eles andem até de pernas para o ar. Tratando da pastoral do bispo e dos sermões deste e de outros sacerdotes sobre o casamento civil, dissemos, e agora repetimos que podiam perturbar a ordem pública em vista da linguagem desbragada de que se serviam para reprovar a medida tomada pelo governo provisório. Quem ouviu esses sermões com certeza não dirá que os pregadores procuravam denunciar, corrigir ou evitar os erros da pública administração. Eles pasquinavam contra a instituição promulgada, aconselhando a desobediência à lei. Nós indicamos o fato e o analisamos. Daí para requerer a punição de seus autores vai uma grande distância; e, quando mesmo o tivéssemos feito, usaríamos de um direito, qual o de informar a autoridade sobre os delitos e os delinquentes, procurando assim libertar a sociedade dos elementos perniciosos, que possam impecer sua marcha regular. Tal, porém, não se deu. Não nos apontarão um só trecho de nossos escritos em que houvésssemos pedido o fuzilamento do bispo e dos padres. Essa afirmativa, que talvez tenha por fim fazer espírito, chamando sobre essa classe a simpatia que inspiram os mártires, e sobre nós o odioso do negócio, é tão falsa quando o é hoje a posição de nossos agressores perante o governo do Estado, de quem há entre eles quem haja recebido favores. Pouco nos importamos com o modo de obrar desses reverendos. Como jornalistas, manifestamos a nossa opinião sobre a pastoral do bispo e os sermões, que versavam sobre uma questão da atualidade. Em nossa opinião há para eles uma punição mais pronta do que a do decreto citado, para esses caricatos propagadores do desrespeito à lei e à instituição por ela criada – é o ridículo que nasce de seu próprio papel. Isto vale mais que o fuzilamento ao som da corneta e toques de clarim com que estão sonhando estas eclesiásticas individualidades.

A noção de missão para a Igreja era tão intensa que um jornal católico em São Luís, A *Cruzada*, chegou a ser suspenso pelo “excesso” de doutrina. Em 23 de novembro de 1891, o jornal *Pacotilha* comentou a notícia publicada em outro jornal, *Diário do Maranhão*, que explicava o decreto do governo do Estado do Maranhão.

Cruzada proibida de publicar

Declaração do Governo

O diário do maranhão inseriu na sua última edição a seguinte declaração oficial:

Governo do Estado

“A suspensão da cruzada teve por fim obstar que continuasse esse órgão de publicidade a plantar a anarquia no seio da população maranhense, por meio de artigos incendiários e subversivos da ordem pública. Era uma medida reclamada pela prudência e bem geral no momento que atravessamos e autorizada pelo Governo Federal. Estender-se-á a suspensão a todo e qualquer jornal, cuja linguagem imoderada possa contribuir para por em risco a paz e a ordem pública. De modo algum, porém, quer ou pretende o governo amordaçar a imprensa, que no exercício de sua importante missão, tem o direito de livre crítica aos atos governamentais e políticos do país, guardadas as restrições legais na linguagem de que servir-se.”

Em termos conciso, lê-se n’essa declaração a mesma doutrina que temos exposto nos artigos que havemos publicado sobre a questão da Cruzada. Há aí a distinção entre a liberdade da imprensa, que é um direito sacratíssimo e o absurdo dessa liberdade, em prejuízo da ordem e paz públicas, o que não pode merecer o mesmo respeito. A impressão na sua justa esfera de ação conta com todo o apoio e acatamento da autoridade. Não tendo razão alguma para duvidar da palavra do governo no artigo publicado no *Diário*, confiamos plenamente que serão respeitados em toda a sua extensão os direitos da imprensa que são os do povo, do qual é ela o representante na defesa das liberdades públicas.

Diante deste acontecimento, os jornais comentam o fato da Igreja ter acusado o ato de “violência à imprensa”. O comentário no jornal *Pacotilha* a 21 de novembro de 1891 é extenso, mas vale a pena reproduzir. O artigo intitula-se *A suspensão da Cruzada* e comenta o apoio dado pelo jornal *Nacional* à Igreja.

A acertada providência pelo governo de fazer suspender publicação de um jornal que todos os dias incitava a população à desordem e à anarquia, forneceu assunto ao *Nacional*. É essa providência qualificada pelo contemporâneo de violência à imprensa; e tão longe vai ele na sua premiada que considera amortilhada e, conseqüentemente, morta a *Cruzada*, em oposição aos redatores desta folha, que afirmaram que ela reaparecerá em breve. Já nos manifestamos a respeito do fato que nos ocupa, respondendo opinião em tudo contrária à do contemporâneo. Pensamos, realmente, que a providência tomada, por mais rigorosa que ela seja, está suficientemente justificada pelos acontecimentos que a impunham como uma necessidade indeclinável. Não há quem possa com seriedade contestar que, desde que foi conhecido o ato do Presidente da República, que dissolveu o Congresso Nacional, a Cruzada procurou incutir na população idéias de revolta, em artigos que tinham a epígrafe – Ao Povo – e em que a revolução era abertamente pregada e aconselhada. Quotidianamente publicava aquela folha falsas notícias de distúrbios e desordens em outros Estados da União Brasileira e apostrofava o povo maranhense por não seguir o exemplo de seus irmãos, que dizia rebelados. E nestas condições, deviam as autoridades que são responsáveis pela manutenção da ordem e tranqüilidades públicas, cruzar os braços e deixar que prosseguisse desassombrada e louca propaganda? Foi isso mostrar criminosa conveniência ou denunciar a própria fraqueza. Cumpre recordar que a suspensão da gazeta não foi uma providência tomada impensadamente, mas como conseqüência de fatos que se precipitavam e a determinaram, sob pena de ficar a sua autoridade exautorada. É sabido tudo que se passou: o comitê dirigido aos redatores da *Cruzada* para comparecerem à secretaria de polícia, onde a autoridade pretendia convidá-los a entrar na legalidade; a recusa deste comitê; a proibição da distribuição da edição do dia; a maneira ostensiva por que ela se fez com menoscabo da ordem da autoridade. Não houve, portanto, uma

violência à liberdade de exprimir os pensamentos, mas uma prudente e sábia providência tomada pela autoridade para impedir que se continuasse a atentar contra a ordem pública. Em qualquer país livre e em circunstâncias normais ela seria tomada pelos responsáveis pela tranquilidade e paz dos cidadãos, sem levantar reclamações nem queixas. Não passa pela mente do governo a idéia de fugir da análise dos seus atos; ele estima que estes sejam discutidos com máxima liberdade. A prova de que não se trata de calar adversários, nem de suprimir inimigos, tem o Nacional em si mesmo. Se estivesse nos intuitos do governo fazê-lo, ter-lhe-ia aplicado a mesma providência de que se serviu em relação à *Cruzada*, porque é sabido que ele, que enquanto havia organizações a fazer e cargos a distribuir, era todo bandiciais para o poder, apenas se passou a quadra feliz, apareceu processo a despejar condenações contra tudo que cheira governo. Mas quer o *Nacional* que se lhe aponte a lei em que se fundou a autoridade para chamar a sua presença os redatores da *Cruzada*, e posteriormente determinar a suspensão da folha. É fácil. A lei é a que dá atribuição à polícia e lhe impõe o dever de impedir a prática de crimes, não devendo esquecer-se que nos achamos em circunstâncias anormais, que há entre nós muitos fermentos de desordem e que o Governo da União recomendou o maior cuidado na repressão de tudo quanto pudesse se importar na perturbação da tranquilidade pública. Vê, pois, o *Nacional* que gastou inutilmente o seu tempo e em vão esgotou o seu depósito a sentimentalidades. Por forma alguma foram ofendidas as liberdades públicas ou conculcados os grandes princípios sobre que repousam as instituições democráticas que se trata de radicar na terra brasileira, contra os esforços dos agitadores de todos os feitios. A população bem o compreende; e ela que nada tem a ver com os interesses da politicagem e só tem necessidade de paz e tranquilidade para se entregar ao trabalho, que é o grande criador da riqueza pública e do bem estar e conforto dos cidadãos, aplaude as acertadas providências tomadas em bem da ordem.

Assim, como dissemos acima, para a Igreja, os efeitos dos jornais sobre a população eram considerados bastante eficazes, pois ele exerceria maior influência na consciência humana. Daí a importância de evitar que os maus ensinamentos entrassem nas casas todos os dias. O temor da Igreja quanto a influência da má imprensa na sociedade devia-se também, em grande parte, à avaliação negativa que se fazia da capacidade de discernimento da população, tendo em vista que a sociedade ainda não está completamente educada e cônica dos deveres nos múltiplos fenômenos de sua ação.

6.2. ESTADO E IGREJA: UM LITÍGIO SOBRE A FAMÍLIA

Diante deste quadro apresentado acerca das discussões provocadas pelo decreto do casamento civil, percebe-se que este decreto retira a legitimidade dos padres em pronunciar seu 'latim casamenteiro "*Ego conjugo vos*" (Sou Eu que vos uno), frase esta tão arduamente legitimada, tão sorrateiramente repetida pela Igreja até lhe garantir a soberania em dizê-la, frase tão demoradamente aceita e conquistada pela Igreja, como refletimos no quinto capítulo. Pois, não foram poucas as turbulências e as provocações que cortaram e embaralharam as principais concepções dessa consagração. O casamento inflamou por quase todo o período da formação do cristianismo católico os principais debates e desencontros envolvendo profunda e diretamente questões que se enraizavam no próprio cerne do cristianismo. E a Igreja que em seu princípio chegou mesmo a repudiar o matrimônio por considerá-lo pecaminoso e contrário aos dogmas originais de sua fundação; depois, fez seu fundo se assentar sobre a compreensão do casamento como oriundo da vontade divina. O casamento que era algo que se interpunha entre os homens impedindo sua salvação, tornou-se a medida, tornou-se mediador, purificador, antídoto a toda a concupiscência que, imantada na conduta humana, não lhe permite escapar ao Mal inerente à sua natureza e ao mundo. Se a Igreja antes fincava uma firme e dura barreira contra a legitimidade de tal relação que alimentava, segundo ela, o pecado, a culpa original, depois sacraliza o matrimônio como instrumento de parcimônia e comedimento entre Deus e os homens. Com estas observações, e pela forma como o jornal republicano publica a reação da Igreja aos acontecimentos, percebemos que o casamento civil, quando decretado, faz aparecer o antigo frente às interpelações do moderno.

A percepção desta característica peculiar do decreto veio através da leitura dessa imprensa: seja pela permanência dos debates que envolviam a família, seja pela corrida efetivada pela população para evitar os trâmites da lei, seja pela intensidade dos debates entre os republicanos e a Igreja. A família como tópico relevante de discussão na imprensa vinha desde a década de 70. Com a Questão dos Bispos e os projetos para aprovação do casamento

civil ainda no período do Segundo Reinado, a Igreja se envolve em debates para fazer valer seu modelo e sua influência sobre a família.

Além da Igreja Católica, a população pela “afluência enorme de casamentos ultimamente celebrados”, como representou o jornal *Pacotilha*, manifestou-se “tacitamente apreensiva” com a instituição que fora efetivada. Ainda que o jornal republicano se esforçasse para explicar que a lei que dava todos os efeitos civis aos casamentos realizados perante os sacerdotes das religiões dos contraentes, ‘simplesmente’ passou esses efeitos exclusivamente para os efetuados pelo funcionário civil, a população continuava, incitada pelos clérigos, apreensiva. Porque até então toda a tutela para realização e legitimação dos casamentos era feita pela Igreja, a qual o considerava um sacramento e por isso, justificava sua atuação neste domínio. Agora, fala-se em registro civil feito por um oficial, que nada tem de sacerdote. Note-se que o impacto era tanto para a Igreja quanto para a população, ainda que os republicanos tratassem isso como necessário.

O porquê de tanta pressa para casar e evitar os trâmites da lei pode ter uma explicação para além da simples apreensão com a nova medida. Falávamos anteriormente acerca da permanência da força e do poder da Igreja Católica quando o assunto é casamento. Permanência e força que se sustentam na construção ao longo de suas guerras pelo poder de um discurso que se diz verdadeiro e detentor da Verdade. Discurso verdadeiro que, ainda que construído historicamente, tenta neutralizar todo o processo que engendra essa história de oposições e conflitos. Seu discurso universal sobre o casamento perde as raízes no tempo dos homens na medida em que a Igreja o finca no tempo divino.

Para Bourdieu, este processo tem um nome: “eternização do arbitrário”. E seria preciso se perguntar pelos mecanismos históricos responsáveis pela des-historicização e pela eternização dos diversos discursos tidos como naturais. Segundo ele, “Lembrar que na história, aquilo que aparece como eterno não é mais que um produto de um trabalho de

eternização que compete a instituições, é re-inserir na história e, portanto, devolver à ação histórica, a ação e o produto destes mecanismos”. (BOURDIEU, 1999, p.5).

No caso da Igreja Católica, o produto de seu trabalho de eternização se deve sim a instituições ligadas a ela – a família e a escola, por exemplo, daí seu interesse na primeira. E o mecanismo histórico responsável por isso seja talvez exatamente a “persistência monótona ocorrida”, até os finais do século XIX, dos “*topoi*” de seus discursos estabelecidos desde os primeiros séculos do cristianismo. A Igreja Católica repete, recita a repetição. “Tática que leva a um erro estratégico comum: o da equiparação da uniformidade do discurso com a sua inevitabilidade”. Repetindo ela transforma sua argumentação em “universal e atemporal, induzindo ao erro de que se pense que o que é corrente é eterno e o que é eterno é natural”. (HOWARD, 1995, p, 11) Assim se deu com o discurso do casamento: uma repetição monótona do que deveria ser. Repetição que é intermediada pelas famílias e por isso a tutela institucional dos casamentos não pode ser perdida. Para além de ser sacramento, a família é um ponto estrategicamente associado à Igreja Católica para reproduzir seu discurso e manter sua relação de poder dentro da sociedade que, à época em questão, constitui um modelo conservador frente às mudanças ocorridas mundo afora.

Quando se perde, pois, as raízes históricas de um discurso, tende-se a tratá-lo, além de natural, como verdadeiro. Dissemos ter sido o discurso acerca do casamento construído ao longo do tempo, mas por perder-se no tempo, além de tratado como natural, era também imposto como verdadeiro. Este processo de *naturalização* de discursos de que fala Bourdieu tem a ver com o que Foucault diz sobre a verdade. As análises de Foucault sobre o poder nos explicam a produção de verdades inerente a ele. Para este autor, a verdade não existe fora do poder ou sem poder.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e

outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2005, p. 12).

Por construir um regime de verdade baseado em um processo ininterrupto que sujeita corpos, dirige gestos, rege os comportamentos; e, especialmente, por des-historizar este processo de construção, a Igreja Católica consegue ter o controle das forças durante a passagem de séculos, senão de tudo o que diz respeito ao casamento, até à vida dos homens.¹³⁶ Um controle colossal que faz a sua própria história se confundir com o desenrolar do processo histórico do Ocidente, tamanho é o poder que esta instituição angariou nestas disputas de poder que constroem nossa historicidade. Daí um discurso do século XII ser ainda fervorosamente válido para muitos dos homens do final do século XIX.

De tudo isso, o que fica é que os homens do final do século XIX são produtos deste discurso católico verdadeiro, como também o é do entrechoque deste discurso com as novas idéias que sustentam a República. A “afluência enorme de casamentos” que ocorrera no intervalo entre a data do decreto do casamento civil e aquela fixada para fazer vigorar a lei, ainda que possa ser uma representação ‘exagerada’ do jornalista, não é menos verdadeira por isso.

Igreja Católica reivindicaria a tutela do casamento civil porque a partir dele se forma a família cristã. Na leitura dos jornais não deixa de se perceber que esta preocupação tem fundamento. Percebe-se que a família de modelo nuclear burguês que se forma pelo decreto do casamento civil, cada vez mais, com a introdução de idéias positivas e liberais se transforma e se distancia dos valores da família cristã. Os sentimentos da família burguesa, suas preocupações, a relação entre seus membros mudam com a chegada de elementos como a

¹³⁶ Não estamos desprezando aqui as evidências históricas de que todo discurso sofre exceção. A própria inexistência de casamentos entre a classe popular é um indicativo de que este modelo matrimonial da Igreja não alcançava a todos dentro da sociedade. Porém, ao mesmo tempo que sabemos das clivagens do discurso ocorrem, não podemos negar a força que o modelo cristão de casamento tinha dentro desta mesma sociedade.

igualdade e o feminismo.¹³⁷ Nestes termos, não deixa de ter razão a Igreja em se preocupar diante do fato de que, muito mais que simplesmente perder a tutela das cerimônias, o casamento civil traz consigo uma postura valorativa cuja tendência é substituir a moral das famílias cristãs. Não se pode perder de vista aqui a necessidade de reprodução de uma determinada estrutura que o controle do casamento permite. A Igreja irá lutar para permanecer nesse lugar de controle que demanda poder para ela.

Nos jornais, encontramos publicadas notícias onde a Igreja pede para a população reagir pela preservação da família cristã. Aparecem incentivos à formação de uma “nova cruzada”, onde os católicos são convocados à luta para defender a Igreja e, claro, seus valores dentro da família. Em 1 de julho de 1890, publicou-se no jornal *Pacotilha* um artigo que dizia:

Chamam-nos à luta, desçamos a arena, não receiemos o combate, não trepidemos um instante. Os cruzados de outrora opuseram aos batalhões dos Seldjucidas os exércitos cristãos, aos alfanjes, as espadas; ao fanatismo bestial, a crença civilizadora; à força da consciência, a força do heroísmo. Nós, os cruzados de hoje, devemos opor ao carmatelo demolidor, a alavanca construtora; à idéia corrupta, a idéia sã; aos princípios deleutérios, os moralizadores; à fome de perseguição, as abundâncias da abnegação. Não queremos a revolta física, sanguinolenta; queremos sim a rebelião das idéias, a luta incruenta dos princípios. Unamo-nos aos católicos, formemos um partido forte, arregimentado, disposto a todos os sacrifícios, busquemos o mesmo alvo, a defesa de nossas crenças, de nossos direitos – e a vitória será nossa. Os católicos da capital federal já deram o sinal de alarma, os chefes da Igreja Brasileira apoiaram-nos, Leão XIII abençoou-lhes a empresa; que mais nos falta? Eia! Á postos à luta.

No aspecto da família, a Igreja se sente ameaçada pela possibilidade de destruição da família cristã, formada de acordo e com os valores da igreja, pois que a moral liberal e positivista era incompatível com a sua. No jornal *Pacotilha*, no dia 2 de julho de 1890, uma notícia revela o que os partidários da Igreja Católica dizem acerca dessa usurpação de seus direitos pelos republicanos. Fica bem patente a atuação do clero moralizador sobre os indivíduos.

Sem querer imitar o que dos países civilizados pode-nos trazer proveito, os escravizados da idéia e da consciência, por perversidade ou inépcia, querem ter

¹³⁷ Sobre a evolução dos costumes nos anos iniciais da República ver o trabalho de Rosa Maria Barboza de Araújo, op. cit., 1993.

também, como nas nações européias, o seu proletariado. Para conseguir este torpe *desideratum*, cortam todos os privilégios do clero, deixam no abandono as classes operárias, e em breve usurpam todos os direitos dos católicos, esquecendo que estes formam a grande maioria do povo brasileiro. E por que? Porque o padre moraliza, o católico não se avilta, é operário, acostumado às privações e ao trabalho, é um soldado forte. É preciso, pois, para que triunfem os *demolidores*, reduzir padres, operários e católicos da condição de proletários a verdadeiros párias. E não se diga que isto é vã declamação, contra fatos que não valem argumentos, aí estão os decretos do casamento civil, salopando a família cristã; da separação da Igreja e do Estado, esbofeteando a crença da quase totalidade da nação; e por fim o que priva os clérigos serem *deputados ao congresso*, como se fosse crime exercer o direito inato da independência, que consiste em abraçar cada cidadão a carreira em que julga prestar mais serviços à coletividade.

Tal como a Igreja, os republicanos engajados na formação e reorganização da nação propícia com a proclamação da República procuram absorver o poder político que a tutela da realização das cerimônias de casamento guarda. A disputa desta vez é entre a moral da Igreja e uma “moral” do Estado.¹³⁸ Porém, se já nos perguntamos pela significação da tutela do casamento para além de respostas como “por ser um sacramento”, seria interessante que o fizéssemos também para além de respostas que a explicam como efetivada somente “pelo princípio da laicização”. Estas respostas não nos deixam perceber que, escamoteado por esses interesses, é a própria disputa pela força do papel que a família representa na sociedade e seu uso como instrumento para propor modelos de sociedade, conservador ou não, que está em questão.

Nos jornais, vimos várias menções ao fato de que é o casamento que constitui e institui a família. Acima vimos como esta instituição está interligada à Igreja Católica na reprodução de sua força, de seu poder e de seu controle sobre o mundo. É preciso então destacar que a intervenção do Estado neste foro clerical é considerado necessário para que se opere a remodelação dos costumes e das aspirações advindas com a chegada do progresso e da civilização. Como dissemos, a palavra de ordem é ‘reformatar’ e a família é considerada por

¹³⁸ Sobre esta questão, André Burguière argumenta em, “La formation du couple”, que os esforços convergentes dos Estados europeus e das Igrejas no século XVIII impuseram uma normatização geral das atitudes, usando a família como instrumento de moralização do corpo social. Esta política valoriza o casal conjugal e reprime o extraconjugal. Ver, especialmente , p. 111-41. Ver bibliografia.

estas novas idéias que fundamentam o republicanismo, o liberalismo e o positivismo comentados aqui, como base e elemento central para operar a reforma em toda a sociedade. Aqui se esclarece ainda mais a afirmação de Rosa Araújo quando diz que a filosofia republicana frustrou inicialmente as expectativas de liberdade e igualdade da população e pôs em prática um projeto político disposto a redefinir a ordem social com base nas idéias-chaves do progresso e disciplina.

À pergunta se seria apenas porque nascera laico e devia, por princípio, neutralizar a influência da Igreja e trazer para si o ato do casamento que o Estado percebia a importância da família, com a reflexão de Jacques Donzelot e Michel de Foucault chegamos a umas respostas. O interesse nesta reflexão é perceber a importância política que a família desempenha nas discussões e controvérsias sobre modelos da elaborados para ela, porém pensando como ela funciona para as propostas de reforma social por parte dos republicanos.

Segundo Donzelot (1986), é no Antigo Regime que se estreita os laços da família com o Estado. Do século XVI ao XVIII, este estreitamento de laços se daria pelo reforço da autoridade paterna na família, graças não só a influência do direito romano, como também a do absolutismo, para melhor fundamentar a autoridade legítima dos reis sobre seus súditos. O fortalecimento do poder dos Estados protegeria a instituição da família para utilizá-la no controle dos indivíduos. As conseqüências em relação ao exercício do poder social desta inscrição direta da família no Antigo Regime e no campo político seriam, nas suas palavras:

Em relação aos aparelhos centrais, o chefe de família *responde* por seus membros. Contra a proteção e o reconhecimento da situação de que se beneficia, ele deve garantir a fidelidade à ordem pública daqueles que dela fazem parte; deve também fornecer uma contribuição em imposto, em trabalho (corvéias) e em homens (milícia). (DONZELOT, 1986. p. 50)

Como contrapartida da responsabilidade, o chefe de família possuía sobre aqueles que o cercavam um poder quase discricionário.¹³⁹ Podia utilizá-los em todas as operações destinadas a majorar a importância de sua situação, decidir sobre a carreira dos filhos, sobre o emprego de sua parentela, sobre a contração de alianças. Ele podia também puni-los se infringissem suas obrigações com respeito à família, e para isso apoiava-se na autoridade pública que lhe devia ajuda e proteção sobre sua empresa.

Este papel importante da família pode ser percebido pela observação dos indivíduos que não pertencem a uma delas. A ausência de um responsável sócio-político coloca um problema de ordem pública. É o nível das pessoas sem fé, sem eira nem beira, mendigos e vagabundos que, por não estarem em nada ligados ao aparelho social desempenham o papel de perturbadores do sistema e permanecem como população flutuante. Ninguém para suprir suas necessidades, mas também ninguém para retê-los no limite da ordem. (DONZELOT, 1996)

Porém, no final do século XVIII, com a ideologia igualitária da Revolução francesa, este mecanismo de proteções e obrigações se torna inadequado diante do aumento considerável da população que exige assistência e auxílio do Estado para suprir suas necessidades.¹⁴⁰ Isso faz a família retornar ao cerne das discussões políticas nas propostas de controle da população.

Com a falha no mecanismo projeta-se, a partir desta antiga imbricação entre os poderes estatais e familiares, um Estado organizador das felicidades do cidadão, dispensando assistência, trabalho, educação e saúde a todos, independente das pertinências familiares. Mas

¹³⁹ Esse poder discricionário foi conhecido aqui pelo modelo de família patriarcal. Vários trabalhos discutem este ponto. Ângela Mendes de Almeida compila bem estes dados no prefácio do livro *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Ver bibliografia.

¹⁴⁰ O aumento populacional é apontado por Foucault como um dos aspectos para o desbloqueio do governo do Estado pelo encontro de suas dimensões próprias. Com o estado e o soberano de um lado e o pai de família e sua casa do outro, o governo efetuava uma atuação na economia entendida como gestão de família: através e visando o modelo da família. Com o aumento populacional teria ocorrido o desentrelaçamento deste governo onde o Estado agora perceberia uma economia própria da população, sendo a família meio de atingi-la. Daí ela continuar sendo motivos de preocupações políticas. (Foucault, 2005, p. 288).

esse sonho engendra sua contrapartida: o pesadelo de um Estado totalitário que assegura a satisfação das necessidades de todos, mas à custa de um nivelamento das fortunas e de uma compreensão autoritária da sociedade. Para quem não se identificava com esta proposta, na qual a família seria aos poucos eliminada em prol de um Estado que poderia se tornar totalitário, aparece como solução o modelo liberal. Especialmente porque dissolvê-la seria prejuízo à propriedade privada. Classicamente, assim é posto o problema da definição do Estado, estando a família no cerne do debate político mais central. Por um lado os socialistas “estatistas”, negadores da família e acusados de totalitarismo. De outro os partidários de uma definição liberal do Estado que permitiria à sociedade se organizar em torno da propriedade privada e da família, acusados de conservadorismo. (DONZELOT, 1996)

Porém, o que nos interessa neste problema clássico da família é compreender o apego que lhes devotam os indivíduos das sociedades liberais, procurando entender como ela pode ser usada para afastar os perigos de não-controle da população, aliada ao poder do Estado. A questão é perceber previamente que o Estado liberal mais que simplesmente conservar, transforma o papel da família para conter a exigência do aumento populacional e da insurreição dos indivíduos contra o arbítrio do poder familiar. A partir do momento que a população aparece como irredutível à família esta passa para um plano secundário em relação à população, como elemento interno dela, sendo, portanto, segmento e não modelo. Segmento privilegiado na medida em que quando se quer algo da população – quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo, etc.- é pela família que se deverá passar. A família torna-se então instrumento privilegiado para o governo da população. (FOUCAULT, 2005).

Ao perceber uma dinâmica própria da população, bem como perceber que a família é o meio de atingi-la, controlá-la e discipliná-la, vê-se o esforço do Estado em impor uma normatização geral das atitudes, usando a família como instrumento de moralização do corpo

social. A disciplina, tão característica das monarquias administrativas, será valorizada para gerir a população. E se verá formar ao longo do século XVIII e XIX a produção de discurso úteis e públicos – e verdadeiros – para esta família à moderna. Nesse exercício, vê-se a família ser aparentemente destituída de qualquer atribuição diretamente política ao tempo em que lhe é atribuída uma missão de dominação, de pacificação e de integração social.¹⁴¹ A família passa a ser instrumento para o governo da população e daí se vê a preocupação do Estado liberal em apossar-se dela, regulando-a através do decreto.

De tudo isso fica o ponto fulcral e singular que a família ocupa nas sociedades ocidentais. Sobre isso Jacques Donzelot (1986, p. 10) diz:

Lugar, sem dúvida alguma, nevrálgico, se o julgarmos através da interrogação lancinante de que são objeto as menores metamorfoses que o afetam. Tornou-se um ritual essencial de nossas sociedades escutar, em intervalos regulares, a face da família, a fim de nela decifrar nosso destino, entrever com sua morte, a iminência de um retorno à barbárie, o afrouxamento de nossas razões de viver ou, então, a fim de regarantir-se diante de sua inesgotável capacidade de sobrevivência.

7. CONCLUSÃO

Marc Bloch já advertia à quem quer que se debruçasse sobre os jornais como fonte histórica: cautela com seu espetáculo e sua sedução. Foi esta nossa maior dificuldade. A cada notícia lida, o ímpeto de procurar desvendá-la. A cada dia de pesquisa a dificuldade de abandonar a velha São Luís: seu cotidiano, os transeuntes, o cinematógrafo desembarcando do vapor, as máquinas recém-chegadas da Europa, as corridas no velódromo, o carnaval nas ruas,

¹⁴¹ Cf. o conceito de biopolítico desenvolvido por Foucault nos três volumes da *História da sexualidade*. Ver bibliografia.

os bailes à fantasia nas casas familiares, as missas campais, o movimento no porto, nas vendas e nos mercados; os *sarilhos* nas ruas estreitas, as brigas nos cortiços, os namoros nos becos, os banhos nas fontes, o entra-e-sai no *hotel popular* São João, os encontros no botequim que acabavam quase sempre com o apito do chefe de quarteirão. Na parte publicitária, os anúncios de venda dos armazéns, dos móveis, dos livros, dos trajos, dos alimentos, das bebidas, dos chapéus, dos sapatos, dos charutos, dos remédios, dos adornos que, como nota Gilberto Freyre, nos permitem entrever os “apetites” de uma época, aqui, da população ludovicense do final do século XIX. O jornal é um espaço vivo e a sedução muitas vezes nos fez sentir o mau-cheiro da Rua das Flores por conta do lixo, das impurezas e dos *tigres* que ainda eram jogados nos becos ou nos arredores das praias. Ou através da narração de uma apresentação nas primeiras salas de cinema, ouvir as palmas no fim do espetáculo. Temo discordar das palavras de Walnice Nogueira Galvão (1994, p, 24), quando diz que:

A ausência de fotografias é o traço que mais torna a aparência do jornal de então diferente, para o leitor de hoje. Habitados a que o jornal seja um veículo misto, para recepção de imagem e de leitura ao mesmo tempo, e tendo a imagem a importância informativa que tem em nossos dias, no tempo do cinema e da televisão para a comunicação de massa, logo nos espanta, termos diante dos olhos um jornal sem fotografias. As ilustrações que raramente ocorrem, são reservadas para mortos ilustres, mapas de batalhas, anúncios de remédios que mostram o antes e o depois, modas femininas, e expressam-se todas em horrendos desenhos.

Sim. O jornal de hoje guarda muitas diferenças com os dessa época. Mas a ausência de fotografia certamente não foi o traço que mais nos levou a perceber a discrepância. Os jornais pesquisados se diferenciam nos temas que vão para as páginas dos jornais, no requinte da escrita literária com que as notícias e os artigos são narrados. E essa característica dos jornais pesquisados nos lançou, mesmo com considerável distância de tempo, a uma sensível proximidade com a vida de então. É claro que é pelo escrito, pela impressão do jornalista que tivemos acesso a essa realidade, e por isso é uma representação dela, mas esta característica não faz dos jornais menos verdadeiros que nenhuma outra fonte. Mas como Maria Helena Capelato alerta, é como fonte para o conhecimento e o método que isso exige que a história

registrada nos jornais deve ser resgatada para ter validade na História. Coube-nos, pois, centrar o foco na seção não publicitária e recolher os fragmentos que serviram de base para esta pesquisa. Nosso objetivo foi de alguma maneira mostrar, e pensamos tê-lo alcançado, a relevância de estudar a família no período republicano. A idéia foi mostrar como o casamento civil pode ser um elemento importante tanto para revelar impressões sobre este momento de chegada da República, quanto sobre a própria família. Pensamos o casamento civil, na verdade, como um elo entre estes dois temas e foi assim que procuramos explorar sua riqueza. Por ser produto e agente da conjuntura do final do século XIX e início do XX, ele guarda e reflete a tensão vivida neste contexto. Isso porque as transformações ocorridas são tão significativas que alteram toda uma estrutura mental e de comportamento da população brasileira, e isso determina seu surgimento. E decorrendo disso está posto o quanto ele pode ser indicativo das mudanças ocorridas na instituição familiar, desde a relação entre seus membros até as expectativas geradas para formação de uma família a partir de então. O reflexo dessas transformações nos respectivos papéis sociais dos gêneros vai provocar, por exemplo, uma mudança no próprio significado de família. A expectativa e a experiência da família burguesa que se forma se diferenciará em muitos elementos da vivida até então. O entrelaçamento já apontado por Sheila de Castro Faria entre as linhas de pesquisa História das Mulheres e História da Família é aqui confirmado e, sobretudo, convidativo. A História das Masculinidades, tão em voga hoje em dia, não pode ser desprestigiada por ambas. Decretado, pois, o casamento civil, o fluxo de mudança pelo qual passa a sociedade invade a família. Diante desses objetivos, nossa tarefa foi pesquisar os jornais publicados na década de 1890 e procurar através deles as pistas que nos levariam a perceber o uso do discurso sobre a família entre o Estado e a Igreja para fabricar modelos de sociedade extremos: um projeto moderno, outro conservador. A imprensa foi o espaço escolhido para alcançar este objetivo e as

discussões que envolveram o decreto do casamento civil logo se revelaram um foco rico e inusitado para tal.

Nossa pesquisa se alinhou a uma perspectiva republicana, pois nossos dois jornais tinham essa simpatia. Porém, sentimos falta de acessar mais diretamente a imprensa católica e a documentação eclesiástica maranhense para perceber como a doutrina do ultramontanismo foi efetivada no Maranhão, comparando suas medidas com as demais realidades brasileiras. Além disso, ficamos desejosos de saber a reação do clero ao decreto do casamento civil nas demais capitais e cidades do interior. Os estudos sobre o ultramontanismo e a reforma religiosa no Brasil ainda merecem muito mais atenção do que se tem depositado neles e uma necessidade que se impôs foi pensar esta realidade pelo caso específico do Maranhão. Nesse sentido, mais que uma conclusão, esta pesquisa incitou novos questionamentos. Como se deu a implantação do decreto do casamento civil nas demais capitais brasileiras? Teria ele tido tanto destaque quanto na imprensa maranhense? Se não, por que não? O que estava sendo privilegiado como discussão? Qual teria sido a reação da população a ele?

À própria natureza da mudança de valores e atitudes tradicionais da família em formas modernas de convivência, escolhida pelos seus próprios membros e favorecidas pela ideologia do regime republicano não foi dada a atenção merecida. Neste espaço privilegiamos outro foco. Mas no trabalho de Rosa Maria Barbosa de Araújo (1993) encontramos, em algum aspecto, um modo de pensar a família na República, modo que deve servir para inspirar outras pesquisas de igual teor. Uma fina sensibilidade é acionada para relacionar família e cidade. Sua tese é que a interação da família com a cidade, quando numa rápida e profunda transformação do meio urbano, induz a novos padrões de comportamento social. Seu principal argumento de análise é que a identidade cultural do Rio de Janeiro foi determinada por esse novo comportamento social na medida em que a família atravessou a fronteira do espaço privado da casa para o espaço público da rua. Nesse processo de transformação a família teria

privilegiado o consumo do lazer, produzindo uma atmosfera cosmopolita e pluricultural para a cidade, além do que, usufruindo intensamente o espaço público, a família generalizou o hábito da diversão, ajudando a criar o espírito lúdico da capital carioca.

Além disso, a pesquisa em jornais, pelo encanto que dissemos ser, também se revelou uma fonte de inspiração. A variedade e a vivacidade dos jornais dificultaram permanecer no nosso caminho tracejado, como dissemos, e por isso mesmo fertilizou as idéias para novas pesquisas. Enquanto estivemos preocupados com os debates que envolviam o casamento civil, anotamos as notícias que desenhavam o quadro da “desordem” na cidade. O contraste era revelador. Enquanto na tribuna a eloquência incendiava os ânimos, a eficiência das tantas medidas propostas, dos tantos modelos desenhados parecia irrealizável. Outros desdobramentos de pesquisa surgiram. Como vivia de fato essa população a quem os modelos deveriam regular os comportamentos? Seriam desordeiros e imorais como os jornais os pintavam em suas páginas? No limite, quem seriam essas pessoas que, enquanto um mundo desabava – o regulado pela mentalidade da Igreja, sustentado pela escravidão e dirigido pelo Monarca – e era substituído por outro – o regulado pela luz da Ciência e da Liberdade e dirigido pelo e para o Progresso – estavam envolvidas em rinhas com seus vizinhos, acertando contas de “ciumadas velhas”, tomando banho nas fontes do centro da cidade exibindo a “plástica” que a esses tempos era “inimiga acérrima da moralidade pública”? Que representavam para estas pessoas esses conceitos? Cruzar os jornais com outras documentações, as policiais e judiciárias, por exemplo, seria um caminho bastante interessante. Além disso, percebemos que a polícia estava sempre atuando muito próxima dessa população. Essa proximidade entre o quartel e os focos de desordem oportunizava o contato e o conflito entre os supostos mantenedores da ordem e os desordeiros. Tendo em vista o desenvolvimento e a organização da instituição policial no início da República, parece oportuno relacionar as diretrizes estabelecidas por estas leis e a relação da ação da polícia

frente a população. A década republicana é rica em debates sobre a modernização das cidades. Há também inúmeros projetos de aformoseamento envolvendo as praças, as ruas, os mercados e as moradias em São Luís e isso influencia diretamente nessa população que está à margem dos espaços de decisão. Um estudo sobre estes projetos de adequação da cidade aos parâmetros da civilização e modernidade ainda está por ser feito.

Nos jornais também está disposta uma coluna na qual dados do dia são registrados. Casamentos, óbitos, batismos, saída e chegada de pessoas na cidade, entre naturais e estrangeiros. No que se refere aos casamentos, por estes dados seria possível pesquisar a quantidade de casamentos realizados, a idade e a origem dos cônjuges. Cruzar estes dados com registros paroquiais poderia revelar ainda mais sobre o universo familiar da cidade, sobre possíveis diferenças e características das fontes e entre elas. A própria pesquisa sobre os jornais maranhenses é escassa. Um interesse sobre a economia jornalística maranhense, as características de cada jornal, a participação dos literatos, inclusive aqueles que migraram para o Rio de Janeiro e compõem a “Geração de 70”, pois muitos retornam e contribuem com os jornais da cidade, precisa ser pensada. Um estudo dialogando com as pesquisas sobre o Rio de Janeiro no prelúdio republicano, por exemplo, poderia ser um bom caminho a trilhar.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRANCHES, Dunshee de. *O cativo* (livros de memórias). São Luís: Alumar; 1992.

ALBUQUERQUE, C. P. de. *O mercado de algodão em pluma: subsídios à fixação de preços mínimos*. 1980. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz. *Nordestino uma invenção do falo: Uma história do gênero masculino (Nordeste 1920 - 1940)*. Maceió: Edições Catavento; 2003.

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. *A Ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da Agricultura no Maranhão*. São Luís: FIPES; 1983.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. (Org.) *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Co-edição Espaço e Tempo/Editora da UFRRJ; 1997.

ALMEIDA, Alceste Pinheiro de. *O Cardeal Arcoverde e a reorganização eclesiástica (1892-1930)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP; 2003.

AMARAL, L. *História geral da agricultura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Nacional; 1958. v. 2.

ARAÚJO, José Carlos. *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*. São Paulo: Iluminuras; 1986.

ARAÚJO, Rosa Maria B. de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco; 1993.

ÁRIES, Philippe. *São Paulo e a carne*. In: Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. Philippe Áries (org). 3. ed. São Paulo: Brasiliense; 1987a.

_____. *O amor no casamento*. In: Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. Philippe Áries (org). 3. ed. São Paulo: Brasiliense; 1987b.

_____. *O casamento indissolúvel*. In: Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. Philippe Áries (org). 3. ed. São Paulo: Brasiliense; 1987c.

ARRUDA, J. J. de A.. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

AZEVEDO, Célia Maria M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites: século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1987.

AZEVEDO, Thales de. *Igreja e Estado em Tensão e Crise: a conquista espiritual e o padroado na Bahia*. São Paulo: Ática; 1978.

AZZI, Riolando. *Ascensão ou decadência da Igreja?* São Paulo: Edameris; 1962.

_____. *A Cristandade Colonial: um projeto autoritário*. São Paulo: Paulinas; 1987.

_____. *A crise na cristandade e o projeto liberal*. São Paulo: Edições Paulinas; 1991.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória/UNICAMP; 1997.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. Edição 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. v.1. História da imprensa brasileira.

BARICKMAN, B.J. *E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835*. Artigo na revista Afro-Asia (p.29-30) 79-132. [s.l]; [s. ed]; 1998.

BARROS, Waldenira. *Imagens do Moderno em São Luís*. São Luís: EDUFMA; 2001.

BARROS, R.S.M de A. *Vida religiosa*, in HOLANDA, S. B. de (org). História geral da civilização brasileira, 4ªed. São Paulo: DIFEL, 1985, t II, vol. 4.

_____. *A Ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio, EDUSP, 1986.

BEOZZO, José Oscar. *História da igreja No Brasil*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Paulinas; 1985.

BERKNER, Lutz K. *The Stem Family and the Developmental Cycle of the Peasant Household: An Eitheenth-Century Austrian Example*. The Amerian Historical Review, Vol. 77, No. 2 (Apr., 1972), p.398-418.

_____. *The Use and Misuse of Census Data for the Historical Analysis of Family Structure*. Journal of Interdisciplinary History, Vol. 5, No. 4, The History of the Family, II (Spring, 1975), p.721-738.

BIASOLI, Vitor Otávio Fernandes. *O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria da Boca do Monte – RS (1870-1920)*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP; 2005.

BIHLMMEYER, Karl e TUECHLE, Hermann. *História da Igreja*. São Paulo: Editora Paulinas, 1964.

BLOCH, R. Howard. *Misoginia Medieval: a Invenção do Amor romântico Ocidental*. Tradução. Claudia Moraes. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2002.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; 1997.

BURGUIÈRE, André *et ali*. *História da Família: o choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa*. Lisboa: Terramar; 1998. v. 3.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *História e Teoria Social*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP; 2002.

CALDEIRA, J. *A nação mercantilista: ensaios sobre o Brasil*. São Paulo: Editora 34; 1999.

CÂMARA NETO, Isnard. A. *Um caso de sobrevivência: os redentoristas e a festa de São Benedito em Aparecida (1894-1922)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP; 2000.

CANO, W. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. São Paulo: Unicamp; 2002.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Imprensa na história do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto / EDUSP; 1994.

CARREIRA, Antônio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARVALHO, C. J. de. *Ascensão e crise da lavoura algodoeira no Maranhão (1760-1910)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ; 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense; 1986.

CHARTIER, Roger. *Text, printing, readings*. In: *The new cultural history*. Hunt, Lynn (org). Berkeley: University of California Press; 1989. p.154-175.

_____. *A história cultural, entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; 1990.

CORRÊA, Mariza. (Org.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; 1982.

CORREA, Rossini. *Atenas Brasileira: a cultura maranhense na civilização nacional*. São Luís: SIOGE; 1992.

CORREA, Rossini. *Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia*. São Luís: SIOGE; 1993.

DIAS, Maria O. Leite da. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense; 1995.

DIAS, Romualdo. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1933)*. São Paulo: Unesp; 1996.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1986.

DOSSE, François. *História em migalhas: dos annales a nova historia*. Tradução de Thomé Saliba. São Paulo: Ensaio; 1992.

DUBY, George. *O cavaleiro, a mulher e o padre: o casamento na França feudal*. Tradução de G. Cascais Franco. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

_____. *Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia da Letras, 1989.

ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. *História da Família e Demografia Histórica*. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FAUSTINO, Evandro. *O catolicismo em São Paulo no Segundo Império e o dilema da modernidade*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1991.

FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano. São Paulo: Difel, 1984.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves Salgado. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Luís Alberto. *A revolta dos libertos: massacre republicano aos libertos de 13 de maio (1889)*. Texto cedido pelo autor. Material mimeografado; 12 p. São Luís; 2003. (ainda não publicado).

FERREIRA, Lúcia de Fátima. *Igreja e Romanização: a implantação da Diocese da Paraíba (1894-1910)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP; 1994.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec; 1997.

FLANDRIN, Jean-Louis. *O Sexo e o Ocidente: Evolução das atitudes e dos comportamentos*. Tradução de Jean Progin. São Paulo: Brasiliense; 1988.

FLANDRIN, Jean-Louis. *A vida sexual dos casados na sociedade antiga: Da doutrina da Igreja à realidade dos contemporâneos*. In: Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. Philippe Áries (org). 3. ed. São Paulo: Brasiliense; 1987.

_____. *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa; 1991.

FOUCAULT, Michel. *O combate da castidade*. In: Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. Philippe Áries (org). 3. ed. São Paulo: Brasiliense; 1987.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8 ed. São Paulo: Edições Loyola; 1996.

_____. *História da sexualidade: o cuidado de si*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Edição 9. ed. Rio de Janeiro: Graal; 1999. v.3.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. Tradução de Salma T. Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes; 2000.

_____. *História da sexualidade: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal; 2001.v.2.

_____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal; 2003. v.1.

_____. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 21 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal; 2005.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Ed. Nacional; [Recife]: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; 1979.

_____. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2000a.

_____. *Ordem e progresso*. Edição 5. ed. Rio de Janeiro: Record; 2000b.

FRIAS, J. M. C. *Memória sobre a tipografia maranhense*. São Paulo: Siliciano; 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 24ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 1991.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura no Maranhão*. Rio de Janeiro: Livros de mundo inteiro: coleção São Luís; 1970.

GALVÃO, Walnice Nogueira Galvão. *No Calor da Hora: A Guerra de Canudos nos jornais*. São Paulo: Editora Ática; 1994.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense; 1986.

GIACOMO, Martina. *História da Igreja de Lutero aos nossos dias. A era do liberalismo*. São Paulo: Loyola, 1996. v.3

GILSON, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*. Tradução. Eduardo Brandão, 3^a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. Tradução: Maria Betânia Amoroso São Paulo: Companhia das Letras 1997.

GOLDSCHMIDT, Eliana. *Convivendo com o pecado: os delitos da carne na sociedade colonial paulista, 1719-1822*. São Paulo, FFLCH/ USP; 1987.

GRAHAN, Sandra. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no rio de Janeiro (1860-1910)*. São Paulo: Companhia das Letras; 1992.

HOBBSBAWN, Eric. *A era das revoluções. Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1977.

_____. *A invenção das tradições*. In: HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence (Org). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardin Cavalcante. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jose Olympio; 1988.

HUNT, Lynn (org). *Introduction: History, culture and text*. In: *The new cultural History* Hunt, Lynn (org). Berkeley: University of California Press; 1989.

IGNOTUS, Joaquim Serra. *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão*. São Paulo: Siliciano, 2001.

ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: a moral e o imaginário: 1889 – 1930*. Rio Grande do Sul. EDIPUCRS. 1995.

ITAPARY, Joaquim. *A falência do ilusório: memória da Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil*. São Luís: ALUMAR, 1995.

JORGE, Sebastião Barros, *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão: 1821-1841*. São Luís: PPPG/EDUFMA, 1987.

JOHNSON, Paul. *História do cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

JESUS, Josenildo Pereira de. *Representação da escravatura na imprensa jornalística do maranhão na década de 1880*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2007.

KAYSER, J. *El periódico: Estudios de morfología, de metología y prensa comparada*. Quito, CIESPAL; 1966.

KUZNESOF, Elizabeth. *Household, family and community studies, 1976-1986: a bibliographic essay*. In. Latin American Population History Newsletter, Fall, 1988.

KUZNESOF, Elizabeth and OPPENHEIMER, Robert. *The family and society in nineteenth-century Latin America: an historiographical introduction*. In: Journal of Family History, 10(3):215-234, fall 1985.

LASLETT, Peter. *Household and family in past time*. Cambridge: Cambridge Univ. Press; 1972.

LACROIX, Maria de Lurdes Lauande. *A educação na baixada maranhense: 1828-1889*. São Luís: SECMA; 1983.

_____. *A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos*. 2 ed. São Luís: Lithograf; 2002.

LAFFITTE, Pierre. *Catholicisme*. Paris: Societé Positiviste ; 1897.

LAGARRIGUE, Jorge. *Positivisme et Catholicisme: l'assemblee catholique devant la vraie religion*. Rio de Janeiro: Auguste Comte; 1938.

LEAL, Antonio Henriques. *Pantheon Maranhense: Ensaio Biográfico dos Maranhenses ilustres já falecidos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra; 1987. v.1.

LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba*. Tradução: André Villalobos. São Paulo: Record, 1987.

LINS, Ivan Monteiro de Barros. *História do Positivismo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LONDOÑO, Fernando Torres. *A outra família: concubinato, Igreja e escândalo na Colônia*. São Paulo: Loyola, 1999.

LOPES, Eliane Cristina. *O Revelar do Pecado: Os filhos ilegítimos na São Paulo do Século XVIII*. São Paulo, ANNABLUME / FAPESP, 2001.

LUSTOSA, Oscar. Pio IX e o catolicismo no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*. V. 40, fasc. 158, jun. 1980, p. 270-295

MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor: Inglaterra, 1300-1840*. São Paulo: Companhia das Letras; 1990.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução. Heloísa Braz de Oliveira Prietro. Rio de Janeiro: Brasiliense: 1989.

MAGALHÃES, Valentim. *Escritos e escritores (perfis literários e esboços críticos)*. [1889]. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães; 1894.

MATOS, Marcos Fábio Belo. ... *E o cinema Invadiu a Atenas: A história do cinema ambulante em São Luís*. São Luís, FUNC, 2002.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova fronteira; 1992.

MEIRELLES, Mário. *História do Maranhão*. São Luís: DASP, Serviço de Documentação. 2001.

MELLO, Luiz de. *Primórdios da Telefonia em São Luís e Belém*. São Luís: Alumar / Academia Maranhense de Letras, 1999.

MELLO, Maria Tereza. *A República consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur); 2007.

MELO, José Marques de. *A sociologia da imprensa brasileira: a implantação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluisio Azevedo: vida e obra (1857-1913)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/INL. 1988.

MESQUITA, Francisco de A. Leal. *Vida e Morte da economia algodoeira do Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão (1850/1890)*. São Luís: UFMA, 1987.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1988.

MORAES, Jomar. *Apontamentos de Literatura Maranhense*. São Luís: SIOGE. 1976.

MOTA, Antônia da Silva. *Família e Fortuna no Maranhão no século XVIII*. Pernambuco, Dissertação de Mestrado / UFPE, Mimeo, 2001.

MORAES, Nascimento. *Vencidos e Degenerados*. 4 ed. São Luís: Centro Cultural Nascimento de Moraes, 2000.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império*. 4ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

NICOLA, J. de. *Literatura brasileira: das origens aos nossos dias*. São Paulo: Scipione, 1998.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

PAZ, Octávio. *A dupla chama: Amor e Erotismo*. Tradução. Wladir Dupont. São Paulo: Siciliano, 1994.

PEDRO, Joana. *Mulheres faladas, mulheres honestas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC; 1998.

PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PERROT, Michelle. *História da vida privada IV: da revolução francesa à primeira guerra*. São Paulo: companhia da Letras; 1991.

PINAZZA, L. A; ALIMANDRO, R. *Fibra resistente: da proibição da rainha à abertura do governo, a cotonicultura brasileira resiste e ensaia passos de recuperação*. Agroanalysis, Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, p. 14-21, nov. 2000.

PINTO, Maria Inez M. Borges. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914)*. São Paulo: Edusp; 1994.

PRADANOV, C. C. *O mercantilismo e a América*. São Paulo: Contexto, 1990.

RENAULT, Delso. *O Dia-a-dia no Rio de Janeiro: segundo os jornais, 1870 – 1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1982.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889 – 1922*. Dissertação de Mestrado/ UFPE, Mimeo, 2003.

REZENDE, C. *História econômica geral*. São Paulo: Contexto; 2000.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós Editora; 1979.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo no século XIX*. São Paulo: Marco Zero/SEEC; 1989.

_____. *A estrutura da família paulista no começo do século XIX*. Separata do Boletim nº 4, editada pelo Museu da Casa Brasileira, s/d.

_____. *A história da família no Brasil: família e grupos de convívio*, especial da Revista Brasileira de História, São Paulo, 9, 17 (set. 88/ fev. 89): 7-35.

_____. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVII*. Bauru- SP: Edusp, 2003.

_____. *Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX*. In: Cadernos de pesquisa da Revistas de Estudos e Pesquisas em Educação. São Paulo: USP; n. 37; p.17-25, maio de 1981.

_____. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. *A constituição da família na população livre (São Paulo no século XIX)*. In: Brasil: História Econômica e Demográfica. Iraci del Nero Costa (Org.) São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas; 1986.

_____. e COSTA, Isabel Dora. *Family, Patriarchalism and Social Change in Brazil*. Latin American Research Review, Vol. 32, No. 1 (1997), 212-225.

SCHUBART, Walter. *Eros e Religião*. Tradução de Luiz Eduardo Brandão. Rio de Janeiro: Editora artemis S.A.; 1975.

SCHWARCZ, Lília Motitz. *Retrato em preto e branco: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras; 1987.

SEVCENKO, Nicolau. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In:

SEVCENKO, Nicolau (org). *História da Vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das letras; 1999a.

SEVCENKO, N. *A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio*. In: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da Vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das letras; 1999b.

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense; 2003.

SILVA, Luís Antônio Vieira da. *História da Independência da província do Maranhão: 1822-1828*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana; 1972.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL; 1979.

SILVA, Maria Beatriz N. da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: Edusp; 1984.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanism e federalismo: um estudo da implantação da República Brasileira (1889 – 1902)*. Brasília, Senado Federal; 1978.

SOBRINHO, Alexandre José Barbosa Lima. *O problema da imprensa*. 3ª ed. São Paulo: Edusp; Com-Arte; 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A; 1966.

SOIET, Rachel. *Mulheres pobres e vivência no Brasil urbano*. In: PRIORI, Mary & BASSANEZI, Carla (orgs). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto; 2004.

SPENCER, Roque S.M. de. *A Ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio, EDUSP; 1986.

_____. *A Questão Religiosa*. In HOLANDA, S. B. de (org). *História geral da civilização brasileira*. 4ªed. São Paulo: Difel; 1985. v. 4.

STEIN, S. J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus; 1979.

STEWART, Donald Jr. *O que é o liberalismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Instituto Liberal; 1990.

TRIBUZI, J. P. G. *Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento*. São Luís: FIPES; 1981.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus; 1989.

VAINFAS, Ronaldo. *Casamento, Amor e Desejo no Ocidente Cristão*. 2ª. ed. São Paulo: Ática; 1992.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4 ed. Brasília: Ed. UnB; 1998.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão: 1612-1895*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão; 1954. V. 2.

WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX*. São Paulo: Ática; 1987.

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, A Maçonaria e A Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Ed. UnB; 1980.

VIEIRA FILHO, Domingos. *Breve história das ruas e praças de São Luís*. 2. ed. São Luís, 1971.